

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária
Conselho Nacional de Economia Solidária

Degravação

Reunião do Conselho Nacional de Economia Solidária

Brasília/DF, 25 e 26 de fevereiro de 2026

1 **Dia 25/02/2026 – Manhã:**

2 **Sr. Gilberto Carvalho (Suplente/MTE – Brasília):** – Pessoal, antes de mais nada [Ininteligível] presencial do nosso
3 Conselho da Economia Solidária, quem que nós vamos chamar? Geni, vem aqui à mesa para nos ajudar um pouco. Eu
4 vou falar rapidamente a programação, nós vamos conversar rapidamente sobre a programação, depois nós teremos
5 uma música e o ministro Boulos vai estar aqui a partir das 10 para um diálogo com a gente. Convidamos a Geni,
6 integrante do nosso comitê executivo, comitê permanente. Eu queria pedir primeiro que a gente fizesse uma rápida
7 apresentação, porque nem todo mundo se conhece, o conselho tem algumas renovações e tal. E eu queria também
8 anunciar aqui a presença do nosso companheiro Rildo, que [Ininteligível]. Então, vamos rapidamente começar por
9 aqui, Sérgio, você começa ali.

10 **Sr. Sérgio Godoy (Suplente/SENAES–MTE – Brasília):** – Bom dia, sou o Sérgio, sou diretor de formação aqui na CNES.

11 **Sr. Carlos Grana:** – Bom dia. Carlos Grana, responsável pela regulamentação dos aplicativos e da economia digital
12 solidária.

13 **Sr. Sandro Sguarezi (Titular/UNITRABALHO):** – Bom dia a todos e a todas, sou o professor Sandro Sguarezi, da
14 Unemati, e represento nesse conselho a Unitrabalho. Bom dia a todos e a todas.

15 **Sr. Jairo Santos (Conselho Nacional da Rede Gestora de Políticas Públicas de Economia Solidária-BA):** – Sou Jairo
16 Santos, sou do Conselho Nacional da Rede Gestora de Políticas Públicas de Economia Solidária do governo da Bahia.

17 **Sr. Deyvid Souza Santos (Titular/MCTI):** – David, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

18 **Sra. Ana Caroline Carmo da Silva (Titular/FBES – Goiânia/GO):** – Bom dia. Sou Ana Caroline, faço parte do Conselho
19 Nacional de Economia Solidária pelo Fórum Brasileiro e pela Juvesol.

20 **Sr. Admirson Medeiros Ferro Junior (Titular/ADS-CUT):** – Eu sou Admirson Medeiros, carinhosamente conhecido
21 como Greg. Sou secretário de Economia Solidária da CUT e represento aqui a ADS/CUT.

22 **Sra. Flávia Brito:** – Bom dia a todos. Eu sou Flávia Brito, diretora do Departamento Nacional de Registro Empresarial
23 e Integração do Ministério do Empreendedorismo.

24 **Sr. Santiago:** – Bom dia a todos e a todas. Santiago, representando a Cartas Brasileira no Conselho Nacional de
25 Economia Solidária.

26 **Sra. Vanderlúcia:** – Bom dia a todos e a todas. Eu sou Vanderlúcia, estou na CNES, na Diretoria de Projetos.
27 Coordenação de... Vixe, agora eu. Espera aí, gente. É porque a gente mudou de nome aí no departamento. Aí eu vou
28 agora. Vanderlúcia, da CNAIS. Estou na Diretoria de Formação. Coordenadora Geral de Formação.

29 **Sr. Márcia Pierre:** – Bom dia. Eu sou Márcia Pierre. Eu sou professora na Universidade Federal do Rio Grande, lá no
30 sul do Rio Grande do Sul, e represento a rede de TCPs aqui no Conselho.

31 **Sra. Janiléia Alves dos Santos Silva (Suplente/FBES – São Paulo/SP):** – Geni Silva, representando o Fórum Paulista de
32 Economia Solidária, Macro Sudeste. Cumprimentar. Celestina. E aqui, hoje, estou enquanto comissão executiva do
33 Fórum Brasileiro. Cumprimentar a todos e a todas. Desejar ótimos trabalhos e boa reunião.

34 **Sra. Priscila Silva Coelho (Titular/OCB – Brasília):** – Bom dia. Meu nome é Priscila Coelho. Eu sou representante da
35 OCD, representante titular aqui dentro do Conselho Nacional de Economia Solidária.

36 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – Bom dia. Eu sou Alzira Medeiros. Sou
37 representando aqui o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Bom dia.

38 **Sra. Soraia Cardoso:** - Meu nome é Soraia Cardoso. Eu também represento a OCD aqui no Fórum.

39 **Sra. Maria Helena Mendes Pinheiro (Titular/FBES – São Luís/MA):** – Bom dia. Sou Maria Helena Maranhão,
40 representando o Fórum Brasileiro.

41 **Sra. Celecina Rodrigues dos Prazeres (Titular/FBES – Niterói/RJ):** – Bom dia. Eu sou Celestina Rodrigues, do Fórum
42 Brasileiro, representando o segmento dos Trabalhadores do Rio de Janeiro.

43 **Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA):** – Bom dia a todos e todas. Sou Gisleide, do
44 Fórum Brasileiro de Economia Solidária, representando a Macro Nordeste e o seu empreendimento. Bom dia.

45 **Sra. Aline:** - Meu nome é Aline. Eu sou advogada e professora aqui na FGV de Brasília. É um prazer estar aqui com
46 vocês.

47 **Sra. Carija:** – Bom dia. Meu nome é Carija e eu estou representando a Comunicação das Sinais no Ministério do
48 Trabalho.

49 **Sr. Vicente Raimundo de Almeida Neves (Titular/GTA – Silves-Manaus/AM):** – Bom dia a todos e a todas. Eu sou
50 Vicente, representando o Grupo de Trabalho Amazônico. Saudações da Amazônia.

51 **Sr. Lucas:** - Bom dia a todos e todas. Eu me chamo Lucas. Sou representante do Ministério da Fazenda aqui no
52 Conselho.

53 **Sr. Walmir Mendes Dettmann (Suplente/FBES – Vila Velha/ES):** – Bom dia a todas e todos. Eu sou Dettmann, do
54 Espírito Santo. Aqui no Conselho estou suplente, representando o Fórum Brasileiro e também estou agente do
55 Programa Polsíngia.

56 **Sr. Rogério Antônio Mauro (Suplente/MDA – Brasília):** – Bom dia a todas e todos. Sou Rogério Antônio Mauro. Estou
57 aqui representando o Ministério do Desenvolvimento Agrário, onde eu sou coordenador geral de Cooperativismo e
58 Associativismo.

59 **Sr. Thiago Costa:** - Bom dia a todas e todos. Eu sou Thiago Costa, trabalho na área de sustentabilidade e estou
60 representando o Banco do Brasil aqui no Conselho.

61 **Sr. José Ceresoli:** – Bom dia. Meu nome é José Ceresoli. Eu sou do Ministério do Empreendedorismo e da micro e
62 pequena empresa também.

63 **Sra. Andrea Christianne da Silva Mendes (Suplente/FBES – Porto Velho/RO):** – Bom dia. Meu nome é Andrea Mendes,
64 sou lá de Rondônia e represento o segmento de empreendimentos no Conselho Macro Norte pelo Fórum Brasileiro
65 de Economia Solidária.

66 **Sr. José Alex Borges Mendes (Titular/CONAQ):** – Bom dia a todos e todas. Sou José Alex, do Rio Grande do Sul.
67 Represento o Movimento Quilombola aqui no Conselho.

68 **Sr. Carlos Laran Taborga (Fórum Macro Norte):** - Bom dia. Bom dia. Sou Carlos Taborga, do Acre. Estou representando
69 a Macro Norte no Conselho.

70 **Sr. André:** - Bom dia a todos e todas. Eu sou o André, sou servidor aqui da CNAIS.

71 **Sra. Mariana Baptista Giroto (Suplente/Rede de Gestores – São Paulo/SP):** – Bom dia. Sou Mariana, do Sebrae
72 Nacional.

73 **Sr. Zander Soares de Navarro (Titular/MAPA – Brasília):** – Meus cumprimentos a todos. Meu nome é Zander Navarro.
74 Eu sou um sociólogo da Embrapa e represento aqui o Ministério da Agricultura e Pecuária no nosso Conselho.

75 **Sra. Tatiane Nascimento Conceição Valente (Titular/FBES – Manaus/AM):** – Bom dia. Tatiane Valente. Sou do
76 Amazonas. Represento a região norte aqui no Fórum Brasileiro.

77 **Sra. Abilene:** – Bom dia. Eu sou a Abilene. Represento o Fórum Brasileiro, região norte.

78 **Sra. Marta:** – Bom dia. Eu sou Martinha e sou da CNAIS.

79 **Sra. Geni Rosângela Dias (Titular/FBES – São Leopoldo/RS):** – Eu sou a Rosângela. Represento o Fórum Brasileiro,
80 macro sul.

81 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Bom dia. Fernando Zamban, desde pequenininho, com a
82 tarefa de coordenar o Departamento de Parcerias e Fomento.

83 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Na CNAIS. Bom dia a todos e todas. Bem-vindo a mais uma reunião
84 do Conselho Nacional de Economia Solidária, tanto aos conselheiros e conselheiras e aos nossos convidados. Hoje
85 temos alguns convidados aqui presentes. Eu sou Iracema Moura, do gabinete da CNAIS.

86 **Sr. Gilberto Carvalho (Suplente/MTE – Brasília):** – Gilberto Carvalho, servidor na CNAIS. Eu queria, primeiro,
87 agradecer muito a presença de cada uma, de cada um de vocês. É muito importante a presença de cada um, de cada
88 uma. Agradecer, particularmente, algumas pessoas que são convidadas por nós, que vão nos ajudar em um dos temas
89 centrais da nossa pauta, que é exato, a gente costuma titular o Radar da Economia Solidária, ou seja, um tema que
90 vamos aprofundar. Então, esse tema de hoje, que é ligado a toda a questão dos desdobramentos da regulamentação
91 da Lei Paul Singer e tudo o que diz respeito à implementação no território, na prática, dos chamados
92 empreendimentos de economia solidária. Então, é muito importante a presença de vocês. Quero agradecer muita
93 generosidade, que vocês vão dar, certamente, uma contribuição muito importante para nós. Eu vou inverter aquilo
94 que nós tínhamos combinado. Antes de fazer a discussão da pauta, eu vou pedir para o pessoal, nós resolvemos abrir
95 a nossa reunião fazendo uma homenagem a algumas pessoas que nos deixaram. Então, eu vou pedir que a Vanderlúcia
96 coordene a equipe que vai fazer essa homenagem nesse momento.

97 **Sra. Vanderlúcia:** - A ausência dos que se foram se transformam em presença viva na memória, na luta e na esperança
98 que seguimos carregando. Jairo.

99 **Sr. Carlos:** - Presente. Jairo Santos Silva Carneiro, nascido em 31 de outubro de 1949, em Torres. Filho de metalúrgico,
100 Jairo iniciou, cedo sou militante dos movimentos populares, com atuação destacada na juventude operária católica,
101 JOC, onde foi dirigente nacional entre 1971 a 1974, substituindo a equipe de coordenação nacional do movimento,
102 que havia sido presa pela ditadura. Nesse contexto consolidou relações de solidariedade com várias organizações
103 internacionais, de solidariedade foi perseguido político por sua atuação firme ao lado dos trabalhadores, uma marca
104 que eu acompanharia por toda a vida, nunca recuar diante das injustiças. Trabalhador da COC, metalúrgica em
105 Cachoeirinha, foi fundador do PT e dos núcleos de organização de bases nas fábricas, ajudando a construir um novo
106 sindicalismo no Rio Grande do Sul, tornou-se uma das principais lideranças do sindicalismo gaúcho. Mas mais do que
107 os cargos que ocupou, Jairo será lembrado pela postura e pela visão estratégica de ampliar o papel do sindicato na
108 sua vida da classe trabalhadora, e foi um dos defensores e construtores do chamado sindicato cidadão.
109 Compreendendo que a luta não se limita a salário e condições de trabalho, para ele saúde, educação, habitação,
110 cultura e lazer eram direitos fundamentais e inseparáveis da dignidade da classe trabalhadora. Outra frente marcante
111 de sua trajetória foi a defesa do cooperativismo de autogestão, como caminhos concretos de emancipação
112 econômica, social e política do povo. Jairo acreditava na organização coletiva como ferramenta de transformação
113 estrutural da sociedade, incentivando iniciativas que fortalecem a autonomia dos trabalhadores. Também foi um
114 lutador incansável em defesa das rádios e TVs comunitárias, reconhecendo a força da comunicação popular como
115 instrumento de consciência crítica. Organização e democratização da informação, sabia que disputar narrativas é
116 parte essencial da luta social. Sua liderança era feita de presença, escuta e ação concreta. Nos movimentos mais duros,
117 ele quem estendia a mão. Nos embates mais difíceis, era ele quem chamava a organização. Sua trajetória foi guiada

118 pela solidariedade ativa e pela convicção de que a luta coletiva é o caminho para a organização popular transformar
119 a realidade e justiça social. Sua memória terá seguida viva na luta dos trabalhadores, nas assembleias, nas fábricas,
120 nas comunidades e na história do movimento sinical gaúcho brasileiro. Jairo, presente.

121 **Sra. Vanderlúcia:** Presente, presente, presente. Quem lutou pelo povo jamais morre, semeia futuro na consciência de
122 quem continua. Nossos mortos não são silêncio, são raízes, são semente, são caminho. Frei Sérgio.

123 **Sr. Francisco José de Lima Santiago (Suplente/Cáritas Brasileira):** – Frei Sérgio, o padre comunista, o frade vermelho.
124 Assim como alguns críticos o chamavam e estas críticas eram encaradas com descontração e até certa naturalidade
125 pelo religioso, que viveu fortes experiências junto aos movimentos populares, contribuindo na criação de
126 organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Movimento dos Pequenos Agricultores,
127 MPA, o Levante da Juventude. Tantas lutas, tantas dificuldades enfrentadas, mas sempre com alegria, preponderando
128 a esperança e principalmente a presença de Deus na vida de tanta gente. Em 1980, foi chamado de Frei Bom de Briga,
129 pela revista Veja, por conta da caminhada junto ao MST em momentos de fortes conflitos, que chegaram a lhe render
130 ferimentos sérios e situações de risco extremo, o massacre da Fazenda Santa Elmira. Um Frei visionário que, nos anos
131 90, foi com Paulo Freire aos assentamentos de reforma agrária em Uglá Negra, no Rio Grande do Sul, e junto aos Sem
132 Terras, dialogar sobre os processos de alfabetização e escolarização do povo Sem Terra. Intitulado pela Teologia da
133 Libertação e influenciado por Dom Pedro Casadágua, Leonardo Boffi, Henrique Dúcio e Padre Josimo, Frei Sérgio falava
134 com orgulho da Teologia da Libertação e não tinha problema algum em se declarar adepto da Igreja que se colocava
135 em saída para os espaços de luta do povo. Ele dizia, importante estar dentro da Igreja como um posto de combustível
136 que nos abastece para viver os valores do Evangelho, o compromisso com os mais pobres, com os necessitados no
137 mundo e na sociedade, procurando transformar essa sociedade. A religião não começa quando a gente bota o pé para
138 dentro da Igreja, mas ela começa quando a gente está na Igreja e bota o pé fora dela. Frei Sérgio nos deixou um grande
139 legado. Ele foi personagem fundamental da vida religiosa em compromisso com o povo pobre. Estes são testemunhos
140 concretos da sua trajetória como intelectual orgânico do povo, do campesinato, frade franciscano e militante
141 incansável da reforma agrária popular. Frei Sérgio, presente.

142 **Sra. Vanderlúcia:** – Presente, presente. Honramos nossos lutadores e lutadoras eternizando seus nomes na
143 caminhada por justiça, dignidade e liberdade. Úrsula.

144 **Sra. Janiléia Alves dos Santos Silva (Suplente/FBES – São Paulo/SP):** - Enquanto agente territorial do Programa de
145 Formação Paul Singer, de São Paulo, Úrsula partiu precocemente. Já na segunda formação, segundo ciclo de formação,
146 a mesma não compareceu. E, na primeira formação, ela foi uma agente territorial aguerrida. Aos 55 anos de idade,
147 elas nos deixam. Perdemos uma companheira para o câncer. Úrsula foi companheira dos sonhos de um Brasil. Mas,
148 que atuante no Programa de Formação Paul Singer, ela lutou bravamente contra a fome, contra a desigualdade. Úrsula
149 nos deixa como símbolo de resistência, enfrentamento às desigualdades e, acima de tudo, guerreira de luta popular.
150 Em nome do Sérgio Godói, gestor do Programa de Formação Paul Singer, nós agradecemos toda a acolhida aos 60
151 agentes territoriais de economia solidária do Programa Paul Singer.

152 **Sra. Geni Rosângela Dias (Titular/FBES – São Leopoldo/RS):** – Úrsula, antes de atuar no Programa Paul Singer, já era
153 uma ativista, com trajetória marcante pelo trabalho voltado à segurança e à soberania alimentar, combatendo um
154 dos mais graves problemas do mundo atual, a fome. Problema que ela, por ser uma militante periférica, conheceu de
155 perto, afirmam os amigos. Será sempre lembrada também como militante que sempre, além de tudo, lutou muito
156 pela justiça popular.

157 **Sra. Vanderlúcia:** – Nós não nos despedimos do legado destes grandes lutadores e lutadoras, mas assumimos com
158 compromisso de continuá-los. Presente, presente!

159 **Sr. Gilberto Carvalho (Suplente/MTE – Brasília):** – A gente, com tristeza, relembramos esses companheiros e
160 companheiras que estão partindo, mas, mais do que tristeza, é o nosso compromisso de guardar a herança dessas
161 pessoas, honrar essa herança, continuar o trabalho deles como se nós fôssemos Jairo, como se nós fôssemos Frei
162 Sérgio, como se nós fôssemos Úrsula, no sentido da luta pelo povo, da luta pela justiça. Da luta para que nenhum
163 brasileiro mais sofra injustiças e que a gente consiga construir uma sociedade, de fato, fraterna e solidária. Então, que
164 essa energia deles, que estão presentes conosco nesse momento, esse presente, presente, não é só uma declaração,
165 é uma crença nossa de que a energia deles continua conosco, que a gente possa, mobilizados por essa energia, seguir
166 à frente nossa luta. Bom, companheiros e companheiras, eu fui informado que o ministro Boulos está descendo. Nós
167 convidamos o ministro Boulos porque a gente acha importante um contato direto do Conselho com ele, uma vez que
168 o ministério que ele ocupa justamente diz respeito a toda a questão da participação, toda a questão da mobilização
169 popular. Então, era importante que ele estivesse aí. Ele generosamente concordou. Então, a gente vai ter esse diálogo,
170 ele tem um tempo de uma hora, tirou de uma agenda apertadíssima que ele tem, onde ele vai falar um pouco da
171 Secretaria-Geral e nós vamos ter um espaço também para colocar algumas questões para ele, sobretudo justamente
172 nesse tema que nós vamos tratar aqui, que é a questão agora da implementação, vamos dizer assim, da Lei Paul
173 Singer, das decorrências da sua regulamentação, sobretudo para os empreendimentos da economia solidária.
174 Enquanto ele não chega, nós vamos avançando. Chegou, pronto. Então, vamos receber o nosso ministro. Chegou
175 precedido pelo querido Baixinha aqui, que é o nosso irmão de muitos anos de luta. Fala teu nome aqui para o povo
176 aí.

177 **Sr. Cecílio:** – Cecílio.

178 **Sr. Gilberto Carvalho (Suplente/MTE – Brasília):** – Cecílio, gente. Está aqui nessa presidência há uns 500 anos, mais
179 ou menos. Já passou uns 30 presidentes e ele está aqui firme e forte. Aí, Guilherme. Queríamos saudar também os
180 companheiros e companheiras da equipe do ministro Boulos. Guilherme, é o seguinte, eu já expliquei para o pessoal,
181 aqui estão os delegados da sociedade civil e governamentais que compõem o Conselho Nacional da Economia
182 Solidária. É a nossa primeira reunião desse ano e a gente já julgou que era importante esse contato direto com a nossa
183 gente. Uma coisa informal, para que o pessoal soubesse um pouco de como é que você está aprontando na Secretaria-
184 Geral. E também nós estamos com um tema muito importante, que é agora aprovada a Lei Paul Singer e a sua
185 regulamentação a desdobramentos importantes dentro da máquina governamental e da sociedade para os

186 empreendimentos da Economia Solidária ganharem cada vez mais a formalização, ganharem cada vez mais a
187 capacidade de atuação econômica, social, política e assim por diante. Então, eu quero agradecer muito a sua
188 generosidade, sei da sua agenda. Então, eu já expliquei para o pessoal que às 11 horas você tem que se mandar. Então,
189 eu queria te passar a palavra para você fazer uma saudação e contar um pouco. Quero dizer para vocês que a chegada
190 do Boulos na Secretaria-Geral, do Guilherme e da equipe, não só ele, mas toda a equipe, tem representado uma
191 primavera, uma renovação muito importante para o nosso governo, para todo o aspecto do diálogo, da mobilização
192 e tal. A gente está muito feliz com esse desempenho e tal. E queremos que isso só cresça em um ano tão importante
193 como esse. Então, sem mais delongas, eu te passo a palavra, você fique à vontade para conversar um pouco com essa
194 nossa gente.

195 **Sr. Guilherme Boulos (Ministro da Secretaria-Geral da Presidência)** – Obrigado, Gilberto. Bom dia, gente. Prazer estar
196 aqui com vocês hoje. Um pedido do Gilberto é uma convocação. Eu tenho um pouco de rancor nele, porque ele me
197 enganou. Não sobre hoje, mas sobre a Secretaria-Geral da Presidência. Quando o Lula me sondou para assumir a
198 Secretaria-Geral, eu fui falar com esse cara aqui, que é a referência, foi Secretário-Geral da Presidência da República.
199 Inclusive, eu dei muito trabalho para ele no Movimento Sem Teto. A gente ocupava, fazia, e ele ia receber e tal. Mas
200 era bom, negociar com o Gilberto era bom, porque ele é desse jeito. Mas aí ele falou, não vai, que lá é bom. E eu estou
201 apanhando. É uma bucha que me meteram, mas faz parte da vida. É o nosso papel aqui de ser a ala vermelha do
202 Palácio do Planalto. É o papel da Secretaria-Geral da Presidência. Mas, gente, o que eu queria compartilhar um pouco
203 com vocês, para além dos desafios que nós vamos ter esse ano, que eu acho que não é segredo para ninguém, este
204 vai ser um ano muito decisivo para o Brasil, para o nosso povo, para as nossas pautas, para a economia solidária e
205 para todas as pautas populares. Se alguém tinha alguma dúvida da importância que tem um governo popular
206 progressista, mesmo um governo de coalizão, que nós sabemos que não avança sempre tudo aquilo que a gente
207 gostaria, porque tem contradições, porque tem limites, porque tem contrapressões. Mas, se alguém tinha dúvida da
208 importância de um governo como esse, o que a gente viveu de 2019 a 2022, eu acho que foi mais do que suficiente e
209 penoso para que nenhum de nós tenha dúvida da importância, do sentido, do quanto historicamente é imprescindível
210 para o nosso povo um governo popular. E aqui chegou o nosso Ari aí, grande Ari. Uma salva de palmas para o Ari aí,
211 gente, nosso companheiro dos catadores, do SISC. Ou seja, mesmo com os conflitos, com o governo de coalizão, com
212 o parlamento que a gente tem, com tentativas de criar obstáculo para o avanço das nossas pautas populares, de
213 esquerda, do nosso povo, a importância desse governo é decisiva. E esse ano nós vamos passar por um teste. O Brasil
214 vai passar por um teste do amadurecimento da nossa democracia, da nossa conexão com o povo. E nós não vamos só
215 disputar com a extrema-direita esse ano. Nós vamos disputar com o neocolonialismo mundial. Que vocês não tenham
216 dúvida do papel que as big techs dos Estados Unidos, que as plataformas dos Estados Unidos vão buscar ter na eleição
217 desse ano. Não tenham dúvida disso. A eleição brasileira, esse ano, é a mais importante do mundo, não só pelo
218 tamanho do Brasil, mas pelo impacto dela na geopolítica mundial, na soberania latino-americana, para rejeitar um
219 projeto imperialista de neocolonização, de tomar nossos recursos naturais, de tomar nossos minerais críticos. Então
220 tem muita coisa em jogo. E por isso acho que a responsabilidade de todos nós, como vocês estão debatendo, e é
221 muito importante que estejam, o avanço da economia solidária agora após a regulamentação no decreto, lá na Expo

222 Catadores. Tem muitos desafios. Eu quero depois ouvi-los, porque sei do desafio. Ontem a gente debatia no SISC, foi
223 o tema que mais apareceu com os representantes catadores, o tema da tributação, que eu imagino que seja o mesmo
224 para várias organizações aqui. Eu acho que nós vamos ter, Gilberto, com encaminhamento prático. Eu me comprometi
225 isso no SISC e quero reafirmar esse compromisso aqui da gente organizar uma reunião já na próxima semana ou na
226 seguinte com o ministro Fernando Haddad, com a equipe da Fazenda, para a gente buscar construir mais avanços em
227 relação à tributação, porque senão a gente ganha, mas não leva. Senão a gente consegue fazer a regulamentação,
228 consegue fazer uma série de políticas para os catadores, mas as cooperativas ficam enfocadas por conta da tributação,
229 os empreendimentos de economia solidária muitas vezes não conseguem sair do papel ou, quando saem, não
230 conseguem avançar, ficam derrapando por causa da tributação. Então, esse é um compromisso que nós vamos ter.
231 Agora, para além disso, eu acho que quem está discutindo economia solidária, catador, pauta indígena, pauta
232 ambiental, pauta da moradia, pauta do trabalho, esse ano vai ter que se dividir entre a sua pauta e a pauta do Brasil.
233 Esse ano vai ser muito decisivo. E é um pouco esse espírito do trabalho que nós estamos construindo aqui na
234 Secretaria-Geral da Presidência da República. Tendo o papel, que é esse papel de dialogar com o conjunto dos
235 movimentos sociais, de buscar ser uma porta aberta para o diálogo verdadeiro, porque esse camarada aqui me
236 ensinou também uma coisa, que existem dois tipos de diálogo. Existe um diálogo que o diálogo proforma, o diálogo
237 para inglês ver, o diálogo que você recebe, tira uma foto e diz que é um governo aberto. E existe o diálogo honesto,
238 verdadeiro, franco, de dar devolutiva, de trabalhar para atender a pauta, e que muitas vezes implica também chegar
239 com franqueza com os movimentos, em vez de tratar de maneira paternalista um movimento social, com franqueza
240 e dizer, essa nós não vamos conseguir atender. Porque a pior coisa que tem para um movimento e para uma
241 organização da sociedade é ser enrolada. É chegar achando que levou tudo, transmitir isso para a base e depois não
242 levar nada. Essa é a pior coisa.

243 **Sr. Gilberto Carvalho (Suplente/MTE – Brasília):** – Quero fazer uma interrupção e pedir um aplauso para o papel que
244 esse rapaz teve, junto com a Sonia Guajajara e outros, na revogação do decreto da questão do Rio Madeira. Então,
245 faz parte desse diálogo.

246 **Sr. Guilherme Boulos (Ministro da Secretaria-Geral da Presidência)** – Foi pancada, viu, Gilberto? Foi pancadaria. Está
247 cedo ainda. Mas faz parte. Ou seja, então, nós temos esse papel de sentar com cada movimento e ser franco para que
248 ele possa chegar na sua base e dizer, isso talvez a gente não leve, mas isso nós vamos levar. E a gente garantir que ele
249 leve. Porque, senão, se a gente mina a relação das lideranças com a base do movimento, a gente enfraquece o
250 trabalho de base, a gente enfraquece o movimento social e a gente fortalece a direita entrando nos nossos territórios.
251 A descrença com a política. Porque quando o nosso povo da periferia, o povo que teve com a gente a vida toda,
252 começa a dizer, não quero saber de política, é tudo igual, o melhor antídoto que a gente tem para isso é fazer de um
253 jeito diferente. É fazer de um jeito verdadeiro, olho no olho. E é o que a gente tem buscado fazer aqui e ousar em
254 algumas iniciativas também. Por exemplo, nós vamos assinar duas portarias, mês que vem, dando tudo certo, de
255 programas que são inovadores, ainda numa escala menor do que a gente gostaria, mas que podem ser profundamente
256 pedagógicos para o Estado brasileiro e para a dinâmica do que a gente acredita. Um deles é o Orçamento do Povo. Eu
257 não sei se já tive a oportunidade de falar com vocês sobre isso. Obrigado, meu companheiro. Que é o seguinte, nós

258 vamos fazer um experimento de uma gestão mais participativa e popular do orçamento. Nós não estamos chamando
259 de orçamento participativo porque não é um OP estrito censo. E é muito difícil você fazer um OP estrito censo em
260 escala nacional num país com 208 milhões de habitantes. As experiências, não digo que é impossível, pode ser
261 possível, mas isso tem que ser resultado de um processo. Então, o que nós estamos fazendo com a proposta do
262 Orçamento do Povo é o seguinte, nós vamos pegar a plataforma Brasil Participativo, nós conversamos com alguns
263 ministros de ministérios que foram sensíveis parceiros, conseguimos pegar ações que já iriam ser feitas. Por exemplo,
264 o Padilha lá da Saúde, ele tinha não sei quantas ambulâncias do SAMU para entregar esse ano. Como é que essas
265 ambulâncias iriam ser entregues? Vem a demanda do prefeito, faz a análise técnica, só que a demanda sempre é
266 muito maior do que a entrega. Vêm os parlamentares, colocam a importância de ser atendido naquela região e tal.
267 Nós combinamos com ele e falamos, Padilha, pega uma parte disso, um percentual dessas ambulâncias, e nós vamos
268 fazer votação popular pelo aplicativo Nas Cidades, onde é prioritário ter. E nós vamos fazer isso com ambulância, nós
269 vamos fazer isso com transporte escolar, nós vamos fazer isso com cozinha solidária, nós vamos fazer isso com
270 unidades de cursinho pré-vestibular, nós vamos fazer isso com praças com Wi-Fi, com conjunto de entregas de
271 ministérios, em que as pessoas vão poder ir lá no aplicativo e votar o que é prioritário na sua cidade. Vamos supor
272 que para a cidade X tenha lá um milhão de reais, isso corresponde, a pessoa vai poder escolher entre cinco
273 ambulâncias do SAMU ou dois ônibus de transporte escolar ou três praças com Wi-Fi, e o povo vai votar e a mais
274 votada nós vamos entregar este ano, porque isso já está no orçamento, isso já está previsto, são atas abertas, então
275 não precisa licitar nada, já estava. Então vai ser um exercício pedagógico de participação social, ainda com uma parcela
276 muito pequena do orçamento, porque a gente não tinha margem para mexer, quando a gente fez essa discussão o
277 orçamento do ano já estava aprovado, mas que vingando isso, e com fé no povo brasileiro, o nosso presidente
278 continuando no ano que vem, nós temos condição de ampliar isso a um nível que é, na disputa política e social, talvez
279 um dos principais instrumentos que nós vamos ter para contrapor o sequestro do orçamento, pelo orçamento secreto,
280 pelas emendas, por parte do Congresso Nacional. Um instrumento pedagógico, enquanto eles fazem o orçamento
281 secreto, nós estamos fazendo o orçamento do povo, o povo decidindo para onde vai, com transparência, mudando a
282 maneira de alocação de parte do orçamento da União. Nós devemos lançar isso numa portaria interministerial nossa,
283 com a SRI e o Ministério do Planejamento, já no mês de março. E um outro, que o Gilberto acompanhou, o despacho
284 com o presidente, onde a gente fechou o programa, que vai ser o Juventude Solidária, que essa foi uma encomenda
285 do Lula, a partir da ideia do Projeto Rondon, e a partir de uma angústia que não é só dele, tenho certeza que é de
286 todos nós aqui, quando abre o celularzinho com a rede social, e vê o quanto uma nova geração de juventude está
287 desconectada de valores que nós achamos tão essenciais como a solidariedade, a participação, o envolvimento com
288 movimentos, ideais coletivos, ideais, enfim, de pensar um do melhor. O movimento de juventude, historicamente, foi
289 uma vanguarda no nosso campo, na luta contra a ditadura militar, ou mais recentemente, no governo Bolsonaro. Em
290 2019, a primeira grande luta popular contra o governo Bolsonaro foi o tsunami da educação, com centenas de milhares
291 de jovens indo para as ruas. E hoje nós estamos vendo uma disputa, inclusive à extrema-direita, uma visão fascista,
292 uma visão neoliberal, ganhando uma parte da consciência dos jovens. E o Lula via isso e ele via com uma angústia que
293 era fazer o seguinte, vamos tentar reeditar o que foi o Projeto Rondon. Os mais antigos vão lembrar, foi durante a
294 ditadura militar, inclusive, que começou, que era uma espécie de estágio de vivência na vida real do povo. Então

295 pegava os caras que estavam se formando em medicina numa universidade federal, mandava lá para uma comunidade
296 ribeirinha na Amazônia. Aí levava os estudantes para conhecer a realidade do sertão, do interior do país. Resultado,
297 a ditadura teve que dar uma suspendida no projeto porque estava voltando todo mundo comunista do Projeto
298 Rondon, porque os jovens viam a realidade do Brasil. E o Lula falou, nós precisamos fazer um Rondon urbano, e nós
299 vamos lançar também, mês que vem, numa portaria nossa, com o MEC e o Wellington, o Ministério do
300 Desenvolvimento Social, um projeto chamado Juventude Solidária, que vai conectar os jovens a projetos de
301 movimentos sociais nas periferias urbanas e no campo, inclusive a projetos de economia solidária.

302 **Sr. Gilberto Carvalho (Suplente/MTE – Brasília):** – Eu sou fruto do Projeto Rondon, imperatriz do Maranhão. Meu
303 primeiro despertar para a militância foi lá. É isso. Aí que você vê.

304 **Sr. Guilherme Boulos (Ministro da Secretaria-Geral da Presidência)** – Aí virou comunista. O único problema é que
305 virou palmeirense também. Mas a gente lamenta. Todo mundo tem seus defeitos. E hoje nós vivemos com
306 tranquilidade porque já está virando o freguês do Corinthians. E isso está conectado também, gente, todas essas
307 iniciativas. No fim do dia, essas iniciativas são iniciativas da gente, no governo, fortalecer a relação com o nosso povo.
308 No fim do dia, o que eu, nesses meses, Gilberto, entendi... Qual é o papel? Eu fiquei perguntando para o povo. Qual é
309 o papel da Secretaria-Geral? Você tem que se achar. Você chega em um lugar e fala qual é o seu papel. Eu entendi
310 que o grande papel da Secretaria-Geral da Presidência é a gente mostrar para o povo e para o nosso próprio governo
311 que a presença no território a disputa de consciência do povo não pode ser feita só de 4 em 4 anos. É ter um processo
312 de participação e de presença permanente. E isso é um papel dos movimentos sociais com trabalho de base? É. Mas
313 isso também é um papel do governo. Fortalecer. Porque muitas vezes... Boa parte de quem está aqui é de movimento
314 social. Eu também sou de movimento social. E a gente sabe que o movimento social tem instrumentos e recursos
315 extremamente limitados para fazer o seu trabalho. Muitas vezes tem um engajamento e uma vontade ilimitada. Uma
316 disposição militante ilimitada. Mas tem recursos limitados. E a gente fica dando murro em ponta de faca. Então, um
317 governo popular também tem um papel de fortalecer isso. Aqui com a Diretoria de Educação Popular, por exemplo,
318 o trabalho que nós estamos fortalecendo com os agentes. E os agentes de economia solidária são parte disso, junto
319 com os agentes populares da saúde, com os agentes territoriais de cultura, junto com o conjunto dos agentes do
320 governo, que eu acho que ali, o potencial que tem isso, o nosso governo ainda não descobriu. E precisa descobrir. Até
321 para poder investir mais e ampliar isso. Olhem a experiência extraordinária que está acontecendo no México. Gilberto
322 que me atentou para ela e fui pesquisar e ver. Olhem a experiência extraordinária que está acontecendo lá. Com os
323 agentes levando as políticas públicas para o povo. 30 mil agentes. Gente, essa é a maior vacina contra fake news e
324 mentiraiada de rede social. Claro que nós vamos ter que fazer a disputa na rede também e melhorar o jeito que a
325 gente faz. Mas, além disso, não tem nada no mundo que substitua o olho no olho, o pé no barro, a conversa com o
326 povo. E o governo tem que ter condição e instrumento para fazer isso com os agentes, em parceria com o movimento
327 social, porque os agentes vêm daí. O pessoal acha que é recurso, mas é uma ajudinha de custo desse tamanho para o
328 cara conseguir, às vezes, ter a condição de começar a se deslocar para fazer o trabalho militante dele em relação à
329 participação social. Então, companheiros e companheiras, já falei demais, mas esse é um pouco do resumo das
330 iniciativas, do projeto, do horizonte que a gente tem atuado com o time aqui na Secretaria-Geral. Aliás, quero também

331 aproveitar para fazer um agradecimento público, não só ao Gilberto, mas a vocês, por terem cedido o Chico aqui para
332 a gente, que estava lá no Ministério do Trabalho, e o Chico tem nos ajudado aqui a comprar briga. Ele falou... Mas
333 depois ficou chorando. Quando eu o levei, ficou chorando, viu, Chico? Que tem nos ajudado aqui a tocar muito bem
334 a pauta dos catadores, dos caminhoneiros, de economia solidária, de vários segmentos aqui. E sobre, particularmente,
335 o tema dos catadores e catadoras, acho que vamos ter condição, até porque esse é um xodó do Lula, é uma coisa que
336 ele vê com um carinho muito especial, de ter um avanço muito significativo, e é importante que, nesse avanço, a
337 gente consiga levar o conjunto da economia solidária a partir também de um debate de economia circular, a partir de
338 um debate mais amplo que envolva meio ambiente, que envolva economia solidária, que dialogue com o
339 empreendedorismo popular e periférico. Eu sei que, às vezes, muitos de nós, quando a gente usa a palavra
340 empreendedorismo, a gente fica... Mas a realidade é a seguinte, e vou terminar de verdade contando uma história
341 para vocês que acho que, para mim, foi uma história que gerou reflexão. Para alguns de nós pode gerar preocupação,
342 desespero, puxa, para onde estamos indo? Mas eu acho que a gente tem que traduzir isso em reflexão. Na campanha
343 lá em São Paulo, em 2024, uma campanha dura para caramba, aliás, ontem nós tivemos uma vitória judicial, fui até
344 tomar uma cervejinha em homenagem. Ontem nós conseguimos uma vitória contra aquele escroque do Pablo Marçal,
345 que foi o cara que acabou, no fim do dia, definindo a campanha, com os ataques baixos que fez. Ontem a Justiça
346 determinou que ele não pode mais sair de Barueri, que é a cidade onde mora, sem autorização judicial, não pode mais
347 frequentar bar e vai ter que, todo mês, no fórum, assinar para o juiz para dizer que está presente lá. Mas ainda é
348 pouco, ainda é pouco. Mas por que estou falando disso? Porque teve uma coisa para mim que foi muito ilustrativa
349 dos desafios que nós temos. Nós estávamos lá na campanha em São Paulo, uma guerra do caramba, finalzinho do
350 primeiro turno, nós empatados com o Pablo Marçal e o Ricardo Nunes, os três ali empatados, uma guerra danada.
351 Historicamente, o nosso campo cresce na reta final, e esse crescimento vem da periferia, é o povo que vai declarando
352 voto, decidindo voto na reta final. E estavam faltando umas duas semanas e aquele crescimento não vinha. Nós
353 falamos, puta merda, cadê o nosso povo? Vinha, mas vinha... Nós até ganhamos no primeiro turno na maioria dos
354 distritos da periferia de São Paulo, mas estava menos do que precisava. Nós fomos fazer uma pesquisa qualitativa,
355 vocês sabem, pesquisa qualitativa, você junta o segmento da sociedade para entender como é que o povo está
356 pensando e ver como é que você vai dialogar com eleitores do fundão da periferia de São Paulo que estavam
357 declarando votos no Marçal e no Nunes. Juntamos essa turma em uma sala. O povo nosso. Era a manicure lá da Cidade
358 Tiradentes, era o cara da Constituição Civil lá do Grajaú, era o camelô do Campo Limpo, era o nosso povo. E eu fiz
359 questão, porque, às vezes, candidato você tem que sentir, eu fui assistir esses grupos de quadros, você assiste
360 escondido, aquela coisa do vidro preto, o povo não sabe que você está lá, mas você fica assistindo. E uma hora a
361 mediadora dos grupos perguntou o seguinte, quem vocês acham que defende os pobres entre os candidatos? E a
362 resposta unânime do grupo foi o Boulos. Eu fiquei meio assim, escolheram o grupo errado. Ela perguntou, por que
363 vocês estão dizendo que não vão votar no Boulos? Porque eu não sou pobre. O Boulos defende o cara do Bolsa Família,
364 o morador de rua, quem precisa de esmola do Estado. Eu sou empreendedor, eu não preciso disso. Então, veja,
365 quando a gente fala em economia solidária, é por isso que eu quis trazer essa provocação para vocês, nós temos que
366 chegar na cabeça dessa manicure da Cidade Tiradentes, que disse isso. Nós não podemos ser um negócio que a gente
367 fale só para nós mesmos e pregue para convertido, para quem já é de esquerda e do movimento de economia

368 solidária. Nós temos que encontrar caminhos para fazer a ponte com esse camelô, que é um cara da economia
369 popular, lá do Capão Redondo, que diz que não vota na gente. Era eu, meu nome ali, mas podia ser o do Lula, podia
370 ser qualquer um de nós. Ele está falando da esquerda, é um imaginário, é uma visão de mundo, que a gente defende
371 que o Estado dá esmola para as pessoas e que ele trabalhe, não precisa disso, não. Então, isso eu acho que é um tema
372 que nós vamos ter que discutir, inclusive para os desafios que a gente tem esse ano. Eu acho que a economia solidária
373 pode ser decisiva para esses desafios, sobretudo quando a gente conseguir dialogar com essa consciência de
374 empreendedorismo popular e periférico, que no fim do dia, se a gente acertar e se tiver recurso, lógico, nós podemos
375 perfeitamente traduzir esse anseio dele como economia popular e solidária. Está contigo, Gilberto.

376 **Sr. Gilberto Carvalho (Suplente/MTE – Brasília):** – Maravilha, Ricardo, muitíssimo obrigado. Guilherme. Vamos abrir
377 a palavra, umas cinco pessoas, para que o Boulos possa... Até às 11h. Nós vamos respeitar muito o tempo dele, porque
378 eu sei que ele tem compromisso muito... Então, Fernandes, recolhe as inscrições. Você não tem papel aí, não é? A
379 genia... Ah, anota. Então, vamos lá. Começou a juventude. Lógico, sem fé.

380 **Sra. Ana Caroline Carmo da Silva (Titular/FBES – Goiânia/GO):** – Bom dia, gente. Guilherme Boulos. Nossa, estou
381 emocionada, porque eu te sigo há muito tempo, sabe? E eu sou muito sua fã. Inclusive, a gente vê essa trajetória das
382 pessoas que estão há mais tempo que a gente, mas que ainda também é muito jovem e que traz uma linguagem muito
383 bacana às redes sociais para a juventude. Bom, vou defender meu povo aqui. A juventude hoje, ela é elevada pelo
384 outro lado, pela direita, justamente com essa didática do empreendedorismo. Porque a nossa juventude quer ser
385 bem-sucedida. É um sonho americano que chegou no Brasil. Todo mundo quer ser bem-sucedido, e isso é da questão
386 financeira. E é uma coisa que tem que ser estudada também, porque o que é ser bem-sucedido financeiramente? É
387 estar bem, trabalhar e preservar o meio ambiente. Tem toda a questão de visão de mundo. Mas a problemática da
388 tributação é uma coisa que me debrucei como estudante de economia, que, orgulhosamente, termino no próximo
389 ano, e que é muito grave, porque, quando falamos da tributação, falamos dos direitos que construímos há décadas,
390 que buscamos há décadas garantir para o pessoal que é da CLT, mas que os nossos trabalhadores não têm. Eu sou
391 uma mãe solo, jovem, mãe solo, empreendedora, empreendo na economia solidária desde que entendo por gente,
392 mas que, se eu quebrar um braço hoje, não tenho seguridade e não consigo sustentar a minha família. E qual é o
393 caminho? É o meio? Para a gente não serve. E, me debruçando sobre essa lei que conseguimos garantir para nós, eu
394 vi que temos um déficit enorme na lei em relação à tributação, mas, quando vou pesquisar sobre tributação, para nós
395 não existe um modelo padrão. E aí é onde eu achei na França, que, inclusive, vale a pena vocês pesquisarem a Lei de
396 Economia Solidária da França, que é uma coisa linda. E que garante a gente, aos empreendimentos de lá, uma
397 tributação justa, híbrida, com participação do empreendimento e dos empreendados ali, do pessoal que é cooperado
398 daquele empreendimento. Eu, inclusive, mandei para a Gilberto, a Gilberto, a proposta. E eu acho interessante o
399 sistema híbrido. E eu acho muito importante construir isso com a base. Não é daqui para lá, é de lá para cá. Obrigada.

400 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Obrigado, companheira Ana Caroline. Vicente, do Grupo
401 Trabalho da Amazonas.

402 **Sr. Vicente Raimundo de Almeida Neves (Titular/GTA – Silves-Manaus/AM):** – Bom dia, gente. Eu sou o Vicente. Eu
403 sou lá de Silves, uma ilha que fica a quatro horas de carro de Manaus, da região metropolitana. Um dia desse, o Ari
404 foi meio perto de onde eu moro. Bem, eu trouxe essa fruta. Na verdade, não sei se todo mundo conhece, é uma fruta
405 da Amazônia, que é da árvore mais alta que existe por aí. Então, eu queria falar sobre duas coisas. É a nossa castanha.
406 A castanha do Brasil. Está aí dentro, cara. Não é fácil comer essa fruta. É ouriço. Está aí dentro a castanha. Não é fácil
407 comer. É tipo a nossa vida. Não é fácil comer essa fruta. Então, eu queria fazer um comentário rapidinho sobre esse
408 desafio que nós temos de realmente dizer para o empresário o quanto ele depende realmente da... Vamos dizer, no
409 bom sentido, hoje, uma análise de conjuntura rápida para tudo isso que está acontecendo, a necessidade de reeleger
410 o nosso presidente. Eu queria contar a história também. Eu estava em um comércio ali do bairro, quando eu fico em
411 Manaus, tem lugares que eu compro ali próximo, no Mercadinho, e nós estávamos numa discussão sobre essa questão
412 do Lula, o Lula e também da Dilma, ainda lembrando, e o dono do Mercadinho disse, não é vizinho, sobre essa
413 questão do Lula, da esquerda e tal, eu disse, olha, se o Lula não for reeleito, o teu Mercadinho vai falir. Ele disse, pô,
414 mas como? Eu digo, sabe por quê? Eu disse, o pessoal que tem dinheiro, a classe média, a classe e tal, estão ali no
415 Carrefour, ali fora. Estão ali no Carrefour, lá no ataque. Eu digo, sabe, quem compra aqui no teu comércio é o pessoal
416 do Bolsa Família. Entendeu? Enfim, para dizer outra coisa, ano passado, nós trabalhamos muito na questão do
417 ativismo ambiental, por causa da COP30 e tal, e esse ano nós dissemos, nós vamos ganhar um pouco de dinheiro. Só
418 que nós descobrimos, descobrimos não, a gente tem que concordar que, esse ano, nós temos um trabalho, além
419 daquilo que nós temos que fazer com uma economia solidária, o nosso compromisso é realmente eleger o nosso
420 presidente novamente. Entendeu? Então, para dizer que nós estamos à disposição para isso.

421 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Muito obrigado, Vicente. Companheiros e companheiras,
422 nós temos ainda Jairo, Santiago e Alzira nas cinco primeiras inscrições. Vamos manter essa aí, cinco, tem mais pessoas
423 que se inscreveram, e ver se dá tempo de mais uma rodada para respeitar aqui o limite que o nosso ministro tem,
424 está bem?

425 **Sr. Alfredo Jairo dos Santos (Titular/Rede de Gestores – Salvador/BA):** – Então, Jairo, por favor, da rede de gestores.
426 Então, meus companheiros, minhas companheiras, eu sou Jairo Santos, ministro da rede de gestores de políticas
427 públicas de economia solidária e do governo da Bahia. E estou, assim, muito feliz com esse início de encontro do
428 Conselho Nacional de Economia Solidária e de receber essa fala do ministro Boulos aqui conosco, porque isso
429 representa um fortalecimento da esperança desse trabalho que é a economia solidária no Brasil. E fazer essa ponte
430 da economia solidária na busca de milhões de trabalhadores do campo da economia popular tem uma importância
431 muito grande para nós, porque isso rompe uma situação que leva a um atraso muito grande no nosso país, no campo
432 da luta popular, do movimento popular do nosso país. Isso tem uma importância. A Bahia, que está no campo
433 democrático há 20 anos, com o governo democrático, é um exemplo desse trabalho da economia solidária com os
434 centros públicos de economia solidária, com o trabalho do movimento popular, o trabalho das organizações. Isso
435 precisa ser fortalecido cada vez mais, ministro. E o nosso pedido aqui, o que eu venho, em nome da rede de gestores,
436 pedir, é que a gente fortaleça os sinais com o recurso necessário para chegar na base, chegar no campo da luta lá com
437 os centros públicos, com a organização das feiras, dos festivais, do desenvolvimento da produção, que é fundamental

438 para nós. E essa presença de um projeto voltado para as regiões metropolitanas urbanas do nosso país é muito
439 importante, que a juventude seja inserida nessa luta no campo popular. Isso tem importância muito grande. E aí, para
440 nós, da rede de gestores, nós estamos contribuindo com isso, estamos realizando, em maio, um seminário no Rio de
441 Janeiro, com todas as organizações do campo popular, da economia solidária. Está aqui a Celestina contribuindo com
442 esse trabalho. Com o apoio das CNAIS, vamos ter um grande movimento da economia solidária no Rio de Janeiro, em
443 maio, e estamos convidando aqui, já de antemão, o senhor e a sua equipe.

444 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Obrigado, Jairo. Santiago, da Caritas Brasileira.

445 **Sr. Francisco José de Lima Santiago (Suplente/Cáritas Brasileira):** – Bom dia, ministro. Quero dizer também que lhe
446 sigo e sou admirador já de muito tempo. E queria reforçar, na verdade, que a economia popular solidária tem essa
447 abrangência ampla de possibilidades. Mas eu queria trazer dois temas que eu considero que você tem muito
448 conhecimento e admiro. A possibilidade que as cozinhas comunitárias e solidárias têm de trabalhar junto a essas
449 famílias que hoje são beneficiadas, necessitam de receber, serem empreendimentos de economia solidária. E aí a
450 gente precisa ter esse olhar, e ter recurso que você colocou, e ter uma oportunidade. Porque, por exemplo, lá no
451 Ceará, tem o Ceará Sem Fome, que se soma a isso. Eu represento a Caritas Brasileira, mas sou do Ceará. Então, você
452 tem mais de duas mil cozinhas lá hoje, e cada uma servindo cem refeições. Então, a gente precisa também cuidar da
453 formação política dessas pessoas, como você mesmo colocou aqui. Então, o que acontece hoje, a economia solidária
454 é também a empreendedora. Você chamou para essa reflexão sobre o empreendedorismo, e eu acredito que a gente
455 tem que fazer isso. É também a empreendedora. O que complica, às vezes, é quando você traz um curso de
456 empreendedorismo para essas mulheres, para essas famílias, está entendendo? E não faz uma reflexão social que elas
457 estão vivendo. Então, a gente precisa dar esses passos para depois chegar ao empreendedorismo. E para terminar a
458 minha fala, está certo? Que bom também que você está com a equipe, a outra que eu considero que você fez uma
459 fala belíssima, e eu tenho usado na COP sobre os catadores. O papel dos catadores e das catadoras de materiais
460 escravos. Eu tenho um vídeozinho seu, e a gente trabalha muito nas associações, que é de reconhecimento. E que
461 bom que você está com o Ari. A última vez que eu vi o Ari, ele ainda tinha os cabelos grandes ainda. Mas que bom que
462 ele está nessa pauta também, com os catadores. Ontem eu saí correndo lá do Ceará para o aeroporto, de uma reunião
463 com os catadores, porque a gente tem decreto, a gente tem lei, mas, infelizmente, é uma luta diária, porque os
464 municípios não cumprem isso. E há uma luta lá contra os municípios que querem fazer a incineração para se livrar dos
465 lixões. Então, eu acho que isso, se são uma economia solidária, são duas pautas de importantíssimo que a gente
466 avança. Desculpe aí, Fernando.

467 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Obrigado, Santi. Alzira, e a gente fecha o bloco das cinco
468 perguntas, manifestações, para o ministro responder.

469 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – Bom dia. Ministro, parabéns. Muito bom lhe ver
470 nessa bancada de ministros aqui no governo brasileiro. Significa um oxigênio novo e importante em todos os sentidos.
471 Então, quero saudar também o meu companheiro Chiquinho, lá, meu conterrâneo pernambucano, de quem já

472 também atravessamos grandes batalhas na gestão pública municipal, lá no primeiro governo do João Paulo, em Recife.
473 Então, o Santiago deixou aqui uma deixa para mim, que é uma questão importantíssima, e que dialoga com a questão
474 que o ministro coloca hoje, que é o seguinte. Qual a estratégia do governo brasileiro para trabalhar a transição das
475 comunidades populares numa perspectiva de sustentabilidade política, econômica e social? Então, nós temos
476 defendido na economia solidária, não de hoje, que a economia solidária é essa estratégia socioeconômica e política e
477 ambiental, não é de hoje. Então, para o governo que tem a estratégia de Bolsa Família, de cozinhas solidárias e
478 comunitárias, como a gente faz essa ligação? Como a gente apresenta a economia solidária como a porta de saída
479 para a vulnerabilidade e a desigualdade no Brasil? Me desculpe, ministro, mas não é o empreendedorismo. Porque o
480 empreendedorismo está ligado ao sonho americano, que faliu. O sonho americano, inclusive para a juventude
481 americana e para a população americana, faliu. É o maior desastre do mundo hoje, é a realidade social e econômica
482 americana. E nós precisamos dizer isso. O empreendedorismo é uma ideologia e uma cosmovisão de destruir direitos
483 sociais e da classe trabalhadora no mundo. Então, empreender é uma coisa. Nós sempre fizemos isso, desde a década
484 de 70. Trabalhamos a economia solidária com as organizações populares dos morros favela, buscando construir a
485 economia popular solidária no Brasil. Mas não era essa visão de empreendedorismo. Porque o empreendedorismo
486 desconecta a atividade econômica da ação política. Diz que isso não tem nada a ver com a situação econômica. Então,
487 nós precisamos realmente aprofundar esse debate, ministro. Precisamos, sim. Porque ontem, conversando inclusive
488 com o pessoal do Ministério de Desenvolvimento Social, eu disse, olha, alguns de vocês estão apresentando para as
489 cozinhas a situação de ser MEI. Isso não vai resolver a perspectiva de estratégia das cozinhas, que são, por si, um
490 equipamento, uma organização comunitária, popular e solidária, na sua essência. A gente tem que dar um salto nesse
491 sentido, e aí a tributação, o registro, vai ser bem importante. Tem uma questão muito séria para a gente conversar,
492 sobre a questão do Bolsa Família. Porque a maior parte dos trabalhadores e das trabalhadoras que tem o Bolsa Família
493 tem medo de se registrar, inclusive na nossa nova legislação, com medo de perder o Bolsa Família, ministro. É justo.
494 Por quê? O Bolsa Família significa um esteio, significa uma forma de sobrevivência imediata, nós sabemos disso. E
495 muita gente engana o próprio governo, engana a própria política com mentiras justas e necessárias, por conta da sua
496 sobrevivência. Mas a gente não pode colocar o Bolsa Família em contrário à Economia Solidária, porque está
497 acontecendo isso. Então, a gente tem que fazer uma discussão estratégica com o Ministério do Desenvolvimento
498 Social, para dizer o seguinte, como a gente conjuga o Bolsa Família e uma política social com a estratégia de saída para
499 a Economia Solidária, mas entendendo o seguinte, se você se registrar e se cadastrar com a Economia Solidária, você
500 não vai perder o Bolsa Família, porque isso seria uma punição. Então, a gente precisa construir um prazo de dizer o
501 seguinte, você vai ter o Bolsa Família por mais cinco ou seis anos, aí a gente tem que estudar esse prazo, eu estou
502 jogando aqui, porque, em geral, a gente coloca sustentabilidade com cinco anos, e a gente dizer o seguinte, vai ter
503 Bolsa Família, não é, Geni? Lá com a população sofrida lá do Rio Grande do Sul, vai ter Bolsa Família, mas, daqui a
504 cinco anos, a gente discute qual é essa possibilidade de sustentabilidade, mas a gente não pode, de jeito nenhum,
505 construir a estratégia da Economia Solidária sem vincular a essa discussão do Bolsa Família e das cozinhas. Então, era
506 isso o meu recado, e aqui falando em nome das mulheres que fazem o Bolsa Família no Brasil.

507 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Obrigado, Alzira. Companheiros, companheiras, é isso. O
508 nosso combinado primeiro são cinco falas, vamos devolver para o ministro. Se tiver alguma brechinha ainda, a gente
509 faz mais uma rodada. Então, já estamos aí, está bom? Obrigado.

510 **Sr. Gilberto Carvalho (Suplente/MTE – Brasília):** – Não, pessoal, não é a única vez que nós vamos falar com o ministro.
511 Vamos cumprir o que nós acordamos até as onze. Ele vai falar, vai se despedir, e a gente peça desculpas aos que se
512 inscreveram depois, mas nós vamos chamá-lo de novo. Se a gente não fizer isso, ele nunca mais volta.

513 **Sr. Guilherme Boulos (Ministro da Secretaria-Geral da Presidência)** – Muito bom, gente. Obrigado pelas
514 intervenções. Eu vou começar dialogando com a fala da Alzira, que eu achei muito boa, provocativa no bom sentido
515 do nosso debate. Veja, é lógico que o empreendedorismo, enquanto conceito, é uma ideologia neoliberal,
516 individualista, que cria um rasgo no seio da classe trabalhadora, do trabalhador se sentir ele próprio, individualmente,
517 como um agente separado da sua classe, da coletividade, estimula a consciência individual. Quanto a isso, eu acho
518 que quem é de esquerda parte de um pressuposto. A questão é, o desafio para mim é outro, como é que nós vamos
519 dialogar com esses trabalhadores que têm a consciência como empreendedores? Como é que nós vamos dialogar
520 com esses trabalhadores que eu mencionei aqui, do extremo da periferia urbana, historicamente nossos, e que foram
521 ganhos por essa consciência? Nós temos a opção de chegar para eles e falar, você não é empreendedor porcaria
522 nenhuma. Chegar para um motorista de Uber e falar, empreendedor nada, você está sendo superexplorado por uma
523 plataforma. Eu acho que, se nós falarmos isso, ele vai fechar o ouvido para nós e não vai ouvir a frase seguinte. A
524 questão é como nós vamos construir os canais de diálogo com os trabalhadores que foram, não é ser ganho por essa
525 ideologia, mas como nós vamos dialogar com quem foi ganho por ela. E, infelizmente, são milhões e milhões de
526 trabalhadores e trabalhadoras. Por isso eu acho que não dá para jogar a criança com água do banho. Uma coisa é ter
527 a concepção do que nós entendemos da ideologia neoliberal do empreendedorismo. Outra coisa é construir um
528 instrumento para dialogar com um sentimento de empreendedorismo popular e periférico que existe, está presente
529 na consciência trabalhadora, apesar de nós. Nós não podemos negar esse fenômeno. E eu acho que é aí onde entra
530 um desafio. Não é fácil, não. Eu não tenho resposta para isso, não. Eu acho que nós temos que construir essa resposta
531 juntos. Existem caminhos. Nós estamos muito focados no tema dos trabalhadores de plataforma, como estudar
532 experiências internacionais. E nem precisa ir tão longe. Pegue aqui em Araraquara, com Edinho, quando era prefeito
533 em Araraquara, da cooperativa de entregadores que ele fez com o aplicativo municipal. Você pega, talvez o exemplo
534 mais conhecido é o da França, onde eles criaram uma cooperativa nacional para concorrer com a Uber e com os
535 sistemas de entrega. E funciona. Maravilhosamente bem. Ou seja, esse trabalhador que estava lá na Uber, no
536 aplicativo, para fazer uma corrida, ou que estava em cima de uma moto para fazer um delivery, se ele está
537 cooperativado numa plataforma da qual ele faz parte, com um ganho que é unicamente a reprodução do
538 investimento, que não tem exploração dele e não sei o quê, nós temos condições de fazer um ganho com consciência
539 coletiva. Eu acho que o desafio que nós temos vai por aí. Como é que a economia solidária pode construir essa ponte?
540 E, para isso, ela tem que dialogar, do meu ponto de vista, com esse sentimento de empreendedorismo das periferias.
541 Sem ceder ideologicamente à perspectiva liberal e individualista, mas reconhecendo que ela existe e apresentando
542 uma alternativa e uma porta de saída para ela. O tema das cozinhas solidárias, eu também acho, gente, a

543 regulamentação que a gente conseguiu é frágil do programa. Digo como o cara que foi o autor da lei que aprovou,
544 como deputado, o programa de cozinhas solidárias. No processo de regulamentação, e aí são os receios. Gato
545 escaldado tem medo de água fria. Esse camarada aqui, ministro da Secretaria-Geral, conseguiu derrubar o decreto
546 que ele fez, a Dilma Suna, que era o decreto bolivariano, você lembra disso. Apanhou igual louco, porque era um
547 decreto de conselhos, de participação social. Toda vez que a gente fala num instrumento de uma política pública e
548 que há repasse de recurso para organizações populares, há grita. Então, a nossa turma às vezes se acostuma, e eu não
549 acho que isso é bom, não, isso é ruim. Há uma certa autocensura. Então, a gente vai lá, faz uma regulamentação toda
550 preocupada, toda defensiva, para não sofrer nenhum tipo de questionamento do outro lado, e a gente cria uma
551 armadilha para nós mesmos, porque essa regulamentação cria uma dificuldade de ser efetivada. Então, eu acho que
552 não precisamos discutir, isso não é só no caso das cozinhas. O que a gente faz hoje nas cozinhas, fora servir alimento,
553 tem que fazer informalmente, por fora do programa. Por exemplo, cursinhos populares, por exemplo, usar o espaço
554 da cozinha para a biblioteca, usar o espaço da cozinha para outras coisas. Mas isso é um movimento social organizando
555 a sua atividade, isso não faz parte, não tem um respaldo de qualquer tipo de política pública. Esse é um problema, e
556 é um problema que eu acho que nós temos que resolver. E vocês querem saber? Eu acho que esse é um desafio que
557 nós precisamos ter tempo para travar. E acho que passando a guerra desse ano, eu acho que nós temos toda a
558 disposição de travar. A iniciativa privada, ela abriu uma porta. As parcerias públicos-privadas e os sistemas de
559 concessão... Quando você, terceiriza, por uma OS, gerir um sistema de saúde do SUS numa cidade, ou por uma
560 organização, gerir as creches conveniadas, o sistema de educação infantil, esse mesmo precedente, esta mesma regra,
561 que é repasse de recurso público para uma associação defendida pela direita, nos dá o arcabouço legal e as condições
562 das parcerias que nós defendemos. As duas são PPPs, a deles são parceria público-privada, a nossa é parceria público-
563 popular. E acho que nós temos todas as condições de construir e avançar nesse sistema um pouco mais adiante. Quero
564 depois conhecer, Ana Carolina, esse modelo da França, da tributação. Você passou para o Gilberto. Gilberto, se puder,
565 passa para nós. Acho que nós temos que chegar bem respaldados para fazer o debate no Ministério da Fazenda.
566 Vamos. Depois eu não posso ir embora daqui sem o companheiro Vicente me mostrar como é que abre esse negócio
567 aqui, senão vou ficar perdido jogando no chão lá, não sei o quê, sem saber. O Gilberto falou que é na cabeça do Chico,
568 mas eu não vou fazer isso contra o Chico. Jamais faria isso com o Chiquinho. Hoje nós estamos indo para Goiás fazer
569 o governo do Brasil na rua. Eu não vou falar esse tipo de coisa, gente. E dizer, meus companheiros e minhas
570 companheiras, que, para além de toda a pauta que discutimos aqui, vamos continuar discutindo, como disse o
571 Gilberto, o que vocês precisarem do nosso apoio, da nossa construção conjunta, nós vamos fazer. Mas, para além
572 disso, acho que o nosso foco, com nossa prioridade 1, 2 e 3 nesse ano, é enfrentar o desafio que nós vamos ter que
573 enfrentar de disputa de consciência, de projeto na sociedade brasileira. Não será fácil. A pior coisa é quando o nosso
574 campo começa a entrar numa linha de já ganhou. É aí que a gente toma porrada. É aí que a gente perde. Entrar de
575 salto alto achando que já ganhou. Olha aí a pesquisa que saiu hoje. Não será. Empate, no segundo turno. Ou seja, não
576 será fácil. Será guerra. Nós vamos ter que entrar. Não adianta entrar em campo igual o Flamengo contra o Corinthians
577 na final da Supercopa achando que já ganhou. Tomou de 3 a 0. Foi 2, mas teve o gol do Memphis, que eles deram um
578 impedimento absurdo, porque o VAR não estava funcionando. Era para ser 3 a 0. O Sr. Cecílio fica bravo que ele é
579 flamenguista. Gilberto falou, o Sr. Cecílio é um cara que é impressionante. Acho que desde o Dom Pedro, ele só não

580 estava aqui no Palácio, porque era lá no Rio de Janeiro a capital. Conhece toda a história, mas tem esse problema de
581 ser flamenguista. O Flamengo entrou em campo de salto alto achando que já ganhou. Tomou-lhe. Nós temos... E com
582 um time muito melhor, reconheço, que o nosso. Mas perdeu. Nós temos que entrar nesse... Vaiser sangue no olho e
583 faca nos dentes. Esse ano nós vamos ter que ir para cada território, para cada quebrada, conversar com o nosso povo
584 com muita firmeza para fazer essa disputa social. Acho que os nossos agentes têm um papel importante. Acho que
585 todos os nossos conselhos têm um papel importante. As nossas iniciativas e empreendimentos de economia solidária,
586 na ponta, têm um papel importante. Quem está nos movimentos sociais, na ponta, tem um papel importante. Nós
587 vamos ter que fazer isso de maneira muito articulada. Obrigado, gente. Excelente reunião do conselho para vocês.

588 **Sr. Gilberto Carvalho (Suplente/MTE – Brasília):** – Bom, já agradeço. Quero reiterar, Guilherme, a importância da tua
589 presença aqui. Você viu a fecundidade do diálogo. Pena que a gente não tem mais tempo. Mas até por respeito às
590 pessoas que nós convidamos para o debate próximo agora, eu vou pedir para a gente já, eu vou pedir para passar
591 para o Fernando e a Iracema, eles vão coordenar o debate, que é justamente sobre a questão toda ligada à questão
592 da tributação, à questão da previdência, registro de empreendimentos de economia solidária e tal. Então já vamos
593 tocar, não vamos fazer intervalo. Depois do almoço, a gente discute o resto da pauta e toca. Tudo bem? Então,
594 Guilherme. Há uma fotinha. Está bom. Está bom, vamos lá, vamos lá, está bom. Está bem. Pessoal, vamos sentando
595 rapidinho. A gente vai começar. Fernando. Assume aqui.

596 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Pessoal, vamos retomar aqui a nossa discussão. Vamos lá,
597 turma. Conselheiros e conselheiras, por gentileza, voltemos aos nossos lugares, por favor. Bora, Sandrão. Vicente.
598 Chiquinho. Bora lá, Jairo. Iracema me ajuda aqui. Companheiros, companheiras, colegas, amigos e amigas, vejam só.
599 Nós, quando preparávamos esta reunião do Conselho, fizemos uma reunião virtual do Conselho, discutindo algumas
600 coisas e apontando agenda, inclusive para essa presencial, e depois fizemos uma reunião com o Comitê Permanente
601 do Conselho Nacional para ajustar o que seria a programação. Então, aqui, elencamos... O Gil acho que não passou
602 toda a programação, vou passar mais geral aí. Vocês receberam na entrada também, a programação tem aí detalhada.
603 Mas elencamos três assuntos... Elencamos três assuntos importantes, sem demérito a todos os outros, que são
604 agendas importantes da Secretaria, para debater nessa reunião presencial. O primeiro é, sem também pretensão
605 nenhuma de dizer que debateu aqui, acabou o assunto, está esgotado e tal, mas são pontapés, inclusive depois para
606 tirar encaminhamento. O primeiro deles era abrir uma conversa sobre as lacunas que ficaram a serem regulamentadas
607 ainda em decorrência do nosso decreto de regulamentação da Lei nº 15.068, nossa querida Lei Paul Singer. Nós já
608 havíamos falado sobre isso, inclusive, que o decreto cumpriria uma parte desta tarefa e há necessidade do Conselho
609 debater o que ainda precisa, sobretudo nesse campo da tributação, do registro, da previdência ou outros aspectos
610 que perpassam por aí. Então, este é o primeiro dos pontos que o Comitê e a gente combinou lá no Conselho, que é o
611 que nós vamos fazer agora, eu já falo mais sobre isso. O segundo, a partir da tarde de hoje, é discutir os elementos
612 fundamentais da estruturação ou da atualização de normativos do Conselho Nacional de Economia Solidária. Isso
613 também, quem eventualmente não acompanhou as reuniões anteriores, nós já sinalizávamos isso no início do ano
614 passado, quando tinha composto o Comitê de Marco Legal deste Conselho, que uma das tarefas era a
615 regulamentação, o decreto de regulamentação, a outra era atualizar os normativos do Conselho. Porque, sobretudo,

616 e vocês vão lembrar, ele tem um problema jurídico, inclusive, de não existir na sua formatação original, porque o
617 decreto lá que criava caiu. Depois, nessa hora, a gente fala mais sobre isso. E o terceiro ponto fundamental de debate,
618 esse fica para amanhã, é o Plano Nacional de Economia Solidária, que decorre das resoluções da Conferência Nacional
619 de Economia Solidária. Então, a ideia é que a gente se debruce na minuta zero, na versão zero, do plano que foi
620 preparado por um comitê, um pequeno comitê que foi tirado por esse Conselho, e, a partir disso, sem pretensão de
621 dizer ainda, ou dizer, depende de como é que o papo vai, está fechado o plano, porque tem conversas com ministérios,
622 com outros pares que precisam ser feitas, para que ele não se torne um plano genérico, genérico não, plano muito
623 bom, mas não aplicável, porque não tinha acordo com pares que tinham compromissos de implementação na nossa
624 primeira versão do plano. Então, esse aqui é o mapa do que é a nossa reunião do Conselho entre hoje e amanhã.
625 Certo? Pois não, Priscila.

626 **Sra. Priscila Silva Coelho (Titular/OCB – Brasília):** – Sobre as questões que a gente queria apresentar a nossa
627 contribuição, e aí, se vocês abriam mais um prazo para a gente poder enviar esse ofício formalizando isso. Tem
628 tempo, Priscila. A gente vai amanhã, quando fizer... Aliás, hoje à tarde, quando fizer esse debate, a gente vai colher
629 mais sugestões, além daquelas que foram enviadas, e tirar um encaminhamento sobre quais os próximos passos. Se
630 ele fecha aqui, se vamos ter mais um tempo de voltar para as bases, escutar e devolver. Então, hoje à tarde tem tempo
631 para a gente fazer isso. Está bem? Então, ponto da manhã, esta mesa aqui, que a gente chamou de Radar da Economia
632 Solidária. Lembrem que, em toda reunião do Conselho, a gente tem feito esse exercício de um debate um pouco mais
633 amplo sobre algumas coisas. Nesse, nós estamos falando de tributação, registro, previdência, esse espectro do que
634 são as lacunas que ainda permanecem de regulamentação da nossa Lei Paul Singer. Como é que a gente pensou nisso
635 em diálogo aqui com o Comitê Permanente também? Ela não é uma discussão descolada de tudo aquilo que a gente
636 fez. Então, chamamos o doutor Eugênio, que estava no... Estava? Não está, porque a gente não destituiu ainda o
637 Comitê Temático de Marco Legal, contribuindo como especialista indicado pelas organizações, que vai também trazer
638 elementos importantes daquilo que foi o debate do comitê e que ainda precisa e carece de olhar mais profundo deste
639 conselho. Nós também convidamos a Evelyn Cardoso, que é da Rede Contar, a Evelyn também está indicada pelo
640 Foro, e a Evelyn também contribuiu na oficina de especialistas que a CNAIS fez, escutando os elementos fundamentais.
641 E trouxemos duas pessoas que não estavam primeiro nesse comitê temático, mas que a gente entende que têm muita
642 contribuição importante a fazer. Primeiro, do MEMP tem um lugar onde se definem as regulações da junta comercial,
643 que é o lugar onde o decreto endereçou os registros para aquelas iniciativas que assim desejarem se registrar como
644 empreendimento de economia solidária. Então, estamos abrindo uma conversa, muitas coisas que ainda precisam ser
645 conversadas, discutidas, mas é muito bom que o MEMP esteja já conosco nessa construção, já que ele tem uma tarefa,
646 e é bom que a gente faça isso muito em conjunto. Então, ouvir o MEMP e o MEMP escutar o que o conselho tem a
647 dizer é muito importante. E também trouxemos a Aline Souza, que é da FGV aqui de Brasília, também longa parceira
648 de outros carnavais, do Gilberto, da Secretaria, que traz alguns acúmulos importantes de algo que, para nós, parece
649 também muito estratégico, que é entender como é que anda a discussão da reforma tributária e da reforma do Código
650 Civil, porque estas duas coisas impactam, ou podem impactar, a regulamentação que nós vamos fazer desse novo
651 sujeito jurídico, chamado empreendimento de economia solidária. Então, este aqui é o contexto dessa nossa primeira

652 conversa. Nós vamos escutar estas pessoas, 15, 20 minutos cada uma, 15 minutos, e aí a gente abre para a conversa
653 do conselho, e no final tenta tirar algum encaminhamento de como é que a gente segue com esse papo. Então, eu
654 queria chamar gentilmente aqui a Aline, o doutor Eugênio e a Evelyn estão virtual, e também a Flávia, por gentileza,
655 se juntem a esta nossa mesa. Adriano, quem está virtual já está ok para a gente chamar? Pode pôr na tela, por
656 gentileza. A gente vai começar com o doutor Eugênio e a Evelyn, que estão virtual, e depois a gente volta aqui para a
657 mesa. Aliás, é uma mesa híbrida, vamos chamar assim, uma mesa híbrida. Por favor, Iracema.

658 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Então, mais uma vez, bom dia e bem-vindos a todos e todas.
659 Obrigado a Flávia, a Aline, por estarem aqui conosco. A primeira pessoa que nós convidamos, o Eugênio Alves, ele
660 representa que, no Comitê de Marco Legal, ele integrou, indicado pela Unisol, e o Eugênio é advogado, mestre em
661 Gestão e Regime Jurídico-Empresarial da Economia Social, no ESCAP, Porto, Portugal, é pós-graduado em Direito
662 Empresarial, assessor jurídico da Unisol Brasil, sócio do escritório Alves e Rodrigues Sociedade de Advogados, autor
663 do Relatório Nacional do Brasil, Análise do Quadro Cooperativo Jurídico para a Aliança Cooperativa Internacional, e
664 coautor de um livro, também, de Direito dos Negócios Aplicado com Autoria, nos capítulos denominados Formas
665 Jurídicas de Empreendimentos Econômicos Solidários. Organizador e coautor da cartilha Empresas Recuperadas por
666 Trabalhadores e Trabalhadoras, Cooperativismo Solidário em Tempos de Crise. Então o Eugênio tem contribuído, tem
667 estabelecido um diálogo muito bom, e pelo currículo que vocês viram, uma pessoa que tem atuado no campo da
668 economia solidária. E aí, Eugênio, vamos passar a fala para você. Aqui estamos em um auditório do anexo 1 do Palácio
669 do Planalto. Estão aqui as conselheiras, os conselheiros, mais alguns convidados. E aí estamos dando 15 minutos
670 iniciais para essa primeira fala. Está bem, Fernando? Contigo. Eugênio, contigo, então. Adriano, pode ampliar a tela,
671 por favor.

672 **Sr. Eugênio:** – Bom dia, pessoal. Tudo bem? Todos me agora? Tudo tranquilo? Maravilha. Então é um prazer estar
673 aqui. É um prazer estar aqui. Quero aproveitar aqui a mesa. Especialmente aqui o Fernando Santana, a Iracema e
674 todos os conselheiros e conselheiras. Bom, pessoal. Nesse debate, acho que a grande questão que cabe agora a nós
675 como desafio é entender a situação atual da legislação, como é feito o decreto, o que ele contém e quais são as
676 lacunas. E aí eu sempre gostei de lembrar, discutir com o pessoal, que o decreto acabou aproveitando as legislações
677 que existem, os títulos jurídicos que existem, e ele acabou trazendo uma adequação dos empreendimentos da
678 economia solidária no Brasil e contemplando, digamos, acho que quase todos os modelos que vem se trabalhando ao
679 longo dessa Constituição. Então, eu gosto de falar que nós temos aqui o gênero, que é empreendimentos econômicos
680 solidários. E aí nós temos quatro espécies. Então, para cada um deles aqui eu vou apresentar minha análise, o que nós
681 conseguimos enxergar do artigo do decreto e colocar aqui a nossa visão de um aspecto societário, registro, voluntário,
682 enfim, a cada um deles. Então, começando aqui pelo primeiro, o decreto reconheceu os grupos informais. Existe esse
683 reconhecimento em corte civil das sociedades não personificadas. Então, tem uma regulamentação em corte civil que
684 prevê esse título e também reconhece, logicamente, que é uma forma jurídica, digamos, frágil. Inclusive, a
685 regulamentação que tem em corte civil logicamente não tem registro porque é informal, mas a gente tem, por
686 exemplo, que é o direito de sociedade. A responsabilidade dos membros desse grupo é solidária, é inevitável. Então,
687 além também que não tem pelo grupo, logicamente, que é a sociedade, [ininteligível]. Então, se alguém desse grupo

688 quiser configurar a ONSS, tem que trazer, concretamente, a ONSS. Bom, por isso que o próprio decreto reconheceu,
689 mas coloca lá também a questão de impulsionar a formalização desses grupos informais. Bom, agora nós vamos falar
690 das associações. As associações, até pela regularidade que existe, a gente sempre fala da restrição, de distribuição de
691 resultados para os associados, que existe, pelo corte civil, mas, de toda forma, a associação ela é um instrumento. É
692 útil utilizar, por exemplo, um informe hospitário, uma pessoa jurídica, por exemplo, a gente pode também ligar até o
693 NACA, nós podemos comercializar por esses instrumentos, mas nós temos aqui a dificuldade, por exemplo, os sócios
694 não podem também, pela associação diretamente, pagar os serviços que eles querem. Na situação dela, a dificuldade,
695 lógico, tem algumas restrições a se utilizar de forma dificultada, mas, de acordo com o serviço ou produto que ela é
696 comercializar para as pessoas em sociais, ela vai seguir o regime de consultar manual. Então, isso não mudou. O que
697 mudou com a associação como empreendimento de economia solidária é aquelas associações, e eu falo mesmo
698 direto, auxilia na comercialização, promove a comercialização, a partir desse auxiliar aos seus auxiliares, ela pode se
699 enquadrar como empreendimento de economia solidária. Isso é muito bom, salvar as associações como
700 empreendimento de economia solidária, mesmo com essa restrição. O registro dela continua sendo, ainda,
701 logicamente, no papel das pessoas jurídicas, porém, ela vai ter também se cadastrar, logicamente, como
702 empreendimento de economia solidária no CACSOL, e aí requer, logicamente, o CACSOL uma reforma estatutária para
703 adequação ao Decreto e à Lei do Recinto. Bom, aí nós temos as cooperativas. As cooperativas, nós temos uma série
704 de leis, né? Tanto a Lei de Cooperativas de Trabalho, nós temos a Lei do Gerado e do Autonomismo, 17.4, nós temos
705 também a Lei de Cooperativas Social, a Lei de Socialidade e Crédito, mas, enfim, todas essas cooperativas, elas podem
706 se adequar e ser o empreendimento de economia solidária, fazendo sua devida adequação estatutária, assim, nos
707 princípios. Então, é claro que podem ser o empreendimento de economia solidária até elas se adequarem, além, ou
708 sim, já conseguirem realizar também o seu cadastro no CACSOL. Mas o que eu quero dizer com isso? Também nós
709 não damos a creditação das cooperativas, né? As cooperativas, inclusive, são previstas, não é como evitar um ato
710 operativo, e tal, cientificamente, mais, mas, por exemplo, aí você tem a inscrição da contribuição beneficiária. Na
711 cooperativa de trabalho, logicamente, o associado é operado. Ele contribui como contribuinte individual, é sua
712 retirada, e ele tem, a partir da sua retirada, o seu esforço, e aí essa própria cooperativa faz o refaz para o INSS. Ou a
713 agricultora, logicamente, na cooperativa agrícola, onde ele, pra mim, a cooperativa, ele limite, lógico, a utilização do
714 capital fiscal, e tem a ser uma contribuição para o INSS, também, segurada especial. Então, o que falamos? A
715 cooperativa é um pouco dessa questão. O registro se mantém comercial, pode ter o mais solo, e, a nossa, pra mim,
716 não mudou a questão superficial, né? Tem todas as inscrições respeitando o tipo jurídico de cada tipo de cooperativa.
717 E aniversariamos agora a nossa grande nova forma jurídica, que é um regime de economia solidária. Inclusive, tivemos
718 um bom diálogo com as nacionais, e também tive a oportunidade de abordar, também, a Flávia, né? Com os
719 entendimentos que nós compartilhamos, então, até no sentido de que estamos diante de uma nova forma jurídica,
720 né? Então, dentro da FGN, agora o que a gente quer é esse empreendimento de economia solidária. Esse
721 empreendimento de economia solidária vai colocar alguns desafios, mas o que se pode ter o empreendimento, o que
722 se pode alcançar, inclusive, aí, bem, enfim, com a apoio das cidades. Primeiro, esse novo tipo jurídico, ele
723 praticamente é coletivo, então deve ter dentro um conceito de empreendimento de economia solidária, e eu decreto
724 que a lei remete lá a alteração que teve no Código Civil, teve também com o CINGE, com o CEI. Ou seja, nós temos

725 uma nova, novo tipo jurídico, nós temos, utilizando subsidiariamente o capítulo de associações para esse tipo jurídico,
726 mas esse novo tipo jurídico, ele é comercial também, ele não é só social, né? Nesse ponto, enquanto o decreto prevê,
727 pode ser registrado no âmbito comercial, nessa questão de comercialização. Vamos lá. Então, me parece uma
728 conclusão, que, se chegarmos a um empreendimento, e esse empreendimento pode ser registrado cada vez mais
729 cruzado, sendo eficaz, é o melhor caminho, porque a gente enxerga uma visão que o empreendimento mais robusto,
730 ele mora em algum momento da vida livre, vai chegar para o coletivo como um crescimento, tem regras mais
731 organizadas, mais sólidas, e acaba se padrando melhor na mudança do coletivo, até que você tem um
732 empreendimento maior, com cem, cinquenta pessoas, também é corporativista, completa, contempla essa
733 organização. Agora, o empreendimento começa com três, com cinco, mas, de fato, começar pelo próprio
734 empreendimento não tem, é um bom caminho. Agora, vamos lá, é isso que eu lembro após essa introdução, me
735 parece que, se for colocar de contrato social, um modelo, me parece um compulsório, em que pese que possa discutir,
736 mas eu tenho lá que você vai usar o capítulo do lado das associações, mas não se esqueça que, também, a própria
737 legislação, faz o seguinte, usa e estuda-se diariamente o capítulo das associações para os empreendedores da
738 economia solitária, mas, também, para as sociedades que são diretos do nível dois a maior potencial do corpo cívico.
739 Essa era a relação do parágrafo segundo, de 1944, do corpo cívico. E aí, me lembrou o seguinte, quando eu olho
740 para as sociedades do nível dois, são as sociedades, são as sociedades que participam na ordem agenciada, então,
741 tem algumas que são registradas com estatuto comercial, mas outras, também, estão registradas com contrato social.
742 Então, me parece, aqui, que o contrato social pode ser uma arma mais simplificada para registrar. E, aqui, dando até
743 o médico, que convidava para discutir com a Dra. Clara, com a Dra. Bey, ela lembrou o seguinte, eu falei, olha só, até
744 se discutir com a questão do contrato social, é interessante ter a luz do direito de empresa, ter aqui, também, a
745 questão do capital social. E é importante ter o capital social, por quê? Porque esse capital social, ele vai poder trazer
746 o limite de responsabilidade dos sócios até o limite do seu capital social. Pessoal, vocês me ouvem? A tela aqui ficou
747 escura. Perfeito. Então, quando nós falamos nessa questão do capital social, então, é importante para a história poder
748 limitar a responsabilidade dos sócios desse empreendimento. Deste empreendimento, até o limite do seu imposto,
749 da sua cota. Assim como é feito nas cooperativas, assim como é feito nas sociedades empresais, você acaba limitando
750 a responsabilidade. Eu acho isso interessante. A questão da permutação, eu acho que tem um avanço interessante
751 que, aí, quer dizer tudo, mas, também, acho que é importante pensarmos em será que esse empreendimento de
752 economia solidária, assim como as cooperativas do consumo, podem ser enquadradas no ciclo internacional para ter
753 uma escrituração fiscal mais simplificada, para ter o benefício do ciclo internacional, para a redução tributária, e, se
754 tivéssemos a reforma tributária, vamos dizer, as adequações que vão educar a gestão prática, mas, somando,
755 simplificar a escrituração fiscal, também, parece um bom sonho. Então, esse aqui é um conjunto do que nós
756 enxergamos, da questão da permutação, da questão do registro e, como citamos, os empreendimentos de economia
757 solidária, gênero e as quatro espécies, que, por ora, parece que temos que avançar. É isso, pessoal. Obrigado. Fico à
758 disposição.

759 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Oi. Passo o microfone. Está bem. Você nos ouve, Eugênio, daqui da
760 mesa? Nós vamos passar agora para a Evelyn, que também está online. Quero agradecer já essa participação do

761 doutor Eugênio, e ele vai permanecer aqui conosco para depois fazer o diálogo após as falas. Obrigada, Eugênio, por
762 enquanto. Então, a próxima que está online, a Evelyn Cardoso, ela tem contribuído conosco também, esteve em umas
763 reuniões anteriores na discussão do decreto, e foi indicada pela executiva do Fórum Nacional de Economia Solidária
764 para fazer essa contribuição, uma vez que ela tem contribuído também com todo o acúmulo que o Fórum tem feito
765 previamente. Eles já estão se debruçando, elas, as mulheres, principalmente, nessa construção. Então, a Evelyn, ela é
766 da Rede Contar, ela é contadora, especialista em contabilidade tributária, mestra em educação, atualmente contadora
767 da Procuradoria Geral do Mato Grosso, integrante do grupo de pesquisa da UNEMAT e da Rede Contar, e também é
768 pupila orientando do Sandro. O Sandro, inclusive, foi uma das pessoas que nos recomendou primeiramente. Então, é
769 bom saber que tem pessoas que estão acumulando tanto na academia como na prática. Então, Evelyn, a palavra está
770 contigo. Uns 15 minutinhos para você fazer essa contribuição, inicialmente, e já agradecendo pela sua contribuição,
771 agradecendo pela executiva do Fórum pela indicação.

772 **Sra. Evelyn Cardoso:** –É uma honra contribuir para a avanço dessa legislação e, por último, caminhar, também, para
773 a gente. Bom, eu vou ser bem breve, falando dessa parte tributária da legislação, que é uma parte importante para
774 nós, que vem consolidando alguns princípios, estruturando, absolve. Só que, quando a gente traz essa questão dos
775 territórios das redes, ainda tem algumas lacunas circulares. O Eugênio já trouxe, ele já tratou algumas situações. E aí,
776 sim, a gente conhece empreendimentos com uma forma de troca de organização, uma trata de aceleração. Só que,
777 quando a gente fala do sistema territorial exigente, especialmente, agora, também, nesse ambiente aí, no ponto desse
778 mercado tributário, o mercado territorial vai concentrando essas especificidades. Então, na ausência disso, traz dois
779 princípios, que eu coloco, e é motivo discutido também lá no meu meu autoforma, que é esse aí, o empedramento
780 automático dos empreendimentos como consequente, por exemplo, num preço não muito real, por causa das
781 cooperativas. Hoje, nesse momento, quando eles vão se regularizar, se ele for cooperativa, ele é obrigatoriamente,
782 compulsoriamente, translado para o real. Não tem esses princípios. A gente escolhe qual seria a população que vai
783 ser mais eficiente no financiamento do empreendimento. E, também, a aplicação de medidas empresariais em
784 comportamentos mais produtivos. Como o colega estava falando, às vezes, o empreendimento de pensão dele é
785 crescer, mas ele, quando inicia a capacidade produtiva dele, a função social dele, às vezes não compete quando a
786 explicação de um empedramento tributário que ele faz ser inserida. Então, assim, por exemplo, em uma sociedade
787 em que a associação de mulheres agricultoras se produz é pouca de fruta para o binário, e, aí, ela não opera como
788 uma empresa tradicional. Então, a receita, se ela vai formar uma associação, a receita vai ser obtida pela função da
789 atividade também do trabalho coletivo e da geração interna associada. Então, não vai haver uma produção de lucros
790 porque é uma associação. Então, ainda assim, eu vejo o que é uma ausência de benefício específica para essa
791 operação, para a reputação dessa atividade comparada com, por exemplo, outros regimes. Então, assim, o aumento
792 a gente não está pretendo uma questão de privilégios de escravo, mas uma coerência normativa do regime tributário
793 que ele tem e que os empreendimentos solidários vão ser colocados. Então, a gente tem esse busco como as
794 populações hebraicas, a gente escolhe uma forma de um regime simplificado para a declaração, por exemplo, dos
795 seguros, desses empreendimentos de pequeno porte, que seja, inclusive pode ser inspirado na lógica, mas adequando
796 a atividade que é uma empresa coletiva, que tem um tratamento diferenciado, como eu havia dito. A gente está no

797 período de adequação e plantação dessa forma tributária. Então, vem sendo que vem novas situações, questão do
798 CDS, do IBS, que seria, em termos simplificados, a modificação dos acessórios, mas na prática vai ser um tratamento
799 diferente. Então, como que vai ser isso para os empreendimentos de uma sociedade? E aí, com isso, eu defendo uma
800 forma de integração cadastral. Então, o CADSOL, como sendo a base de cadastro desses empreendimentos, ele, sendo
801 reconhecido dentro do decreto, ele traz um alcance significativo e criou o óculo para a gente poder pensar. Que a
802 partir do CADSOL, os empreendimentos com adereços e registros, o Cade Sol seria integrado, talvez, por exemplo, ao
803 Rede 5. Na questão do semiperíolo, da regularização desses empreendimentos, foi que na hora de fazer a
804 regularização, o Cade Sol, somente, ele fez uma plataforma. Daí, ele vai usar essas plataformas ao mesmo tempo,
805 principalmente os empreendimentos que estão começando. E aí, porque fazer o meu cadastro de atenção, depois do
806 meu cadastro do empreendimento, e aí, também, depois para validar esses dados que o Cade Sol está executando por
807 isso. Então, a regulação desse sistema vai facilitar, também, na organização e diminuir a bruxa, você também, dos
808 empreendimentos. Outra questão é como verificar, também, em relação a essa regulação dos quadros para os
809 deputados. Hoje, a gente teria, separadamente, o MEC, o INSS, o INGS, o POTIM, o INSS, como é para um deputado,
810 dos deputados. Quando você vê esse, ele vê esse. E aí, eu trago, por exemplo, dos, vamos dizer aqui, de uma
811 associação de tratadores de doenças recicláveis que pede serviço para o município. É uma associação que está
812 iniciando. E aí, parte dessa regulação vai envolver, obviamente, a emissão de notas do estado de serviço. Mas, a gente
813 não vai verificar isso. Hoje, a gente já tem um pouco disso na nossa operativa, também, do que é a operação
814 econômica do deputado e o que não é. O que não vai ser. Ela vem definindo. Só que, na prática, nós vemos que, por
815 exemplo, nas operativas de mortais recicláveis, tem situações que não deveriam ser deputadas, que são deputadas.
816 Então, a gente vai dentro da descrição e definir também dentro do universo o que vai ser tido como atividade
817 econômica das operativas do Deputado de Economia Solidária. Então, assim, são várias lacunas que ficaram diferentes
818 e não se apresentar. Nesse início, pode virar outros empreendimentos dificultares do comércio, da economia
819 financeira, dos empreendimentos culturais. No mais, eu acredito que seja isso. A gente abre a discussão, a gente ir
820 discutindo mais em relação a esses itens aí. Obrigada.

821 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Muito obrigado, Evelyn. Nós falamos na reunião virtual do
822 Conselho Nacional de Economia Solidária de reforçar e parabenizar a iniciativa do Fórum Brasileiro, que organizou um
823 grupo de trabalho, que produziu uma nota técnica, inclusive com muito apoio da Rede Contar e outros parceiros, que
824 tem subsidiado um conjunto de debates que a Evelyn trouxe aqui e que vai, certamente, perpassar a nossa conversa.
825 É muito valioso, valoroso isso. Além de toda a contribuição que a Evelyn já deu no Comitê Temático... Temático, é?
826 Comitê de Marco Legal a gente chamou, não é? É. Reunião de Especialistas, é isso. Obrigado, Evelyn. Vejam só, antes
827 de a gente passar para a Aline, já tem várias chaves aqui para a gente entender o tamanho do dilema que é fazer esse
828 negócio acontecer. Essa brincadeira que a gente começou de criar um novo sujeito jurídico é uma demanda histórica.
829 Acho que parte disso. Ninguém aqui nega que é um novo sujeito jurídico, porque isso foi demanda do movimento
830 organizado a longa data. Agora, tem vários passos para que isso se consolide. Evidentemente que o tempo que nós
831 gostaríamos que isso se realizasse, ele é maior daquilo que nós gostaríamos. A gente precisa dar passos. O que eu
832 destacaria aqui já de antemão? Tem um passo que está ligado ao registro, aonde registra esse novo sujeito, a

833 simplificação do registro, qual é o instrumento do contrato social, se é ele inteiro, se ele é simplificado, se é mais para
834 cá, se é mais para lá, mas tem um lugar que é registro. Tem um outro lugar, é onde é que este... Qual é o normativo
835 que vai estabelecer, qual é o regime tributário que vai incidir sobre este novo sujeito jurídico registrado. E aí tem
836 dezenas de possibilidades. daquelas que já existem, da gente colar isso naquilo que já existe, ou de criar algo novo,
837 possivelmente mais favorável, mas também com um caminho que significa discutir mais detalhadamente com Receita,
838 Fazenda e depois com o Parlamento Brasileiro. Então tem esses dois lugares aqui. E um terceiro que ainda, eu acho
839 que a Evelyn trouxe um pedaço, mas ainda nós não aprofundamos tanto, que tem a ver com as contribuições
840 previdenciárias dos sujeitos que estão nos empreendimentos. Estamos falando de um que é reconhecer este sujeito
841 coletivo juridicamente e registrá-lo. O outro é qual é a tributação ou qual é os elementos que recaem sobre esse
842 sujeito. E o terceiro é os indivíduos deste sujeito coletivo, como é que eles também têm resguardado a sua
843 contribuição previdenciária e o usufruto dela também. Só chave de leitura aqui, por favor, Iracema, vamos continuar.

844 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Beleza. Então, obrigado, Evelyn, mais uma vez. Acho que na
845 sequência aqui, nós vamos passar para a Aline, que é da Fundação Getúlio Vargas, de uma escola, a EPPGE. Depois ela
846 explica para nós. A Aline é doutora em Administração Pública e Governo. Ela também é professora de Direito na EPPGE
847 da Fundação Getúlio Vargas e sócia para Inovação, Negócios e Impacto no Escritório da SBCE Advogados e especialista
848 em Direito Societário. Muito obrigada, Aline, por estar aqui conosco mais uma vez. É muito bom tê-la aqui com a
849 gente nessa discussão.

850 **Sra. Aline (Professora de Direito, Fundação Getúlio Vargas):** - Muito obrigada, Iracema. Bom dia a todas e todos.
851 Muito obrigada, Fernando, pelo convite. Queria aproveitar aqui e cumprimentar o secretário Gilberto Carvalho. Tive
852 a honra de trabalhar, de servir à Secretaria Geral da Presidência da República, entre 2012 e 2014, na agenda do Marco
853 Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Então, eu sei bem desses bastidores e das dores quando a gente está
854 criando política pública e todas essas diversas instâncias que a gente precisa olhar para que a gente possa colocar na
855 rua a melhor forma da política pública. Eu queria só, antes de começar a apresentação, explicar um pouquinho o lugar
856 de onde eu vou contribuir para essa fala. Então, sim, eu veio nesse lugar de advogada e sócia no escritório de advocacia
857 que atende organizações da sociedade civil. Então, eu tenho mais conhecimento de tudo o que está acontecendo na
858 reforma tributária, pensando o setor sem fins lucrativos. Então, associações, fundações, organizações religiosas. E até
859 quem tem Instagram e quer seguir é arroba SBSA Advogados. Por que eu estou falando isso? Porque a gente tem feito
860 lives com relação a esse assunto, então pode ser também uma fonte de conhecimento. Essas coisas de escritório de
861 advocacia, a gente tem que ser sobrenome de sócios. E o sobrenome dos sócios é um pouquinho difícil. Então, a gente
862 inventou a sigla. SBSA. Porque o nome do escritório inteiro é Sase, Becharés, Torto, Rei, Chefe Gredo, Lopes,
863 Advogado. Aí a gente cansa para falar inteiro, então a sigla é mais fácil. Eu estou recém-chegada aqui em Brasília e fui
864 convidada para ser professora na Escola de Políticas Públicas, Governo e Empresas, aqui na Fundação Getúlio Vargas.
865 E justamente a disciplina que eu fui convidada aqui para lecionar é de Direito Empresarial, então vem muito boa hora
866 esse convite. Contem comigo que agora estou aqui no Cerrado. E nos últimos anos eu tenho me dedicado na academia,
867 como pesquisadora, nessa interface entre o mundo sem fins lucrativos, o mundo empresarial, essas diferentes formas
868 jurídicas que a gente pode criar, muitas pessoas denominam como setor 2,5, é um pouco empresa, é um pouco

sociedade civil, então é um pouco empreendedorismo, é um pouco social, enfim. E eu já venho me dedicando há alguns anos, estudando como é o movimento em outros países, então eu pensei em organizar essa fala aqui, depois de alinhar com o Fernando, em duas partes. A primeira, fazendo essas considerações sobre tipo, qualificação jurídica, e a segunda, mais propriamente, sobre a reforma tributária, e já um spoiler aqui, na segunda-feira mudou um anexo da instrução normativa na Receita Federal, que muda tudo para as organizações sem fins lucrativos, então acho que é importante aqui todo mundo sair com algumas agendas importantes para a gente monitorar. Para a gente, para eu começar essa primeira parte, sobre o tipo e qualificação jurídica, eu sei que a gente já avançou muito aqui no debate dos empreendimentos de economia solidária, de que sim, estamos falando de um sujeito jurídico novo. Mas antes de eu apresentar uma visão complementar, e algumas considerações que eu acho que podem ajudar nesse debate, eu gosto muito de provocar quatro questões quando a gente não sabe que tipo jurídico a gente quer ser. Então, não sei se eu vou na junta comercial ou no cartório, o que eu tenho que me perguntar a mim e ao meu grupo ali, que a gente está querendo criar alguma coisa. Então eu sugiro quatro questões. A primeira é se perguntar, de onde vem minhas fontes de recurso? Quem vai remunerar aquilo que eu vou fazer? É a comercialização de um serviço? Ou eu dependo de doação e de editais de fomento público? Ou eu preciso de investidores da Faria Lima que querem ter um retomo financeiro alto? Faz muita diferença saber de onde vem essa fonte de recurso, porque dependendo de qual é essa fonte que você vai querer, que você vai conseguir acessar, pode ser que escolher um tipo jurídico seja muito importante para você conseguir que essa fonte de recurso esteja aberta. Só para dar um exemplo, se a principal fonte de recurso fosse investidores que estão na Faria Lima, que querem ter retorno, que querem virar sócios, a gente não pode dizer, olha, o meu negócio está formatado como uma associação. Porque eles não vão conseguir ter esse retomo que eles querem. Então, mesma coisa se a gente quer ter, por exemplo, acesso a editais filantrópicos e doação e a gente chega lá formatado como uma startup, como uma empresa, também dificilmente a gente vai ter essa fonte, esse bolso aberto para a gente. Então, se perguntar qual é a minha fonte de recurso, te ajuda a definir, do cardápio que a gente tem hoje de pessoas jurídicas, qual que a gente adota. A segunda pergunta é com relação a distribuição de lucros ou superávit. Então, depois que a gente pagou todas as contas, remunerou bem as pessoas, aquilo que sobra, que para as empresas na contabilidade a gente vai chamar de lucro, nas associações de superávit. O que podemos ou não fazer com ele? Isso é uma chave que diferencia muito o mundo com fins lucrativos e o sem fins lucrativos. Inclusive, é uma chave importante aqui para a gente pensar os empreendimentos de economia solidária. Se a gente pensar, e disse essa pergunta e responder, queremos que o lucro vá para o bolso das pessoas que estão aqui envolvidas. Pronto, acabou? A gente vai ter uma maior identidade no perfil empresarial. Quando a gente olha aqui o regulamento dos empreendimentos de economia solidária, sim, isso pode retornar para as pessoas, mas tem uma ideia de formação para apoiar na qualificação técnica. Tem um destino que é um pouco mais específico do que apenas remunerar o capital, remunerar a pessoa na distribuição do lucro. A terceira pergunta é um pouco mais do mundo jurídico e é raro a gente encontrar uma limitação, mas é uma pergunta. Será que tem alguma lei que me obriga a eu ter que adotar um tipo jurídico ou outro? Exemplo. Na lei das contravenções penais tem uma previsão que para fazer gestão de mão de obra carcerária, a gente precisa de uma entidade beneficente. Então, uma entidade sem fins lucrativos. Então, pode ter uma empresa com a maior boa vontade, mas ela não vai poder, por uma questão regulatória, diretamente fazer essa gestão. Então, às vezes a gente tem uma coisa ou outra na legislação que nos

906 impõe que a gente crie para fazer uma atividade específica, um tipo jurídico ou outro, mas é raro isso acontecer. E aí
907 a última pergunta, que eu acho que é a mais importante aqui, dialoga com várias das falas anteriores, é uma questão
908 mais simbólica de identidade. Como queremos nos apresentar ao mundo? Nas salas de reunião, nos territórios. Faz
909 muita diferença a gente dizer que é da economia solidária do que dizer que eu sou uma startup de negócio de impacto,
910 por exemplo. A gente ressoa diferente, as pessoas recebem de maneira diferente, é uma questão de identidade. Pode
911 até ser que no final do dia, juridicamente, no CNPJ, isso não faça tanta diferença. Mas eu sei que é uma importância
912 a gente ter a nossa identidade reconhecida. E aí, aproveitando isso, queria contar que quando teve a reforma do
913 Código Civil em 2002, nessa busca de identidade, foi o que se criou as pessoas jurídicas, organizações religiosas. Não
914 sei se as pessoas lembram, mas antes de 2002, igrejas, centros espíritas, terreiros, todas essas organizações religiosas,
915 elas tinham que se formatar como associação. E aí, muitas vezes, por exemplo, se a gente vai pensar em realidade
916 indígena, não faz sentido ter uma assembleia para decidir as principais questões. Ali tem muito mais uma figura
917 centralizada do pajé ou da pajé que faz essa orientação espiritual. Então, quando se criou no Código Civil organizações
918 religiosas como um tipo jurídico autônomo, foi para dar esse lugar da identidade simbólica, para organizar melhor
919 uma demanda que vinha da sociedade. E aí, em 2024, a gente também teve essa conquista com os empreendimentos
920 de economia solidária, com a criação no Código Civil desse lugar de uma identidade simbólica reconhecida como um
921 sujeito, um tipo jurídico novo. Então, essa é uma primeira contextualização que eu acho que é importante a gente
922 reconhecer que tem motivos diferentes para a gente adotar um tipo jurídico ou outro, e eu acho que é bem
923 importante a gente valorizar aqui essa questão da identidade, já que a gente está pensando na política pública, dos
924 empreendimentos de economia solidária. Quando a gente vai olhar para outros países que também estão debatendo
925 novas economias, a importância do setor que faz comércio e empreendedorismo, olhar para as questões sociais e
926 ambientais, a gente tem diferentes formas de encaixar isso. Tem países que vão criar uma qualificação jurídica, então
927 ele não cria um tipo novo, mas ele faz qualificações, e tem países que criam tipos. Então, só para fazer aqui três
928 comentários. Estados Unidos tem uma ampla experiência na criação das Benefit Corporations, que são as sociedades
929 de benefício. Lá continua sendo empresa, mas é uma empresa que se compromete a gerar impactos positivos, social
930 e ambiental, responsabilizando seus administradores para isso. Na França fizeram diferente. Lá criou-se um tipo
931 jurídico no Código Civil de Lá, francês também, que aí, perdão aqui ao não francês, Sociétés Mission, que é essa ideia
932 de uma empresa que tem uma ideia de missão, ela tem um propósito. E na Itália, aí também, para quem conhece um
933 pouco mais da Itália, também se criou a Sociétés Benefit lá, como qualificação jurídica, não como um tipo jurídico novo.
934 Estou falando isso só para mostrar que a gente tem estratégias distintas para chegar no mesmo lugar. E aí,
935 aproveitando um pouco do que o Eugênio comentou, eu acho muito bom o exemplo da gente organizar esse debate
936 entre empreendimento de economia solidária como gênero e como espécie. Eu tinha justamente pensado isso
937 também, Eugênio, para trazer para cá. Pelo seguinte, toda a construção da legislação e do decreto, me parece, eu
938 tenho uma leitura, de que ela admite a formalização dos empreendimentos em diversos tipos societários que já
939 existem hoje. Então, se eu já sou uma associação, que é um número relevante das que estão no CADSOL, posso
940 continuar sendo uma associação e reconhecida para fins dessa política pública como um empreendimento de
941 economia solidária. Mas lá no meu cartão do CNPJ, eu vou continuar sendo uma associação, então isso não é um
942 problema, porque eu consigo acessar a política pública. E a mesma coisa para a cooperativa e outros tipos jurídicos.

943 Mas a gente tem aqui a oportunidade criada pela alteração no Código Civil, que é entender esses empreendimentos
944 como espécie também. Então, vou passar já, já para a questão da reforma tributária, mas minha contribuição aqui,
945 Fernando, é muito que a gente podia andar em paralelo com essas duas agendas. Então é o seguinte, se hoje podemos
946 adotar diversos tipos jurídicos para ser um empreendimento de economia solidária, e está acontecendo a reforma
947 tributária nesse momento que impacta a associação, temos que fazer as nossas incidências também no que já está no
948 trilho de associações, de cooperativas, seja o que for. E em paralelo, a gente pleiteia e faz o nosso desenho para a
949 questão da reforma tributária e qualquer outra regulamentação, olhando o empreendimento de economia solidária
950 como espécie, como um sujeito autônomo. Acho que essas duas agendas elas precisam andar juntas, e vai ser bom
951 que seja assim, porque tem um espírito da legislação, e eu acho que ali é muito positivo, de tratar com uma
952 multiplicidade de diversas pessoas jurídicas podendo se enquadrar no conceito de economia solidária. Dificilmente a
953 gente vai ter uma colisão com relação a isso. Eu acho que a gente consegue adequar para vários tipos jurídicos de
954 fato. E aí agora passando para o segundo bloco da reforma tributária, que é um tema assim, na verdade não é uma
955 reforma, é uma revolução. Acho que todo mundo tem as preocupações e, de alguma forma, tem acompanhado esse
956 assunto. Eu queria trazer um pouco mais de um senso de urgência para cá nessa fala, porque muitas vezes está em
957 transição, estamos em momento de regulamentação, passando um tom de que talvez ainda não esteja valendo, e não
958 é bem assim. Então quando a gente vai pensando em hierarquia das normas, já está superada a alteração da
959 Constituição Federal com relação a reforma tributária. Então no finalzinho de 2023 foi aprovada, a gente tem essa
960 aglutinação, os impostos que existiam até agora, eles começam a fazer uma transição até 2033, então a gente vai
961 viver nos próximos nove anos uma convivência entre os dois regimes, o velho e o novo, o que traz muita complexidade
962 para os contadores, então Evelyn, já deixo minha solidariedade a você, porque a gente vai conviver com os dois
963 regimes. Quando teve a aprovação da reforma tributária, para quem aqui é formalizado como associação ou dialoga
964 mais com o mundo das sem fins lucrativos, eu queria elevar aqui um tom de uma conquista que aconteceu, e que ela
965 foi muito importante, resultado de uma luta grande inclusive pela agenda do marco regulatório das organizações da
966 sociedade civil, que foi a conquista da imunidade do imposto de doação. Só para explicar aqui, de maneira muito
967 estranha, só o Brasil e mais dois países, em uma amostra de 75, tributavam doações para organizações sem fins
968 lucrativos. A gente fez um mapeamento pela Fundação Getúlio Vargas, mais de 75 países, só o Brasil e mais dois
969 tributavam doação para o terceiro setor. E todo mundo assim, mas gente, para que isso? A gente já está querendo
970 estimular uma atuação de interesse público, por que tributar doação para esse setor? E aí finalmente, depois de
971 muitos debates, foi conquistada na reforma tributária da alteração da Constituição, a imunidade do ITC-MD. Então
972 essa é uma boa notícia, ela está em fase de regulamentação para começar a valer a partir do ano que vem, a gente
973 precisa ficar de olho agora nas normas estaduais, porque o imposto de doação é de competência dos estados. Então
974 essa é uma conquista do setor sem fins lucrativos, então para os empreendimentos de economia solidária, que
975 também tem recebimento de doação, é muito importante olhar se o estatuto social já está adequado ao que mudou
976 na legislação, se não, promover algumas adequações. A gente está torcendo para que os estados não criem regras
977 muito burocráticas para reconhecer essa imunidade, então também é uma agenda de advocacia no nível estadual que
978 pode ser feita, de incidência política que pode ser feita. Depois que a gente teve a alteração da Constituição, em 2023,
979 a gente passou então a viver o momento da regulamentação de assuntos específicos da reforma tributária. E aí eu

980 queria destacar dois que aconteceram nos últimos 40 dias, 60 dias, nos últimos dois meses. Finalzinho do ano, logo
981 depois do Natal, não se esperava que fosse sair dessa forma, mas saiu a lei complementar número 224, que ela fez
982 uma redução e criou os novos critérios para usufruir benefícios e incentivos tributários. E num primeiro momento, do
983 jeito que saiu essa lei complementar, ela assustou bastante o setor sem fins lucrativos, porque historicamente, a gente
984 pode olhar anos e anos para trás, terceiro setor, organizações como associações em geral, nunca tiveram que pagar
985 imposto de renda, contribuição social sobre o lucro líquido e por aí vai, porque sempre foram objeto ou de imunidade
986 ou de isenção, que é um conceito tributário para não pagar esses impostos, já que elas estão ali atuando sem fins
987 lucrativos, de maneira sem fins lucrativos. O que aconteceu com essa lei complementar? Ela só deixou de fora do
988 corte três tipos de organizações, ou as que são imunes tradicionalmente, que são as que trabalham com educação,
989 assistência social ou saúde, ou quem é qualificado como SIP ou qualificado como S. Depois dessa publicação da lei
990 complementar, teve uma instrução normativa da Receita Federal, e aí uma pressão, uma articulação muito importante
991 da sociedade civil organizada, inclusive pelo CONFOCO, que é o Conselho Nacional de Fomento e Colaboração, que
992 Gilberto ajudou muito a conceber e a criar, conseguiu fazer um diálogo importante com a Receita, e nesta segunda-
993 feira, a gente teve uma reviravolta positiva, com uma mudança no entendimento da instrução normativa, para que a
994 gente mantenha o regime de isenção de tributária para as organizações sem fins lucrativos que a gente tinha antes.
995 Esse é um assunto que ele pode, do ponto de vista jurídico, ter nuances, porque instrução normativa tem hierarquia
996 menor do que lei complementar, então a gente pode ter algum nível de dificuldades de interpretação, então vale a
997 pena acompanhar de perto essa agenda, e talvez uma articulação, aí, Fernando e Iracema, junto ao CONFOCO, para
998 que para os empreendimentos de economia solidária, que hoje são formatados como associações, que a gente possa
999 ter o olhar aqui dessa política pública também sendo visto lá no CONFOCO, que está nesse diálogo direto com a
1000 Receita, e sei que tem um colega da Receita aqui também, mas só para colocar que esse é um assunto super novo, de
1001 segunda-feira, estamos hoje aqui na quarta, né? Tanta coisa acontece em três dias, então é importante saberem que
1002 isso está acontecendo. E aí, para finalizar, é uma vitória, é uma vitória, e acho que é muito importante que a gente
1003 possa também mapear onde mais tem restrições, para que a gente possa aproveitar esse momento do debate da
1004 regulamentação da reforma tributária e incidir. E aí, para concluir aqui, para não tomar mais o meu tempo, o que eu
1005 queria contribuir para essa nossa conversa, é enxergar que todo momento de regulamentação, que já tem o decreto,
1006 de repente revisa o decreto, tem aquela portaria também do próprio cadastro, né? Que esses processos enxerguem
1007 o tema do sujeito jurídico nessas duas dimensões que eu estou colocando, como gênero e como espécie. Porque se a
1008 gente faz isso, a gente contribui e eu acho que a gente organiza melhor do que se a gente só olha para ele como
1009 espécie. A gente pode ter algumas restrições, algumas dificuldades, então eu separaria esses dois debates, acho que
1010 ele ajuda a gente a identificar também competências, de onde mudar, o que, e talvez a gente tenha mais facilidade
1011 para já deixar a casa mais favorável para quem já adotou algum outro tipo jurídico novo, e aí faz uma avenida separada
1012 para a criação da regulamentação dos empreendimentos de economia solidária como espécie. Muito obrigada, eu
1013 fico aqui à disposição para a nossa conversa, queria muito saber como ressoam essas reflexões para vocês também,
1014 fico muito interessada para a nossa troca.

1015 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – MUITÍSSIMO obrigado, Aline. Eu preciso confessar que
1016 quando a gente conversou por telefone, que a gente convidou ela, é uma das coisas, as primeiras perguntas,
1017 advogados sempre fazem essas perguntas. Você fez isso? Tem isso? Tem isso? A Aline perguntava assim. Está bom,
1018 criou o novo sujeito jurídico. Vocês já criaram, já foram atrás de criar os códigos do CNPJ? Não! Aí começou uma série
1019 de perguntas que são altamente provocativas e oportunas, porque a gente não sabe de tudo, precisa entender esses
1020 caminhos do que criar uma, como o ministro Boulos falava, criar uma expectativa que não pode ser cumprida. A gente
1021 tem feito o trabalho que é sim, é possível, mas o tempo de fazer isso acontecer não é tão imediato quanto nós
1022 gostaríamos que fosse, e por isso precisamos entender todos os caminhos que perpassam isso. Eu só destacaria, entre
1023 várias contribuições muito importantes da Aline, mas para lembrar uma coisa, a nossa lei, depois o decreto, marca
1024 muito fortemente dois aspectos fundamentais dos empreendimentos. Um é o reconhecimento que toda e qualquer
1025 forma de organização societária, ainda que informal, seguindo os princípios da economia solidária definidos na lei, é
1026 empreendimento econômico solidário, que eu acho que é esse debate do gênero. Não sei se é bem isso ali na
1027 caracterização, mas é isso. E isso tem um endereço, é CADISOL, ou seja, o reconhecimento de quem é
1028 empreendimento econômico solidário no Brasil, depois da lei e do decreto, é CADISOL. Nós temos um caminhão de
1029 coisas para ajustar, melhorar, qualificar o CADISOL, mas lá está endereçado. Então, a cooperativa é que se sentir
1030 economia solidária, seguindo os princípios, requer o registro no CADISOL, ela é reconhecida, depois das validações
1031 todas, como empreendimento econômico solidário, assim como as associações, o grupo informal e o novo sujeito
1032 jurídico, que é empreendimento de economia solidária. A gente até, quando conversava isso, mistura muito, porque
1033 os nomes são muito semelhantes, empreendimento econômico solidário, de empreendimento de economia solidária.
1034 Mas imagine que fosse este segundo, sei lá, uma sigla como ENESOL, empreendimento econômico solidário, ENESOL.
1035 Esse novo sujeito chama isso aqui, o outro é o EES, o tradicional, que nós já conhecemos de longa data,
1036 empreendimento econômico solidário, mas são duas coisas diferentes. Um é qualificadora, o outro é sujeito jurídico
1037 com todas as suas dimensões que precisam seguir. Tem uma porta para fazer isso, como eu disse para vocês, o
1038 primeiro é o registro, que é a Flávia que vai nos ajudar a entender esse universo. Tem um outro que, daqui a pouco,
1039 e acho que já é decorrência dessa nossa conversa, Receita Federal, que a gente precisa conversar, discutir, debater
1040 como é que isso impacta lá, Fazenda, depois na tributação, e por aí vai a nossa trilha de construções. Mas a Iracema
1041 tem todas as qualificações da Flávia para apresentá-la melhor do que eu. Obrigado, Flávia, por isso.

1042 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Ok, Flávia. Mais uma vez, obrigada por estar aqui conosco. A Flávia,
1043 atualmente é diretora do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração no Ministério do
1044 Empreendedorismo, atuando na modernização normativa, transformação digital e simplificação do ambiente de
1045 negócios do Brasil. Mas a Flávia também é advogada, é especialista em direito societário e empresarial, e possui 28
1046 anos de experiência no Registro Público de Empresas, dos quais 18 anos na Junta Comercial do Estado de São Paulo.
1047 Então é uma pessoa com uma qualificação que certamente vai nos ajudar nesse ponto que o Fernando já destacou
1048 em relação ao registro, mas todo o debate, você fica à vontade para colocar suas considerações, Flávia. Muito obrigada
1049 por estar aqui conosco.

1050 **Sra. Flávia:** – Obrigada, secretário Gilberto. Obrigada pela oportunidade. Iracema e Fernando, muito obrigada pela
1051 acolhida. E também aos colegas aqui da mesa. Foram falas enriquecedoras. Confesso que é difícil falar depois de
1052 discursos e falas tão importantes. Nós temos um desafio e eu confesso que com a minha trajetória é toda de Registro
1053 Público de Empresas, então são 25 anos. Quando eu falo as pessoas falam, nossa, mas são 25 anos nessa atuação. E
1054 18 anos dentro da Junta Comercial do Estado de São Paulo. Então, essa pauta, por vezes, ela é um pouco cinzenta
1055 ainda para mim, mas de toda forma nós temos dentro do Ministério tentado acomodar essas questões. Tanto é que
1056 no ano passado nós editamos uma instrução normativa do DREI que teve o objetivo de simplificar o processo de
1057 cooperativas nas juntas comerciais. Essa instrução está em fase de aprimoramento da redação, porque quando nós
1058 temos a incumbência de regular o ambiente, é uma atribuição difícil, porque muitas vezes achamos que aquela norma
1059 vai trazer uma solução jurídica e ela não é muito bem aceita naquele ambiente. Então temos que muitas vezes passar
1060 por medidas de equação daquela redação para que ela realmente se acomode ao mundo jurídico positivo. Enfim,
1061 dentro do DREI nós temos duas coordenações, uma coordenação geral de normas e outra de integração. Nosso
1062 coordenador geral está aqui também. O DREI é um órgão central no Sistema Nacional de Registro. É um órgão
1063 normatizador e que organiza toda essa matéria jurídica para as juntas comerciais. E as juntas comerciais são os órgãos
1064 de execução nos estados. Então nós temos 27 juntas comerciais no Brasil. E essas 27 juntas operam com seis sistemas
1065 diferentes. Então, nós temos também um desafio que já começa. Foi falado aqui pela Evelyn sobre a Rede Sim, o DREI,
1066 as juntas, a Receita Federal. Somos órgãos que estamos dentro da Rede Sim, que é esse sistema nacional de
1067 simplificação do processo de registro de empresas. Esse sistema foi implementado no registro em 2007. São 18 anos
1068 de evolução. As juntas comerciais evoluíram muito nos últimos anos, mas temos muito ainda a evoluir. Entrando já
1069 um pouco nessa pauta, eu acho que nós temos um desafio, até falava agora com o Fernando, sobre os grupos
1070 informais que foram reconhecidos. E isso, até ele me perguntou se é possível inseri-los na Rede Sim, com a finalidade
1071 de, de repente, terem um CNPJ. Acho que isso tem que ser estudado, junto com a Receita Federal também. Eu tenho
1072 conhecimento que a Receita atribui CNPJ para estruturas que não têm personalidade jurídica, como, por exemplo,
1073 condomínios, que são estruturas que não têm personalidade jurídica própria, mas obtêm um número de inscrição no
1074 Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Então, é possível, eu acho, esse diálogo com a Receita, para, de repente,
1075 equacionarmos esse caminho. E a lei trouxe o empreendimento de economia solidária e o decreto dispõe que ele
1076 poderá ser registrado nas juntas comerciais. Então, Fernando, eu estou aqui para ouvi-los, para entender quais são
1077 essas pautas, inclusive para dialogar com as juntas comerciais sobre essa nova pessoa jurídica que foi trazida para o
1078 Código Civil. E eu acho que nós temos que olhar com muita sensibilidade e muito cuidado para que, realmente, essa
1079 medida tenha efetividade no mundo jurídico. Porque, muitas vezes, a lei traz, foi como eu falei, o regulador, o
1080 legislador, muitas vezes ele traz uma figura para o ambiente econômico, jurídico, mas ele não sabe das consequências.
1081 E é por isso que eu acho que é importante esse diálogo com os senhores, que sabem muito mais do que eu sobre essa
1082 pauta, para que, então, eu consiga, de alguma forma, trazer mecanismos mais adequados ao Sistema Nacional de
1083 Registro Público de Empresas. Eu acho que é importante nós dizermos que o Código Civil, ele tem um artigo 966, que
1084 fala sobre o exercício da atividade econômica. E o que é o exercício da atividade econômica? É uma atividade
1085 organizada para produção ou circulação de bens e serviços. Então, eu acho que é muito aderente aquilo que é
1086 realizado na estrutura do empreendimento de economia solidária. E aonde é feito o registro dessa atividade

1087 econômica? Na junta comercial. Então, eu acho que nós temos um caminho importante. Conversei ontem com o
1088 doutor Eugênio. Temos ideias muito parecidas em relação a essa estrutura. Eu acho que as juntas continuam
1089 registrando as cooperativas de economia solidária porque as cooperativas são registradas nas juntas e são sociedade
1090 simples. O Código Civil classifica a cooperativa como uma sociedade simples porque a lei especial das cooperativas
1091 dispõe que o registro é na junta comercial. Isso, quando o Código Civil foi editado, lá em 2010, salvo engano, houve
1092 uma discussão no âmbito da junta... 2001... Perdi agora aqui a data exata. Mas houve uma discussão nas juntas
1093 comerciais e também nos catagórios em relação à competência para o registro das cooperativas. E, naquele momento,
1094 estabeleceu-se o entendimento de que as cooperativas continuavam no âmbito das juntas comerciais. Nas estruturas
1095 das juntas, as cooperativas são vistas como processos extremamente complexos. É aquela coisa de chegar para o
1096 julgador e ele falar que não quer analisar a cooperativa porque é muito difícil. Então, na verdade, essa norma que nós
1097 trouxemos pelo DREI no ano passado, em 2025, a Instrução Normativa 3, ela tem a incumbência de simplificar esse
1098 processo dentro das juntas comerciais. Então, nós já estamos fazendo esse trabalho. Essa norma está em
1099 aprimoramento. Como falei para os senhores, ela não foi muito bem recepcionada. Vamos rever algumas disposições,
1100 mas o DREI já tem essa preocupação em simplificar esse processo dentro das juntas comerciais. Uma outra
1101 preocupação também é conceder às juntas comerciais um mecanismo para que elas tenham valores diferenciados
1102 para essas estruturas. Valores menores, preços menores, preços públicos menores para fomentar a constituição
1103 dessas pessoas jurídicas nas juntas comerciais. Isso também foi abarcado nessa instrução normativa. Um outro desafio
1104 é o regime tributário do empreendimento de economia solidária. Eu entendo que isso nós temos que discutir muito,
1105 Fernando, com o Receita Federal, o Ministério da Fazenda, para que eles entendam o escopo dessa política e também
1106 a importância de que esses empreendimentos realmente tenham condições tributárias adequadas para que
1107 realmente eles consigam ter efetividade no mundo jurídico e econômico. Acho que isso é importante. Nós temos
1108 alguns diálogos com a Receita Federal por conta da Rede Sim e do CGSim. Eu me comprometo também com a
1109 autorização do nosso Ministério, o secretário Maurício Juvenal, que também nos apoia nessas pautas, o ministro
1110 Márcio França, para que, então, tenhamos um diálogo conciliatório com a Receita Federal no que diz respeito a essa
1111 pauta. Eu acho que, falando um pouco também sobre o capital, eu conversei ontem com o doutor Eugênio, eu acho
1112 que essas estruturas têm que ter um capital, não um capital social, como é numa sociedade limitada, que tem ali a
1113 incumbência de atribuir direito a voto, mas seria um capital solidário, um capital diferente, como o capital das
1114 cooperativas, porque eu acho que essas estruturas se assemelham muito juridicamente às cooperativas, para que,
1115 então, esteja ali justificada uma eventual limitação de responsabilidade dos associados na atuação do exercício da
1116 atividade econômica. Então, acho que essas são as atribuições. O DREI fica à disposição para trabalhar em conjunto
1117 com os senhores nesse processo de regulamentação dessa matéria. Eu acho que é importante estarmos conectados
1118 nessas discussões, para que a regulamentação tenha efetividade no mundo jurídico positivo.

1119 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – MUITÍSSIMO obrigado, Flávia. Acho que a Flávia foi uma
1120 achada. O DREI todo, na verdade, tem a atribuição legal, mas tem uma diferença, uma sutil diferença entre aquilo que
1121 é a obrigação e a competência e o envolvimento e a sutileza de entender que isso aqui não trata só de uma norma,
1122 especificamente. É um contexto mais amplo, e de vida, sobretudo. São pessoas que sobrevivem disso no Brasil, então

1123 é muito importante ter esta sensibilidade. Já lhe agradeço muito por isso. Turma, é o seguinte, nós estamos com
1124 12h17, nosso compromisso é até 12h30. Eu queria abrir agora para algumas conversas, para a gente aproveitar um
1125 tempo até esse horário, talvez priorizando perguntas para as pessoas que estão contribuindo aqui, porque a gente
1126 pode até no início da tarde voltar com outros comentários, se for o caso, mas porque tem limitação aqui também dos
1127 convidados em saírem para outros compromissos, então que a gente faça perguntas, se tivermos assim, e aí a gente
1128 abre as inscrições. Começa pelo Chico Oliveira, depois Tatiana e Valente, e a gente vai recolhendo as inscrições.

1129 **Sr. Chico Oliveira:** – Bom, já boa tarde? Já quase. Boa tarde a todos e a todas. Parece que tem uma coisa muito
1130 importante que tem a ver com essa definição da natureza jurídica, da nova natureza jurídica, que foi falado aqui, que
1131 é a identidade. Eu acho que a identidade, porque a identidade remete para como é que você reconhece esse novo
1132 empreendimento de economia solidária, como é que você reconhece o empreendimento de economia solidária. Não
1133 é à toa que você coloca no CADSOL, e não é à toa que o CADSOL também é construído de uma forma diferente. Ele
1134 tem uma validação social, porque alguns aspectos que estão contidos na definição de um empreendimento de
1135 economia solidária, necessitam desse processo de validação social. Não é simplesmente a forma cooperativa. Não é.
1136 Até porque a gente sabe que a forma cooperativa tem várias formas. Tem cooperativas empresariais, enfim. Então, a
1137 definição da natureza do empreendimento, ela tem essa lógica da identidade com a economia solidária. Então eu
1138 acho que isso deve ser fundamental. Respeitando que existe hoje uma estruturação como cooperativa, como
1139 associação, então desconhecer isso seria, ah, vamos criar tudo novo. Não. Ou seja, a gente tem que reconhecer que
1140 a economia solidária é isso e talvez caminhar numa transição para este, esse, a palavra até é difícil, porque é isso
1141 mesmo. A confusão foi feita com empreendimento de economia solidária e o que é este empreendimento de
1142 economia solidária? Este novo empreendimento de economia solidária? Porque o cadastro é dos empreendimentos
1143 de economia solidária e a gente definiu o empreendimentosó na lei, na verdade. Então, tem que fazer essa transição
1144 de fato. Mas, veja, algumas coisas que são essa diferença reclamada para entender qual é o contexto da economia
1145 solidária, portanto, ter uma tributação mais justa, reconhecer a forma de organização de distribuição dos resultados,
1146 ela tem tudo a ver com identidade. Tudo a ver com identidade. Então, eu acho que esse é um traço que deve nos
1147 orientar para fazer a definição, toda essa discussão para frente de tributação, de regime, de tributação, isso deve ser
1148 orientador. Porque foi em função disso que a gente definiu o novo marco jurídico da economia solidária.

1149 **Sra. Tatiane Nascimento Conceição Valente (Titular/FBES – Manaus/AM):** – Oi. Então, Tatiane Valente, Fórum
1150 Brasileiro de Economia Solidária, Amazonas de Rio Norte. Eugênio, muito prazer em vê-lo. Evelyn, a nossa parceira
1151 aqui, que vem nos ajudando. Mas, Aline, você me trouxe uma coisa que me deixou bem, como é que eu posso dizer?
1152 Pensativa. Eu entendo da fala do Chico que a gente tem que pensar no agora. Mas eu vou, antes de fazer minha
1153 pergunta, porque, na verdade, são três, eu vou só fazer um relato rapidinho. 2004. Eu, Tatiane, venho da periferia da
1154 cidade de Manaus, empreendimento informal. Esse empreendimento formal não tem direito, regulamentação, zero.
1155 Em 2012, 2007, a gente se viu obrigado a criar uma cooperativa de trabalho. Passando de 18% a 32% de encargos em
1156 cima dos serviços nossos prestados. Em 2018, a gente teve que optar pelo MEI, porque era onde tinha o menor índice
1157 de pagamento de impostos. Os cooperados fizeram opção por MEI para executar serviços, porque a gente estava
1158 deixando 38% de impostos, sendo que os nossos serviços já eram serviços pagos no valor abaixo do que o mercado

1159 do capitalismo propusera. Em 2022, a gente volta, retoma o debate do cooperativismo, a partir dos serviços que a
1160 gente começa a retomar e executar de forma coletiva. Mas isso nos coloca em três lugares. Nós somos 26 pessoas.
1161 Dessas 26, 14 entram na cooperativa em 2007, outras ficam na informalidade. Depois, 20 pessoas viram MEI, e dessas
1162 20, 14 voltam para o cooperativismo. Só que eu tenho hoje 20 e poucas pessoas que são informais. Na época, a gente
1163 tinha o sonho de que esse ator jurídico, lá em 2012, quando a gente propõe o debate da lei que vem construindo a
1164 partir de 2004, a gente vem com o anseio de resolver o nosso problema, de executar trabalhos com as nossas garantias
1165 de direito, porque o grande problema para nós aqui é que a gente não tem segurança de nada. Zero segurança. Até
1166 para quem está dentro da cooperativa. Quando você fala que é um caminho que é trabalhoso, mas para nós aqui...
1167 Vou sair desse lugar hoje, porque estou dentro de um CNPJ, e vou voltar para o meu lugar de origem. Quem está na
1168 informalidade, quando você fala do CADSOL, o povo corre e não quer se cadastrar, porque tem o GOV. E aí rebate um
1169 pouco naquela fala da Alzira lá no início. Como é que a gente trabalha esse processo? Porque a maioria das nossas
1170 pessoas que ainda estão dentro da periferia recebem algum tipo de auxílio. Seja ele o Bolsa Família ou seja outros
1171 auxílios, estaduais ou municipais. E isso remete para elas um medo. Existe uma normativa que diz que isso não perde.
1172 Inclusive quem trabalha de CLT não perde até um salário e meio. Mas isso é uma coisa que é um problema. Eu trouxe
1173 isso porque, para mim, isso é uma problemática muito grande. Quando a gente fala desse novo ator societário, qual
1174 é a previsão que a gente pode pensar juntos aqui na questão da imunidade ou isenção tributária específica? Quando
1175 a gente trata da distribuição dos excedentes, aí a gente tem uma questão séria. Os associados para os fins fiscais. E aí,
1176 só um parêntese, ainda tem um problema que foi gerado com essa questão do imposto de renda acima de 5 mil. Que
1177 é um problema que para nós, enquanto sociedade civil geral, isso causa um transtorno muito ruim em explicar como
1178 é que isso se dá. Criando esse regime tributário próprio, diferenciado das cooperativas tradicionais e das associações,
1179 isso resolve, conseguiria resolver, de fato, as necessidades que a gente tem. E a regulamentação infralegal. Receita
1180 federal, secretarias estaduais e fazenda, e município. Como a gente faria esse processo?

1181 **Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA):** – Agradecer por esse momento, essa
1182 organização dessa mesa e essas contribuições também. Mas eu vou ser bastante direta, já fui contemplada com
1183 algumas falas aqui anteriores. Eu sou de empreendimento, de uma cooperativa, e a gente sempre tem um impasse.
1184 Que a junta comercial entende, a junta não, a receita entende o empreendimento como empresa, uma cooperativa
1185 como empresa. E isso acaba também afetando a nossa identidade. A nossa identidade, principalmente quando a gente
1186 vai acessar alguns benefícios mesmo. Isso acaba mesmo vetando. Eu trago muito isso quando a gente pensa também,
1187 eu acho que, Fernando, trazer pessoas aqui da Previdência, voltando muito na experiência que tem os assegurados
1188 especiais rurais. A aposentadoria, a questão mesmo da licença maternidade, como aqui já foi, trouxe para aqui. Porque
1189 hoje a gente tem empreendimento que é da agricultura familiar, que hoje eles acessam. Então são assegurados
1190 especiais. Mas tem empreendimento e cooperativas e associações que são da economia solidária, mas não é da
1191 agricultura familiar, que está com essa vacância. Como é que a gente assegura essas pessoas juntamente com a
1192 Previdência? De que forma a gente pensa isso? Acho que teria outro momento para isso, para a gente aprofundar. E
1193 isso beber muito do que já existe da agricultura familiar, como é que a gente também pode trazer elementos para a
1194 economia solidária. No mais, é isso. Eu acho que a gente tem que pegar e ter essa força mesmo de não perder a

1195 identidade. Vocês trazem muito isso na fala de vocês. E como a gente pode estar nesse decreto, nessa regulação,
1196 como a gente ganha essa força.

1197 **Sra. Janiléia Alves dos Santos Silva (Suplente/FBES – São Paulo/SP):** – Meu nome é Janileia Silva. Eu faço parte do
1198 Fórum Paulista e Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Sou integrante de empreendimento de economia solidária,
1199 trilha orgânica. Estou só a cumprimentar os colegas aqui, integrante de empreendimento. Aline, Flávia, Eugênio,
1200 Evelyn. Bom, vocês arrasaram nesses quatro convidados. Porque o Fórum Brasileiro fez, realizou duas oficinas com o
1201 objetivo de esclarecer esses pontos. E aí tem uma outra pessoa, que é o Daniel Pereira, que trouxe essas quatro
1202 reflexões junto com a turma da Rede Contar. Enfim, outros colaboradores, outras pessoas que fizeram parte dessa
1203 nota técnica enquanto Fórum Brasileiro para contribuir nessa, sei lá, formulação de um novo decreto. Enfim. Bom,
1204 para nós, enquanto empreendimento de economia solidária, que trabalhamos com produtos e serviços, nós temos aí
1205 duas necessidades específicas e diretas. Que é a questão da emissão de nota fiscal, seguridade social, bom, falar de
1206 financiamento e os sinais vai resolver essa questão, mas a gente fala também sobre a questão da segurança no
1207 trabalho. Se, de repente, esse colaborador, essa colaboradora, esse trabalhador, esse associado, essa associada passa
1208 por alguma dificuldade de saúde. Como que está pensando, como que vocês orientariam incluir nessa defesa, enfim,
1209 dos empreendimentos essa situação que acontece, de acidente do trabalho, enfim. Então, seguridade social,
1210 tributação, já foi falado aqui de forma mais ampliada, e aí a questão da emissão de nota fiscal. Quando houve,
1211 sancionou a Lei de Economia Solidária, em 2024, houve uma corrida de empreendimentos nas juntas comerciais
1212 buscando esse cadastro. Aí surgiu o decreto, a mesma coisa. E aí uma especialista em cooperativismo, chamada
1213 Juliana, lá de São Paulo, ela falou que as associações de São Paulo emitiam uma nota conjunta dizendo que ainda não
1214 existe esse empreendimento de economia solidária porque ainda não tem informações que vão regular, regulamentar
1215 orientações que quais documentos, quais itens precisa levar para poder dizer que esse empreendimento é de
1216 economia solidária, econômico solidário, aliás. Então, é um pouco, sabe perguntar isso, Fernando, de saber hoje um
1217 empreendimento econômico solidário que vai na junta comercial e precisa levar o quê? Já pode? Não pode? Enfim, é
1218 só para esclarecer e orientar também os colegas de empreendimentos.

1219 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – Oi? Ok. Então, continuando aí um pouco nessas
1220 questões que a Jane e as outras companheiras também já colocaram, nós que construímos e fizemos parte desse
1221 debate todo dentro do Fórum Brasileiro para a nota técnica, saudar aqui a Evelyn, que vão estar aqui com vocês de
1222 novo, e todos os outros companheiros que estão contribuindo e companheiras também. Eu queria entender uma fala
1223 do Eugênio, quando ele diz que o empreendimento de economia solidária é uma fase inicial que depois pode almejar
1224 a ser uma cooperativa. Será que eu entendi errado, Eugênio? Então, por favor, eu queria que você esclarecesse. A
1225 outra questão... Eugênio caiu, foi?

1226 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Adriano, ou alguém aí da equipe da CNAIS, admite o Eugênio
1227 aqui na sala, por favor.

1228 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – A pergunta inicial é para o Eugênio. Então, a
1229 outra questão se trata sobre isso mesmo de identidade, gênero e espécie. Nós somos empreendimentos de economia
1230 solidária e foi para isso que nós buscamos uma lei para garantir essa identidade. Foi para isso. Porque cooperativa a
1231 gente já sabia que já existia. Qual é a nossa briga com a legislação do Estado brasileiro? É a nossa identidade. Essa é a
1232 questão central. Então, a lei, diante de toda a complexidade política que a gente teve e tem no Congresso brasileiro,
1233 criou uma dificuldade para nós ao colocar várias identidades dentro de uma mesma lei. Porque muitos que são
1234 cooperativas não se entendem como de economia solidária. Aí já cria uma dificuldade pelo seu histórico de identidade
1235 e construção social e política e econômica. Aí a lei coloca uma questão que é reconhece Unicopas e OCB para
1236 credenciar quem? As cooperativas. E os empreendimentos de economia solidária, que não são cooperativas, vão ser
1237 respondidos e representados por quem? Esse é um vazio que a gente precisa discutir. Então, o Fórum Brasileiro propõe
1238 que seja construída uma confederação dos empreendimentos de economia solidária para integrar esse novo sujeito
1239 jurídico que está surgindo aí. Então, essas são questões importantes que vocês obviamente não trataram, mas que
1240 diz respeito a essa construção. E só para complementar, Fernando, toda essa legislação, tributação, regulamentação
1241 tem que se complementar à lei e ao decreto, porque ele é vazio na resposta a isso, e tem questões que a gente precisa
1242 trazer da complementaridade que é a economia solidária com as outras políticas. Porque eu tenho política de
1243 assistência social que tem uma relação direta com a ação econômica da economia solidária e do seu fazer, como a
1244 gente viu aqui. Cozinha, a gente tem empreendimentos da assistência social que estão no campo, que têm benefícios
1245 continuados. A gente tem trabalhadores que estão na saúde mental. Como é que a gente dialoga com essa
1246 complexidade, então? São questões que dizem respeito a uma regulação social e a gente já tem uma legislação de
1247 cooperativa social que a gente também precisa trazer para o debate que a gente está fazendo aqui. Então era isso aí.

1248 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Muito obrigado, Alzira. Repete, por gentileza, a pergunta
1249 para o Eugênio, que ele estava fora da sala.

1250 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – Isso, Eugênio, prazer. Você falou, veja se eu
1251 entendi mal, dentro dessas figuras que existem no campo da economia solidária, esse grande guarda-chuva que a lei
1252 coloca, que o empreendimento de economia solidária, por ser pequeno, três pessoas ou ainda não galgarem um
1253 patamar maior, elas podem crescer e serem cooperativas. Então eu não estou entendendo essa tua colocação, porque
1254 são atividades de natureza jurídica diferente que está aí colocado.

1255 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Obrigado, Alzira. Ana, por gentileza, para a gente encerrar
1256 aqui as perguntas e imediatamente passar para os convidados.

1257 **Sra. Ana Caroline Carmo da Silva (Titular/FBES – Goiânia/GO):** – Obrigada. Ana Caroline, Fórum Brasileiro, pela Juve
1258 Sol, a rede de juventude da economia solidária. Bom, estudando a proposta, e até achei interessante a fala da Itália,
1259 também coloquei o exemplo da Itália e do Uruguai, o sistema híbrido é composto por quatro pilares, que são a
1260 arrecadação, a não-vinculação empregatícia, que é o que faz o MEI, e a organização através do empreendimento EES,
1261 que é o Empreendimento Econômico Solidário. Beleza. A quem fica a cargo de fazer essa regulamentação, de acordo

1262 com o que você se propõe, dos empreendimentos dentro desse sistema híbrido? Quem é responsável por fomentar
1263 as informações dos empreendimentos? A gente vai pegar o CADSOL como cadastro, ou ele tem que ir igual e a gente
1264 vai no INSS requerer alguma coisa? Como que vocês pensaram essa construção?

1265 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Obrigado, Ana. Vou passar já direto para a Aline, para fazer
1266 comentários e respostas, também sugestões. Depois a gente vai para a Eugênio, Flávia e Eveline. Obrigado.

1267 **Sra. Aline (Professora de Direito, Fundação Getúlio Vargas):** - Obrigada. Eu acho que todos esses comentários, para
1268 mim, inauguram uma vontade de contribuir mais, investigar mais, pesquisar mais e colocar mais subsídios.
1269 Certamente não termina aqui essa conversa, então contem comigo para uma próxima. Eu vou pincelar algumas coisas
1270 aqui que eu acho que eu posso contribuir mais. O tema, que é um tabu, mas eu já identifiquei que ele acontece de
1271 fato, do medo de perder Bolsa Família, ele existe e eu queria sugerir aqui um diálogo com a MDS pelo seguinte,
1272 inclusive eu já publiquei um artigo sobre isso. De fato, a legislação, desde a época do CADÚnico, nunca proibiu que
1273 pessoas que estão recebendo Bolsa Família ou qualquer outro benefício de política social sejam sócios de uma
1274 empresa, sejam cooperados de uma cooperativa, sejam associados de uma associação que esteja ali vendendo
1275 serviços. O que faz a pessoa perder o benefício do Bolsa Família é ela receber mais do que está previsto ali no teto.
1276 No entanto, sabe aquela coisa do problema do sistema, na hora do vínculo lá, já pressupõe que a pessoa, porque
1277 entrou num quadro social, por exemplo, de uma limitada, isso pressuporia que ela estaria descumprindo o requisito.
1278 Eu identifiquei que isso já aconteceu, tanto que pessoas já tiveram que entrar com ação judicial para reverter. Mas é
1279 um problema que ele é muito mais no nível de sistema operacional, informática, que a gente precisaria checar, do
1280 que legislação, de fato, que é o que a Tati Valente já mesmo identificou. Agora, tem uma avenida ali que acho que é
1281 importante a gente olhar, que desde a criação do CADÚnico também, para o Bolsa Família, tem uma previsão de que
1282 uma portaria no MDS poderia regulamentar o que são verbas de natureza sazonal temporária. Alguns
1283 empreendimentos de economia solidária, eu trabalho um pouco mais, inclusive uma coincidência, Tati, eu trabalho
1284 muito com negócios de impacto na Amazônia. E é nesse perfil de pescadores que vão trabalhar com manejo
1285 sustentável só uma época do ano, isso é uma natureza de uma verba sazonal temporária. E até hoje a gente não teve
1286 a regulamentação dessa portaria, que ela poderia tirar essa verba do computador, de somar o número ali para sair da
1287 renda do Bolsa Família. Então, acho que esse é um tema importante, eu já detalhei isso em um artigo que está
1288 publicado no Jota, tem lá o nome, o artigo específico que precisaria ser modificado, e como é infralegal, acho que é
1289 um jeito mais fácil da gente resolver, e esse tabu existe, e acho que é importante pensar formas de sensibilizar as
1290 pessoas, porque tem uma conquista muito grande de você criar os direitos para grupos informais, mesmo sem criar
1291 uma pessoa jurídica própria. Então, esse receio que estão tendo, se é por conta do Bolsa Família, a gente tinha que
1292 tirar isso da mesa, eu acho importante. Porque realmente é uma coisa que vai sendo replicada, e as pessoas vão
1293 sempre se empurrando mais para a informalidade e até para o nível de ilegalidade, o que é um problema. Ser informal
1294 não é um problema, mas ilegal sim. Eu fico preocupada com isso, então, acho que a gente tem que olhar como é que
1295 a gente enderece esse assunto. Eu vou só comentar mais um, para passar para os demais, para também não tomar
1296 muito tempo aqui. Com relação... Eu acho que onde eu mais posso contribuir aqui é com relação a esse assunto de
1297 transição da identidade. Várias pessoas comentaram sobre esse conceito que eu trouxe aqui. Eu vejo como positivo a

1298 gente conviver com os dois regimes, no sentido de que podemos continuar nos identificando como empreendimentos
1299 de economia solidária e me formato como associação. Porque talvez eu respondi aquelas outras perguntas que eu
1300 falei, e para mim faz sentido ser uma associação. E, ao mesmo tempo, eu posso encontrar grupos que eles precisam,
1301 para eles faz mais sentido que eles se enquadrem juridicamente como empreendimentos de economia solidária,
1302 ponto. Por que eu acho que isso é importante? Porque são muito as nuances de quando a gente vai definir um tipo
1303 jurídico ou outro. Lembra que eu falei que a gente tem que olhar para um cardápio e se fazer algumas perguntas?
1304 Então, a minha posição hoje, foi Auzira, acho, que trouxe esse ponto. Eu não vejo como uma necessidade de uma
1305 transição de regimes. Eu acho que dá para conviver, porque o conceito de empreendimento de economia solidária,
1306 para mim, serve para dois propósitos. Um, orienta a política pública para o que já existe. Me identifiquei, ajustei meu
1307 estatuto ou meu contrato social e estou seguindo esses princípios, posso me beneficiar da política pública que está
1308 sendo criada, via CADSOL e tudo mais. E abre-se também o espaço dessa conquista histórica, que é uma identidade
1309 específica jurídica. É uma visão. Eu acho que podem ter outras, mas eu gosto de pensar nessa convivência de modelos,
1310 porque vira e mexe, tem alguma justificativa que, às vezes, não está no nosso radar. Quando a gente só olha para a
1311 pergunta identidade, que justifica, sim, ter que criar uma cooperativa, ou o MEI, naquela situação que a Tati falou, ou
1312 uma associação. Então, eu sugiro, minha recomendação aqui, olhando o atual estado das questões do debate da
1313 reforma tributária, era a gente tentar dialogar com os diferentes tipos jurídicos e não tentar fazer uma exclusão deles
1314 no decreto. Mas, aberto aqui para aprofundar as reflexões com vocês, está bom? Obrigada.

1315 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Muito obrigado, Aline. Eu já aproveito para agradecê-la
1316 imensamente mais uma vez. E digo que sua disposição é muito bem aceita e você já está convocada para nos ajudar
1317 de agora em diante em toda essa tarefa que a gente tem. Obrigado mesmo, te agradeço imensamente. Flávia, por
1318 favor.

1319 **Sra. Flávia:** – Respondendo à questão referente ao registro na junta, segunda-feira eu tentei dialogar com as juntas
1320 comerciais sobre o assunto, vi que o tema é muito ainda inicial, mas estamos com essa incumbência no direito de
1321 regulamentar o quanto antes, assim que tivermos as diretrizes aqui desse Conselho, para que, então, as juntas possam
1322 fazer esses registros da melhor forma e com a celeridade, enfim, com toda a segurança jurídica que vocês merecem.
1323 E isso nós já estamos com essa incumbência de fazer. A Alzira, ela trouxe uma... Eu confesso que quando essa matéria
1324 passou pelo Drei em 2024, em dezembro de 2024, o Drei falou nesse projeto de lei e quando eu... eu tive uma
1325 interpretação muito rasa naquele momento e eu falei, mas por que estão criando uma nova pessoa jurídica se essa
1326 pessoa jurídica já vai se acomodar nas associações e nas cooperativas? Foi uma análise muito rasa que eu fiz ali
1327 naquele momento, mas hoje a senhora respondeu a minha pergunta, porque vocês querem uma pessoa jurídica
1328 específica com identidade própria, e hoje eu consigo entender o porquê e a razão. Então, assim, contem comigo para
1329 o que for necessário para nós levarmos isso da melhor forma. Está bom? E com relação à publicização das informações
1330 que são levadas nas juntas comerciais, eu acho que alguém perguntou se isso estaria num cadastro, enfim. As juntas
1331 comerciais dos estados têm os cadastros estaduais, que são os registros dos documentos, são órgãos de registro
1332 público, então esses documentos são públicos. E o Drei tem um projeto de criar um cadastro nacional, que traga no

1333 ambiente nacional todas essas informações estaduais. Então, por exemplo, se o empreendimento de economia
1334 solidária é registrado na junta, ele vai estar também nesse cadastro nacional para ser consultado.

1335 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Só para... A regulamentação passa pelo MEMP através de
1336 portaria, resolução, instrução normativa... Pronto. Então, esse já é um primeiro encaminhamento de tarde que a gente
1337 retoma, mas haverá uma instrução normativa do Drei que regulamentará como é que os empreendimentos se
1338 registram na junta comercial. Isso não é tão imediato, a gente precisa tratar o que terá lá dentro para isso acontecer.
1339 Mas essa é uma primeira coisa. Está bem? É, para não ser complexo demais e nos atrapalhar mais do que nos ajudar.
1340 Eugênio, por gentileza.

1341 **Sr. Eugênio** – Bom, Alzira, referente à questão da transição, o ciclo da transição de empreendimento de economia
1342 solidária para a cooperativa, bem, esclarecendo o que eu quis dizer. Hoje, a gente está em uma evolução, vamos dar
1343 um exemplo. Quando nós não tínhamos a cooperativa de trabalho, por exemplo, em um caso específico, nós tínhamos
1344 costureiras que queriam a minha cooperativa. Imaginem, não tinha lá as 20 costureiras. Então, depois, em 2012, para
1345 ir para a cooperativa de trabalho, podemos abrir uma cooperativa, abrir um set de costureiras. Só que pela diversidade
1346 do público da economia solidária, que é praticamente duas atividades econômicas, uma nova forma em que nós
1347 podemos atuar no mercado, com os conceitos da economia solidária, podemos ter também, igual hoje, mas enfim,
1348 três costureiras que querem abrir o empreendimento econômico solidário. Até agora é só jurídicas e defesa. Olha, eu
1349 acho interessante como tem agora esse novo tipo jurídico e quando eu defendia a questão da associação, eu lembro
1350 que a gente já tratava a referência de um empreendimento de economia solidária, esse novo tipo jurídico utilizado,
1351 principalmente, no capítulo das associações, é claro, associações vão ser constituídas por duas ou mais pessoas. Então,
1352 tem essa facilidade agora, a construção do empreendimento de economia solidária, não com certas pessoas, como o
1353 cooperativo que trabalha, mas em três, por exemplo, vamos discutir na recomendação aqui, inclusive no declarativo
1354 comercial. Mas não é uma transição, eu coloquei que talvez em um empreendimento eles se transformaram no
1355 cooperativo. No obrigatório, talvez possa ser uma necessidade, vou dar um exemplo, imagino que essas três
1356 costureiras encontram o empreendimento de economia solidária e cresceram o negócio e no até amanhã elas estão
1357 com mais de vinte sócios e precisam, por exemplo, ter três cursos, precisam organizar semelhanças, precisam ter uma
1358 rotatividade, ter um grau de saída de pessoas. Por exemplo, se o empreendimento de economia solidária for
1359 constituído pelo seu lado, a construção do trabalho social, igual é na sociedade empresária, toda vez que o
1360 empreendedor faz caminho sócio, vai ter que ter uma operação de trabalho diferente da cooperativa e você até tem
1361 a ficha que registra. Então o que eu quero dizer, talvez com o crescimento do empreendimento de economia solidária,
1362 o grupo em algum momento pense olha, talvez pelo nosso tamanho, pelo nosso respeito hoje, a cooperativa vai
1363 atender a nossa demanda. Ou não, vamos nos manter como empreendedores de economia solidária. Então não é
1364 uma questão obrigatória, é uma possibilidade. Assim como o consultado essa semana, é uma associação de mulheres
1365 que querem se transformar na cooperativa. Então é isso, não tem um modelo padrão, a economia solidária é muito
1366 diversa. Então nós temos as possibilidades para tudo, a nossa necessidade, ela vai se identificar se não tem naquele
1367 tipo de rítmico, se ela muda, era apenas um exemplo que eu gostei de colocar a legislação das cooperativas e no outro
1368 tipo de rítmico que nós estamos tentando colocar ele como uma constituição facilitada igual assim que nós

1369 enfrentamos um tipo de rítmico de uma constituição, de uma organização mais facilitada, digamos, anterior que a
1370 universidade que tem em alguns casos a própria cooperativa ou a termos da associação. E aí pessoal, só dando uma
1371 questão que eu acho que é interessante colocar, porque eu enxergo também que esse empreendimento de economia
1372 solidária, ele tem uma possibilidade, se os estudos e consultores entenderem, talvez seja interessante ele estar dentro
1373 do simples nacional. Possivelmente esse empreendimento pode trazer os que estão na informalidade para a
1374 formalidade, e até um argumento, a própria legislação pede, nós vamos estar tendo uma nova receita. Esse
1375 empreendimento está contribuindo à previdência social, por exemplo, nos postos, é informalizado, então talvez estar
1376 dentro do simples não é tirar a receita de um tipo jurídico, é se criar um novo tipo jurídico e com a receita nova talvez
1377 facilitando esses grupos informais a se informalizar para o empreendimento de economia solidária. Obrigado, pessoal,
1378 e continuo com a discussão.

1379 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Muito obrigado, Eugênio. Por gentileza, querida Evelyn,
1380 tem suas considerações?

1381 **Sra. Aline (Professora de Direito, Fundação Getúlio Vargas):** - Enquanto vão resolver para a Evelyn pedir licença, eu
1382 preciso para uma outra agenda, foi um prazer, desejo boa continuidade da agenda e Fernando e Iracema tem meu
1383 contato, fico à disposição. Obrigada.

1384 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Está nos ouvindo, Evelyn? Pode falar.

1385 **Sra. Evelyn** – Eu queria agradecer, é importante que a gente tivesse as nossas discussões, e as nossas legitimidades
1386 de discutir, pois, para poder agradecer as ações que você fez, obrigada. Principalmente trazer a contabilidade, sou
1387 defensora de tipo, sempre discuti a contabilidade, porque, por vezes, fica assim, um pouco assim, digamos que de
1388 lado, né, essa questão da parte contábil, mas não me indica, a gente está agora de forma contrária como agora, não
1389 vai acontecer, já está acontecendo, então, a gente tem que tentar formas de soluções, já que os anos estão tendo os
1390 nossos incríveis mitos. E contem comigo, eu sou à disposição, meu contato é acima dele, quem quiser ter contato para
1391 discutir, conversar, tirar dúvidas, estou à disposição.

1392 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Primeiro, de novo, mais uma vez, não é redundância, mas
1393 agradecê-los imensamente, Evelyn, Eugênio, Flávia e Aline, as contribuições foram riquíssimas, eu acho que é aquilo
1394 que a gente conversou. Primeiro pontapé, tem muita coisa para fazer, a gente precisa ainda dar alguns
1395 encaminhamentos em relação a esse debate, a minha sugestão é que a gente faça isso no início da tarde, e, inclusive,
1396 se tiver inscrições para algum outro comentário, a gente retoma isso no início da tarde para, enfim, dar algum
1397 direcionamento como é que a gente segue com o debate. Oi? Nós estamos agora 13 horas, falta 5 para as 13, a
1398 sugestão é que a gente almoce aqui no restaurante do Palácio, que é aqui ao lado, e aí sim se dirija, parte da tarde do
1399 conselho é no auditório do Ministério do Trabalho e Emprego, no bloco F, certo? E aí a sugestão nossa aqui é que a
1400 gente encurte uma meia horinha do almoço e volte lá no Ministério às 14h30, certo? Pode ser? 14h30 no auditório
1401 do bloco F, retomando a nossa discussão do Conselho Nacional de Economia Solidária. Obrigado, gente.

1402 **Dia 25/02/2026 – Tarde:**

1403 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Então vamos lá, turma. Boa tarde, aos companheiros e
1404 companheiras que não estiveram de manhã. Sei que tem vários compromissos, tem alguns que voltam mais para a
1405 tarde. De manhã, a gente ficou com o compromisso de voltar na parte do debate da [ininteligível], caso tenha
1406 elementos ainda adicionais a colocar e dar um elemento aqui a esse debate que ele não fechou nesse período aqui.
1407 Nós temos algumas coisas para comentar. Então, eu queria perguntar ao Conselho se há alguém, eu não tinha anotado
1408 mais nenhuma inscrição depois da Alzira, mas se tem mais alguém que gostaria de fazer alguma intervenção
1409 relacionada ao tema. Por gentileza, o Zander, acho que tem também. Não, pode repetir, não tem nada. O caso é que
1410 nós não conseguimos fazer de novo um debate muito longo ainda, porque a gente tem outra agenda para cumprir e
1411 os especialistas não estão aqui se a gente tiver que perguntar a resposta. Mas agora é a hora dos comentários. Lembra
1412 que a gente combinou? Lá era pergunta para eles, agora é um tempo de dizer, ah, bom, não é uma pergunta, mas eu
1413 quero adicionar tal coisa que não foi debatida. Fazer proposta de encaminhamento, acho que é isso aí, por aí. Dúvidas
1414 de encaminhamento, é tudo esse momento agora. Vamos gastar uma meia hora, não mais do que isso, para tentar
1415 resolver. Isso, exatamente, certo? Abilene, por favor. Depois tem Zander, Vicente, Márcia. Abilene, depois vocês,
1416 Zander.

1417 **Sra. Abilene Pereira de Brito (Titular/FBES – Belém/PA):** – Boa tarde, eu sou Abilene do Fórum Brasileiro da Região
1418 Norte, especificamente do Pará. A minha dúvida é em relação a quem tem uma aposentadoria, porque foi falado na
1419 parte da manhã sobre quem recebe o Bolsa Família. Mas eu gostaria também de saber quem já está aposentado e
1420 quem está entrando na idade da aposentadoria, já esperando esse tempo tão sonhado. É isso.

1421 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Vamos pedir para o pessoal se juntar aqui.

1422 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Vem mais para frente aqui, pessoal. Mais pertinho. É mais
1423 aconchegante.

1424 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – É porque fica mais fácil aqui de passar o microfone, se ficar lá fora.
1425 Mas podem ficar. Só lembrando que o pessoal que fez a fala, vocês podem ver, não estão aqui nem online, vão ter
1426 questões que a gente não vai estar aqui tendo conhecimento, nem esse objetivo. Então a gente vai registrar aqui os
1427 pontos, vai, a não ser que seja algum ponto que a gente tenha domínio a partir da lei do decreto, mas nos mais pontos
1428 a gente vai estar registrando aqui do debate.

1429 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Zander.

1430 **Sr. Zander Soares de Navarro (Titular/MAPA – Brasília):** – Bem, boa tarde a todos. Então, meu nome é Zander e eu
1431 sou talvez o mais quieto. Tem que falar colado aqui no microfone. Mas eu sou seguramente o mais quieto dos
1432 Conselheiros. E a razão é muito simples. Eu represento aqui o Ministério da Agricultura, que, como você sabe muito
1433 bem, é um Ministério do empresariado rural. E esse empresariado rural não tem o menor interesse em economia
1434 solidária. Então, eu fico quietinho aqui no meu canto, aproveitando o que está sendo discutido, aprendendo todo o
1435 tempo. Mas essa é a razão pela qual eu praticamente não me manifesto. Eu queria só fazer um comentário sobre hoje

1436 de manhã e não dessas questões técnicas, aposentadoria, essas coisas que surgiram. Mas porque eu morei em Porto
1437 Alegre há 40 anos e essa manhã teve várias coisas muito ligadas à minha história. Por exemplo, a primeira Assembleia
1438 Sindical que eu participei foi sob orientação do Jairo Carneiro, que não foi exatamente meu amigo, mas eu conhecia,
1439 encontrava, conversava e tal. Por essa razão de morar no Rio Grande do Sul, o Frei Sérgio foi meu amigo, pelos nossos
1440 interesses com o MST. Então, eu sei muito sobre o Frei Sérgio, sua história, realmente a gente teve muita proximidade.
1441 Então, esse segundo aspecto também me marcou muito hoje de manhã. Agora, o principal deles que eu queria chamar
1442 a atenção do nosso Conselho é exatamente o Orçamento Participativo. E aí, quando o Ministro falou dessa iniciativa
1443 que vai chegar aí, que é o Orçamento do Povo, eu falei, bom, essa é uma bela oportunidade para o Conselho que nós
1444 fazemos parte. Por quê? Eu não sei se algum de vocês morou em Porto Alegre. Eu morei 40 anos e fui Pesquisador
1445 durante muitos anos do Orçamento Participativo. O Orçamento Participativo foi tão extraordinário para Porto Alegre,
1446 ganhou tanta fama, que eu fiz palestras sobre Orçamento Participativo em Tóquio, na Espanha, na Inglaterra e em
1447 outros países que eu não vou relatar. Pela fama desse processo, porque foi um processo que realmente transformou
1448 Porto Alegre. Só quem morou lá, como eu morei, é que a gente percebeu a importância de você ter um orçamento
1449 que 100%, 100% do orçamento foi decidido pela população. Em diferentes assembleias, reuniões, a partir de um
1450 experimento que se tornou extremamente sofisticado e que a população decidiu. Então, o tema da participação social
1451 via orçamento é extremamente importante. E, portanto, essa janela que o governo vai abrir de uma maneira modesta,
1452 com poucos recursos, etc., é uma grande oportunidade para o nosso Conselho. Evidentemente, vamos ficar torcendo
1453 que esse ano traga resultados positivos e, a partir do ano que vem, esse Orçamento do Povo possa se ampliar muito
1454 mais em termos orçamentários e tal. E aí, para as atividades da economia solidária, é um espaço fenomenal,
1455 realmente, porque depende, basicamente, de participação. E, quando existe essa participação, os recursos são
1456 alocados para aqui, são alocados para lá, de acordo com os interesses que, prioritariamente, são decididos. Então, eu
1457 só queria deixar esse comentário para que a gente torça. E, se houver a possibilidade no ano que vem, como acho que
1458 todos nós esperamos, não deixaremos de aproveitar essa oportunidade a partir do ano que vem. Muito obrigado.

1459 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Obrigado, Zander. Vicente, já se tiverem sugestões de
1460 encaminhamento também, vão trazendo para a gente.

1461 **Sr. Vicente Raimundo de Almeida Neves (Titular/GTA – Silves-Manaus/AM):** – Bom, boa tarde. Vicente, do
1462 Amazonas, Rede GTA. Pergunta. Pergunta não. Para quem puder esclarecer melhor. Essa questão que eu acho que é
1463 a Aline, alguém poderia dar uma ressaltada sobre essa questão de gênero e espécie. Então, o dinheiro pode ser o
1464 gênero, a espécie pode ser em papel. Então, alguém que pudesse esclarecer mais essa. Sobre essa questão do novo
1465 que ela coloca, o novo seria realmente o CADSOL? E para que a gente pudesse, talvez eu esteja pouco informado, mas
1466 como o CADSOL vai se inserir perante essa questão tributária, sendo a nova possibilidade? Ele é o novo? É isso.

1467 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Obrigado, Vicente. Tatiane.

1468 **Sra. Tatiane Nascimento Conceição Valente (Titular/FBES – Manaus/AM):** – O meu mais encaminhamento, quer
1469 deixar para depois?

1470 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Pode ser. A gente anota e depois junta os outros. Lucas.

1471 **Sr. Lucas (MF):** – Boa tarde, pessoal. A minha fala não é técnica, é super rápida. Eu estou como Conselheiro do
1472 Ministério da Fazenda, fico à disposição para todo esse processo de construção. Sou muito novo nessa questão da
1473 economia solidária, mas pedi lá no Ministério para estar aqui representando o Ministério nesse Conselho. Por quê?
1474 Tem algo que foi falado hoje de manhã, tanto pelo Ministro quanto por alguns companheiros, que me toca muito. Eu
1475 pedi para vir para esse Conselho porque, através do movimento dos agentes de economia solidária e de alguns
1476 companheiros daqui do Estado que fazem um trabalho via a Central de Movimentos Populares na pasta de economia
1477 solidária, nós começamos a organizar um trabalho com a juventude focada na economia solidária. E quando a gente
1478 faz esse debate sobre o empreendedorismo e essa mecânica do capital, que sim, brilha os olhos do jovem, porque
1479 ninguém aqui pode se negar que quer andar com tênis bom, que quer andar de carro bom, a gente não pode ser
1480 hipócrita a esse ponto. Agora, existe um movimento social crescente no Brasil que nós, enquanto Conselho, enquanto
1481 agentes formadores da economia solidária, nós não podemos nos perder. O que perpassa pela escala 6x1 é o debate
1482 da qualidade de vida. E o sonho do jovem hoje também perpassa em ter qualidade de vida. Quando o companheiro
1483 fala do Orçamento do Povo, do Orçamento Participativo, nós temos que criar, já de agora, uma rede muito forte de
1484 comunicação nesse sentido, focada na juventude. Porque existe, sim, uma parte da juventude que está muito distante
1485 de nós e nós vamos ter uma dificuldade muito grande de conseguir chegar com esse debate neles. Mas grande parte
1486 da juventude quer ser acolhida, quer um trabalho digno, não só ganhar milhões, mas poder, de fato, acompanhar a
1487 mãe em uma consulta quando precisa e em uma reunião do irmão quando precisa, porque a maioria das famílias do
1488 Brasil são atípicas. Então, fica aqui esse recado, esse comentário e fica o que é à disposição de todos vocês, porque,
1489 precisarem, o Ministério da Fazenda está aqui à disposição. Obrigado, gente.

1490 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Muito obrigado, Lucas. É muito bom ter o Ministério da
1491 Fazenda aqui conosco. Alzira.

1492 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** - Então, o Fórum Brasileiro encaminhou uma nota
1493 técnica que não foi apreciada totalmente pôr a plenária. A gente pediu para socializar essa nota técnica com todos os
1494 Conselheiros, mas vai ficar só nisso? Só na socialização? Ou a gente vai trazer a nota técnica para contribuir com a
1495 complementação do decreto, complementar o que a gente precisa com relação à tributação e outras questões que o
1496 decreto não tratou? Então, por exemplo, a gente fala sobre qual é o lugar do CADSOL. É a nota técnica nossa que
1497 apresenta uma perspectiva de qualificar o CADSOL com um novo status de porta de entrada para os
1498 empreendimentos, e ser, através do CADSOL, a entrada de diálogo com as juntas comerciais. Como é que fica isso no
1499 decreto? Então, outras questões que eu abordei de manhã, que a gente já também coloca na nota técnica, que é o
1500 lugar dessa representação do empreendimento de economia solidária. Por quê? No decreto só fala de representação
1501 de cooperativas. Não fala do empreendimento de economia solidária que não tem status de cooperativa. A gente
1502 sabe disso. Então, como é que a gente vai resolver? A gente vai deixar em aberto para a Comissão do Marco Legal
1503 fazer essa complementação e depois volta para o Conselho? Como é que a gente vai administrar? A gente ouviu os

1504 especialistas, mas a gente não ouviu na integralidade a nota técnica de membros deste Conselho. Então, é isso que
1505 eu estou chamando a atenção como um princípio de equidade aqui, de oportunidade de debate e de reflexão.

1506 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Celecina.

1507 **Sra. Celecina Rodrigues dos Prazeres (Titular/FBES – Niterói/RJ):** – Bom, gente, Celecina Rodrigues, Rio de Janeiro,
1508 Coordenadora Estadual do Programa Paul Singer, mulher preta periférica, trabalhadora da economia solidária. Claro
1509 que eu não vim aqui arbitrar em cima da lei, porque nem em cima de nenhum decreto, que eu não me sinto com
1510 acúmulo para isso. Eu sou do tempo que a economia solidária, que a gente estava na rede de educadores populares
1511 de economia solidária, onde você falava de economia solidária sem vírgulas, meio ambiente, mulheres, questões de
1512 gênero. Eu amo a juventude, eu sou uma de dois jovens maravilhosos e vivo muito bem. Mas eu quero chamar a
1513 atenção de uma coisa. Nós colocamos uma vírgula de agregar a juventude e falamos como o nosso movimento está
1514 envelhecido. Mas eu queria muito chamar a atenção. Tem mulheres negras, brancas, de todas as cores, não só pela
1515 questão do feminicídio, mas também pela questão de condições sociais e de exclusão do mercado de trabalho. Nós
1516 estamos novas demais para morrer e velhas demais, sabe? Então, a gente precisa também trazer esse debate da
1517 questão do etarismo. Todo respeito à juventude, todo respeito. Amo vocês, são super bem-vindos. Trabalho com
1518 jovens. E aí, a gente tem que pegar também essa questão. Porque eu tenho 5.8, um motor de 5.8, amo a juventude,
1519 mas eu não tenho, onde eu estou, jovens que queiram se integrar às nossas frentes. Por isso que o Boulos hoje foi
1520 muito animador, quando traz a questão do Projeto Rondon, de formarmos. Mas eu acho que quem está aqui, seja
1521 uma mãe especial, seja uma mãe atípica, seja uma mãe Bolsa Família, que está, sim, com medo do CADSOL, com medo
1522 de tudo. E aí, a única coisa que eu fico colocando na questão hoje da proposta do Orçamento do Povo, aí vamos dar
1523 uma olhada de assuntos. Sabe por quê? Nós não temos inclusão digital, a gente não tem acesso. Essas consultas que
1524 a gente faz, pensa bem, não é só a juventude não, as 50 a mais também não estão aí com essa bola toda de fazer essas
1525 votações virtuais. Então, bem-vindo à juventude. Lá no Rio tinha um programa chamado Netinhos de Aluguel, que foi
1526 um sucesso, porque a gente está sofrendo golpe, inclusive, da internet por telefone. Amo a juventude, eu quero a
1527 juventude. Mas, pelo amor de Deus, está bom? Vamos dar uma olhada, também, para essas mulheres atípicas, mães
1528 especiais, para a saúde mental dessas mulheres, estão sendo assassinadas, precisamos matar um pouco, a gente está
1529 só morrendo, sabe? Então, para que a gente possa olhar para a economia solidária, sem essas vírgulas. Porque eu
1530 aprendi, no resto das minhas formações, que a gente é, sim, catadores, meio ambiente, que a gente, sabe? E, agora,
1531 a gente está se dividindo, falando, vem a juventude, vem as tecnologias, ou a gente cria um grande arcabouço e agrega
1532 outras pessoas, outras frentes, na economia solidária, ou vamos ficar numa ciranda fechada, sem agregar e sem
1533 avançar. Obrigada e desculpa por me alongar.

1534 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Muito obrigado.

1535 **Sr. Sandro Benedito Sguarezi (Titular/Unitrabalho – Cuiabá/MT):** – Boa tarde, novamente, a todos e a todas. O
1536 Zander, falou, Orçamento Participativo, e estava pegando um dado, esses dias, que o Rio Grande do Sul é um dos
1537 estados mais bolsonaristas da nação. Onde foi que a gente errou, com 20 anos de governo progressista, em Porto

1538 Alegre, com Orçamento Participativo, etc., e tal? Onde foi que nós perdemos o bonde da história? Então, isso tem que
1539 fazer parte das nossas reflexões, frente às eleições de 2026 e outras que virão por aí. A outra questão é que esse
1540 Estado capitalista, ele foi feito para privilegiar o grande capital. Não tem facilidade para registrar uma cooperativa na
1541 junta comercial. Lá em Cuiabá tem nove meses que a gente está tentando registrar uma cooperativa de catadores,
1542 porque não tem a cooperativa registrada. Já tem uma com 19 anos, lá tem 23, mas é uma burocracia diferente toda
1543 vez. E o que eu queria chamar a atenção é para essa complexidade, que envolve toda essa questão que nós estamos
1544 discutindo de tributação e da forma jurídica, dos empreendimentos de economia solidária, que são mais uma forma
1545 jurídica, mas a gente não abrir mão, que nem os técnicos falaram hoje, das associações, das cooperativas e de outras
1546 formas que estão aí, dada a complexidade dos nossos empreendimentos. A outra questão que eu acho que a gente
1547 precisa investir, que esse Conselho tem que fazer, colocar isso na pauta, é em relação à lei do cooperativismo, que é
1548 de 1971, que é uma lei da época da ditadura, uma lei atrasada, e que, se for mudada, pode contribuir muito com o
1549 campo da economia solidária. Então, eu queria chamar a atenção um pouco para isso, porque vejo que são pontos
1550 importantes também, e, ademais, eu queria parabenizar a mesa de hoje. Achei que foi uma das mais profícuas ao
1551 longo de toda a história do nosso Conselho, com a participação, inclusive, efetiva das pessoas aqui, sensibilizando as
1552 pessoas da mesa. E eu acho que a gente podia, sei lá, ler essa carta do fórum, debater um pouco sobre ela, avançar
1553 nesse sentido também. Obrigado.

1554 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Obrigado, Sandro. Jairo.

1555 **Sr. Alfredo Jairo dos Santos (Titular/Rede de Gestores – Salvador/BA):** – Eu vou falar mais, assim, no sentido de ver
1556 se deu alguma contribuição, assim, na busca do encaminhamento. Porque, na verdade, a gente já identificou quantas
1557 situações a gente tem que enfrentar para ser capaz de transpor esse momento, que é não deixar que a lei, ou seja, a
1558 Lei Nacional da Economia Solidária, fique 10 anos ou 20 existindo, sem que a gente consiga resolver essas situações
1559 que ela colocou, que são muito importantes para os empreendimentos. Então, o que eu vejo, desde pela manhã,
1560 também parabenizo a CNES pelos convidados que trouxe, é da necessidade, agora, da gente ter uma forma de
1561 encaminhar essa discussão, esse debate, que possa, em algum momento, nos entregar algo que represente respostas
1562 a esses desafios todos. Como responder a cada situação que está colocada. Por quê? Porque, se a gente não tiver
1563 cuidado, a gente tem tantas questões importantes que são colocadas a cada momento, a cada fala, que a gente vai
1564 chegar aqui, voltar a estar aqui há três meses, sem ter conseguido chegar numa maneira de entender melhor e
1565 encaminhar esse processo. Então, eu pergunto a Fernando, recolhido essas contribuições todas que nós estamos
1566 tendo, junto com essas pessoas que foram convidadas, especialistas que estão topando fazer isso junto com a gente,
1567 com o setor jurídico do Ministério, que é uma demanda, uma luta do Ministério, como é que a gente pode, de que
1568 maneira encaminhar para ter, em algum momento, não muito longe, uma proposta na mão que dê conta de todas as
1569 respostas. E aí, eu acho que a contribuição que o Fórum Brasileiro já construiu é altamente pertinente, pode ser um
1570 elemento de alinhar isso aí e a gente poder ter, digamos, num prazo de, no máximo, 30 dias, uma construção, por
1571 todos os nossos Conselheiros e pelas próprias CNES e as organizações que estão dentro do que o decreto trouxe para
1572 dentro da economia solidária OCB, e nós temos a UNICOPAS, que representa muitas organizações, e possam, daí,
1573 validar um encaminhamento para poder isso tramitar e concluir o processo. Porque, senão, a gente tende a ir discutir

1574 o Fundo de Financiamento da Economia Solidária daqui a mais cinco anos. A gente precisa vencer esse momento para
1575 passar a discutir dinheiro na economia solidária.

1576 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Obrigado. Eu gosto do entusiasmo do Jair. Gisleide e
1577 Tatiane, e aí vamos encerrar para poder construir o encaminhamento. Ah, Márcia, desculpa, perdão. É a Márcia antes
1578 da Gisleide, inclusive. Desculpa, Gisleide. Eu esqueci mesmo, Márcia.

1579 **Sra. Márcia:** - Gente, boa tarde. Então, sou Márcia, da rede de TCPs. Primeiro, também, acho que a mesa da manhã
1580 foi muito boa mesmo, trouxe vários elementos. E a minha fala também vai na linha do Jaime, para a gente, talvez,
1581 pensar em um cronograma de ação, porque é muito questionamento mesmo. E aí, falaram hoje dá... Ai, meu Deus,
1582 da Receita Federal, eu acho que tem que chamar o pessoal da Previdência Social também para esse debate, porque
1583 isso... Alguém falou da questão dos aposentados, tem a questão também das mães que recebem auxílio pelos filhos
1584 que estão doentes. Então, tem várias questões que a gente precisa discutir e que, sempre, quando a gente está com
1585 os grupos, esses assuntos vêm. E aí, a gente que está, e ouvir também com atenção a nota técnica do fórum, é
1586 importante porque quem está no dia a dia fazendo as coisas acontecerem ou apoiando os grupos de economia
1587 solidária no dia a dia é a gente que vai lá na ajuda comercial, às vezes dá na cara, vai lá, recebe um não na nossa cara,
1588 volta. Então, esses elementos que tangenciam, não só como vai ser a forma tributária, tem muitos outros elementos
1589 por trás. E aí, a gente... A Ana apresentou possibilidades de outra vez e eu acho que a gente tem que olhar, mas
1590 também olhar para as nossas especificidades de como a gente tem isso no Brasil. Então, a minha sugestão é fazer um
1591 programa com pontos a ser debatidos e aí a gente puder ir olhando e aí pegar, pode ser como base, a nota técnica
1592 que o fórum desenvolveu e aí a gente vai avançando junto com o que já foi desenvolvido. Essa é a minha sugestão.

1593 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Obrigado, Márcia. Gisleide e Tati depois.

1594 **Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA):** – Boa tarde a todos e todas. Gisleide do Fórum
1595 Bahia, Brasileiro de Economia Solidária. É só uma questão de ordem e também de encaminhamento para o processo
1596 aqui da tarde que abra esse momento para a gente apresentar, enquanto fórum, para o grupo de trabalho que fez
1597 aquela nota técnica, apresentar aqui e a gente também tirar encaminhamento, para depois a gente não voltar para
1598 casa e só receber essa nota técnica por e-mail, a gente sabe dos corres de cada um, que muitas vezes chega no e-mail
1599 e a gente acaba passando e não pegando para fazer essa leitura. Então, é valorizar esse trabalho do grupo de trabalho,
1600 dessa nota técnica e abrir esse tempo, não é grande, Fernando, que você está olhando assim, não é grande, a gente
1601 abrir o tempo e fazer essa apresentação.

1602 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Tatiane.

1603 **Sra. Tatiane Nascimento Conceição Valente (Titular/FBES – Manaus/AM):** – É ruim porque não foi combinado. A
1604 minha proposta era fazer um ajuste. A minha proposta era fazer um ajuste na programação. Primeiro, não sei se para
1605 todo mundo é assim, mas para mim, foi uma sopa de letrinhas falas na sua grande maioria. Quando a Aline falou, foi
1606 quando eu me senti mais perto de entender alguma coisa. No geral, eu fiquei bem perdida. A nota técnica que o fórum

1607 traz é muito mais nessa linguagem que a gente conhece. E ele traz a nuances dos pontos que, inclusive, foram
1608 colocados de manhã. A minha proposta seria, caso seja possível, disponibilizar esse documento para todo mundo,
1609 imprimir aqui na SENAES, não sei, o povo ler do governo, todo mundo ler entre hoje e amanhã, e amanhã abrir 30
1610 minutos para a gente finalizar. Por quê? Porque eu estou entendendo o seguinte, não vai fim dar esse ponto aqui. Eu
1611 entendo. Cadê Jairo? Jairo e a companhia ali falaram, a gente tem que sair daqui com prazo para finalizar o processo.
1612 Mas o mais importante é uma metodologia de construção desse processo. Qual a metodologia? Leia-se, dá esse tempo
1613 de leitura, faz esse corte hoje, dá esse tempo de leitura, volta amanhã, a gente faz um cochicho coletivo e aí a gente
1614 entra em um cronograma, seja de escuta pública, seja de escuta dos pares, e aí com 15 dias fecha, monta ou reativa,
1615 ou monta uma comissão que receba isso e nos 30 dias corridos, no 31º dia, a gente bate o martelo e toca a vida.

1616 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Turma, vamos lá.

1617 **Sra. Ana Caroline Carmo da Silva (Titular/FBES – Goiânia/GO):** – Está muito bem feito, está muito bem formulado,
1618 está completo, eu acho que se tivesse uma lidinha ia ajudar bastante aqui o direcionamento. Inclusive eu citei as leis
1619 municipais que temos no Brasil e as leis que temos no Paraguai, Itália e França, e Espanha.

1620 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Vejam só gente, vamos tentar encaminhar aqui sem prejuízo
1621 das coisas. Se a gente abrir para ler aqui, não é problema que a gente leia qualquer uma delas aqui, mas o outro ponto
1622 de debate que a gente teria que fazer aqui que é também tão importante quanto esse aqui, sem prejuízo a nenhum
1623 dos três pontos do Conselho. A sugestão aqui é que a gente imprima a nota técnica do fórum, entregue aos
1624 Conselheiros para ler, porque ela já foi enviada por e-mail aos Conselheiros. Pode imprimir a que a Ana Caroline fez
1625 também. A UNICOPAS, quando se reuniu ontem com a SENAES, e entregar até o final dessa semana quando eles
1626 encerram o planejamento, todos esses são subsídios para a construção do que será a regulamentação do registro, a
1627 regulamentação da tributação, etc. Ninguém está jogando nenhuma dessas coisas fora. Certo? Ninguém está jogando
1628 nenhuma dessas coisas fora. Só que nós não vamos conseguir fazer tudo isso no Conselho daqui para amanhã. A
1629 sugestão é, imprime essas duas que estão prontas, fazem as suas contribuições que tiverem que fazer, mas a gente
1630 encaminha um cronograma. Qual é a sugestão deste cronograma? O DREI tem uma tarefa de regulamentar, certo? O
1631 curto prazo. A gente precisa definir curto, médio e longo prazo. No curto prazo é o registro, certo? Isso não é descolado
1632 só assim, mas no curto prazo é o registro. A sugestão é que a gente encaminhe os subsídios ao DREI, some o DREI ao
1633 Comitê desses subsídios e este grupo apresente ao Conselho uma proposta de regulamentação do registro, nestes 30
1634 dias. Então não é esperar só que o Conselho vai devolver dentro de 30 dias para depois encaminhar. Os Conselheiros
1635 leem a nota do fórum, leem as contribuições da Ana Caroline, leem quando a UNICOPAS mandar o deles e abrem a
1636 contribuição até os 30 dias, que é o mesmo prazo do DREI. Mas o Comitê recebe os subsídios, os mesmos que os
1637 Conselheiros tiveram e apresenta a este Conselho para a gente validar em uma nova reunião virtual, já com alguma
1638 materialidade, não só com um, com os três pontos de uma vez só. Certo? Essa é uma sugestão que não impede a
1639 gente de ler, se quiser ler, mas se ler uma vai ter que ler duas, ou pelo menos duas hoje. Significa a gente esticar um
1640 pouco mais. Tem um encaminhamento aqui e aí eu vou consultar a plenária, mas a sugestão de encaminhamento é
1641 que a gente enderece os subsídios aos Conselheiros e enderece os subsídios ao DREI e ao Comitê de Marco Legal para

1642 que eles apresentem, dentro de 30 dias, uma proposta de minuta para que este Conselho diga: “ah, está bom, o que
1643 a gente debateu de fato está aqui, facilita a nossa vida ou não, tem que cuidar de tal coisa, sugerir tal coisa.” Então, a
1644 gente tem que entregar aos Conselheiros agora. Podemos seguir por aí, Conselho? Então, sugira, por gentileza.

1645 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** - Então, eu queria defender, e usei dessas questões
1646 todas, da gente escutar todo mundo e tal. Esse ponto de pauta está aqui colocado há bastante tempo. A nota do
1647 fórum foi encaminhada há quase um mês. Então, por que nós nos debruçamos para debater isso com uma certa
1648 urgência? Imobilizamos nossa capacidade para isso? Porque a gente está vendo que isso é fundamental. Se a gente
1649 passa um mês Zamban, discutindo ainda e lendo um documento, nós vamos acabar maço, vamos entrar em abril.

1650 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Não foi isso que eu propus, companheira.

1651 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** - Não? Eu entendi isso, um mês discutindo para
1652 poder a gente fechar o registro. Não foi?

1653 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Eu sugeri que a gente imprimisse os Conselheiros que
1654 dessem as suas contribuições formais.

1655 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** - Imprimisse, lesse, mas a decisão que eu estou
1656 propondo é que a gente leia aqui, debata aqui o que existe de proposta para poder a gente ir com uma solução mais
1657 substancial. Certo? Porque fica muito solto, fica muito evasivo isso que está acontecendo entre nós.

1658 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Fernando, poderia fazer uma sugestão? Tem uma terceira sugestão
1659 que foi posta pela Tatiane que seria imprimir as notas e amanhã tirar uma meia hora para ver daquelas notas ali,
1660 porque são conteúdos muito complexos. A gente não vai sair... Estou lembrando da conversa que eu tive com a minha
1661 mãe hoje de cedo. Minha mãe mora no interior, vou fazer um parêntese, mora em uma casa que é um telhado de
1662 telha de barro e está chovendo dentro. O meu irmão, quando estiou, ele subiu na casa três vezes e não encontrou
1663 onde estava a goteira. Está chovendo lá e ela continua com a goteira dentro. Falei, mas, mamãe, não tem jeito. Ela
1664 disse, minha filha, eu já subi três vezes, vou ter que esperar a chuva passar para poder, é uma senhora de 80 anos,
1665 mora sozinha, para poder consertar. Tem problema que, mesmo que a gente queira, a gente olha, a gente não vai
1666 resolver no imediato, porque não depende só de nós aqui. Então, acho que a gente tem essa tranquilidade de olhar
1667 as coisas em uma perspectiva. O que é de curto prazo que a gente consegue resolver aqui e encaminhar? Então, o
1668 Fernando está dando um exemplo. O curto prazo, o registro do empreendimento de economia solidária, que a gente
1669 precisa resolver. A gente está encaminhando junto com a junta. Daqueles outros pontos que o fórum apontou na
1670 nota, quais são os outros pontos que a gente pode encaminhar? Então, Alzira, eu queria sugerir, Fernando, dentro
1671 dessa sugestão da Tatiane, vamos imprimir as notas. A gente pode fazer um trabalho aqui e o fórum nos ajudar. Quais
1672 são aqueles pontos que exigem encaminhamento e que exigem amadurecimento? Amanhã, a gente olha com mais
1673 calma e a gente olha. Esse ponto aqui, a gente pode trilhar por aqui. Esse outro ponto aqui, a gente pode trilhar por
1674 aqui. Porque, assim, eu lembrei dessa história da minha mãe, porque tem coisas aqui, porque, por mais que a gente

1675 queira resolver e por mais que nós todos estivermos empenhados em resolver, a gente não vai, porque são coisas que
1676 vão depender do Congresso, são coisas que vão depender de uma articulação com a Receita Federal, com o Ministério
1677 da Fazenda. Que bom que o Lucas está aqui, representando o Ministério nessa disposição. E a gente vai ter que ver.
1678 Aqui é governo, aqui é sociedade. Então, acho que fiz toda essa história para poder a gente ter uma tranquilidade.
1679 Vamos pegar as notas, vamos olhar. Vocês nos ajudem a apontar. Amanhã a gente volta nos encaminhamentos,
1680 pensando esse ponto. Quando a gente chamou a Evelyn, a gente tinha a expectativa que ela apresentasse o que estava
1681 na nota. Era essa a expectativa. Quando eu falei com a executiva do fórum, era para alguém destacar o que estava na
1682 nota. Então, a gente foi um pouco com tranquilidade nesse sentido, porque a gente... Mas, assim, vamos imprimir,
1683 Fernando, a nota. Vamos passar. E amanhã a gente volta uma meia hora com mais tranquilidade para ver os pontos.

1684 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Não resolve em meia hora. A proposta que a Alzira está
1685 sugerindo não resolve em meia hora amanhã. Então, da mesma forma que você interpretou a minha.

1686 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Você concorda, Alzira, com o encaminhamento?

1687 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Conselho, tem três propostas na mesa, beleza? Certo,
1688 Conselho? Tem três propostas. Endereça para o Comitê de Marco Legal e para o DREI apresentar uma solução para
1689 este Conselho dizer se está correto ou não. Dentro de 30 dias. Essa é uma proposta. Proposta 1. A segunda proposta
1690 é ler as notas técnicas. Mas não é só a sua. Agora é do plenário. Está bem, gente. Vamos lá. Então tem duas propostas.
1691 Uma é essa que está posta, a outra é imprime, todo mundo lê e amanhã, não em meia hora, porque não vai ser meia
1692 hora. Um pouco mais, a gente discute encaminhamentos entendendo que é encaminhamento de curto prazo naquilo
1693 que está escrito o Censo Registro. Certo? Porque o outro debate tem outro encaminhamento para dar.

1694 **Sra. Tatiane Nascimento Conceição Valente (Titular/FBES – Manaus/AM):** – Fernando, só para a gente se ajustar.
1695 Todo mundo pega o documento hoje, lê, cochicha, antes de chegar amanhã, cochicha. 30 minutos não é para a gente
1696 debater o senso comum. É para, a partir do que a gente ouviu hoje de manhã, ler os documentos, criar uma
1697 metodologia para, em 30 dias, a gente finalizar esse processo. Foi essa a minha proposta. Não é reviver o momento...

1698 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Então vamos nos comprometer a isso, de ler e amanhã
1699 trazer propostas endereçadas e não abrir novamente o debate? Por que aí vocês entendem que tem uma diferença
1700 entre meia hora e quatro horas de debate? Plenário, primeira ou segunda proposta? Conselho? Proposta 1 ou
1701 proposta 2? 2? Proposta 1, vai, levante a mão aí que não dá só para ver. Levante a mão proposta 1 aí. Proposta 1 é
1702 encaminhar para o DREI e para o Comitê do Marco Legal, companheira. Proposta 1. Proposta 2. E tem gente que não
1703 levantou para nada. Está bom, proposta 2. Vamos imprimir e amanhã a gente volta a conversar, está bom? O segundo
1704 encaminhamento é, tem um conjunto de coisas, de debates que precisam ser aprofundados ainda e pessoas precisam
1705 ser escutadas. Fazenda, Receita Federal, Previdência, tudo isso que nós combinamos. A sugestão é que a gente faça
1706 uma próxima reunião do Conselho, assim como nós fizemos essa com tributação e com um pouco mais de fôlego,
1707 chamando Fazenda e chamando Receita Federal, sobretudo porque vai impactar em tributação. Aí tem um terceiro
1708 momento, não sei se dá para fazer junto, não, podemos avaliar, mas aí a Previdência para ter um terceiro momento

1709 de reflexões mais profundas sobre isso. Naquelas reuniões virtuais que a gente faz a cada dois meses, mais ou menos,
1710 podemos chamar Fazenda e Receita na próxima para debater? Mas aí tem um pedaço que é entre isso aqui e aquilo
1711 lá, entre isso aqui e a reunião, há SENAES que tem que procurar esses aí e entender. Por exemplo, o CADSOL pode ser
1712 a porta de entrada? Aí vai dizer, não, não dá porque isso, aquilo. Ou sim, dá de tal coisa. Aí você põe na mesa na
1713 reunião virtual. Então, eu não sairia com essa ou aquela por enquanto. Então, esses dois encaminhamentos, por
1714 enquanto, o primeiro é imprimimos, lemos todos, amanhã, endereçando, encaminhamentos que precisam ser
1715 tomados em metodologia de construção do curto prazo. O segundo, que é o médio prazo, nós vamos convidar a
1716 Fazenda e Receita ou Previdência, dependendo das coisas lá, e Previdência para uma conversa daqui a dois meses
1717 virtual sobre tributação e previdência. Certo? Certo, Conselho? Aprovado, Conselho? Então, está bom. Turma, agora
1718 a gente entra, então, oficialmente no segundo ponto da nossa pauta. Nós estamos com ela já um pouco gastada, mas
1719 vamos indo e depois, no final do dia, a gente repactua ela, está bem? A ideia agora é, a gente encaminhou para os
1720 Conselheiros e Conselheiras, apresentou, aliás, uma reunião virtual e encaminhou para os Conselheiros e Conselheiras
1721 a versão zero da minuta de atualização dos normativos do Conselho Nacional de Economia Solidária, que é fruto do
1722 debate do Comitê de Marco Legal sobre as orientações da Presidência da República também e da participação social,
1723 o que significa essas atualizações de normativos. Então, a ideia agora é a gente olhar ela com detalhe e eu vou passar
1724 para a Iracema, que vai contar um pouco a metodologia toda de como a gente vai fazer. Isso, exatamente.

1725 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Oi, boa tarde. Está funcionando? Vocês nos ouvem aqui? Muito
1726 bem. Ufa, respira aí. Esse tema é... São temas quentes. Então, boa tarde a todos e todas. A Geni, a companheira está
1727 aqui, a Geni representa o Fórum Brasileiro de Economia Solidária no Comitê Permanente, assim como o Jairo
1728 representa a Rede de Gestores no Comitê Permanente. É sempre bom, a Márcia está chegando, a Etiane está saindo,
1729 inclusive ela está indo para uma missão no Timor-Leste, não é, Márcia? A Geni, a Kézia, que é do Comitê Permanente,
1730 quem mais me lembra aqui? O Jairo, o Almir, que não está nessa reunião hoje, e o Arildo, que não está aqui. E a Mayra,
1731 que não está também aqui. Para começar esse ponto, eu queria apresentar aqui, eu chamo o Paulinho, Paulo Oliveira,
1732 vocês lembram, ele é da Diretoria de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência, vocês lembram que ele
1733 esteve conosco em uma das reuniões, em uma plenária, e nos apresentando o estado da arte das normas dos
1734 Conselhos de participação social no nível federal aqui na Esplanada. E, naquele momento que o Paulinho fez a
1735 apresentação, nós estávamos, naquela plenária, nós estávamos fazendo a composição do Comitê de Marco Legal. E
1736 aí nós convidamos, da Secretaria-Geral, a Tatiane, participou, no momento que ela estava ali representando a
1737 Secretaria-Geral, e nós convidamos o Paulinho para integrar o Comitê de Marco Legal para nos ajudar justamente
1738 nessa discussão, tendo em vista que a plenária do Conselho tinha dado duas atribuições, naquele momento, para o
1739 Comitê, que era trabalhar na regulamentação da Lei Paul Singer e trabalhar na atualização das normativas do
1740 Conselho. Então, quando a gente fez, a primeira, a segunda reunião do Comitê de Marco Legal, nós dividimos o Comitê
1741 em dois grupos, em dois subgrupos. Um que ficou com a atribuição de discutir a regulamentação da Lei Paul Singer e
1742 o outro que ficou de construir a atualização das normativas. Todas as pessoas da sociedade foram para a
1743 regulamentação da Lei Paul Singer, muito bem explicado, naquele momento, e ficamos eu e o Paulinho na atualização
1744 das normativas do Conselho. Então, nós dois trabalhamos na minuta, numa minuta, com base já na Lei Paul Singer,

1745 com base no que existia de normativas do Conselho. Hoje existe um decreto, existe um regimento interno, então a
1746 gente bebeu ali, nessas fontes, mas a gente também foi ver, e aí o Paulinho, com todo o histórico que ajudou, construiu
1747 um documento de orientação da Secretaria-Geral para os Conselhos, no sentido de atualizar as normativas e estar em
1748 sintonia com o novo momento, para resolver. Então, com base nisso, nós preparamos essa minuta que vocês
1749 receberam, infelizmente, o tempo aí foi curto para mandar, mas nós apresentamos, em linha geral, do que ia tratar
1750 essa minuta. A ideia aqui, qual que é? Eu com a Geni, nós vamos ler. O que a gente fez na discussão da regulamentação
1751 da Lei Paul Singer. Nós vamos ler aqui, todo o material. Se tiver alguma dúvida na escrita, algumas questões muito
1752 aqui, bem gerais, sem entrar ainda no conteúdo, no mérito e tal, algumas coisas que você acha importante socializar
1753 com todo mundo, aí a gente vai fazer três Grupos de Trabalho, cada grupo, de estrutura, se debruçar, e a gente traz
1754 essas contribuições para cá, para a gente fechar as contribuições do Conselho. E aí a gente vê, se tiver algum ponto
1755 que não tenha amadurecimento, a gente pode até marcar uma reunião virtual para amadurecer junto. Isso aqui a
1756 gente não quer dizer temos que fechar amanhã. O que a gente conseguir fechar até amanhã, acho que é importante,
1757 que é um momento presencial que a gente tem aqui que facilita a discussão. Mas a gente entende que até o final de
1758 março a gente precisa fechar. Então a gente teria aí pelo menos mais um mês para recolher, mas isso a gente vai ver,
1759 depende aqui das necessidades e o quanto a gente consegue amadurecer ou tem algum ponto que a gente não
1760 consiga fechar aqui. Então a gente vai para os grupos e volta para fazer o fechamento aqui igual a gente fez com a Lei
1761 Paul Singer. Aí a gente vê que, por conta do tempo que nós temos, são três e meia até seis da tarde. O que a gente
1762 consegue fazer se a gente dá conta de fechar tudo. Mas aí, quando a gente terminar aqui e encaminhar para os grupos,
1763 a gente vê pelo menos uma hora e meia para o grupo, que era isso que a gente tinha previsto. E aí a gente vê o quanto
1764 a gente volta aqui, hoje ou amanhã. Está bem? Podemos começar a leitura? Aí, terminando a leitura, a gente já
1765 encaminha. A gente tem três salas. Aquela sala de reunião do lado das SENAES, uma sala que a gente é a Comissão de
1766 Ética, que a Martinha é a Presidente da Comissão de Ética, que é 261 e a 433. Aí a gente vai... 424. Aí a gente vai dividir
1767 a plenária em três grupos, vamos lá para as salas, mas a gente faz o indicativo de onde que é as salas. Posso fazer a
1768 leitura e aí, no final, a gente... Sim. Debato todo o documento. Acho que não estava, Tatiane, na última reunião. O
1769 grupo olha todo o documento e vai se deter naquele ponto que ele acha que requer se deter, mas, se não tiver
1770 nenhuma observação, você vai colhendo contribuições para aquele ponto. Oi. Sim, claro. Você... Vocês nos mandaram
1771 previamente? Então, dá uma... Me manda aí Alzira, que aí, quando a gente for para as salas, a gente providencia.
1772 Então, Geni, você pode nos ajudar começando aí pelo capítulo 1? Ou você pode... Pode começar lendo o que você
1773 achar desde o início, o que você achar melhor.

1774 **Sra. Geni Rosângela Dias (Titular/FBES – São Leopoldo/RS):** – Então, assim, dispõe-se sobre a composição,
1775 estruturação, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária, o CNES, o Presidente da
1776 República no uso das atribuições e confere o artigo 84, capítulo inciso I e VI, a linha A da Constituição e, tendo em
1777 vista a disposição na lei 15.068, de 23 de dezembro de 2024. Decreta, capítulo 1, da natureza e competência do SNAES.
1778 Artigo 1º, o Conselho Nacional de Economia Solidária, o CNES, integra o Sistema Nacional de Economia Solidária, CNES.
1779 Artigo 2, o Conselho de Economia Solidária, o Órgão de Articulação e Controle Social da Política Nacional de Economia
1780 Solidária, PNES. Artigo 3, compete ao CNES. 1. Propor o Poder Executivo Federal consideradas as deliberações da

1781 Conferência Nacional da Economia Solidária, o Plano Nacional de Economia Solidária. 2. Avaliar, no período entre
1782 conferências, a implementação e a convergência das ações itinerantes à política nacional e ao Plano Nacional de
1783 Economia Solidária. 3. Estabelecer mecanismos permanentes de articulação com órgãos, entidades, com gêneros nos
1784 estados, Distrito Federal e nos municípios, com a finalidade de promover o diálogo e a convergência das ações que
1785 integram os SENAES. 4. Manter articulação com outros Conselhos Nacionais relacionados às ações associadas à
1786 política e ao Plano Nacional de Economia Solidária. 5. Estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de
1787 participação e controle social nas ações integrantes da política nacional e do Plano Nacional de Economia Solidária. 6.
1788 Incentivar a criação e o fortalecimento de redes de economia solidária. 7. Auxiliar o Ministério do Trabalho e Emprego
1789 na convocação e organização da Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária. 7. Propor e provar o seu
1790 regimento interno. Inciso I. O SENAES estimulará a criação de Conselhos estaduais e municipais de economia solidária.
1791 2. O SENAES atuará de forma articulada com as demais instâncias e instrumentos dos SENAES, observando os
1792 princípios, objetivos, eixos, diretrizes do CNES e a legislação aplicável.

1793 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Então, dando seguimento aqui, vocês viram que o primeiro capítulo
1794 é sobre a natureza e competência do Conselho. O segundo capítulo é o capítulo da composição. Então, aqui na
1795 composição, aqui tem uma sugestão que o Conselho é integrado por 14 membros do Poder Público, dos quais aqui
1796 listam os Ministérios, que são 12, representação do Poder Público, que é o Ministério, um do MTE, no decreto anterior
1797 eram dois do MTE, a gente está colocando uma representação do MTE, sendo que, além da representação do MTE,
1798 tem o Presidente do Conselho, que é o Ministro do MTE. Um do MDS, um do MCTI, um do MDA, Secretaria-Geral da
1799 Presidência, um do Ministério das Mulheres, um do Ministério da Cultura, um do Ministério de Direitos Humanos e
1800 da Cidadania, uma representação da Saúde, uma representação da Pesca e Aquicultura, uma representação do Meio
1801 Ambiente e uma representação da Igualdade Racial. Além desses 12, 12 representação, que é do Poder Público,
1802 teríamos duas representações dos gestores estaduais, distrital e municipal, que seria a Rede de Gestores. Sobe aí o
1803 texto, por favor. Um da Rede de Gestores, o companheiro Jairo, presente, a Mariana, que é a Suplente hoje, e um do
1804 Fórum Nacional de Secretários do Trabalho, do FONSET. Pode subir. O artigo 5º, ele fala que cada membro do
1805 Conselho, terá um Suplente, que o substituirá em suas ausências e seus impedimentos. O 6º vai dizer que os
1806 representantes dos órgãos Titulares, respectivos Suplentes, serão indicados pelos estruturados dos órgãos que
1807 representam e designado pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego do MTE, observada sempre que possível a
1808 paridade de gênero, especialmente nos casos de sub-representação das mulheres. Esse ponto aqui, o Paulinho até
1809 estava olhando e destacando da importância de tê-lo, porque a gente tem que garantir nas indicações pelo menos
1810 50% de representação de mulheres, que sejam mulheres, e aí a gente, no momento da indicação, tem que fazer uma
1811 sensibilização junto com os Ministérios. O artigo seguinte, que está sem numeração, que para representantes dos
1812 órgãos públicos, deverão ser indicados, preferencialmente, servidores efetivos ou investidos em cargos comissionados
1813 ou empregados públicos com experiência nas políticas relacionadas à economia solidária e áreas afins. Bom, esse
1814 próximo ponto é o da representação da Sociedade Civil. O que é o diferencial aqui? Acho que esse ponto aqui é um
1815 dos pontos mais sensíveis da discussão, porque o decreto anterior trazia nominalmente o nome das organizações da
1816 Sociedade Civil. É um decreto de 2006. Então a gente está com 20 anos de defasagem. Isso não é mais aceito nos

1817 decretos da Casa Civil. Por quê? Porque é uma outra forma de fazer, uma outra metodologia e outras recomendações
1818 da Secretaria-Geral e também recomendações de legislação da Casa Civil também. Então o que a gente adaptou aqui?
1819 A representação da Sociedade Civil no Conselho Nacional de Economia Solidária será exercida por organizações e
1820 entidades coletivas com atuação na economia solidária, observada a diversidade de formas organizativas, funções no
1821 sistema da política, sujeitos e territórios. Queria dizer que essa redação já dá conta de organizações com ou sem CNPJ,
1822 seja organizações instituídas com CNPJ ou movimento social. Isso aqui é uma redação que já contempla que a
1823 representação da Sociedade Civil no Conselho será composta, entre outros, pelos seguintes segmentos. Segmento 1.
1824 Organizações dos empreendimentos econômicos solidários com 60% de representação. Dos dois terços, sendo que
1825 no todo do Conselho um terço governo, dois terços sociedade. Dos dois terços, seria de organizações dos
1826 empreendimentos econômicos solidários. 10% movimentos sociais. 30% organizações de apoio, assessoria e
1827 articulação em economia popular e solidária. Aqui estamos trazendo os segmentos. O próximo artigo vai dizer que a
1828 escolha das organizações e entidades da Sociedade Civil será realizada por processo de seleção pública, coordenado
1829 pelo Ministério do Trabalho e Emprego. O regulamento do processo de seleção será elaborado pelo Ministério do
1830 Trabalho e Emprego e divulgado por meio de edital público, observado o disposto nesse decreto. Então, estamos
1831 prevendo aqui essa escolha via edital público e o decreto vai dizer o que esse edital público precisa constar, no mínimo,
1832 porque o edital vai além do que estiver aqui no decreto, mas ele não pode ir além no sentido de detalhamento. Mas
1833 o que o edital público deve constar? O edital de que trata o parágrafo, nunca sei se é parágrafo ou inciso, o inciso, o
1834 inciso I, disporá, no mínimo, sobre os critérios e os meios de comprovação da atuação da organização ou da entidade
1835 no campo da economia solidária. Isso seria objeto do edital, dizer quais são os critérios e os meios que vão ser
1836 comprovados que aquela organização atua na economia solidária. O CADSOL pode ser, deve ser um deles. Segundo,
1837 os requisitos para caracterização da atuação em âmbito nacional, inclusive quanto à abrangência territorial e à
1838 regularidade institucional. O edital também vai dispor sobre as etapas, os prazos e os procedimentos do processo de
1839 seleção. Inciso III, o processo de seleção deverá observar os princípios da ampla publicidade, da transparência e da
1840 participação social, assegurando igualdade de condições entre as organizações concorrentes. Então, é um edital
1841 público que vai ter publicidade, ser transparente e tem que ter a participação social segurando igualdade de condições
1842 entre as organizações. Concluído o processo seletivo, as organizações selecionadas deverão indicar seus
1843 representantes Titulares e respectivos Suplentes à Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária. O que é que
1844 está dizendo aqui? O edital público, ele vai selecionar organizações. Como é que vai ser esse processo? Isso aqui, nós
1845 não estamos entrando aqui no detalhe. Existem vários modelos que a gente pode detalhar depois. Eu mesmo
1846 participei já de alguns no CONSEA, na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, no Conselho Nacional
1847 de Saúde. O Paulinho que está aí acompanhando conhece. Tem várias formas, metodologias de fazer aqui. E a gente
1848 pode conversar, inclusive amanhã, hoje, no final da tarde, sobre esses modos, essas formas de fazer. Bom, esse é o
1849 ponto da representação da Sociedade Civil. A gente passa para o ponto que é dos convidados permanentes e
1850 eventuais. A Geni pode, aqui no nosso jogralzinho.

1851 **Sra. Geni Rosângela Dias (Titular/FBES – São Leopoldo/RS):** – Um representante de cada uma das seguintes entidades
1852 será convidado a participar dos SENAES em caráter permanente, com direito à voz, com direito à voto. A. Banco

1853 Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, B. Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do
1854 Nordeste do Brasil, Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura e Pesca, Ministério de Desenvolvimento,
1855 Indústria, Comércio e Serviço, Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte,
1856 e um representante de Serviço Social Autônomo. Poderão, ainda, ser convidados, a partir das reuniões do CNES,
1857 personalidades e representantes de órgãos e entidades da administração pública, da Sociedade Civil, bem como dos
1858 poderes legislativo, judiciário e outros especialistas, sempre que a pauta tratar de temas relacionados às respectivas
1859 áreas de atuação. Capítulo 3. Do mandato, vacância e recondução. O mandato dos órgãos e organizações
1860 representantes da Sociedade Civil no Conselho Nacional de Economia Solidária será de três anos. Parágrafo único.
1861 Encerrado o mandato, sem renovação, o processo eleitoral subsequente deverá ser realizado no prazo máximo de
1862 seis meses, contando do seu término. Na hipótese de vacância durante o curso do período de representação de
1863 representante indicado por organização da Sociedade Civil no âmbito do SENAES, no termo que ainda não tem ali, a
1864 respectiva organização poderá indicar novo representante Titular ou Suplente para exercer a função pelo período
1865 remanescente. Os representantes não poderão permanecer no colegiado por período superior a dois mandatos
1866 consecutivos. Parágrafo único. O regimento interno disporá sob procedimentos de posse, mandato, recondução,
1867 afastamento, organizacional. O SENAES possui a seguinte estrutura organizacional. Primeiro, plenário. Segundo,
1868 presidência. Terceiro, Comitê Executivo ou Mesa Diretora. Quarto, Secretaria Executiva exercida pela Secretaria
1869 Nacional da Economia Solidária, SENAES. Quinto, Comitês Temáticos. Sexto, Grupos de Trabalho. O SENAES se reunirá
1870 em caráter ordinário quatro vezes ao ano de forma presencial ou por meio de videoconferência, presencial e virtual,
1871 por convocação de seu Presidente e extraordinariamente quando necessário. Inciso, o quórum de reunião do plenário
1872 do SENAES é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples. O SENAES será presidido pelo
1873 Ministro de Estado, do Trabalho e Emprego e substituído pelo Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária.
1874 Inciso I, o Comitê Executivo será composto por, no máximo, sete membros, observada a representação entre o poder
1875 público e a Sociedade Civil, competindo-lhe apoiar a presidência na coordenação dos trabalhos do Conselho conforme
1876 disposto no regimento interno com mandato de 18 meses permitida a recondução. Inciso II, os Comitês Temáticos
1877 são permanentes, serão compostos por, no máximo, dez membros indicados entre os Conselheiros Titulares e
1878 Suplentes, podendo contar mediante aprovação do plenário com participação de membros não Conselheiros de forma
1879 prevista no regimento interno. Inciso III, os Grupos de Trabalho, primeiro, terão caráter temporário e finalidade
1880 específica. Segundo, serão compostos por, no máximo, oito membros, podendo contar com convidados. Terceiro,
1881 terão prazo de funcionamento de até um ano admitida uma única prorrogação por igual período, mediante
1882 justificativa. Inciso IV, a criação, a composição, o funcionamento e a extinção dos Comitês Temáticos e dos Grupos de
1883 Trabalhos observarão os critérios de, primeiro, pertinência temática, segundo, racionalidade administrativa, terceiro,
1884 equilíbrio entre representações. Parágrafo único, o detalhamento das atribuições e funcionamentos de cada instância
1885 da estrutura organizacional será definido e disciplinado ao regimento interno a ser elaborado para o SENAES e
1886 homologado pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego. Quinto, os documentos conclusivos dos Comitês
1887 Temáticos sobre a forma de resolução ou recomendações e dos Grupos de Trabalho sobre a forma de relatório serão
1888 submetidos à aprovação do plenário. O exercício da função de Conselheiro Titular ou Suplente no SENAES é
1889 considerado de relevante interesse público e não será remunerado. O SENAES contarão com recursos orçamentários

1890 e financeiros para o seu funcionamento consignados no orçamento do Ministério do Trabalho e Emprego sobre a
1891 gestão da SENAES.

1892 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – E, por fim, nas disposições finais que fica revogado o atual decreto
1893 5.811 de 21 de junho de 2006. A gente teria um tempinho para mais questões gerais de redação, algum ponto não
1894 compreendido. Depois disso, a gente vai para os Grupos de Trabalho. Ana. Só que tem que falar no microfone por
1895 conta da gravação. E pedir para, quando falar, dizer o nome, porque aí fica registrado.

1896 **Sra. Ana Caroline Carmo da Silva (Titular/FBES – Goiânia/GO):** – Ana Caroline, do Fórum Brasileiro. Bom, essa última
1897 questão que está o Conselho de interesse público e não será remunerado, nós não estamos remunerados, já é uma
1898 coisa que já está no outro decreto, no antigo decreto. Agora, é complicado o Conselho consultivo e deliberativo que
1899 a função dele é fiscalizar o que o governo faz ser presidido pelo governo. Porque se é um órgão de fiscalização do
1900 governo, como que o governo vai presidir o Conselho? Fica um negócio complicado isso. Bom, opinião.

1901 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Depois Paulinho, você podia até nos ajudar também nessas
1902 questões.

1903 **Sra. Andrea Christianne da Silva Mendes (Suplente/FBES – Porto Velho/RO):** – Andrea Mendes, do Fórum Brasileiro
1904 de Economia Solidária. Então, eu gostaria que trouxesse aqui para o Conselho qual é a normativa que torna obrigatória
1905 esse processo de seleção pública para a composição de um Conselho com uma temática específica que é a economia
1906 solidária. Então, acho que esclarecer um pouco isso e, na existência, inserir na redação do documento. Uma outra
1907 questão que colocou aqui sobre a representação da Sociedade Civil, de que a representação da Sociedade Civil no
1908 Conselho Nacional de Economia Solidária será exercida por organizações e entidades coletivas com atuação na
1909 economia solidária. Ok. Mas, aí, no caso, eu gostaria de sugerir, que uma organização de nível local, estadual, poderia
1910 concorrer a essa potencial seleção. Então, de que sejam organizações nacionais a compor o Conselho Nacional de
1911 Economia Solidária. Uma outra questão que a Ana Caroline acabou trazendo também, mas não no sentido de tornar
1912 obrigatória a coordenação do Conselho pela Sociedade Civil, porque existem várias funções nesse Conselho, mas de
1913 que ocorra uma alternância nessa coordenação, podendo ser um período pelo governo e outro período pela
1914 Sociedade Civil. Eu acho que, assim, a gente traz os valores e princípios da economia solidária para esse processo. É
1915 isso.

1916 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Eu estou inscrita. Eu e o Jairo. É só, Andrea, as questões pontuais
1917 na redação, a gente vai para os grupos, aí vocês vão poder fazer sugestões ali, no caso dessa...

1918 **Sra. Andrea Christianne da Silva Mendes (Suplente/FBES – Porto Velho/RO):** – Não, é esclarecimento também. É
1919 sobre essa composição da Sociedade Civil, que trouxe um percentual, acho que solicitar os universitários matemáticos,
1920 em termos específicos, o quantitativo de fato. Acho que a gente tem que esclarecer o que significa, dentro desses dois
1921 textos, 60% de organizações de empreendimentos, Sociedade Civil, enfim, trazer, esclarecer nesse momento, antes

do grupo de trabalho, essas informações. O número de Conselheiros, o número total de Conselheiros que está sendo proposto e o que compete a cada segmento.

Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES): – Tem o... Lá atrás.

Sr. Marcos Lael de Oliveira Alexandre (Suplente/MEC – Brasília): – Lael, Ministério da Educação. No decreto anterior, consta o Ministério da Educação como um dos membros. E na proposta dos 12 representantes do poder público, o Ministério da Educação está excluído. Eu gostaria de saber se nos grupos é possível considerar isso ou se é alguma articulação que foge aqui o nosso conhecimento.

Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES): – Ok. Bem lembrado aí. Jairo.

Sr. Alfredo Jairo dos Santos (Titular/Rede de Gestores – Salvador/BA): – Só uma questão de proposição de encaminhamento. Porque vai sendo pontuado situações dentro dos textos aqui que eu acredito que devem ser feitas dentro dos Grupos de Trabalho, anotado e depois trazer para poder colocar no debate. Porque, senão, a gente tende a se alargar e, daqui a pouco, o tempo fica apertado para conduzir o trabalho nos grupos.

Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES): – Beleza. Jairo, mais alguém aqui nessas questões gerais de esclarecimento? Porque tem o da Ana e da Andrea.

Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE): - É só uma questão mesmo de esclarecimento. Qual é a diferença entre empregado público e servidor público e o que é serviço social?

Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES): – Ok. Vou começar aqui pela Alzira, por exemplo. Servidor público é o servidor que segue o regime estatutário do Poder Executivo, Federal, Judiciário. São servidores públicos. É o regime estatutário 8.112. No meu caso. O pessoal aqui das empresas estatais, Banco do Brasil, por exemplo, é um empregado público. É o regime CLT. Então, eles são os empregados públicos. E o cargo comissionado. Lidiane, ela é cargo comissionado. Então, a gente está dizendo... Porque tem alguns lugares que tem muito bolsistas. E aí os bolsistas, em algum momento, tem, às vezes, Ministério que designa bolsistas para compor Conselho. E aqui a gente está dizendo que a preferência é por... que seja empregados públicos ou servidores públicos, por conta desse caso. Em relação à composição, o Fernando trouxe uma listinha aqui. Mas, primeiro, um terço e dois terços. Um terço governo e dois terços sociedade. É o que já está dentro do Conselho. Tem alguns Conselhos que é 50%, 50%. Aqui a gente está mantendo que está e 14% do governo vai dar 28% da sociedade. Não é isso? 28%. Então, 17% representação dos empreendimentos. Não, aí são mais duas. 17% empreendimento e assessoria. Três movimentos sociais. Isso. No percentual. Em relação a outra questão, Ana, o Conselho Nacional de Economia Solidária, pela lei, isso foi até um objeto de não discussão, inclusive de esclarecimento com a Casa Civil, que eles olham que, pelo que está na lei 15.068, o Conselho é um Conselho de caráter construtivo, que é de controle social, participação e controle social. Portanto, é um Conselho de caráter consultivo. Por ser um Conselho de caráter consultivo, o que está colocado aqui, e já tem outras leis, inclusive o Paulinho vai ajudar a esclarecer, em relação à questão que não é remunerado. Sobre a questão da presidência do Conselho, ser ou não da Sociedade Civil, acho que esse é um ponto que, historicamente, o Conselho

1955 Nacional de Economia Solidária é presidido pelo Ministro do Trabalho e Emprego, assim como o Conselho CONDRAF,
1956 para te dar um exemplo, que são os Ministros que presidem o Conselho com a participação da sociedade nos Comitês.
1957 Tem outros Conselhos? Meio ambiente está lembrando. Tem outros Conselhos que a sociedade? Tem. É uma outra
1958 estrutura, é uma outra possibilidade. Por que das escolhas de um de outro? Acho que pedir para o Paulinho nos ajudar
1959 em relação a isso, e nos ajudar também com essa questão que foi levantada, Paulinho da Andrea, em relação ao
1960 caráter público e dos editais, do processo seletivo transparente que dá divulgação. Se puder nos ajudar com isso,
1961 agradeço.

1962 **Sr. Paulinho** - Está bom, Iracema. Quando estiver em São Paulo, a gente combina direitinho como é que a gente
1963 conduz isso, está bem? E aí, hoje, eu juro que vou te chamar de Gilbertinho, porquê da outra vez você me chamou a
1964 atenção de que história é essa de Secretário e tal. De repente, quando estiver em São Paulo, a gente vai se entregar
1965 ao outro chamando de Secretário. Bom, vamos lá, gente. Primeiro, é uma alegria estar aqui com vocês e saber que a
1966 gente pode estar participando desde o início, mas, principalmente, é construído por representantes de mais de 30
1967 Ministérios representados por sua Secretaria Executiva dos Conselhos, que resultou, então, em uma cartilha de
1968 recomendações. Então, muitas das coisas aqui, a gente está se orientando e tentando ser fiel a isso. Uma delas, por
1969 exemplo, é a questão da garantia da representação de gênero. Não só na questão de governo, mas também na
1970 Sociedade Civil. Isso deve ser olhado com carinho. A questão da diversidade. Está questão da alternância na
1971 presidência é algo bastante sensível que a gente tem que olhar com muita tranquilidade. Primeiro, porque são
1972 Conselhos que trazem uma temática de uma incidência muito forte na própria política finalística do Ministério. Então,
1973 isso a gente tem que olhar com carinho. Mas, sempre que é possível, é um ponto de avanço do ponto de vista da
1974 qualificação da participação social, que é sempre o eixo orientador de qualquer Conselho hoje. Porque, passados os
1975 20 anos do atual decreto, não basta a gente apenas reconstruir nos mesmos patamares de 20 anos atrás, mas a gente
1976 qualificar esse processo da participação social por dentro das políticas públicas. Então, isso é o que tem que nos
1977 tranquilizar para entrar no debate e para finalizar essa minuta do decreto. Está certo? Sobre o edital, eu acho que a
1978 gente tem tido, como a Iracema comentou, várias experiências já realizadas por diferentes Colegiados, Conselhos,
1979 Fóruns, que constroem também esses editais debatidos internamente dentro dos Conselhos, com comissão julgadora
1980 para esses processos também, para essa participação, esse acompanhamento. Agora, muitos detalhes que muitas
1981 vezes a gente não deve mesmo trazer para dentro do edital, porque senão torna um ato normativo engessado, que
1982 às vezes inviabiliza até lá na frente a sua execução, ele pode e deve ser garantido nessa transparência, nessa definição
1983 dos detalhes propostos pelo edital. Então, eu acho que a gente pode ficar com tranquilidade dentro de um decreto
1984 que seja tranquilo, que não seja engessado, mas que dê a diretriz que nos garanta um Conselho efetivamente atual
1985 com os nossos tempos de hoje. Sobre a questão da diversidade regional, é um ponto que foi colocado aqui, se deve
1986 ter representação nacional, regional ou estadual, também é uma outra questão muito sensível. Vou contar para vocês
1987 aqui algo que eu experimentei de um registro de uma entidade que tem uma relevância muito forte na região da
1988 Maré, mas que não tem uma representação nacional. Então, isso deve ser também um critério olhado no próprio
1989 edital. E aí, se a gente travar isso agora no decreto, a gente pode cometer o risco de impedir essa possibilidade da

1990 essa qualidade da garantia da diversidade dentro do decreto. Eu acho que é um pouco isso do que surgiu. Sim, precisa
 1991 ir. Para não deixar aberto depois, isso tem que ser orientado pelo próprio desejo da política que está dentro.

1992 **Interlocutor Não Identificado** – Não pode ser genérico no sentido de Ministérios que têm políticas afins?

1993 **Sr. Paulinho** – Mais de 30 Ministérios. Então, se a gente deixar em aberto, depois a gente não fecha isso. O edital é
 1994 exatamente para garantir essa transparência e isso tem que ser publicado no diário oficial. É um ato normativo com
 1995 atribuição competência do próprio Ministério. Então, o edital garante essa transparência. Ele está previsto, inclusive,
 1996 nessa cartilha de recomendações propostas. Está certo? Porque, senão, você já tem que prever isso no próprio
 1997 decreto. E aí, torna-se um decreto com grande risco de ser engessado.

1998 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES)**: – Teve uma questão. Oi, agora houve. Foi solicitado, perguntado aqui
 1999 sobre o serviço social autônomo. O serviço social autônomo é o SEBRAE, é o SESC, é o SESI, SENAE. Inclusive, o SEBRAE
 2000 hoje, tem alguém do SEBRAE, tinha de manhã cedo. Eles estão sempre presentes. E aqui a gente colocou como
 2001 convidado permanente aqui no decreto. Então, aqui pode ser tanto o SEBRAE, que é quem vem participando, mas
 2002 poderia ser, inclusive, o SESC. Então, essa é uma... SESCOOP também. A Marta lembrou aí. Eu queria lembrar que,
 2003 além do decreto em vigor e da Lei Paul Singer, do nosso decreto que regulamenta a Lei Paul Singer e das normativas
 2004 da Secretaria-Geral, nós também levamos em consideração o decreto 12.002, de 22 de abril de 2024, que estabelece
 2005 normas para elaboração, redação, alteração e consolidação de atos normativos. Existe um capítulo, que é o capítulo
 2006 quinto, que é da... Não, capítulo sexto, que é dos Colegiados. Então, ali, nesse decreto, ele vai dizer o que tem que ter
 2007 na criação e alteração de Colegiados, as competências, a subscrição do ato normativo, a anuência, recursos. Então,
 2008 vai estar dando passos para a instrução, inclusive, do processo. Porque, quando chega aqui, tanto aqui na nossa
 2009 consultoria jurídica, nós vivenciamos isso agora, quanto lá na Casa Civil, tem muitas idas e vindas. São vírgulas que são
 2010 questionadas e tem que estar tudo de acordo com a lei. Então, mesmo que a gente passe aqui algo que a gente queira,
 2011 vai chegar lá na Casa Civil, vai voltar. A gente vivenciou dezembro aqui com muitas idas e vindas na Casa Civil para
 2012 fechar o texto. Então, a gente está procurando seguir já as orientações, porque, na hora de uma nota técnica, a gente
 2013 vai fazer uma nota técnica, mas não tem motivo para mandar a minuto para a Casa Civil. A gente não tem como
 2014 segurar que a gente vai mandar o nome expresso de organizações, por exemplo. Não tem base jurídica legal e nem
 2015 extra oficial para dar sustentação. Então, a gente constrói algo que vai estar já de acordo com as normativas e também
 2016 de acordo com o que está sendo praticado na esplanada e que tem documentos que orientam essas questões. Temo
 2017 Dettmann. E aí, a gente encerra, se tiver mais alguma dúvida na fala do Dettmann, senão a gente vai fazer os
 2018 encaminhamentos.

2019 **Sr. Walmir Mendes Dettmann (Suplente/FBES – Vila Velha/ES)**: – Boa tarde, Dettmann. Só lembrando, eu entendi ali
 2020 que a companheira falou, afirmou, que o Conselho não era deliberativo. O Conselho é deliberativo segundo a Lei Paul
 2021 Singer, não? Então, está bom. Então, tiro no pé. Beleza. Outra coisa, falaram aí também que, tipo, é uma tradição.
 2022 Estamos aqui para quebrar tradições, gente. Pelo amor de Deus. Se não tem um decreto, uma legislação, eu quero
 2023 discutir isso daí. Então, sobre, falaram, a presidência é um... Não, nós estamos aqui para quebrar tradição. Se tem

2024 uma legislação que diz que precisa ser um decreto, que diz que precisa ser, beleza. E também, eu queria fazer um
2025 glossário ali sobre essas três situações aqui da Sociedade Civil, só para um melhor entendimento, que eu achei que
2026 ficou meio genérico, assim, representações e tal. E lá no futuro, tipo assim, quando vier o edital, talvez a gente tenha
2027 aí vários sustos, tenha que ficar questionando, brigando, então, para a gente ter um glossário ali do que é cada coisa
2028 para o melhor entendimento. E aí, por final, essa porcentagem, gente, essa porcentagem aqui é impraticável. Então,
2029 assim, precisa chegar para lá ou para cá, porque 30% de 28, 10% de 28, nunca é um número exato, sempre um número
2030 quebrado. Todos os três aqui são números quebrados. Então, como é que a gente vai fazer se é para mais ou para
2031 menos?

2032 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Esses pontos que o... Dettmann, obrigado aí pelas contribuições.
2033 Você traz questionamentos que aí vou, a gente, amadurecer no grupo, a gente comece a ver e discute os prós e os
2034 contras. E aí traz, inclusive, trazer propostas de redação para especificar cada segmento desse. Então, a gente já
2035 imprimiu os materiais que ficamos de imprimir. Vamos dividir agora para os grupos. Dada o horário, são 16 horas, a
2036 gente acha melhor combinar aqui com vocês. Faz a discussão até as 18. Até as 17h30, aí a gente passa nos grupos para
2037 ver como é que está. Mas, de qualquer forma, a gente faz essa discussão tranquilamente. Se a gente ver, se dá para
2038 voltar hoje, a gente volta para fazer os encaminhamentos e os encerramentos, mas pode fazer tranquilamente a
2039 discussão e aí qualquer coisa a gente volta amanhã, de manhã, já com esse primeiro ponto para fazer os fechamentos.
2040 Isso, igual, Alzira, que a gente fez no passado, entra no consenso. Se não tiver no consenso, aí vocês anotam os pontos
2041 divergentes, porque aí não tem, o grupo procura trazer o que o consensuado, uma questão consensuada. Vamos
2042 dividir um, dois, três, para os grupos e aí eu ia pedir... Você tem alguma outra sugestão de divisão, Cris? Vamos fazer
2043 um, dois, três, se você achar que precisa mudar de um grupo para o outro, aí não muda. Eu poderia ficar no grupo, o
2044 Fernando poderia ficar no outro, a Lidy não está legal, a Martinha em outro, o Sérgio no outro. Você consegue, Sérgio,
2045 para a SENAES se distribuir? O que você conseguir para a gente ficar? A Cláudia da SENAES está ali também, chegando.
2046 Um, dois, três, um, dois, três, três, Celestina, um, Jane, dois, três, um, Sérgio, dois, três, três aqui, Dettmann, um, Tati,
2047 dois, três, um, dois, três, um, dois, três, um, dois, Greg, dois. Oi? Eu terminei no dois, você vai conseguir ir para o três.
2048 O grupo um, o grupo um, quem é do grupo um? Você vê, fica ali, vai na sala de reunião da SENAES. Isso. Lá em cima,
2049 no segundo andar, na sala de reunião da SENAES. Cinco e meio, eu passo no grupo para ver.

2050 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – A gente já vai dar orientações de amanhã?

2051 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Grupo dois. Grupo dois vai seguir a Martinha lá na sala da Comissão
2052 de Ética no segundo andar. Você consegue ir com...

2053 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Turma, espera aí, antes de sair, tem outras orientações
2054 ainda.

2055 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – O grupo três, o grupo três fica aqui no auditório, mas tem uma sala
2056 bem bacana, mas o grupo três fica aqui comigo. Geni, você vai para que grupo? Fica no grupo três aqui. Grupo três
2057 fica aqui. Quem for do grupo três, vem aqui para frente, por favor. Grupo três, gente, aqui, pertinho aqui.

2058 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Oi, oi, oi. Oi. Só para fim de registro, a gente está gravando.
2059 Então, são 6 horas da tarde. 6 e 12. A gente encerra os trabalhos por hoje e retoma amanhã. Está bom?

2060 **Dia 26/02/2026 – Manhã:**

2061 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Pessoal, enquanto o outro grupo desce de lá, conselheiros
2062 e conselheiras, conforme nós encaminhamos ontem, conseguiram ler os documentos relacionados ao tema de
2063 tributação, registro e previdência para gente retomar encaminhamentos a respeito disso? Leram? Leram, conselheiros
2064 e conselheiras? Leu, Jairão? Leu? Leu, Jani? Leu, Dedé? E quem tem... Eu também não sei, desvendar mistérios e
2065 magias e bruxarias, eu não sei. Também não. A gente precisa retomar o encaminhamento. Ontem a gente sugeriu o
2066 encaminhamento aqui da mesa e foi dado outro encaminhamento, que era para ler e trazer encaminhamento para
2067 agora, uma proposta de metodologia de encaminhamento. Se o plenário não leu o documento, como é que a gente
2068 vai encaminhar? Volta para proposta anterior? Encaminha o encaminhamento. Lembrar que a proposta um era pegar
2069 os subsídios do fórum, da Ana Carolina, da UNICOPAS, que ia chegar até amanhã, enviar ao Comitê de Marco Legal e
2070 somar este Comitê ao DREI para construir uma minuta de registro. E apresentar a este conselho em no máximo 30
2071 dias. Essa era uma das propostas ontem. A outra era ler o documento e hoje de manhã a gente discutir uma
2072 metodologia e um cronograma para isso. Se não aparecer metodologia e cronograma para isso, a gente volta ao
2073 encaminhamento de ontem, certo? Não estou doido não, não é? Por favor.

2074 **Sra. Márcia:** – Oi. Bom dia, gente. Eu já tinha lido os documentos, tinha vantagem, não é? Assim, nenhum dos
2075 documentos traz algo definitivo. Tem que ser assim. Todos os documentos trazem questões orientativas. Só que tudo
2076 que está aqui é pertinente. Então, assim, o que eu acho que a gente... Não tem como a gente definir, vai ser assim.
2077 Não é a proposta para hoje. Mas o que eu avalio é que sim, que essa comissão de especialistas tem que se debruçar
2078 nessas propostas que estão aqui. Esses dois documentos podem ser, na minha avaliação, orientadores para que seja
2079 considerado para esse decreto que tem que ser alterado. Aí o que a gente tem que fazer? Aí sim, aí é o cronograma.
2080 Se a gente entender que esses são documentos que dão orientação, aí a gente monta o cronograma.

2081 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Jairo.

2082 **Sr. Alfredo Jairo dos Santos (Titular/Rede de Gestores – Salvador/BA):** – Eu acompanho essa formulação que ela
2083 coloca, porque eu considero que o Fórum Brasileiro tem uma autoridade para tratar desse assunto que pertine aos
2084 empreendimentos, a regime previdenciário que vai incidir diretamente sobre os empreendimentos de economia
2085 solidária. Então eu não vejo por que a necessidade, por exemplo, da rede de gestores analisar esse assunto todo, se
2086 ele vai ser encaminhado para um grupo de Marco Legal que já tem presença, inclusive, da rede de gestores, e tem
2087 especialistas para tratar de um assunto desse, que é de natureza muito técnica, e que tem várias implicações
2088 importantes em outras normativas, em outras regulações da Previdência e do Governo Federal.

2089 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Perfeito. Gisleide. Gisleide, ia comentar algo, acrescentar?
2090 Não? Então vamos lá. Primeiro, acho que é isso, a gente não está desprezando, obviamente, toda a produção do

2091 Fórum, pelo contrário, ela é a base para discussão. O endereço aqui que nós estamos dando é ao Comitê de Marco
2092 Legal deste Conselho, junto com a equipe técnica do DREI, lá do Ministério da Micro e Pequena Empresa, nome grande
2093 que eu nem sei todo ele, e avaliem tecnicamente o que é possível ou não é possível ter incorporado nesses vários
2094 elementos. Que tem um aspecto que é a nossa necessidade, o nosso desejo, e muitos deles não tem divergência aqui,
2095 e aquilo que vai ser possível ou não fazer. Então, acho que estamos de acordo nisso. A base são esses dois documentos,
2096 mas esse que dá a UNICOPAS vai chegar, endereça ao Comitê. Eu queria sugerir, inclusive, que a gente incorporasse
2097 a Rede Contar ao Comitê de Marco Legal do Conselho Nacional, como especialista, para essa construção toda. Eu
2098 lembro que eles estavam em uma oficina de especialistas que a SENAES convocou. Então, a sugestão aqui, se o
2099 plenário vê que é adequada, é incorporar a rede contar a esse Comitê de Marco Legal, certo? Gisleide e Chico.

2100 **Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA):** – Seria bom trazer aqui na memória a questão
2101 quem é que faz parte desse Comitê de Marco Legal? Quem são as pessoas? Até mesmo se a gente for necessário
2102 mesmo, a gente fazer essa revisão, quem poderia estar ou incluindo, ou também sendo substituído.

2103 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Bem lembrado. Chico?

2104 **Sr. Francisco Josué Medeiros de Freitas (Titular/MCidades – Brasília):** – Eu ia propor isso, que fosse visto também
2105 quem está no Marco Legal, inclusive abrir a possibilidade de novas entradas. Eu, inclusive, estou sugerindo que a
2106 Secretaria-Geral faça parte, eu como conselheiro, porque a gente viu na fala com o Boulos que ele se comprometeu
2107 a estar junto com a SENAES para discutir isso no Ministério da Fazenda. Então, acho que é interessante incluir aí a
2108 Secretaria-Geral. Eu estou como titular, a Dorinha como suplente. Então, a gente se propõe a fazer parte para entrar
2109 nessa discussão e subsidiar, inclusive, a posição do Ministro.

2110 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Ótimo. Depois a Iracema, ou Martinha ou Dani, depois pede
2111 para alguém resgatar lá quem são os nomes. Tem um arquivo lá dos nomes que compõe o Comitê de Marco Legal do
2112 Conselho. Mas tinha aqui na composição a UNISOL, a ADS/CUT, a Presidência da República, a UNICAFES, o Fórum
2113 Brasileiro de Economia Solidária e a Rede de Gestores. Eram esses aqui as organizações que compõem. Não quer dizer
2114 que eram os nomes de conselheiros aqui. Vocês lembram que a gente fez esse acordo que a organização poderia
2115 indicar a outro especialista, inclusive. Eugênio e o Agnaldo. A UNICAFES indicou o Daniel Reck. A Maíra. Não, o Daniel
2116 estava na oficina de especialistas lá. Não, era o Reck. Quem está aqui no Comitê de Marco Legal nominalmente entre
2117 especialistas e entre conselheiros e convidados? Agnaldo Lima, Almir, Arildo, Chico Oliveira. Vocês já estavam aqui,
2118 Chico. Mas daí é porque o Chico estava na SENAES, agora está na Presidência. Daniel Reck, Eugênio Alves, Iracema
2119 Moura, Jairo, da Rede de Gestores, a Kézia, a Lidiane, a Mayra, da UNICAFES, a Tatiane Souza, que estava na
2120 Presidência, a Tatiane Valente, a Ilaine daqui e Caio Saravalle. Caio da Rede de Gestores. Esse aqui era o grupo do
2121 Comitê de Marco Legal. Aí este Comitê, em algumas reuniões, chamou outros especialistas para escutar, a SENAES
2122 chamou outros especialistas para escutar. Mas esse é o grupo que está hoje no Comitê de Marco Legal. Chico. O que
2123 a gente poderia encaminhar aqui, sugestão para escutar vocês, é que a gente consulte estas organizações para ver se
2124 diante... Não é mais o mesmo tema, você vai para um outro passo. Se estas organizações, com base neste novo passo

2125 do Comitê de Marco Legal, se elas indicam outros representantes ou se elas, eventualmente, não gostariam de
2126 participar ou substituem. E a segunda sugestão é que a gente acrescente a Rede Contar a este grupo, entendendo que
2127 ela colaborou bastante aqui com a construção, inclusive, do que dá subsídio ao que este Comitê irá trabalhar.
2128 Podemos ir por aí? Não, aí o DREI não vira o Comitê de Marco Legal, ele é um pedaço... Isso, é o que discute direto,
2129 porque ele tem um pedaço a cumprir. Quando ele terminou esse pedaço, ele não colabora mais, quer dizer, nesse
2130 tema. Entenderam, não é? Pode ser assim? Então, a gente consulta as organizações. No ano passado, Alzeira, foram,
2131 sei lá, 11 ou 12 reuniões do Comitê de Marco Legal. Teve. Teve sim, Tati. Teve. Foi o que validou o documento que foi
2132 apresentado ao conselho no final do ano. Ah, sim, depois que apresentou as duas minutas, aí não teve mais. Então,
2133 precisava que o conselho desse encaminhamento a elas. As duas minutas. Uma, o decreto virou decreto. A outra é o
2134 que nós estamos discutindo aqui. Certo?

2135 **Sra. Tatiana de Souza Santos (Titular/SG-PR – Brasília):** – No momento, o GT identificou como o campo de prioridade,
2136 considerando o que tinha sido reforçado na abertura da 4ª Conferência, de que o decreto de regulamentação da lei
2137 era um instrumento de prioridade. Após esse processo, validando e concluindo, retornávamos para debater o
2138 instrumento de regulamentação do conselho.

2139 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – E o grupo, o Comitê se dividiu em duas partes também. A
2140 maior parte do Comitê ficou no decreto, mas tinham lá, acho que, quatro, cinco, três ou quatro pessoas que estavam
2141 na... Não, tinha mais. Duas. Que ficaram no decreto que trouxe para cá. Está bom? Os nomes que compõem o Comitê
2142 Temático, eu li no grupo aqui. Pode ser, então, por aí o encaminhamento, gente? A gente consulta, oficializa as
2143 organizações, diz, olha, agora o novo passo do Comitê é este, o tema é este, vocês desejam permanecer ou indicar
2144 outros especialistas, se for o caso, incorpora a Rede Contar ao grupo, ao Comitê de Marco Legal, agrega o DREI para
2145 cumprir esta tarefa do registro e aí a sugestão, em trinta dias, este grupo tem que devolver uma minuta de registro
2146 para o Conselho Nacional, que é o primeiro, o curto prazo que nós falamos ontem. Aí eles têm que olhar lá se é uma
2147 portaria, se é uma instrução normativa. Ontem a menina falou instrução normativa, mas aí, dependendo do formato,
2148 vai mais para lá ou mais para cá. Teoricamente, sim. 24 de março, o Conselho tem que receber uma versão zero de
2149 documento de registro, certo? Boa parte dos membros estão aqui. Quer dizer, boa parte, não, uma parte. Vamos,
2150 alguém ajuda aqui da SENAES, consultar a turma do Marco Legal que está aqui, já para tirar uma agenda, depois a
2151 gente crava ela aqui e sugere. Márcia. Perfeito, ótimo.

2152 **Sra. Márcia:** – Eu queria ver como é que faria para se inscrever, entendeu? É isso.

2153 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Eu não vejo objeção. Alguma objeção, conselho? Então a
2154 gente incorpora a Márcia também ao Comitê de Marco Legal. Perfeito. Quanto mais gente ajudando, melhor. Pronto.
2155 Exato. Bem-vinda. Ana. Ana Carolina também se incorpora ao Comitê de Marco Legal. É isso? Lembrar que a gente vai
2156 consultar, vai enviar o fórum também. O fórum tem representações. É o fórum, discute lá, se mantém, se troca, se
2157 substitui. Ok? Então, 30 dias curto prazo do cronograma. A segunda parte do cronograma é aquele de dois meses para
2158 a próxima reunião virtual do Conselho com o tema de tributação e tal, a continuidade do debate, mas trazendo

2159 fazenda, trazendo receita e, eventualmente, a previdência, a depender de como é que a minuta nos orientar, se vai
2160 mexer com previdência ou não, por enquanto. Médio prazo, mais dois meses, então, para a próxima reunião virtual.
2161 Então, em tese, lá para o dia 24 ou 25 de abril, por aí, não é, 24 ou 25 de abril, tem que ver no cronograma que dia
2162 que cai, se não, domingo, nós teríamos a próxima reunião virtual do Conselho Nacional para debater com estas duas
2163 pastas e já debater sobre a minuta que este grupo vai ter entregue 30 dias antes, certo? Então, já temos dois temas.
2164 Sexta? Espera aí, só deixar a Jani e aí a gente encaminha.

2165 **Sra. Janiléia Alves dos Santos Silva (Suplente/FBES – São Paulo/SP):** – Fernando e Pleno, só uma observação. A gente
2166 sabe que os nossos prazos são bastante dinâmicos, estamos no mês, não é, mês de março, mulheres, já estamos, não
2167 é, terminou o mês de fevereiro. E aí, assim, nós, se puder, o conselho, assim, na semana seguinte, se a SENAES puder
2168 enviar, reenviar esses dois, tanto do Fórum Brasileiro, quanto e aí da UNICOPAS juntar. E aí, ficar atento a esse prazo,
2169 assim, de, sabe, olha, está pronto, não está? Enfim, mandar os três juntos para todo o pleno do conselho, para que a
2170 gente consiga, assim, sabe, minimamente atender aí esses prazos. É só para observar que a gente fique atentos e
2171 atentas e para poder dar tempo, não é, de fazer as contribuições e atender o prazo.

2172 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Sem objeções. Alzira.

2173 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – Zamban, são duas questões. Uma diz respeito à
2174 seguinte, uma pergunta mesmo para a gente, eu tenho dúvida sobre isso. Para a gente registrar, a gente não precisa
2175 ter um sistema tributário para responder ao registro do empreendimento? Então, como é que eu vou registrar um
2176 empreendimento na junta comercial ou onde quer que seja, sem definir qual é a tributação que ele está vinculado?
2177 Então, isso também vincula a nossa discussão sobre isso, não só o registro, mas o registro também inclui tributação,
2178 previdência, etc. Então, essas discussões vão estar coladas, não é?

2179 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Vão estar coladas.

2180 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – Ok. Então, a segunda questão é a seguinte, se a
2181 gente tem um impedimento entre nós dos empreendimentos de economia solidária para aderirem a essa
2182 formalização e ela está vinculada a uma questão de interpretação incorreta sobre Bolsa Família ou mesmo sobre a
2183 estrutura do Bolsa Família hoje, que tem uma renda muito baixa, que é complicada. Então, a gente também poderia
2184 criar um grupo aqui que a gente analisasse junto com o MDS essa questão dos impedimentos ou esclarecer esses
2185 impedimentos para que a gente pudesse ter, assim, sanear essas informações que estão distorcidas e até incompletas
2186 junto com o MDS. Rildo está aqui, não sei se ele está aqui, e a gente estava conversando sobre isso. Dentro do MDS
2187 tem gente que já está preocupada com essa questão, dentro do Conselho Nacional também, de assistência, e a gente
2188 avançar nesse debate para não ficar esse penduricalho que a gente está sentindo lá na base quando vai discutir com
2189 os empreendimentos.

2190 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Perfeito. A Aline, ontem, na fala, inclusive, sugeria que era
2191 possível que houve uma portaria do MDS que, talvez, resolveria, se não tudo, parte desse problema. Acho que é

2192 tranquilo a gente tirar uma comissão não muito grande aqui, um grupo menor, para fazer um diálogo com o MDS.
2193 Vamos para quem se dispõe? Duas, três, quatro pessoas, no máximo? Alzira, Santiago, Ana Carolina? Não, acho que
2194 essa não precisa necessariamente. É, tem que um subsidiar o outro e vice-versa. Ana, Alzira e Santiago? Chico, acho
2195 que era bom você estar assim também para ter o peso da Secretaria. E, naturalmente, o Eduardo, também do MDS,
2196 ajuda. Pode ser isso, então? Alzira, Ana Carolina. Caroline, desculpa. Chico e Santiago e o Eduardo, que é nativo do
2197 MDS. Esse grupo dialoga lá com eles. Eu acho que ele deve ter dado a saída, mas ele estava aqui de manhã. Fechado?
2198 Mais um encaminhamento? E aí, depois, quando a gente voltar a conversar sobre isso lá no final de abril, a gente
2199 coloca mais um pedaço de cronograma com mais alguns passos, certo? Só para a gente acertar, reunião do conselho,
2200 então, 24 de abril, sexta-feira ou sexta-feira é dia ruim? Aí a gente já sai com uma agenda daqui do conselho. Virtual.
2201 Geralmente, a gente tem umas três horas de trabalho. Sexta é bom? Pode ser, então? Dia 24. Depois a gente manda
2202 uma enquête ali, talvez, no grupo do conselho para acertar se 24, 23 e o horário. Mas ficamos com essa sinalização.
2203 Dia 24 de abril. Pois não. Está, podemos ver. Vamos ali ajustar o horário. Está. Fica em texto indicativo, dia 24, a gente
2204 acerta o horário. Se eventualmente tiver algum problema, puxa um dia ou ajusta lá, ok? Fechamos, então,
2205 encaminhamento das coisas de ontem. Iracema já desceu? É, então, vamos puxando coisas assim. Claro.

2206 **Sra. Marta:** – Eu coloquei aqui nas paredes o WhatsApp das SENAES. E quem viajou, por favor, encaminha por ele os
2207 bilhetes, o comprovante de embarque. De ida e de volta. Quem viajou, fez viagem terrestre, de ônibus, depois passa
2208 para a gente também os bilhetes de ônibus para a gente fazer o ressarcimento. Está? A Rose está passando para vocês
2209 um formulário que eu peço que vocês respondam. Porque a gente está com alguns dados desatualizados. A gente
2210 teve um problema com o pagamento de uma diária e foi bem desagradável. Então, a gente pede que vocês atualizem
2211 esses dados, por favor, para ver se a gente mantém atualizado. Está? Dado de conta bancária, de endereço, essas
2212 coisas. Vou pedir para vocês, toda vez que a gente vai emitir passagem, a gente tem problema com os trechos
2213 terrestres. Então, vocês podem botar no formulário, acrescentar a observação. Se vocês vão se deslocar de uma cidade
2214 até a capital onde está o aeroporto, coloquem esses trechos e expliquem se vocês vão fazer isso de transporte próprio
2215 ou de ônibus, para a gente saber também. Porque quem pernoita tem direito a diária. Então, se houver um pernoite
2216 nesse trajeto de uma cidade do interior para a capital, tem diária. A gente não faz ressarcimento de combustível.
2217 Então, se você fez o transporte em carro próprio, táxi, Uber, não tem ressarcimento dessas despesas, mas tem
2218 implicância nas diárias, no total das diárias. Ônibus, se for ônibus comercial, com bilhete de passagem, a gente faz o
2219 ressarcimento. Está bom?

2220 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Martinha, sempre cuidando da gente.

2221 **Interlocutora não Identificada:** – Quem mora no interior e vai para a capital pegar ônibus, tem diária também. Porque
2222 agora eu moro no interior.

2223 **Sra. Marta:** – A diária sempre havendo pernoite. Não havendo pernoite, aí tem só a meia diária. Então, é o sistema
2224 que faz o cálculo. Mas se isso estiver bem direitinho no formulário, não dá erro.

2225 **Interlocutora não Identificada:** – Eu já atualizei com a minha cidade de novo, porque eu mudei para o interior.

2226 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – E não se esqueçam, gente, que se não entregar os bilhetes,
2227 fica com restrição de viagem lá, qualquer outra atividade, não só do conselho, de qualquer Ministério, órgão,
2228 universidade, você não consegue viajar enquanto não resolver a pendência.

2229 **Sra. Rosângela Ribeiro da Silva Vargas:** – Só para complementar o que a Martinha falou sobre o formulário, eu sou a
2230 Rosângela Ribeiro da Silva Vargas. Lá em cima tem Rose Vargas, é a mesma pessoa. Aquelas pessoas que não tiverem
2231 suplentes ou secretárias, é só colocar para mim, não tem o secretário, não tem o suplente, não tem os dados do
2232 suplente, mas eu tenho um telefone, um e-mail, só para eu ligar e entrar em contato com essa pessoa, para a gente
2233 conseguir manter as nossas planilhas atualizadas em 2026. Ok? Obrigada.

2234 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Turma, vamos lá fazer uns combinados aqui e uns acordos.
2235 Nossa programação, naquilo que a gente gostaria de tratar, está bastante prejudicada, porque hoje de manhã,
2236 amanhã inteira, era para a gente já estar apreciando o plano. Então, a gente vai precisar fazer algumas escolhas aqui.
2237 A gente ainda tem que fechar esse negócio do decreto, acho que a gente consegue fechar aqui de manhã, a Iracema
2238 já desce com a sistematização dos três grupos. A ideia da tarde é a gente olhar para essa versão zero do plano sem
2239 ainda a pretensão de dizer porque ele está inacabado, tem coisas ali ainda para fazer, com vista de orçamento, uma
2240 série de coisas, mas olhar para ele, se ele expressa as resoluções da Conferência e, sobretudo, tirar uma orientação e
2241 um encaminhamento a respeito de como é que nós vamos lidar com as consultas que precisam ser feitas, o diálogo
2242 com os ministérios, etc. E aí tem algumas outras coisas que estavam lá para a parte da tarde que a gente pode dar
2243 uma adiantada. Isso. Tem três coisas que nós precisamos resolver neste conselho ainda. Uma é a indicação ou
2244 referendado aos representantes do Conselho Nacional de Economia Solidária no Interconselhos, são seis
2245 representantes deste conselho no Interconselhos, nós precisamos resolver indicações de delegados e convidados para
2246 a Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. São quatro representantes, dois delegados e dois
2247 convidados, não tem suplentes. São dois delegados e dois convidados. E nós precisamos conversar ainda sobre o
2248 mandato do Comitê permanente. Então, são essas três coisas agora. Até que a Iracema chegue, talvez a gente
2249 converse sobre Interconselhos. Quando a gente fez, vocês vão lembrar, o Interconselhos foi recriado, retomado em
2250 2024. Na primeira reunião que teve do Interconselhos, nós fizemos um acordo neste pleno do Conselho de que das
2251 seis vagas disponíveis, três seriam do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e as outras três seriam das entidades de
2252 apoio, das organizações que compõem o Conselho Nacional. Se eu não estou enganado, quem eram os representantes
2253 nossos lá no Interconselhos? Do Fórum Brasileiro, a Alzira, a Cris Bender e a Celicina. No Interconselhos, acho que
2254 você está falando de participação social. Aí, das organizações de apoio, das entidades, tinha o UNISOL, UNICAFES, era
2255 o Arildo, UNICAFES, a Maíra e a Caritas Brasileira, a Marcela. Certo? Eu acho que ela era suplente à rede de TCPs. O
2256 Arildo era titular. Ele foi, eu lembro, ele foi nas reuniões. A ITN eu não lembro de ter ido. No Fórum Interconselhos?
2257 Bom, pelo sim ou pelo não, a minha sugestão aqui, aí vamos ver o que o pleno acha, é que estas, se for este o acordo
2258 ainda, três do Fórum Brasileiro e três das organizações, acho que é razoável a gente manter este acordo, é que as
2259 organizações se conversem rápido, se mantêm os nomes ou se faz alguma alteração e o Fórum Brasileiro também
2260 conversa rapidinho se ele mantém os nomes ou se faz alteração. Pode ser? Porque a gente já resolve aqui, já
2261 encaminha para os cenários, encaminhar quem é, etc.

2262 **Sra. Marta:** – Esta informação do Interconselhos, ela é uma decisão que a gente tem que tomar hoje, porque a gente
2263 já está com um convite para uma reunião no dia 13 de março. Então, a gente já está até fora de prazo para emitir
2264 passagem. Então, se a gente puder decidir hoje quem são as pessoas para a gente já providenciar o formulário, será
2265 melhor.

2266 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Junta aí cinco minutinhos, dez minutinhos, o Fórum
2267 conversa, as entidades lá com Arildo, Santiago, aqui. Lembrando que é representante da sociedade civil, por isso a
2268 gente não está falando aqui dos representantes de governo, redes gestores, SENAES e tal. Junta aqui Sandro, Márcia,
2269 Arildo. Fórum junta aqui com a Alzira, Gisleide. Vê lá com a Iracema como é que está, porque para a gente tocar, Lídia
2270 ou Martinha. Vê se a Iracema descer para apresentar. Se tiver tudo sistematizado, eu vou apresentar. Oi. Pessoal,
2271 tirem titular e suplentes nos representantes, se tivermos um eventual problema. Beleza. Bora então, voltar? São 3
2272 nomes do fórum e tira o suplente caso nas próximas tenham algum problema com os titulares, aí a gente já sabe quem
2273 é. Pronto. Pessoal, vamos? Por gentileza. Vamos lá, pessoal. As entidades conversaram? Querem dizer aí como ficou
2274 a composição, por favor. Sandro?

2275 **Sr. Sandro Benedito Sguarezi (Titular/Unitrabalho – Cuiabá/MT):** – Bom dia. As entidades identificaram a UNISOL
2276 como titular e o Movimento Quilombolas como suplentes. A Rede Unitrabalho e ITPC. ITPC ficou como titular e a Rede
2277 Unitrabalho ficou como suplente. Quem mais mesmo, Arildo, me ajuda aqui, a Cáritas com o Santiago como titular e
2278 o Vicente do GTA como suplente. Nós já vamos encaminhar aqui para o meio do Conselho.

2279 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Está bom. Pessoal, bom dia, tem que trazer do fórum, não é?

2280 **Sra. Janiléia Alves dos Santos Silva (Suplente/FBES – São Paulo/SP):** – Janiléia Silva, do Fórum Brasileiro. Ficam as
2281 mesmas, Celecinae Cris e aí a substituição que teve, a Alzira pediu substituição, vai ser Ana Caroline, vai ficar Cris e
2282 Celecinae Ana Caroline. Isso, substituindo a Alzira. Maria Lúcia, Abilene, é isso?

2283 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Ok, a gente para, que tem aqueles outros dois para resolver,
2284 que é a da Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável, a gente retoma depois para as indicações e do Comitê
2285 Permanente também, para passar agora para fechar as sistematizações do decreto de atualização dos normativos. Aí
2286 a Iracema coordena aqui, combina a metodologia, como é que a gente vai fazer? Até 12h30, não é, nossa tarefa, até
2287 o almoço, está bom?

2288 **Sra. Marta:** – Para esses escolhidos para o Interconselhos, a gente já vai passar o formulário para vocês preencherem
2289 e assinarem ainda hoje.

2290 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Mais algum aviso, Martinha? Mais algum aviso? Pessoal, bom dia.
2291 Bom dia a todos e todas. Bom dia a todos e todas. Vocês estão aqui comigo? Levanta o braço quem está aqui comigo.
2292 Está, então, queria convidar aqui a Relatoria do Grupo 1, a Relatoria do Grupo 2 e a Relatoria do Grupo 3. Gisleide.
2293 Grupo 3, quem que era? O Sandro. E o Grupo 2, a Márcia. Antes da gente começar, primeiro que é péssimo, não é,
2294 esse espaço aqui. Acho que na outra reunião que a gente fez ali estava muito melhor. Mas, infelizmente, a sala lá do

2295 Conselho de Assistência Social está em reforma. E aí a gente não conseguiu outras salas. Então, chamando aqui a
2296 Márcia, o Sandro e a Gisleide. E antes da gente começar, a gente vai projetar ali o texto. Eu tentei já unificar os três
2297 textos. Unificar, não. Colocar no mesmo arquivo os três textos, mas o capítulo 1 deu um trabalhinho. Por isso que já
2298 fui adiantando, atrasou um pouco, mas tentando já facilitar. Então, antes da gente começar, a gente precisa ver o
2299 texto. Vamos combinar a metodologia? Qual é o pressuposto aqui? Qual é o pressuposto aqui? Nós estamos
2300 elaborando um texto que seja de consenso e de acordo, não é, Arildo e Tati? De acordo com a Lei nº 15.068. O decreto,
2301 deixa eu ver se eu decorei, 12.274. E levando em consideração o decreto anterior, atual, que a gente está se
2302 reportando, mas também o contexto, todo o contexto que já foi colocado ontem, em relação à questão das normativas
2303 de Conselho atual. Então, isso. E o propósito aqui é encontrar um texto comum, que seja convergente, que fortaleça
2304 a institucionalidade do Conselho. Tanto nós, da SENAES, do governo, quanto a sociedade aqui, nós não estamos aqui
2305 disputando qual é o texto mais para lá ou para cá, o que a gente quer ou não. A gente quer o quê? Que o Conselho
2306 funcione bem, que seja um Conselho atuante, que seja um Conselho forte, institucionalmente fortalecido. Então, o
2307 texto do decreto, o pressuposto é esse. Então, o que a gente vai fazer aqui, ele tem que estar amparado na legislação,
2308 porque não pode furar. Só ia pedir para as pessoas que estão conversando, ali do lado tem uma salinha, e aí podem
2309 conversar lá na salinha do lado, sem problema. Mas quem estiver aqui, vamos ficar aqui, porque a gente tem pouco
2310 tempo e a gente tem que aproveitar o tempo que a gente tem aqui, presente aqui. Precisa atender o celular, olhar o
2311 celular, olha lá, mas vamos ficar aqui, a gente veio de tão longe para isso. Eu estou aqui, não vim de tão longe, moro
2312 aqui, é privilégio de morar aqui 15 minutos da Esplanada, estou aqui. Mas o pressuposto é esse. A gente vai criar aqui
2313 convergências, os textos vocês trouxeram, todo mundo está em sintonia, então a gente aqui não vai ficar disputando,
2314 esse texto aqui, aquele acolá. O que a gente faz com as divergências? A relatoria aqui vai nos ajudar a trazer o texto,
2315 e já está aqui comum, a gente vai revezando para ler. Mas tem algumas coisas aqui que o grupo 1 achou uma coisa, o
2316 grupo 2 achou outra, o grupo 3 achou outra coisa. A gente não vai ter tempo aqui para ficar debatendo, para ficar
2317 defendendo. O ideal é que, com base no que o grupo 1 trouxe, no grupo 2 trouxe, no grupo 3 trouxe, a gente
2318 encontrasse uma redação que fosse consenso, como a gente fez anterior. Olha, não é a redação de 1, não é de 2, do
2319 3, a gente pode buscar uma redação com consenso e colocar aqui, porque não é a questão de ficar divergindo, não.
2320 Tem alguns outros pontos, principalmente ali na composição? Vamos buscar a consensuação. Tem consenso nisso?
2321 Eu vou encaminhar, ir aqui junto com a relatoria. Olha, tem consenso nisso? Se disser não, não tem consenso nisso, a
2322 gente destaca as divergências. E aí a gente vai passar... A minha sugestão é que a gente passe por todos que for
2323 convergente e que tiver... Se a gente não conseguir construir o consenso, o item 1, o capítulo 1, o item 7, o parágrafo
2324 7, tem três redações. Alguém pode, do grupo aqui, os relatores, pode ajudar a gente a construir uma redação
2325 consensuada e, no final, a gente volta, para a gente não ficar aqui tentando em plenário, fazer uma redação
2326 consensuada. Então, os relatores fazem uma relação consensuada, a gente apresenta para o grupo, isso pode até ser
2327 na hora do almoço, e apresenta para o grupo e traz. Não teve convergência, divergência, a gente precisa amadurecer
2328 mais, a gente faz uma reunião extraordinária para amadurecer e para construir um consenso. Está bem? Está de
2329 acordo? Podemos seguir assim? Ou vocês querem que seja votado? Teve divergência, vamos votar. Quem quer
2330 construir a convergência e quem quer fazer votação?

2331 **Interlocutora não identificada:** – Só um esclarecimento. Eu estou indo na linha sua de a gente fazer um consenso,
2332 mas, para esse consenso, a gente vai abrir para os relatores fazerem as falas, porque, às vezes, a linha do consenso,
2333 ela depende muito do que é o conteúdo que está se pensando para aquele texto. Então, eles vão fazer essa fala de
2334 esclarecimento do item?

2335 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Se for necessário, eles fazem.

2336 **Interlocutora não identificada:** – Ou é o plenário?

2337 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Não, eles aqui, o relator. Se o plenário não se sentir contemplado
2338 com a explicação do texto, porque a gente não é defesa, enfim, eu acho que não cabe, mas a gente pode ver se caberia
2339 ou não uma defesa. Mas vamos construir assim? Vai ser apresentado? Houve consenso? É possível unificar? Vamos
2340 unificando. Não teve? É divergente? Isso eu não consigo enxergar aqui. Dá para ligar a outra TV aqui para a gente
2341 conseguir enxergar? Vocês conseguem enxergar o que está aqui? Não, mas eu acho que se ele abrir uma por página,
2342 dá. Abre só uma página, não precisa ser as duas. Amplia aqui deixa só uma página, porque está dividido o texto.
2343 Adriano, tem como ligar essa TV aqui, por favor?

2344 **Interlocutora não identificada:** – Perfeito. Pode aumentar. Uma outra pergunta. Nos itens que não estão destacados,
2345 mas, por exemplo, como teve três grupos, nos itens que não estão destacados, alguém do plenário, se se sentir
2346 provocado a fazer alguma inclusão, ele pode ou só o que está aí?

2347 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Só o que está aqui. O momento de fazer inclusão já estava lá nos
2348 grupos. Está consensuado isso, gente? Eu estou dando a explicação do que a gente combinou ontem. As melhorias de
2349 redação me mandem depois, nos mandem da SENAES depois. Porque aqui também é redação, número de Art., isso é
2350 forma.

2351 **Interlocutora não identificada:** – Iracema. Você manda depois. Então, como houve a consolidação, não é isso?

2352 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Não, a consolidação foi agregação.

2353 **Interlocutora não identificada:** – Agregação dos grupos nas proposições, talvez a gente não concorde com alguma
2354 redação.

2355 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Não, não foi feita alteração de redação, apenas eu unifiquei os
2356 documentos.

2357 **Interlocutora não identificada:** – Ah, certo. Então, todas as proposições estão nesse documento?

2358 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Os relatores estão aqui...

2359 **Interlocutora não identificada:** – De três grupos.

2360 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Os relatores estão aqui justamente porque a falha é humana. Eu
2361 estava agora com a colega Isabelle unificando os textos. Unificando não, juntando os textos. Se tiver alguma coisa
2362 aqui que faltou, os relatores estão justamente aqui com o conteúdo para eles vão dar uma olhada. Aqui. Então, por
2363 isso que eles estão aqui, para garantir que o que o grupo trabalhou esteja aqui. Porque eu recebi o conteúdo. Vamos
2364 ver aqui. Eu recebia aqui. Então, da natureza e competência. Art. 1º. G1, G3, G1 e G2. Então, o conteúdo está aqui. Está
2365 tudo aqui. Então, é o mesmo texto, porque eu não tive tempo de ficar olhando se era o mesmo texto. Então, é isso.
2366 Eu não tive tempo, não deu tempo de ficar, é o mesmo texto, tem divergência, tem convergência. Isabelle que ajudou?
2367 Beleza, Isabelle. Então, é por isso que a gente vai ver o texto aqui e aí os relatores vão dizendo, Chico, aqui o que foi
2368 tirado aqui. E aí, enfim, vamos lá. Então, no Art. 1, o que o... Vocês acham que precisa ler de novo?

2369 **Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA):** – Da política e do plano nacional de economia
2370 solidária. Aí dava a ponta ali.

2371 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Vamos ler aqui o primeiro, só para... O Conselho Nacional é o
2372 mesmo, não é? Então, tira a execução e a Gisleide está acrescentando aqui na relatoria que teve o quê, Gisleide?

2373 **Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA):** – Então, no G1, daqui do auditório, a redação
2374 da minuta, aí a gente acrescentou, vírgula, os programas, ações, diretrizes e prioridades da política e do plano nacional
2375 de economia solidária. Encerrou nisso.

2376 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Eu vou pedir para a Isabelle subir lá, Isabelle, e fazer, ajudar a
2377 colocar os pontos. O arquivo está lá. Então, o que a gente está dizendo aqui, que tanto o G1 tira atribuições com
2378 autonomia... Vamos ler aqui como é que fica. O Conselho Nacional de Economia Solidária integrará o Sistema Nacional
2379 de Economia Solidária e exercerá suas atribuições com autonomia observada a passo a passo social, na formulação,
2380 no acompanhamento, no monitoramento e no controle social das políticas públicas de economia solidária, tira a
2381 execução. Acrescento o que a Gisleide disse, que é o que é, Gisleide?

2382 **Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA):** – Nessa redação, aqui, a gente discutiu e aí a
2383 gente pegou e enxugou. Nesse enxugamento, aí deixou, depois do Plano Nacional de Economia Solidária, falta um
2384 verbo para fazer essa conexão, os programas, ações, diretrizes e prioridades da política e do Plano Nacional de
2385 Economia Solidária. Aí ponto, fechava isso. A gente fez um enxugamento, porque o Conselho não pode executar,
2386 executar, e a gente tirou a execução. E também tinha muitas palavras ali, a gente tentou enxugar o texto. Então, vocês
2387 estão de acordo com essa formulação que a Gisleide falou? Seguimos. Acho que traz aí uma formulação. E aí, Gisleide,
2388 a gente vai considerar essa formulação. Então, G1, Isabelle, poderia colocar aí, não sei se ela conseguiu subir, anotar
2389 que a gente vai... Não, mas precisa anotar que vai ficar o texto do grupo da Gisleide, que era... Podemos chamar G1,
2390 o seu? Aí meu Deus. O texto do grupo da Gisleide. Pronto, vou chamar assim. Que eu chamei de G1. Nossa. Então,
2391 vamos para o próximo aqui. Como é que eu passo aqui, Adriana? É aqui, não é? Para baixar. Esse aqui não baixa, não?
2392 Então, pode baixar aí. Moço, aí, por favor. Max. Ah, o Max. Então, o próximo, acho que os três grupos permanecem,
2393 que é... Isso aqui vem da lei, por isso, inclusive, que é o Art. 13, para inciso 2 da lei, que o Conselho é um órgão de

2394 articulação e controle social da política de economia solidária. Então, todas as derivações vêm aqui. Então, agora, vem
2395 aqui a questão das competências. Eu vou pedir para a Gisleide ajudar, Gisleide, porque aqui vai ter vários pontos que
2396 têm redação diferente. Se vocês me ajudarem aqui, ver qual é a redação que melhor representa esse parágrafo aqui,
2397 porque se a gente for ler, eu não consegui ver o que é que muda.

2398 **Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA):** – Mas o ponto 2, a gente só mudou só aquela
2399 ordem que estava da forma... A gente colocou só apreciar, avaliar e acompanhar, porque estava do outro formato,
2400 estava apreciar, acompanhar e avaliar. A gente só mudou a ordem. Certo, isso. E aí a gente incluiu um parágrafo aí,
2401 articular, acompanhar e monitorar isso, em regime de colaboração com os demais integrantes do sistema de
2402 economia solidária, a implementação e a convergência de ações inerente à política nacional de economia solidária,
2403 bem como apresentar preposições para o seu aprimoramento.

2404 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Então, aqui, avaliação não tem nada assim de divergente, é muito
2405 mais complementar um ou outro, a redação. Que a ideia aqui, que além de propor, vai considerando as deliberações
2406 da Conferência, os programas, projetos e mecanismos do plano. É muito mais especificando aqui o que é o plano
2407 nacional e o que o plano contém. Então, acho que isso aqui está tranquilo. A gente pode passar. É só para botar uma
2408 observação no texto, Isabelle, e se sair. Ficar lá em cima colocando alguma observação no texto. O que a gente está
2409 discutindo? Qual é a competência do Conselho? Tudo relacionado com o plano nacional de economia solidária. E aí
2410 dentro está indicadores, métodos, mecanismos, monitoramento do plano. Isso é o que está dizendo aí nesse artigo.

2411 **Sra. Márcia:** – A gente tirou, no grupo 2, a gente tirou a questão dos indicadores, porque isso está no plano. Então, a
2412 gente avaliou que, se a gente tem que avaliar o plano e o plano já contém indicadores, nesse sentido, teria que fazer
2413 o monitoramento. Talvez não precisaria estar. Então, a gente só deixou até ali economia solidária.

2414 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – De acordo, gente? Uma vez que os indicadores, método e plano
2415 estão lá no decreto, se vai fazer o plano, não tem necessidade de constar. Então, ali a gente retira, que é essa redação.
2416 Sim, mecanismo de monitoramento. Não sei se a Isabelle já conseguiu subir ali para nos ajudar na redação. Então, a
2417 gente tira aí, nesse Art. 3º, a questão dos indicadores, método e mecanismo. Bom, vamos para o próximo, que é
2418 apreciar, avaliar e acompanhar, no período entre Conferência, a implementação e convergência das ações inerentes
2419 à política nacional do Plano Nacional de Economia Solidária. Então, ali o grupo, teve um grupo que acrescentou
2420 apreciar, avaliar e acompanhar. Ok? Pode descer o texto. Subir, descer. Aí, ali está muito tranquilo, o outro grupo só
2421 questão de apreciar. De acordo? O próximo é a questão de requisitar aos órgãos, entidades integrantes dos sistemas,
2422 informações, dados, relatórios e avaliações necessárias no exercício do acompanhamento, monitoramento e
2423 avaliação da política e do plano. Que foi o G1, um grupo que a gente está chamando de.... Dois grupos, sugeriram isso.
2424 Ok? Aí, a gente, nesse outro, não teve nenhuma alteração. Na outra alteração, é a inclusão de estabelecer mecanismo
2425 permanente de articulação junto aos demais integrantes do sistema de economia solidária, com órgãos, entidades
2426 com gênero de economia solidária, na União, nos Estados Unidos Federal. Ok? Vocês têm o texto de vocês aí, pode
2427 até ir acrescentando, como é que ficou, para perceberem isso. Eu estou passando rápido, porque acho que são

2428 questões que a gente vai ter ali mais para... Está ok, pessoal? O próximo é uma sugestão de inclusão, de articular,
2429 acompanhar e monitorar em regime de colaboração com os demais integrantes, a implementação e a convergência
2430 das ações inerentes à política. Acho que está um pouco repetido, não é?

2431 **Sr. Francisco Josué Medeiros de Freitas (Titular/MCidades – Brasília):** – Aí é outra coisa, está com plano estadual de
2432 economia solidária. Eu acho que isso, como tarefa para o Conselho Nacional, é uma coisa, é o Conselho... Ali é estadual
2433 ou nacional? Ali está escrito estadual, plano estadual.

2434 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Vamos respeitar aqui o que a gente combinou das...

2435 **Sr. Francisco Josué Medeiros de Freitas (Titular/MCidades – Brasília):** – Está escrito ali plano estadual, por isso que
2436 eu estou fazendo a observação.

2437 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Oi? Está, sim, os relatores aqui. É porque, se os relatores não
2438 tiveram explicação, a gente passa para o grupo.

2439 **Sra. Márcia:** – Não, é que o que o Chico está querendo dizer, isso estava na proposta do FBES, mas, no nosso grupo,
2440 a gente decidiu não inserir esse item. Eu acho que é por isso. Na verdade, a gente está partindo do pressuposto que
2441 o que está aqui está aprovado. É isso que a gente tem que ver, porque, por exemplo, o nosso grupo discutiu esse item
2442 e entendeu que esse item não deveria estar, por isso que ele não consta no nosso relatório.

2443 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Gisleide.

2444 **Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA):** – No grupo 3, que estava aqui reunido, a
2445 gente fez um ajuste, inclusive essa questão do que estava estadual, a gente colocou nacional, que foi erro de digitação,
2446 mas manteve essa proposição para a inclusão. Articular, acompanhar e monitorar, em regime de colaboração com os
2447 demais integrantes do Sistema de Economia Solidária, a implementação e a convergência de ações inerentes à política
2448 e ao Plano Nacional de Economia Solidária, bem como apresentar proposições para o seu aprimoramento.

2449 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Ok. Só pedir para a Isabelle, então. Isabelle, troca estadual por
2450 nacional. Não está conseguindo digitar? Talvez usar o meu computador aqui e ajudar na digitação aqui. Ou eu posso
2451 passar o texto unificado aqui para a Márcia, para a Gisleide, e aí vai ajudando, e para o Sandro. Eu passo aqui. O
2452 Adriano, ou Isabelle, me passa aí o texto. Gente, desculpe os atropelos, mas aqui nesse auditório o negócio está difícil.
2453 Então, vamos, enquanto organizo aqui, Gisleide ou Márcia, se vocês quiserem, Márcia, o que vem em seguida.

2454 **Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA):** – Então, o Grupo 3 propôs, em conjunto com
2455 o Ministério do Trabalho, mecanismo de formação e capacitação pertinente dos conselheiros e conselheiras e
2456 integrantes do Conselho Nacional de Economia Solidária. A gente só pegou, trocou o verbo e também fez o ajuste,
2457 porque também estava a questão de exceção, alguma coisa assim de... Foi muito mais um corte de alguns verbos aí.

2458 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Vamos seguir aqui, gente? Isso aqui então fica a redação do G1, não
2459 é? Podemos baixar aí o... Propor. Quem conseguiu baixar o arquivo aí? Eu mandei para a Márcia e para a Gisleide. O
2460 próximo, então, é em relação à Conferência. Ali está, acho que é a sugestão do G2, articular e convocar a Conferência.
2461 Tem que subir aí. Está aqui em relação à Conferência, não é? Acho que tem uma sugestão aí de articular e convocar a
2462 Conferência, de acordo com a lei, e sugerindo aí que seja incluído, dispondo sobre a metodologia, os critérios de
2463 participação, os temas prioritários, os procedimentos operacionais da Conferência. A Martinha, não é, Martinha? Até
2464 você me falou que na Conferência passada é o Conselho que fez a convocação da Conferência. Então aqui já está em
2465 sintonia com o que já é praticado, não é?

2466 **Sra. Marta:** – O Conselho recomendou e o Ministro é que convoca. Foi o Ministro que convocou. É porque é assim, o
2467 Conselho sugere, recomenda, e o Estado é que convoca.

2468 **Sra. Márcia:** – É que nós avaliamos que como o Ministro é o Presidente, foi isso que nós avaliamos na nossa discussão.
2469 Como o Ministro é o Presidente do Conselho, quem vai convocar, obviamente, vai ser o Ministro, mas na condição de
2470 Presidente do Conselho.

2471 **Sra. Marta:** – Tem sempre que ser o Estado. Então, no caso, é o Ministro, porque ele é o...

2472 **Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA):** – Então, diante disso, nós deixamos auxiliar e
2473 complementamos ao final, auxiliar o Ministro, o Ministério e a organização da Conferência Nacional de Economia
2474 Solidária, Popular Solidária. E agora teve essa complementação, dispondo sobre a metodologia, os critérios de
2475 participação, os temas prioritários e das conferências temáticas. A gente só acrescentou essa parte, o G3.

2476 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Então, acho que tem uma dúvida aí, que é mais jurídica de forma,
2477 se o Ministro, quando ele convoca, ele está convocando em nome, porque é Ministro de Estado ou porque é
2478 Presidente do Conselho? Acho que a gente leva essa questão para o jurídico e para... Então, a Martinha já está
2479 explicando aí. Não vamos entrar nessas questões aqui. Conseguiu abrir, não é, Sandro? Eu pediria para alguém olhar
2480 aí na lei o que tem lá em relação à Conferência. De qualquer forma, o meu encaminhamento, nós vamos ajustar aqui
2481 de acordo com a lei, o que é praticado.

2482 **Sra. Marta:** – Iracema, a lei prevê a periodicidade da Conferência, que é de até quatro anos. Isso a lei prevê. A lei não
2483 entra nesse mérito de quem convoca. Mas toda Conferência é convocada pelo poder público. O poder público pode
2484 ser provocado pela sociedade civil para convocar a Conferência, mas ele pode também, de ofício, convocar.

2485 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – O Conselho, a Conferência, poderia ser
2486 convocada pelo gestor, pelo fórum ou pela sociedade civil, no caso de o gestor não convocar a Conferência. Então,
2487 tem que ter mecanismo em que a sociedade possa pressionar esse governo que não seja do democrático, que não
2488 respeita a legislação democrática, para convocar a Conferência. Ele, Martinha, o que é que eu estou colocando?

2489 **Sra. Marta:** – Essa previsão ficou no regulamento porque nem todos os estados a gente tinha garantia de que seria
2490 convocada. Então, foi uma forma realmente de pressionar e de fazer acontecer nos estados. Mas é porque o governo
2491 federal não tem a ingerência no estado, lá no município. Agora, em nível de governo federal, é o governo mesmo.
2492 Mas no regulamento, no regulamento também tinha ordem de prioridade. A Conferência estadual ou a municipal
2493 deveria ser convocada pelo gestor local, no caso o estado ou o município. Se ele não convocasse em um certo prazo,
2494 poderia ser a superintendência. Se não convocado pela superintendência, poderia ser pela sociedade civil. Então,
2495 tinha uma ordem ali de, preferencialmente, deveria ser convocada...

2496 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Gente, vamos tentar organizar aqui esse ponto.

2497 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – Esse ponto é importante, gente.

2498 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Sim, mas aí, querendo organizar, Alzira, você fala e aí a gente tenta
2499 ver uma questão de encaminhamento aqui.

2500 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – Posso falar?

2501 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Por favor.

2502 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – Bom, aqui temos conferências, especialmente
2503 no contexto de políticas públicas no Brasil, são convocadas pelo poder executivo, através de decretos em conjunto
2504 com os respectivos conselhos. Então, é importante a gente afirmar essa relação da convocação da Conferência entre
2505 executivo e Conselho, porque a gestão da política muda. Então, a gente tem que ter garantia de que isso vai acontecer.
2506 É uma forma de a gente se assegurar de que, muda de governo, a gente faz Conferência.

2507 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Está bom. Márcia, e aí uma sugestão de encaminhamento.

2508 **Sra. Márcia:** – Não, eu ia falar um pouco nessa linha, porque, na verdade, quem vai convocar de qualquer forma,
2509 quem vai assinar, vai ser o Ministro. Não tem, porque o Ministro que preside o Conselho. Eu acho que o que está
2510 mudado do que a gente tem aqui, do que está lá na lei, a gente só inverteu. A gente botou o articular e convocar a
2511 CONAES em conjunto com o Ministério. E aí o Ministério faz parte do Conselho. Então, eu acho que, só teria que ver
2512 a questão legal mesmo, mas eu acho que estar aqui não contradiz o que a Martinha falou, não contradiz o que a Alzira
2513 falou. É só uma questão de a gente entender que é possível. Agora, se a procuradoria jurídica falar alguma coisa, aí é
2514 outra questão.

2515 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Eu vou na linha da Márcia Gisleide, para a gente encontrar uma
2516 solução para convergir, mas eu acho que já deixaria que entraria na linha do que a Márcia colocou.

2517 **Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA):** – Então, no grupo 3, a gente foi o ponto mais
2518 que a gente demorou. E compreendemos, dessa forma, quem caneta mesmo, quem convoca, é o Ministro. E, com
2519 isso, o Conselho vai auxiliar, e a gente colocou que aqui é uma preposição do Conselho, auxiliar o Ministério do

2520 Trabalho e Emprego na convocação e organização da Conferência Nacional de Economia Popular e Solidária. Aí
2521 dispondo sobre metodologia, os critérios de participação, os temas prioritários e das conferências temáticas. O
2522 Conselho vai estar aqui auxiliando.

2523 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Então, qual é a minha sugestão de encaminhamento? A sugestão
2524 dos grupos tem esse ponto da convocação, os demais são complementares. A gente vai deixar do jeito que está aí,
2525 porque ali está em conjunto com o Ministério, e vamos levar para o jurídico. E aí o jurídico vai dizer o que é possível
2526 ou não. Porque nós aqui, a gente vai ficar colocando, mas a gente leva do jeito que está aí, complementando,
2527 garantindo os elementos, tanto que está no 1 como no 2, 3, que está posto. Beleza? Vamos seguir? Abaixa só mais
2528 um pouquinho, volta só mais um pouquinho, volta um pouquinho, volta mais um pouquinho. Aí, pronto. Ali tem uma
2529 sugestão de inclusão. Quando está G3, leia-se a relatoria do grupo que estava com o Sandro, que ali complementa, ali
2530 estava incentivar a criação e fortalecimento do Direito de Economia Solidária. Ali tem uma sugestão de mobilizar e
2531 apoiar organizações da sociedade civil na discussão e na implementação de ações públicas de economia solidária,
2532 inclusive incentivar a criação e fortalecimento das redes de economia solidária. Ok? Talvez isso seja embaixo. Veja se
2533 está embaixo, Márcia, no texto unificado. Você pode ler o que está ali, o que você sugeriu de acréscimo. A ordem a
2534 gente volta, a gente coloca depois. Então, você baixa o texto aí, por favor, moço, mais um pouquinho. Veja aí, Márcia,
2535 onde que está. Aí, ok. Aí você pode ler, Márcia?

2536 **Sra. Márcia:** – Então, a gente colocou que seriam também atribuições do Conselho. Propor medidas de
2537 aperfeiçoamento da legislação com vistas ao fortalecimento da economia solidária. E aí seria mais um item, que é
2538 colaborar com a SENAES na elaboração de propostas do Plano Plurianual e do planejamento da Lei Orçamentária
2539 Anual.

2540 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Você pode voltar, moço, ao texto anterior? Esse vai ser o que vai
2541 dar mais trabalho. Então, vamos lá. Mais um pouquinho. A inclusão desses dois artigos, desses dois textos, que foi o
2542 unânime dos dois grupos, o propor e aprovar o seu regimento interno e a proposição de incluir esses dois que veio da
2543 proposição do fórum, que é a questão da participação da sociedade e estimular a participação da sociedade e governo
2544 no âmbito da política e propor medidas para o aperfeiçoamento da legislação. Ok? O próximo texto.

2545 **Sra. Márcia:** – A gente está agora, então, no parágrafo primeiro, não é? Então, a gente tem ali o G3 e G1, fizeram a
2546 mesma proposição. Estou procurando o G2. Estou procurando, mas a proposição da nossa também é a mesma. Acabei
2547 de olhar aqui, promovendo. É a mesma proposição dos três grupos. Ai, Jesus, espera um pouquinho. São parágrafos
2548 diferentes. Olha só. Estou procurando o que a gente escreveu aqui no grupo e atuará de forma articulada com os
2549 conselhos estaduais do Distrital Municipal da Economia Solidária, promovendo a integração federativa na formulação
2550 e monitoramento do Plano Nacional de Economia Solidária. É o que está ali. Eu não estou enxergando obrigatória,
2551 gente.

2552 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Eu também não estou vendo obrigatória.

2553 **Sr. Francisco Josué Medeiros de Freitas (Titular/MCidades – Brasília):** – Está ali, olha. Federativa obrigatória na
2554 formulação e monitoramento do Plano Nacional. Está bom.

2555 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Promovendo a integração federativa. Não, tem que tirar essa
2556 obrigatória, não é, gente? Já tirou, não é? Então, tira essa obrigatória, ok?

2557 **Sra. Márcia:** – Realmente, o nosso texto não está ali mesmo. Vou ler o texto do nosso grupo. Obrigada, Chico. E atuará
2558 de forma articulada com os conselhos estaduais, federal e municipais da Economia Solidária, promovendo a
2559 integração federativa na formulação e monitoramento do Plano Nacional de Economia Solidária.

2560 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Então, a gente tirou, realmente. Então, a gente passa para o 3, o
2561 parágrafo 3. Parágrafo 3º.

2562 **Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA):** – É porque tem grupo que traz... O grupo 3,
2563 aqui, ficou pela manutenção da redação. Então, não tem alteração. O outro grupo, não sei se foi um ou dois, com a
2564 mesma alteração da redação. A gente tem que ver. Então, tem grupo, a gente sentou nesse grupo aqui, não houve
2565 alteração da minuta que a SENAES enviou. A gente acabou pactuando, aceitando aquilo. O grupo 2 tem essa alteração.

2566 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Estou indo na linha, Gisleide. O que o grupo trouxe de acréscimo,
2567 se não tem divergência, e se pode ser incorporado ao texto, a gente incorpora. Estou indo muito nessa linha. Porque
2568 depois a gente vai ter que fazer uma... Qual que é a ideia? Vai pegar todos os elementos que foram trazidos, e a gente
2569 vai fazer uma redação para submeter a jurídica, garantindo o que foi colocado aqui. Quando eu fizer trabalhar aqui
2570 nessa unificação, eu vou mandar para os relatores, porque da outra vez a gente sentou, a Cris está aqui, sentamos já
2571 no grupo, já fizemos ali, olhando se estava tudo ok. Então, eu me comprometo, quando a gente fizer aqui, para garantir
2572 o conteúdo que estava. Então, a redação é no sentido de garantir o conteúdo, sem retirar, sem perder o sentido, para
2573 dar isso. Então, Gisleide, eu estou indo na linha, sim. Se é acréscimo, não vai comprometer o todo, a gente deixa. Por
2574 isso que eu estou passando. Vocês estão de acordo? Então, já podemos ir para o próximo, que é o parágrafo terceiro.
2575 Pronto. Abaixa demais, não. Volta aí um pouquinho. Está bom, está bom. Essa dança está legal. Está bom, está bom,
2576 está bom. Vai, Márcia ou Gisleide. Sim, fala no microfone.

2577 **Sra. Márcia:** – Desculpe. No documento original, veio dois parágrafos, o parágrafo primeiro e o segundo. Certo? E aí,
2578 eu me perdi ali, porque daí tem, por exemplo, tem inclusão de parágrafos de diferentes grupos. Então, é isso que a
2579 gente vai ter que achar. Então, vamos pegar o parágrafo primeiro e analisar. O primeiro já foi. Vamos no parágrafo
2580 segundo. Por exemplo, o meu grupo não propôs nenhuma mudança no parágrafo segundo.

2581 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Como foi juntando, o importante é que vocês olhem se todo o
2582 conteúdo proposto de atribuições, de competências, se está aí. Você está sugerindo já ver o que foi.

2583 **Sra. Márcia:** – Não, por exemplo, no original são só dois. A gente tem que olhar o conjunto das demais proposições
2584 para a gente poder ver o que vai e o que fica.

2585 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – É isso que a gente vai fazer aí. A sua proposição, Márcia. O 3. O
 2586 CNEAS pode solicitar informações acionais e junto ao Comitê Interministerial para o debate acerca do Plano Nacional
 2587 e seus ajustes a cada ano, visando a interseccionalidade e integração de políticas públicas.

2588 **Sr. Francisco Josué Medeiros de Freitas (Titular/MCidades – Brasília):** – A diferença aí é que a gente tirou o convocar.
 2589 A gente acha que não é tarefa do Conselho convocar o Comitê Interministerial. Então, a gente tentou achar uma
 2590 solução de redação que dissesse que o CNEAS pode solicitar acionais que convoque, solicitar informações acionais
 2591 junto ao Comitê Interministerial.

2592 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – A proposição do outro grupo.

2593 **Sra. Márcia:** – É que daí ali tem um que é... O texto que veio lá do FBES era o que está ali. O CNEAS deve convocar o
 2594 Conselho Interministerial. Nós fizemos uma mudança de redação. O que está ali, G3, parágrafo segundo, é o que o
 2595 Chico está contrapondo, não é isso?

2596 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – É porque isso ali já foi excluído, não é? Esse deverá convocar o
 2597 Comitê, não é?

2598 **Sra. Márcia:** – Não, é que assim, foi excluído no Grupo 2. O Grupo 3 aprovou como estava. Na relatoria é isso que
 2599 está. A proposta é a gente ficar com a elaboração do Grupo 2. É isso. A proposta é essa, se vai ser aprovada.

2600 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Só falar uma coisa para vocês. Esse Comitê Interministerial, ele
 2601 ainda não existe. Então, o decreto presidencial não pode dizer para convocar algo que ainda não existe. Não, não está.
 2602 Não, gente. Por favor, Chico, só um momento. Nós colocamos, Alzira, no decreto, até expliquei ontem. Só que, como
 2603 não está na lei, a Casa Civil, a nossa CONJUR aqui, solicitou que fosse retirado, dizendo que isso pode ser feito por
 2604 portaria. Quando foi para a Casa Civil, já nem foi com essa proposição. Por quê? Porque existe um decreto do
 2605 Ministério da Gestão e Inovação que grupos, comitês criados no âmbito só federal, só de órgão federal, isso é por
 2606 portaria. Então, a lei não trouxe o comitê, infelizmente, porque isso enfraquece. Então, ele não foi criado ainda. E a
 2607 gente está trabalhando em uma portaria para fazer isso, mas como somos equipes aqui, então, isso não está na linha
 2608 da prioridade, porque a gente está priorizando outras questões, como a discussão de ontem, essa daqui. Então, não
 2609 existe ainda o Comitê Interministerial. Portanto, mesmo que a gente queira colocar, isso não se sustenta, porque não
 2610 existe. Gente, isso veio dos grupos. Chico, você está escrito para...

2611 **Sr. Francisco Josué Medeiros de Freitas (Titular/MCidades – Brasília):** – Tudo bem. Não tem invenção no grupo. Em
 2612 alguma parte do texto, se falou em Comitê Interministerial. Claro. Em alguma parte do texto, está escrita alguma coisa
 2613 de comitê, porque não foi invenção do grupo.

2614 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Mas eu estou explicando aqui...

2615 **Sr. Francisco Josué Medeiros de Freitas (Titular/MCidades – Brasília):** – Não, tudo bem, eu entendi.

2616 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – O grupo não inventou, porque na outra reunião do Conselho, nós
2617 discutimos a questão do comitê interministerial, só que isso não foi contemplado no decreto da regulamentação,
2618 porque vai ser feito por portaria.

2619 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – Tenho uma proposta.

2620 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Pode, Alzira.

2621 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – Então, a gente está entendendo que é
2622 fundamental essa interseccionalidade e essa integração entre os Ministérios. Por que a gente, então, não propõe que
2623 o Conselho convoque ou promova atividades com os Ministérios que têm interface com as políticas? Porque aí a gente
2624 garante a essencialidade da proposta e não vincula a um órgão, certo? A gente se livra dessa saia justa.

2625 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Inclusive, Alzira, nessa linha, lembrar que a gente está listando os
2626 órgãos, inclusive aqui, que vai compor. Então, Gisleide, fala no microfone.

2627 **Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA):** – Alzira, ajuda a gente aqui. É só para ajustar
2628 aqui a redação, porque aqui não existe comitê. Aí propõe como? O Conselho deverá... O Conselho pode solicitar
2629 informações?

2630 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – Não, não é informação. O Conselho Nacional
2631 promoverá, vamos dizer assim, espaços de diálogo e intercâmbio, vamos dizer assim, com os ministérios que tenham
2632 interseccionalidade com a política de economia solidária.

2633 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Beleza, ótimo. De acordo, gente? Então, a ideia é essa. Tem uma
2634 questão aqui, então vamos encontrar uma redação para falar a mesma coisa, diferente. Essa é a ideia.

2635 **Interlocutor não identificado** – Um alerta.

2636 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Claro, por favor.

2637 **Interlocutor não identificado** – Um alerta que na regulamentação já está escrito que compete a SENAES promover a
2638 articulação interministerial e interfederativa necessária à implementação da Política Nacional de Economia Solidária.
2639 Então, depois, quando a gente for fazer, a gente tem que ajustar um pouquinho para não dar conflito de
2640 competências.

2641 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Sim. Em conjunto com a SENAES, encontrar uma redação nesse
2642 sentido. O próximo é recomendar medidas órgãos responsáveis pela implementação da Política Nacional. Sobe de
2643 Economia Solidária solicitar manifestação formal sobre atendimento das recomendações em prazo definido no
2644 regimento interno. Isso veio de um grupo. Foi do seu grupo, Gisleide? O G1 era o que foi, era o G3 que eu confundi.
2645 Isso não veio de nenhum grupo, veio de algum lugar. Então, vamos retirar. Foi do G1, não é? Então, baixa só um

2646 pouquinho aqui. Baixa não, sobe, sobe. Está duas vezes? Baixa um pouquinho agora. Desce um pouquinho mais. Está
2647 ali também no 7. Recomendar medidas aos órgãos responsáveis pela implementação da Política Nacional de Economia
2648 Solidária e solicitar manifestação formal sobre atendimento das recomendações em prazo definido no regimento
2649 interno. Não fez. Bom, permanece aqui. A gente manda para a CONJUR. Eu tenho dúvida se isso não é uma questão
2650 de regimento interno ou de decreto. Mas aí, se a CONJUR pedir para retirar, a gente já destaca para colocar no
2651 regimento interno. Ok? Pode ser, porque aí já é muito de forma de atuação. Não é, gente? Bom, podemos subir mais
2652 um pouquinho? Acho que já está aí. Não, pode descer, pode descer, pode descer. Desce um pouquinho. Não. Volta.
2653 Volta, volta, volta. Ok, ok. Está bom aí. Gisleide, pode continuar ou Márcia ajudando. Vocês querem que eu continue
2654 aqui? Não, mas ainda tem ali, propor medidas com aperfeiçoamento da legislação. Já. Já. Colaborar com A SENAES na
2655 elaboração das propostas para o plano. Já está lá. Recomendar a medida aos órgãos responsáveis pela
2656 implementação. Já está. O plano. Já está. Recomendar a medida aos órgãos. Já está. Então, está repetido. Depois a
2657 gente limpa. Ok? Antes de passar para o próximo capítulo, naquela linha... Cadê a Tatiane? Que reivindicou... Que o
2658 Plano Nacional de Economia Solidária e conterà as diretrizes, as metas, os indicadores, o cronograma de execução, os
2659 mecanismos, financiamento. Acho que isso ali peguei de algum grupo, mas está sobrando. Que estava como G1,
2660 Gisleide. Isso.

2661 **Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA):** – Não é que está solto. Estabelecer e aprovar
2662 indicadores, metas e mecanismo. Que aqui traz detalhado. A gente pegou, lá no decreto, esse artigo. E aqui, para
2663 melhorar essa redação... Melhorar, não. É incluir. Então, o Plano Nacional, quando está nesse... No sexto. Acho que
2664 algum grupo colocou. Estabelecer e aprovar indicadores, metas. Está dentro do Plano Nacional. A gente trouxe o artigo
2665 do decreto. O Plano Nacional de Economia Solidária contará as diretrizes, as metas e os indicadores do cronograma
2666 de execução, do mecanismo de financiamento e procedimento e monitoramento e avaliação da Política Nacional de
2667 Economia Solidária. Então, a gente trouxe esse artigo para cá.

2668 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Então, é só para deixar aí, sa2 Sandra, pode observar que é o artigo
2669 do decreto para levar em consideração na elaboração. Bom, finalizado aqui. Vocês estavam nos grupos relatores. Está
2670 tudo aí, não é? Então, a gente entraria para o próximo ponto da composição e já estamos aqui no nosso horário de
2671 12h30. Acho que o mais complicado de ter isso era aqui. Por conta dos restaurantes aqui que ficam em fila, que é aqui
2672 no bloco D, no anexo. A gente pode estender mais 15 minutinhos aqui para a gente ver aqui da composição e para
2673 sair para o almoço? Aí a gente combina como vai voltar tarde, pode ser? Então, vamos ver lá na parte da composição.
2674 Na composição aqui, tem só uma questão de forma que um grupo trouxe. Acho que isso está contemplado. Não
2675 precisa mais dizer os números e especificar que é poder público e sociedade civil. Beleza, isso a gente ajusta em
2676 questão de forma. Pode descer mais. Aqui pode descer, não teve alterações. Não, pode descer, pode descer, está lá
2677 embaixo. Eu tinha destacado, não está aí, não? Sobe, volta, moço, volta. Volta, pode voltar aí. Pode voltar. Está aí,
2678 porque não está destacado em vermelho. Então, está aí. G1, G2 e G3 sugerem a inclusão da educação. G3, não, o
2679 grupo que o Sandro estava, que é G1, sugeriu a inclusão do MPI.

2680 **Sra. Márcia:** – Mas aí a gente vai ter que mexer, porque aí aumenta o número de apresentação.

2681 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Mas depois a gente mexe. Depois a gente adequa. Se tínhamos 14,
2682 só que tem ali embaixo uma sugestão em relação à rede de gestores permanece. Um grupo que estava o Sandro,
2683 sugeriu de levar o G3 para convidado, o FONSET para convidado permanente. Então, eu acho que pelos dois grupos,
2684 o outro ficou de permanece. Alguém discorda? Vocês discordam, aqui estava na relatoria e a discussão, que o FONSET
2685 poderia ficar, então, como convidado permanente?

2686 **Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA):** – Depende. Porque lá, no nosso grupo, a
2687 gente fez supressão desse comitê permanente. Comitê, não, convidados permanentes.

2688 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Então, já tem consenso que o FONSET ficaria como convidado
2689 permanente. Então, Sandro, se você puder dizer que o consenso é ficar como convidado permanente, retira, e aí a
2690 gente passa para... Eram 14, a gente passa para 15, não é?

2691 **Sra. Márcia:** – Mas aí eu fiquei com uma dúvida. Não, já passaria para 15 com o MEC. Aí entrou mais... vai ficar de 16.
2692 Pois é, mas a questão é que permanece dois representantes. Então, será que a rede teria dois representantes?

2693 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Não, mas aí a gente ajusta. Ali é só questão de redação. É um
2694 representante. Isso.

2695 **Sr. Francisco Josué Medeiros de Freitas (Titular/MCidades – Brasília):** – Márcia, só uma questão aí. No nosso grupo,
2696 porque na redação estava o FONSET como permanente, não como convidado, como membro permanente. Eu tenho
2697 uma ponderação a fazer sobre isso. Eu acho que o FONSET, todas as secretarias que estão no FONSET, quase todas,
2698 vão participar do SENAES. Vão participar do SENAES, obrigatoriamente. É a questão estadual. Então, eu acho muito
2699 ruim o FONSET não ser o membro permanente do Conselho. Participar do Conselho. Participar do Conselho. Se ele é
2700 do SENAES, ele deve participar do Conselho. Por que você coloca a rede de gestores públicos, então? Sim. E o FONSET,
2701 geralmente, quase todas as secretarias estaduais são as que detêm a política e as que participam. Porque o FONSET
2702 tem várias secretarias que são de assistência social e de trabalho e participam do FONSET. Estou achando ruim, é um
2703 rebaixamento, inclusive porque o FONSET tem assento no CODEFAT. Então, eu acho que essa história é ruim para o
2704 Conselho tirar como membro permanente o FONSET.

2705 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Gente, acho que esse é um ponto que precisamos refletir. Alguém
2706 mais quer se inscrever? Tem um Fernando inscrito. Alguém da plenária quer se inscrever em relação a esse ponto?

2707 **Sr. Francisco Josué Medeiros de Freitas (Titular/MCidades – Brasília):** – Só reafirmar. A gente não tirou, na nossa
2708 redação do grupo, o FONSET como membro permanente, não.

2709 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Está ali, Chico, permanece ali. Ali, Chico, está ali, permanece o grupo
2710 G2.

2711 **Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA):** – Antes de passar para o Fernando, o grupo
2712 3 também verificar. Então, porque a gente incluiu o MEC e verificar como é que ele poderia arrumar. Então, uma
2713 sugestão, assim, quem sabe, de fazer essa retirada. Então, é lá no pactuou de retirada.

2714 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Fernando.

2715 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Eu queria sublinhar uma parte do que o Chico falou. Assino
2716 embaixo em tudo. Só reforçar de que não tem como a gente fazer a integração do Sistema Nacional, da qual os Estados
2717 farão parte, sem ter algum tipo de diálogo. Esse diálogo no Conselho é o FONSET. Em que, pese que ele não tenha
2718 cumprido, talvez, a sua tarefa até então, não significa que não poderá fazê-lo de agora em diante, esse bem articulado
2719 em função do sistema. Então, sugiro para o Pleno que absorva o FONSET como membro permanente do Conselho,
2720 titular do Conselho, não como convidado permanente. E, para a gente não acrescentar mais, porque isso também é
2721 um problema grande, se a gente olhar a lista dos ministérios lá, a inclusão do Ministério dos Povos Indígenas, em que
2722 pese toda a sua relevância e toda a sua ação, diante dos outros ministérios, a atividade que ele exerce, não é
2723 preponderantemente de economia solidária. Então, se tiver que fazer uma escolha para o sistema, minha sugestão é
2724 que tenha o FONSET e não tenha o MPI como titular do Conselho.

2725 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – O MEC já está, gente. Já tem Alzira, Jairo e Alzira. Alzira e Jairo.
2726 Vocês se inscreveram juntos.

2727 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – Eu acho que as ponderações de Chico e de
2728 Zamban, dá para a gente manter o FONSET, certo? Agora, realmente é importante fazer um debate com o FONSET
2729 sobre essas estratégias da economia solidária. Porque não é em todo o Estado, inclusive, que o Secretaria de Educação
2730 tem esse protagonismo, certo? Então, de trabalho. Lá vai. Então, é importante fazer esse debate, porque, por
2731 exemplo, em Pernambuco, Chico, acabou a Secretaria do Trabalho. Só tem Secretaria de Empreendedorismo. Então,
2732 é isso que a gente está vivendo, certo? Pois bem, eu sei que está, mas é isso. É uma secretária, inclusive. É que a gente
2733 tem muitos problemas com ela. Deixa a minha raiva para lá, Zamban. Então, agora, com relação ao Ministério dos
2734 Povos Indígenas, é estratégico para a economia solidária manter essa relação com os povos e as etnias, que, inclusive,
2735 dão sustentação a muita dos princípios da economia solidária. Certo? Então, é importante a gente ter essa relação,
2736 inclusive, com as ações que a gente tem com os povos indígenas. Certo? Isso lá na base. A gente mesmo do fórum
2737 tem muito trabalho com os povos indígenas. Não. Não. A gente tem que colocar lá em cima, Zamban. Então, mas a
2738 gente pode ampliar o número, não pode não? Não, mexe com tudo, a gente mexe com o percentual. Com o
2739 percentual. Cresce o percentual da sociedade civil, porque o Conselho é... Cresce o tamanho do Conselho. Já cresceu.
2740 A economia solidária dialoga com tudo, não é, Zamban?

2741 **Interlocutor não identificado** – É só lutar. É só lutar. É só lutar que cresça, porque a política de economia solidária
2742 está crescendo também. É necessário. Então, tem ali a igualdade racial, por que não ter o Ministério dos Povos
2743 Indígenas? Não tem cabimento. Eu quero respaldar aí a ideia de manter o FONSET, por conta de que, realmente,
2744 também, a gente tem muita Secretaria de Trabalho de governo que está fazendo política de economia solidária e que

2745 a gente tem que forçar para que as outras também se insiram nisso. Então, eu acho importante. E aí é o que Chico
2746 colocou e Zamban colocou.

2747 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Então, pessoal, vamos colocar aqui. Então, estou entendendo que
2748 o FONSET permanece e tem a inclusão aqui do MEC e do MPI. Vocês... O Fernando está dizendo ali que não tem
2749 acordo. A gente pode botar em votação.

2750 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – A gente já aumentou ali de 42 para 45. Agora ele é para 48.
2751 Daqui a pouco põe mais um para 50. Aí vira o mesmo tamanho. Aí vira o mesmo tamanho.

2752 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Pega aí, Martinha. Pega aí, Martinha, o microfone.

2753 **Sra. Marta:** – Não, só para a gente pensar, porque isso aqui é um Conselho, não é uma assembleia. Hoje, a gente tem
2754 um Conselho de 56 pessoas. Quantos tem aqui hoje? Então, uma coisa é o sonho de ter muita gente. Outra coisa é
2755 isso ser exequível. Então, tem que pensar isso também.

2756 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Fala o nome aí. Tem uma pessoa escrita ali atrás. Depois a
2757 Celicina. Desculpe, companheiro. Alex. Alex, por favor. Celicina, Alex e Celicina. Depois a gente vai colocar em votação.
2758 Se o grupo estiver de acordo, não encontrarmos uma convergência. Alex, por favor.

2759 **Sr. José Alex Borges Mendes (Titular/CONAQ):** – José Alex, pelos quilombolas. Eu não vejo questão de votar, porque
2760 a gente estava trabalhando a questão de consenso. As falas que antecederam foram de um consenso da gente colocar
2761 o FONSET, porque ele vai dialogar com todos os outros ministérios. E se aumentar um ou dois ou mais, pela quantia
2762 de Ministério e pela quantidade de reuniões que são um número baixo, que a gente faz anual, eu não vejo problema
2763 e a gente criar várias barreiras aqui para trazer mais uma pessoa da sociedade civil. Ou duas pessoas da sociedade
2764 civil. Até mesmo que tenha uma quantidade de Ministério ali que pode sim apoiar ali, até mesmo com a passagem.
2765 Eu acho que não é essa a questão. Eu acho que a gente precisa também ter um bom senso. Eu sei que a competência
2766 é da SENAES, mas eu acho que tem um bom senso ali de trabalhar isso pela importância que é todos os ministérios e
2767 a sociedade civil também trazer os seus empreendimentos ali para dialogar com a pauta. Eu não vejo de a gente abrir
2768 debates aqui. Deus que a gente está trazendo aqui em uma escuta, em um consenso de consensar todas as pautas
2769 até esse momento. Eu acho que é isso. A gente vai precisar votar. A gente vai ter que votar tudo aquilo que a gente
2770 ali trabalhou em consenso. Mas é necessário.

2771 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Obrigado por lembrar o que a gente tinha combinado. Celicina.

2772 **Sra. Celecina Rodrigues dos Prazeres (Titular/FBES – Niterói/RJ):** – Celecina Rodrigues, Rio de Janeiro. Olha só, eu
2773 tenho uma reflexão muito grande em relação a essas coisas. Não é quem está e onde está. A gente tem que começar
2774 a fazer uma avaliação de quem até aqui tem contribuído com a gente. O comentário da Martinha é muito pertinente.
2775 Referente a quantos estão aqui. Mas eu tenho uma preocupação, sabe, Iracema, que muitas vezes a sociedade civil
2776 está aqui. Mas quais são os ministérios que estão aqui o tempo todo de forma continuada apoiando a economia

2777 solidária? E aí eu inclusive vou atravessar o assunto na questão dos convidados permanentes. Tudo bem que a gente
2778 é um Conselho, não é, que não pode deliberar. Mas vamos dizer o seguinte, quem desses convidados permanentes
2779 esteve aqui nesse tempo todo acompanhando a gente? A gente tem como ver isso. Então, ao invés de pegar ou tira
2780 ou coloca, a gente pode pôr que o nosso comitê permanente atenda as nossas pautas do momento. Porque a gente
2781 traz uma porção de chinchado que chegam aqui muitas vezes, no comitê permanente, não estou dando nome a
2782 ninguém, está? Até porque eu não conheço ninguém. Mas tem pessoas que quando chegam aqui não tem uma
2783 participação. Então, a gente pega, coloca quem quiser onde quiser, não altera, e quem tiver menos participação e
2784 menos de aglomeração, coloca lá no comitê, nos convidados permanentes que não seriam permanentes. Agora, a
2785 sinceridade, eu acho uma perda. Ao mesmo tempo que a gente quer se ampliar, lidar com outros segmentos, a gente
2786 tirar os povos indígenas, não é, a gente que está aí no momento de querer ampliar o movimento, essa é a demanda
2787 de envolver mais pessoas, eu fico com pena. E aí você vê que a gente está sempre sacrificando da sociedade civil.
2788 Mesmo que seja um Ministério, é uma coisa mais de base, os indígenas, não é uma coisa aqui tão ligada à gestão.
2789 Então, enxugando, vamos avaliar esses permanentes? Todos eles participam, dialogam com a gente, não é? Por que
2790 que não pega, ao invés de tirar, coloca lá no permanente? Ou tira permanente e vamos se atualizar de que estejam
2791 aqui quem, de fato, são nossos apoiadores. Obrigada.

2792 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Sua sugestão é que permaneça, não é, o MPI, não é?

2793 **Sra. Celecina Rodrigues dos Prazeres (Titular/FBES – Niterói/RJ):** – Sabe, eu acho que a gente, os povos indígenas, é
2794 algo que dialoga muito proximamente com a economia solidária. Obrigada.

2795 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Jani. Gente, é bem rápido.

2796 **Sra. Janiléia Alves dos Santos Silva (Suplente/FBES – São Paulo/SP):** – Pelo amor de... Nós somos a maior
2797 porcentagem de mulheres na economia solidária. Meu Deus, ali não está o Ministério das Mulheres.

2798 **Sra. Celecina Rodrigues dos Prazeres (Titular/FBES – Niterói/RJ):** – Está sim, Jani.

2799 **Sra. Janiléia Alves dos Santos Silva (Suplente/FBES – São Paulo/SP):** – Está onde? Lá em cima? Ah, que chique.

2800 **Sra. Celecina Rodrigues dos Prazeres (Titular/FBES – Niterói/RJ):** – Imagina se eu deixar escapar.

2801 **Sra. Janiléia Alves dos Santos Silva (Suplente/FBES – São Paulo/SP):** – Pelo amor de...

2802 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Desce um pouquinho. Gente, olha só. Todos esses ministérios que
2803 estão aí, eles serão... Todos esses ministérios que estão aí, no momento da assinatura do decreto, um pouco antes,
2804 eles vão ter que ser contactados, eles vão ser perguntados, porque também não adianta a gente colocar aqui, aí chega
2805 lá o MPI e diz, olha, gente, eu não tenho condições, eu sei como é que é o MPI, por exemplo. Tem uma sobrinha que
2806 trabalha lá. Eles não dão conta das agendas de tudo. Então, a gente pode ter até intenção de colocar aqui, aí coloca
2807 aqui, mas eles não veem porque não tem conta, não dá conta, não dá perna. Então, eu acho que o plenário aqui já

colocou as questões, a gente está contemplando aqui, mas a gente vai, inclusive, fazer conversa junto com esses ministérios e avaliar junto com eles a real capacidade de eles participar ou não. Não é porque está aqui que eles vão aceitar, inclusive, o desafio chamado. Exatamente. Isso. Porque eles vão ter que dar anuência no decreto, vão ter que fazer nota técnica, vão ter que instruir todo um processo burocrático. Isso aqui vai para a Casa Civil, eles consultam todo mundo. Cada Ministério desse que for consultado vai ter que consultar a jurídica, enfim, tem todo um trâmite lá que eles têm que fazer para poder dar anuência. Então, nós vamos convidar, vamos propor, mas não significa, inclusive, que os ministérios vão aceitar. Beleza? Está bem, então, acho que fechou esse ponto aqui, já são 12h48. Sim. Permanecendo aí o MPI e o MEC. E aí a gente, a partir do Art. 5º, a gente volta uma meia hora antes do almoço, depois do almoço. São 12h48. Tem restaurante aqui, o pessoal que já foi da última vez, desce, passa o estacionamento, desce a escada, e é o anexo do MAPA, da Saúde está fechado. Então, quando desce, vai ficar à direita. Só que vamos combinar de a gente voltar aqui, são 12h49. Vamos combinar de voltar às 14h20? Pode ser? Aí eu vou pedir aqui o Sandro, a Gisleide e a Márcia ficar uns cinco minutinhos para ver se a gente organiza aqui melhor, vocês verem o texto, se está tudo aí. A gente organiza já o que precisa ser colocado e para a gente, na metodologia da tarde, ser um pouco mais dinâmico. E de antemão já peço aí a paciência de vocês, as desculpas, porque essa parte inicial a gente tentou fazer da melhor forma possível diante das condições que a gente tinha aqui.

Dia 26/02/2026 – Tarde:

Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES): – Vamos começar, gente? Então, boa tarde, pessoal. Se quiserem avisar que a gente está começando, a gente vai retomar aqui com a Márcia e com a Gisele. Vocês almoçaram bem? Alguém consegue ligar para o Sandro, para o Sandro vir aqui? Cris, ainda vou ver o seu. Vocês almoçaram? Bem, tranquilo. Vamos, Detmann. Estou conseguindo gravar os nomes. Dora, senta aqui pertinho da gente, mulher. Você está distante. Vem aqui. Rildo, boa tarde. Rildo, não é? Boa tarde, boa tarde. Não quero. Muito obrigada, Jairo. Então, o Sandro retomando aqui. Nós vamos aqui retomando o capítulo da composição. Nós tínhamos parado lá e fechamos a questão da composição do governo. Agora a gente entra aqui para a composição dos demais artigos. Você pode baixar daí? Um pouquinho mais para cima. Não, volta, volta. Aí, aí, tá.

Sra. Márcia Borges Umpierre (Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP'S): - Desculpa, gente. O que se falou nos grupos era de tirar a percentual e colocar em quantidades, até porque ficaria 4,5. Como é que faz isso? Então, deixar já em quantidade. Então, acho que o ajuste aqui é mais... depois você tem que ver a quantidade dos órgãos públicos.

Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES): – Mas é nessa linha, 60, 10 e 30.

Sra. Márcia Borges Umpierre (Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP'S): - É nessa linha, mas em vez de colocar o percentual, colocar a quantidade.

Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES): – Então, gente, vamos. Temos acordo aí. Vamos seguindo o próximo. Olha aqui. Aqui conosco. O próximo não tem alteração, não é isso? O próximo, que é o parágrafo primeiro. Eu faço

2841 uma confusão, gente, com isso. Eu nunca sei se é parágrafo ou inciso. Então, parágrafo. Então, parágrafo primeiro.
2842 Acrescenta o regulamento da seleção, elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego em articulação com o
2843 Conselho e divulgado por meio [ininteligível] ao público. Ok, estou passando aqui.

2844 **Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA):** – Eu não sei onde está aí na hora de
2845 sistematizar. Eu vi que também nos outros grupos apareceu sobre isso. A composição, respeitando a questão dos
2846 marcadores sociais de gênero, raça, etnia, juventude.

2847 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Vai estar embaixo.

2848 **Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA):** – Está embaixo?

2849 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Vai estar embaixo. Então, ali tem acordo. Ali, Gisleide. Pode baixar,
2850 moço. Se você quiser ler ali, o texto que veio do 3. Espera aí. Segure aí. Está bom, está bom.

2851 **Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA):** – Isso. Esse critério que também a gente
2852 colocou... Teve outros grupos que colocaram que esse critério não é só para a sociedade civil. Também, quando os
2853 ministérios, na indicação de suas representações aqui no Conselho, ter esse olhar na questão, não dos territórios, mas
2854 na questão dos marcadores sociais.

2855 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Então, já está ali, que o edital critério de diversidade territorial. Tem
2856 que ter uma observação para nós contemplarmos lá em cima.

2857 **Sra. Márcia Borges Umpierre (Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP'S):** - No nosso
2858 grupo, eu fui colocando comentários ali para lembrar disso, até porque tem legislação já.

2859 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Beleza. Tem uma sugestão de acréscimo que, ao meu ver, isso aqui
2860 está bem, não tem divergências. Acrescentar critério de diversidade territorial de sujeitos no termo da diretriz da
2861 política, procedimentos de impugnação, recursos e publicação integral das etapas e resultados, regras de prevenção
2862 e conflitos de interesses, e vedação de dupla representação, que concentre cadeiras em uma mesma estrutura e
2863 organizações, mas conforme o parâmetro do edital. Vedação de dupla representação, que concentre cadeiras... Ok.
2864 Acho que está entendido, podemos passar? Ok, gente, foi. Palmas para nós. Beleza. Até eu estou mais tranquila agora
2865 à tarde, já almocei. De manhã, eu estava agitada, porque não tínhamos texto, e eu gosto de ver as coisas organizadas.
2866 Então, dá aquela sensação de... Então, dos convidados permanentes e eventuais. Vamos aqui já trazer sugestões de
2867 acréscimos, e aí depois, ou vocês querem... Não, perdão. Vamos discutir essa questão, o que os grupos trouxeram em
2868 relação aos convidados permanentes e eventuais. Vamos ouvir cada um grupo, porque acho que aqui merece ouvir.

2869 **Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA):** – Então, passando da lógica, os convidados
2870 permanentes, se a gente for ver, do funcionamento do conselho de agora, eles estão enquanto conselheiros e
2871 conselheiras. Aí acabou criando essa modalidade aqui, convidados permanentes e eventuais. A gente fez a supressão

desse item, senão ia ficar novamente o conselho inchado. Embaixo, a gente abriu outro artigo, e a participação de convidados... Não, não foi esse aqui, não. O que a gente colocou foi que para ser convidados a partir da pauta. Então, na próxima reunião de conselho, pela necessidade, vamos tratar aqui de tributação, a gente convida, faz o convite, e não serão convidados permanentes, de acordo com a pauta do conselho daquele período de reunião.

Sra. Márcia Borges Umpierre (Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP’S): - Nós entendemos que é importante manter eles enquanto convidados permanentes, até porque vão acompanhando os debates, já vão se inteirando das discussões. E a gente avaliou que realmente tem, o Banco do Brasil, o BNDES, os bancos públicos têm que dar presentes aqui, ouvindo, até porque a ideia é que esses convidados sejam principalmente representados no governo, que podem financiar a economia solidária. Então, por isso, é a manutenção. Aí a gente discutiu se a gente não deveria também ter convidados permanentes da sociedade civil. Esse foi um ponto que a gente ficou bastante tempo de debate. E aí, quando a gente colocou ali a Associação Brasileira dos Bancos Comunitários e a Rede Feminista, a gente botou ali, e até depois o colega pode me ajudar, a gente colocou para ver se era pertinente já aparecê-los, ou aí depois surgiu a ideia... Respira. Aí depois surgiu a ideia de a gente também ter um edital para pessoas que querem participar como convidados no Conselho Nacional de Economia Solidária. E por isso que a gente inseriu mais abaixo que o Conselho Nacional abrirá edital para demais entidades que querem participar como convidados. Aí depois, claro, ele teria que ver esses ajustes todos legais. E a gente abriu um artigo anterior, que é o Conselho Nacional de Economia Solidária deverá liberar sobre convidados, de forma permanente, demais entidades da sociedade civil. E aí entra o próximo artigo. É isso.

Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES): – Obrigado. Sandro, o grupo que você estava... que aqui discutiu. Não vou nem falar o número. Acho que permaneceu, não discutiu retirada. Antes de passar, eu queria fazer uma ponderação aqui. Dois grupos mantiveram só um de retirada. Então, a gente já está vendo que a grande maioria está solicitando que permaneça. E aí eu vou colocar um argumento para a questão de, no meu entender, por que deve permanecer. Porque aqui, gente, é um decreto presidencial. É o presidente da República que está decretando. Esses ministérios, e aí por isso que é importante ter governo só, estatais, entidade pública, esses ministérios aqui, eles estão sendo decretados, vai no mesmo sentido dos outros, que vão ser consultados e tal, mas aqui a gente está dizendo que eles vão constar no decreto. Isso é diferente, isso tem uma força maior. Em relação... Eu já vou falar logo das organizações, porque as organizações, se elas quiserem se propor e elas quiserem ser membros titulares, e elas já estão dentro aí. Então, nem cabe aí, porque a gente não está colocando outras organizações, e aqui, ao invés de a gente estar fortalecendo essas entidades, a gente está reduzindo, porque a gente está dizendo que elas serão só convidadas. Então, elas vão receber o edital, elas vão se propor, então, ao meu ver, não cabe. Minha proposta de encaminhamento, que só um grupo disse para retirar, então, os dois grupos permaneceram. Minha proposta mantém e retira e retira as associações. E retira o Fonset também, porque já foi contemplado. Ok? Podemos seguir assim?

Sra. Márcia Borges Umpierre (Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP’S): - O que a gente entrou no grupo em debate, porque, assim, pode ser que mais entidades se inscrevam para participar lá no edital, para ter vaga efetiva. Só que aí, se ela não consegue, e se ela quiser participar? Por isso que a gente sugeriu o

2907 novo edital para convidado, mas aí seria depois disso. Mas só para justificar isso, eu acho que só para... Quando você
2908 falou ali que a gente poderá convidar pessoas, naquele artigo que já foi colocado pela comissão, a gente avaliou a
2909 questão do financiamento também, porque essas entidades, para poder vir, muitas delas precisam de financiamento
2910 para poder estar aqui. Então, tem que discutir isso.

2911 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Mas aqui a gente está mantendo o ponto. Vamos manter ali. Retira
2912 Sociedade e o Fonset, que já foi incluído lá. Beleza? Mais uma. Bora. O próximo é a inclusão de um dos grupos, que
2913 não é três, é um. Enfim, não importa mais, mas aqui... Que a participação volta. Por favor, moço, a participação de
2914 convidados. Isso. Retira esse daí, Sandro. Isso, essa daí retirou. Pode baixar, moço. Pode subir. Isso. Segura aí. Que
2915 pode deliberar por convidado de forma permanente demais entidades da sociedade civil. O CNES abrirá edital para
2916 demais entidades que querem participar como convidados. A participação de convidados permanente não poderá
2917 substituir a representação institucional prevista no artigo 4, nem alterar o quórum e o critério de deliberação do CNES.
2918 É, já está na frase, acho que já tem. Ok?

2919 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – Eu acho que... Ô, Márcia, dialogar aí com o grupo
2920 de vocês sobre essa proposta de fazer um edital para convidados. Porque, veja só, a gente só vai ter convidados se
2921 tiver edital, e se a gente, entendendo que tem convidados a partir de temáticas relevantes em determinados
2922 momentos de debate, de construção do Conselho, a gente não vai poder convidar porque não passou pelo edital.
2923 Então, isso, de certa forma, cria uma armadura para a gente. Então, a ideia é a gente não ter edital para convidados e
2924 a gente ter a liberdade, enquanto Conselho, de convidar aqueles que a gente considera que são contribuições
2925 relevantes para o debate, para a construção. Eu penso que isso deixa a gente com mais flexibilidade.

2926 **Sra. Márcia Borges Umpierre (Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP'S):** - Assim, o
2927 que eu estou fazendo aqui foi a discussão do debate do grupo, tá, gente? Não necessariamente é o meu
2928 posicionamento, mas eu tenho que trazer aqui o que o grupo discutiu. E aí, só para deixar... O que a gente falou, eu
2929 não lembro quem é que falou no grupo, inclusive, é que pode ter entidades que a gente nem saiba e que atuam no
2930 campo, efetivamente, nos seus territórios e que gostariam de participar e aí o edital poderia dar essa publicidade.
2931 Mas, assim, se tiver que tirar... A Márcia, tá, eu posso falar pela Márcia aqui, não posso falar pelo grupo inteiro.

2932 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Jairo, e a gente vai ver uma questão de encaminhamento. Jairo,
2933 você se inscreveu para falar?

2934 **Sr. Alfredo Jairo dos Santos (Titular/Rede de Gestores – Salvador/BA):** – Não, é porque eu estou consultando aqui
2935 algumas pessoas do grupo e não estou achando que é uma questão que a gente emperre nisso aí, não. Acho que fica
2936 com a autoridade do Conselho.

2937 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Então, o grupo concorda em retirar.

2938 **Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA):** – Olha, gente, essa questão também foi
2939 debatida no edital, na questão, olhando muito o outro conselho, que funciona dessa forma, o CONSEA. E isso não

2940 inviabiliza, Alzira, a questão de a gente convidar outras pessoas fora. Aqui a gente está falando de convidado
2941 permanente. Isso aí abrir um edital, do que ser assim, a gente achar, quem vai ser disso, a gente começar a fazer essas
2942 indicações. Então, abriria esse edital. No CONSEA, funciona dessa forma. E esses convidados, por temática, isso o
2943 Conselho não fica impedido de fazer. E está no artigo anterior. E, se vocês forem observar, esse artigo está lá, que
2944 ninguém deu sugestão, se não me engano, e está aí.

2945 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – O que está sendo discutido aqui, gente? É que, além do edital para
2946 titulares e suplentes, independente de pessoas que a gente convida, como nós convidamos ontem, as pessoas que
2947 vêm, contribuem para uma temática, uma organização, ter um outro edital para convidados. Isso é viável? É o que o
2948 Conselho quer nesse momento? O que estou entendendo aqui é que as manifestações foram no sentido que não.
2949 Então, é que isso pode ser até que futuramente possa ter, mas fica muito a caráter do pleno do Conselho fazer esses
2950 convites.

2951 **Sr. Alfredo Jairo dos Santos (Titular/Rede de Gestores – Salvador/BA):** – É só porque, inclusive, torna, foi uma escuta
2952 aqui que eu tive aqui no meu entorno. Como é que alguém vai concorrer em um edital a ser convidado? Convidado é
2953 convidado, ou então é uma outra coisa. Então, eu acho que não é pertinente isso aí.

2954 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Pessoal do grupo que fez a proposição, vocês concordam? Podemos
2955 retirar? O grupo está ciente? Podemos retirar? Então, a gente retira.

2956 **Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA):** – Cris, que faz parte do CONSEA, acho que
2957 tem esse acúmulo que poderia até dizer como foi que alguns grupos colocaram dessa forma, muito mais no historial
2958 do CONSEA.

2959 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Existe, de fato, alguns conselhos, Gisleide. O que a gente está
2960 falando é se cabe aqui no conselho essa metodologia, se cabe aqui.

2961 **Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA):** – Na verdade, eu penso do seguinte, gente,
2962 porque a gente tem que explorar o que foi colocado, o que vem da demanda de um grupo. Eu penso no seguinte, se
2963 a gente abre edital para preencher as vagas de conselheiros e conselheiras da sociedade civil, para convidados, a gente
2964 vai ser como? Vai ser aquela pessoa, bora indicar, bora puxar e tudo. Poderia fazer por edital.

2965 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Espera aí, temos duas pessoas inscritas, gente. E nos ajude a
2966 encaminhar, por favor, nas falas. Vai, Cris, enquanto funciona o...

2967 **Sra. Juliana Cristina da Silva Santos (Titular/MEC – Brasília):** – Então, assim, só para... Essa questão do edital foi o
2968 que trouxe, porque a gente está no Conselho Nacional de Segurança Alimentar, e lá foi aberto o edital para
2969 observadores. A gente achou que isso era um processo interessante, inclusive, de trazer para o nosso aqui. Eu fui
2970 buscar mais informações sobre como que isso se dava, se isso estava no decreto ou não. Até hoje de manhã, a gente
2971 não tinha recebido essas informações ainda, por isso que a gente manteve ali a questão do edital. Eu recebi aqui, isso

2972 foi determinado em uma das reuniões do CONSEA. O CONSEA reuniu, eu não estava presente, porque eu sou suplente,
2973 reuniu e definiu, então, que faria esse edital para a gente ter observadores. Então, isso quer dizer que não precisa,
2974 obrigatoriamente, estar no decreto, mas que, enquanto conselho, a gente pode pensar nisso. E, no momento que a
2975 gente achar que é oportuno, fazer essa abertura para observadores. Aí, eu acho que termina com a questão.

2976 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Obrigada, Cris. Ou seja, no decreto tem que o conselho convida, o
2977 conselho define a forma que convida, que pode ser por edital. Contemplou, Jane? Podemos passar para outro ponto?
2978 Beleza, gente? Vamos lá. Então, capítulo 13 do mandato vacância e recondução. Eu não estou olhando ali na tela
2979 nenhuma observação no texto original. Então, podemos passar? Próximo. Aprovar. Palmas, que a gente... Muito bom.
2980 Bom, agora vem do funcionamento e da estrutura organizacional. Esses que estão em preto, ali, não tem nenhuma
2981 sugestão, a gente pode passar. É isso, gente? Não tem nenhuma sugestão ali, não, não é? Que está em preto é porque
2982 não tem nenhuma sugestão. Segura aí um pouco, moço. Desce um pouco. Isso, isso. Parágrafo primeiro. Vai aí, Márcia.

2983 **Sra. Márcia Borges Umpierre (Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP’S):** - Então, a
2984 gente ficou discutindo que isso já envolve um parágrafo depois também, que é a questão dos grupos temáticos. O
2985 que se entendeu no grupo é que um representante de cada grupo temático deveria fazer parte do comitê executivo.
2986 E aí, a gente até colocou ali que seria, alguém falou que eram sete grupos temáticos, a gente teria que ver isso
2987 certinho. Se isso ficar, tem que mexer nesse anterior.

2988 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Então, existe... Estamos falando agora do comitê executivo, que
2989 atualmente se chama comitê permanente. E aí, a sugestão é que mude para comitê executivo. Isso tinha duas
2990 sugestões, vocês mantiveram. O que está sendo discutido agora, atenção pessoal aí, esse comitê permanente, ele tem
2991 sete membros, que é uma representação política das organizações, dos segmentos que compõem o Conselho, certo?
2992 E que junto com a presidência do Conselho, organiza a pauta, tem as atribuições... O que foi, Alzira? Alzira, não me
2993 desconcentra não, Alzira. Então, junto com... Alzira, que está sorrindo, me desconcentrando, vai lá. Então, junto com
2994 a presidência do Conselho, tem funções de preparar a pauta, enfim, uma série de funções que estão lá no regimento
2995 interno. Então, o que o grupo está trazendo, que além desses sete, deveria ter representação, uma representação dos
2996 comitês temáticos nesse comitê executivo. Então, essa é uma proposição que um grupo trouxe, quero ouvir os outros
2997 dois grupos em relação a essa proposição. Gisleide e Sandro. Vocês dois aí, faz o relato do que foi discutido. É porque
2998 esse daí, eu acho que foi no final, como não estava marcado, eu não consegui organizar, eu já tive que descer para cá.
2999 Desce um pouco, não está aí, mas... O que eu lembro no grupo 3, o Sandro estava lá, no grupo do Sandro eu estava
3000 lá, e que nós fizemos uma discussão e retiramos essa questão da representação dos comitês temáticos. Executiva.
3001 Isso, no comitê executivo. Gisleide.

3002 **Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA):** – No grupo aqui, não ficou, conforme o Febes
3003 encaminhou, a sua inclusão, colocando o comitê temático. O Marco Legal, Educação, aqui foi aprovado para não ter,
3004 demarcando, mas sim que após a aprovação do conselho, e aí definia esse comitê. Então, a cada período, a cada três

3005 anos de conselho, com a sua aprovação dos novos conselheiros, que tirava novamente o comitê temático, seria para
3006 aquele período, para não ficar engessado.

3007 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – É porque você já está tratando outro assunto, Gisleide. Nós estamos
3008 tratando aqui do comitê executivo. Quem deve compor o comitê executivo? Baixe um pouquinho, baixe um
3009 pouquinho aí. Então, a Gisleide está dizendo que foi mantido, sem alteração à redação original, que o comitê executivo
3010 permanece com sete membros, que é uma representação política. Então, o que eu estou entendendo? Tem dois
3011 grupos que manteve a redação original, e teve um grupo que sugeriu incluir, além dos sete, que já é uma
3012 representação política retirada entre os segmentos que estão aí, governo, deveria ter esse... Observado a paridade. E
3013 o Sandro, até a gente falou que o sétimo da paridade tem que ser uma pessoa agênero. Bom, consulto aqui, gente.
3014 Um grupo disse para incluir pessoas das comissões, dos comitês permanentes, e o outro disse que não, mantém o
3015 original. Alguém quer reafirmar a importância disso? Podemos manter como é que é hoje, com as sete pessoas, que
3016 é o comitê executivo que funciona, e dar dinamicidade. Aí o conselho vê como é que dá dinamicidade, organiza,
3017 organizar os comitês. Na medida que esses comitês fossem organizados, a gente pode ver outra forma de organização.
3018 Podemos encaminhar assim? Beleza, então, encaminhado. Pronto, agora vem o próximo, que é sobre os comitês
3019 temáticos. Márcia estava dizendo, não é, Gisleide? Moço, deixa lá em cima. Aí, isso. Que Gisleide já está dizendo que
3020 um grupo sugeriu que não tivesse a redação e fosse retirado. Manteve, Sandro, dentre outros. Dois grupos disseram
3021 para retirar, e um grupo disse que deixasse essa aí dentre outros. Quem, o grupo que sugeriu manter? Se contempla
3022 se retirar, e isso for definido depois na plenária do CONSEA? Do CNES. Aqui, já estou na... Já estou no CONSEA, tem
3023 reunião na próxima semana, e hoje está lá, o Gilberto é membro. E aí, gente, vou abrir agora. O grupo, então, Sandro,
3024 o grupo quer argumentar. Alzira, rapidinho, Alzira, vai argumentar. Eu argumentei o contrário, não é, Alzira, no grupo?
3025 Mas vai aí, Alzira, pega o outro microfone.

3026 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – Desculpa. Então, gente, eu vou ficar até em pé
3027 aqui de frente para vocês, porque esse é um debate bem importante para nós, e nesse momento, eu considero que a
3028 gente, enquanto conselho, neste pleno, já tem condições de definir quais são os grupos temáticos necessários para a
3029 gente funcionar desde já. Por quê? Porque a gente já tem alguns grupos desse dentro da dinâmica de funcionamento
3030 do conselho, que é o Marco Legal, que está tratando sobre a legislação. E por que a gente vai apagar o Marco Legal?
3031 Se ele já existe. Se a gente já tem um grupo de marco legal, inclusive, discutido hoje de manhã, que Zamban chamou
3032 para a gente ver como é que a gente compõe, como é que a gente não compõe. Então, não precisa a gente apagar
3033 essa dinâmica e essa construção que a gente já tem. Nós temos grupo também de educação, nós temos grupos que
3034 precisam de finanças solidárias e de a gente avançar no debate sobre finanças solidárias, que está aí em curso um
3035 processo de discussão com o Parlamento, legislação, etc. Então, já são questões que a gente já está tratando e que o
3036 conselho precisa se debruçar sobre elas. Para que jogar para um pleno posterior? A gente está em um período que a
3037 gente tem que agilizar as coisas. Nós só vamos funcionar até junho.

3038 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Então, a questão é que a gente não tem dúvida, Alzira, que são
3039 questões do mérito, do mérito desses grupos e dos comitês e que tem que ter. O que está sendo discutido é, devemos

3040 colocar já esses grupos aqui no decreto ou isso vai ser feito a posteriori por meio de resoluções do conselho, publicada
3041 em portaria, no diário oficial? Dois grupos disseram que não seria o caso, tem um grupo que disse que sim, a Alzeira
3042 está defendendo aí essa possibilidade. Eu, inclusive, no grupo coloquei dentre outros. Por quê? Porque senão aqui
3043 estava engessando. A gente estava dizendo que eram só esses daqui. E se amanhã não for nenhum desses? A gente
3044 quiser outros comitês permanentes. Então, se está no decreto, a gente não consegue mudar, mexer. Não tem... É
3045 diferente se fosse uma portaria no nível do ministro aqui, do ministério. É decreto, é casa civil. Tem uma série de
3046 questões que envolvem aí. Então, quando eu fiz uma sugestão de colocar entre outros para mediar, já que o grupo
3047 queria permanecer, mas eu também fiz a observação que isso pode, inclusive, empobrecer depois a quantidade de
3048 grupos. Mas tudo bem, está aqui, permaneceu, está colocado aqui. Eu pergunto aqui aos relatores e a vocês, mais
3049 uma vez, se a gente considera o que o grupo fez e permanece aí, ou considera o que os outros dois grupos fizeram,
3050 propuseram. Me ajudem aqui, relatores, com toda a discussão que vocês fizeram lá no grupo, e sem prejuízo do que
3051 está aqui, me ajudem aqui a amadurecer, nos ajudem aqui a chegar em uma conclusão aqui. É vantajoso para a gente
3052 colocar nomes já de comitês permanentes em um decreto? Comitês temáticos. Isso, permanente e retirou. A gente
3053 quer que isso permaneça? Vamos encontrar um consenso aqui, na linha do que o Zé Alex falou de manhã cedo. Cadê
3054 ele? Não estou vendo, está ali. Zé Alex, você foi genial de manhã, nos ajude a entrar aqui no consenso para a gente
3055 sair dessa enrascada aqui. Cris, vai lá.

3056 **Sra. Juliana Cristina da Silva Santos (Titular/MEC – Brasília):** – Então, no nosso grupo, a gente falou sobre isso, da
3057 questão de retirar os nomes, porque a gente entendeu que a ideia do decreto é que a gente tenha os comitês
3058 temáticos. E essa parte de formação, de colocar nomes, isso pode ser no nosso regimento interno. Por isso que a
3059 gente achou que poderia ser retirado. Essa foi a nossa defesa.

3060 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Mais alguém, gente?

3061 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Teve um grupo, inclusive, que sugeriu que não mantivesse
3062 os nomes no decreto, mas se estabelecesse a cada ciclo de mandato, quais seriam os comitês temáticos que
3063 acompanhariam aquele mandato. E é importante lembrar que o que nós decidirmos aqui sobre isso não afeta o
3064 funcionamento que está em vigor. Aqueles comitês que este conselho decidiu estão em vigência até o decreto ser
3065 publicado e a regra ser alterada. E dois grupos se manifestaram que entendem que os comitês são importantes, mas
3066 não tem necessidade de colocar nome. Acho que já está bem resolvido isso.

3067 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Existe uma sugestão aí. Não sei se isso consensua de deixar que já
3068 explícito no decreto que a cada mandato, na primeira reunião, na primeira plenária, serão já definidos os comitês
3069 temáticos por resolução. Contempla, Alzira?

3070 **Sra. Márcia Borges Umpierre (Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP’S):** - Eu fiquei
3071 pensando se tem que ser na primeira reunião ou se não pode, porque daqui a pouco podem surgir novos. Tem que
3072 fazer na primeira reunião. O conselho, às vezes, nem amadureceu a ideia e já ter que definir eu acho...

3073 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Então, no mandato, que amadurece. A gente tem que colocar aí,
3074 Sandro, que tem que fazer uma redação para esse ponto. A gente tem mais uma sugestão de inclusões ali. Márcia,
3075 você pode ler, por favor? O pessoal, não sei se é o Max, que está ali em cima. Desce aí, por favor.

3076 **Sra. Márcia Borges Umpierre (Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP’S):** - Inclusive,
3077 foi...

3078 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Está aí, está bom.

3079 **Sra. Márcia Borges Umpierre (Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP’S):** - Inclusive,
3080 foi do grupo que eu estava fazendo...

3081 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Para aí.

3082 **Sra. Márcia Borges Umpierre (Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP’S):** - A gente
3083 discutiu e achou importante colocar que os documentos conclusivos dos comitês temáticos deveriam sair sob forma
3084 de resolução ou recomendação e que dos grupos de trabalho... Ficou repetido isso, sobre forma de relatórios que
3085 serão encaminhados para aprovação do plenário. Então, que o trabalho que vai ser desenvolvido pelos grupos saiam,
3086 venham como relatório para que depois possam ser emitidas resoluções ou recomendações do próprio conselho para
3087 os finais.

3088 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Ok, pessoal? Vamos lá. Então, ali os grupos de trabalho não têm
3089 nenhuma alteração. Pode descer. Rola aí a tela. Disposições finais? Acho que a Márcia tem mais alguma.

3090 **Sra. Márcia Borges Umpierre (Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP’S):** - A gente
3091 aprovou no nosso grupo uma inserção de alguns itens que estavam lá no documento do fórum e que não estão
3092 aparecendo ali. As resoluções aprovadas pelo plenário do Conselho Nacional de Economia Solidária no âmbito sobre
3093 as competências legais terão caráter orientativo, porque estava ali alguma coisa... Aí a gente trocou o motor
3094 orientativo aos órgãos e entidades integrantes do SINAES. Foi o que a gente colocou. A gente trocou... E aí depois a
3095 gente... Tem mais dois itens. Caberá a SENAES apresentar, que aí é a questão do relatório, que eu acho que vários
3096 grupos discutiram. A gente até colocou. Teve gente que se meteulá no nosso grupo, nos deu cola ainda. A gente colocou
3097 ali. Então, caberá a SENAES apresentar ao Conselho Nacional de Economia Solidária anualmente um relatório de
3098 monitoramento da Política Nacional de Economia Solidária, contendo indicadores de execução orçamentária,
3099 avaliação do impacto social e recomendações normativas. E aí a gente só deixou aquele item, que é o relatório, que
3100 será amplamente divulgado em e-mail eletrônico e acesso público. É isso.

3101

3102 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Esse ponto aí, Sandro, no grupo, sugeriu para levar lá para o capítulo
3103 1 das competências, que fala do plano. Esse ponto do relatório. Então, tudo bem levar aqueles outros pontos? Mais

3104 alguma questão que a plenária, antes que apague as luzes, queiram falar, queiram fazer consideração, queiram fazer
3105 acréscimo? Fale agora ou calem-se para sempre. O Santiago, não? Não, não é Santiago. Então, eu queria pedir uma
3106 salva de palmas para nós. Não, a Cris? Vai lá, Cris.

3107 **Sra. Juliana Cristina da Silva Santos (Titular/MEC – Brasília):** – O tempo, qual é o mandato? O decreto não fala no
3108 mandato.

3109 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Sim, sim.

3110 **Sra. Juliana Cristina da Silva Santos (Titular/MEC – Brasília):** – Ele fala para o comitê? Dezoito meses.

3111 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Não, fala lá no mandato. Não teve alteração aqui. Três anos.

3112 **Sra. Juliana Cristina da Silva Santos (Titular/MEC – Brasília):** – Ah, porque a gente estava olhando e não tinha
3113 aparecido.

3114 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Cris, aí onde tem... Permaneceu como estava. Isso, não teve
3115 nenhuma alteração, por isso que a gente já passou. Capítulo 3: Do mandato vacância e recondução. O mandato dos
3116 órgãos e organizações de representação da sociedade civil será de três anos. Ok, gente? Palmas. Levantem palmas
3117 para vocês. Quero agradecer, conduzindo Sandro, relatoria, Gisleide, Márcia. Sandro vai mandar para a Gisleide, para
3118 a Márcia, o texto, para a gente fechar ainda amanhã? Até amanhã a gente fecha para mandar para vocês o que saiu.
3119 Ok? Obrigado, gente. Valeu. Vão desculpando aí os atropelos. Valeu, gente. Tchau, tchau. Passando aqui para dar
3120 seguimento ao próximo ponto.

3121 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Qual é a hora de saída de voo de vocês? Está muito cedo,
3122 muito tarde? Podemos ir até às onze e meia hoje de trabalho? Podemos fazer em um boteco, reunião, também.
3123 Turma, é o seguinte: A gente tem ainda o tema do Plano Nacional de Economia Solidária. Eu queria já chamar a Lidiane
3124 e toda a equipe que ajudou lá, a Comissão do Conselho, que estiver presente, também se faça presente na mesa. Você
3125 lembra, Lidi, quem são? Acho que Cris Bender estava. Quem eram as outras pessoas? Cris, Detman e Jairo, por
3126 gentileza, tomem assento aqui à mesa. Enquanto eles se organizam para vir para cá, a gente tem duas coisas para
3127 resolver ainda, que é a indicação de representantes do Conselho Nacional de Economia Solidária na Conferência de
3128 Desenvolvimento Rural Sustentável e também tratar sobre o mandato do Comitê Permanente. Talvez valha a pena a
3129 gente fazer... Vamostentar resolver esses dois pontos aqui antes de entrar no Plano, para depois não ficar atropelado
3130 no final das saídas. A data da Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, esqueci desse
3131 termo bem importante, e solidário, é de 24 a 27 de março de 2026, mais conhecido do que um mês adiante, daqui
3132 um mês. A Comissão de Organização da Conferência enviou quatro vagas para o Conselho Nacional, sendo duas vagas
3133 para delegado ou delegada da conferência e duas vagas para convidado da conferência. Nos dois casos são
3134 representantes do Conselho, só que dois têm o papel de votar delegado e dois como convidados, certo? Consulto
3135 vocês, plenário, sobre uma proposta de encaminhamento a respeito, se podemos seguir por aí. Vejam, como a gente
3136 tem construído sempre as representações e participações da parte do Conselho, baseado sempre em privilegiar as

3137 representações de empreendimentos, a sugestão nossa é que estas duas vagas de delegados ou delegadas sejam
3138 divididas, uma para o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, uma para alguma das organizações da Unicopas.
3139 Embora a Unicopas não seja a conselheira, uma das quatro centrais que são conselheiras poderia ficar com uma dessas
3140 duas vagas. E as outras duas vagas de convidados poderiam ser duas organizações, entidade de apoio ou de
3141 representação da sociedade civil que compõe o Conselho Nacional de Economia Solidária. Assim, a gente teria uma
3142 amplitude da representação do Conselho, de novo, o Jairo não tem nada a ver com tirar os gestores disso, mas é
3143 importante privilegiar a participação da sociedade civil. Vocês acham que essa sugestão de distribuição dessas quatro
3144 é razoável? Dois delegados sendo um do Fórum e um da base da Unicopas, dois convidados sendo de duas
3145 organizações que compõem o Conselho, duas entidades de apoio, que não são de representação de empreendimento,
3146 obviamente. Que não estão no segmento de empreendimento. Pode ser por aí?

3147 **Sr. José Alex Borges Mendes (Titular/CONAQ):** – Zamban, como você anunciou as quatro vagas, eu entendo que teria
3148 que ser a sociedade civil e os empreendimentos. As entidades de apoio e as redes, elas já têm outros espaços que elas
3149 conseguem ir lá também para os convidados sem precisar utilizar dessa vaga que poderia ser para os
3150 empreendimentos que não vão conseguir chegar, entendeu? Eu acho, penso eu, que a gente precisa ter esse
3151 entendimento. A não ser que você retire as quatro vagas e já coloque as duas vagas. Porque você retira, coloca quatro
3152 vagas, e dali a pouco você tira duas, aí eu não vejo esse fundamento. Eu acho que precisa ser os empreendimentos e
3153 a sociedade civil como um todo.

3154 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Só explica melhor por que retirar duas vagas, Alex.

3155 **Sr. José Alex Borges Mendes (Titular/CONAQ):** – Quando você faz a escolha de duas vagas, de duas entidades,
3156 automaticamente, já é só duas vagas, não é mais quatro.

3157 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Sim, são convidados.

3158 **Sr. José Alex Borges Mendes (Titular/CONAQ):** – Sim, você ofereceu quatro vagas, que precisaria quatro vagas. Aí dali
3159 a pouco você, na mesma sua fala, você já indica duas vagas. Então, não são quatro, são duas.

3160 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Calma lá, são quatro, sendo duas titulares, delegados
3161 titulares e dois são convidados, ponto. Essa é uma coisa. A outra é, há uma sugestão de composição que nós podemos
3162 discutir. Nós estamos discutindo ela. Eu dei uma sugestão, não tirei vaga, nada, certo? Dei uma sugestão. Se houver
3163 outra, a gente discute, não tem problema. Só lembrar que estas outras, nós estamos falando que tem sociedade civil
3164 aqui neste Conselho em dois terços, que é composta por empreendimentos e por entidades de apoio, organizações,
3165 movimentos sociais e populares. Todos eles têm o mesmo direito aqui dentro do Conselho, nesses dois terços, certo?
3166 O que eu sugeri aqui era algo que contemplasse toda esta diversidade. Se tiver outra proposta, a gente discute, não
3167 tem problema, tranquilo.

3168 **Sra. Celecina Rodrigues dos Prazeres (Titular/FBES – Niterói/RJ):** – Oi. Me deram o microfone aqui.

3169 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Boa pergunta.

3170 **Sra. Celecina Rodrigues dos Prazeres (Titular/FBES – Niterói/RJ):** – Celecina Rodrigues, Rio de Janeiro. Primeiro, eu
3171 queria entender, primeiro, sabe? Porque você fez uma fala, Zamban, até aqui as vagas sempre são destinadas, coisas
3172 e tal. Eu queria saber se existe alguma coisa que isso venha a ser mudado ou se... Por quê? Existe sempre a
3173 prerrogativa, eu, enquanto empreendimento, acho que todo o poder é do empreendimento e todo o privilégio
3174 também, que somos os mais vulnerabilizados para estar nesses espaços de discussão. Então, se existe algum fato
3175 novo, para que a gente agora traga a Unicap para fazer essa representação, se, de fato, quando vocês pedem essa
3176 representação, vocês querem empreendimento, entidade, é necessário isso? Senão que você não tem nem o que
3177 perguntar. Olha, gente, é isso aqui, duas vagas para empreendimento, uma para organização e uma para entidade de
3178 empreendimento. Então, é como disse o Alex, não são quatro vagas. Tem um fracionamento nisso. Então, é só para
3179 eu entender, está bom? Eu acho, assim, tudo é muito bem-vindo, é só para a gente ter uma compreensão disso.
3180 Porque, para mim, eu, Celecina, eu acho que a prioridade, de fato, de lugar que seja remunerado já, que seja
3181 subsidiado, que é o termo que vocês usam, seja por uns empreendimentos, porque as organizações estão muito mais
3182 fortalecidas do que a gente. Só isso. Boa tarde.

3183 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Vejam só, vamos com calma. Com tranquilidade nisso. Olha,
3184 vou usar, porque o mesmo critério que a gente acabou de usar um pouco mais cedo para identificar os representantes
3185 desse conselho no interconselhos. Nós dividimos uma parte das vagas para os empreendimentos e a outra parte das
3186 vagas nós distribuimos entre as organizações da sociedade civil que compõe esse espaço. Quando fizemos isso, agora
3187 há pouco, três vagas para um lado, três vagas para o outro. Esta proposta é a mesma situação, em que, pese vocês
3188 acharem que pode ser outra, não tem problema, não estou aqui absolutamente contrário a ela, entende? Só que nós
3189 precisamos dar um encaminhamento. São dois representantes que serão delegados. Certo? Querem fazer por partes?
3190 Então, dois delegados. Como é que a gente distribui os dois delegados deste conselho que vão para a conferência?
3191 Tem que ser definido agora.

3192 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – A gente podia ver alguns critérios, não é,
3193 Zamban? Para não ser assim, esse achismo. Eu acho que deve ser isso e aquilo, não é? Então, assim, primeiro, eu acho
3194 que a conferência é de fundamental importância para essa relação da economia solidária com agricultura familiar,
3195 agroecologia e tal. Então, um critério seria de que, se for, tenha relação mais profunda com essa construção. Então,
3196 sabe? É importante a gente referendar isso.

3197 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Vai levar as resoluções deste conselho, a agenda da
3198 economia solidária para impactar lá.

3199 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – Mas que também tenha um entendimento do
3200 processo que vai acontecer lá, porque vai ser delegado. Não pode ser, não é?

3201 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Não é um passeio.

3202 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – É, vou ficar lá, vai votar uma questão importante
3203 sobre vigilância sanitária e eu não sei nem o que é. O que está acontecendo para a agricultura familiar, economia
3204 solidária e empreendimento. Tem que ter um domínio das questões que estão postas lá. Então, eu penso que, do
3205 ponto de vista da participação, a gente tem que privilegiar os empreendimentos de economia solidária que trabalham
3206 com essa temática, estão envolvidos com ela e que estão sofrendo muito determinadas restrições que existem para
3207 desenvolver a agricultura familiar, urbana, não sei o que, agroecologia, etc. e tal. Então, eu defendo que os delegados
3208 sejam empreendimentos de economia solidária que estão atuando nessa temática.

3209 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Ok, então tem uma outra proposta que as duas vagas de
3210 delegados sejam empreendimentos que trabalhem com essa temática, certo?

3211 **Sra. Celecina Rodrigues dos Prazeres (Titular/FBES – Niterói/RJ):** – Só me preocupa que é uma pena a gente não
3212 poder, enquanto Conselho Nacional, Fórum Brasileiro, trazer isso pronto, porque acho que esse regimento tem que
3213 ser construído por nós, enquanto movimento social. Porque senão a gente acaba, Zamban, sinceramente, vamos falar
3214 igual gente grande, desqualificando entre nós. Eu acho que essa colocação... Todo mundo que está conselheiro
3215 nacional, eu não tenho qualificação para falar de muitas coisas, eu estou aqui. É importante que a gente comece a
3216 fazer certas conversas entre nós, lá no cochico, porque chegar aqui e dizer, não, vamos criar critérios agora para as
3217 organizações, para empreendimentos, representações do Conselho Nacional, tem que ser feito no cochicho, senão a
3218 gente vai acabar se desqualificando. Isso não contribui em nada com o debate. Desculpe.

3219 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Vamos lá gente, temos um impasse e precisamos avançar.

3220 **Sr. José Alex Borges Mendes (Titular/CONAQ):** – Então, mesa. Tem uma contraproposta ali da gente se somar, né?
3221 Porque assim, a conferência que vai estar acontecendo, toda ela dialoga com os empreendimentos de Economia
3222 Solidária o tempo todo. Porque quem está no campo sabe muito bem disso. Então, acho que o Conselho, dentro dessa
3223 proposta que o Zamban traz de dois nomes já ser das entidades, o Conselho aqui avalia, em vez de ser quatro, vai seis.
3224 Porque o Conselho pode demandar duas pessoas a representar.

3225 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Nesse caso está específico, Alex. A comissão do CONDRAF
3226 pediu quatro pessoas, dois delegados e dois convidados.

3227 **Sr. José Alex Borges Mendes (Titular/CONAQ):** – Sim, mas com o custeio deles da alimentação e hospedagem lá. Mas
3228 o nosso Conselho aqui, nós podemos mandar dois observadores.

3229 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Não, porque são regras de regimento interno da
3230 conferência lá. Então, vejam só gente, eu estou ouvindo aqui. Gisleide, você está inscrita?

3231 **Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA):** – Gente, então, as conferências aconteceram.
3232 Aconteceu dos estados, muitos aconteceram no início do ano. Seria interessante também que a gente colocasse como
3233 critério, se dentro desse coletivo aqui, algum de nós participar de alguma etapa da conferência, porque aí já vai com

3234 pouco de acúmulo. Então, ter lá na conferência local, lá no município, lá no território, até na estadual, se chegou na
3235 estadual. Então, seria interessante, com esse perfil que já foi colocado aqui, ligado à agricultura familiar, e quem de
3236 nós mesmo, que estava naquela etapa mesmo, lá no município, na mobilização, articulação e tudo. Eu acho que isso
3237 também seria um critério.

3238 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Quem deste conselho participou de alguma etapa
3239 preparatória da Conferência Nacional de Desenvolvimento... Pronto. Então, temos aqui algum indicativo. Vamos lá,
3240 gente. Estou seguindo a orientação que vocês acabaram de dar, que as vagas têm que ser para as representações de
3241 empreendimentos. Certo? É isso o acordo, não é? Para a representação de empreendimentos, foi essa a sugestão.
3242 Não, não tem titular e suplente, são dois delegados e dois convidados. Certo? Mas, se eu entendi, a contra proposta
3243 é, então, todas as vagas, seja de delegado ou de convidado, serão para a representação de empreendimentos. De
3244 acordo? Mas, aí foi a sugestão que eu fiz... Vamos lá, gente. Vamos por partes. Vamos voltar desde o começo. Temos
3245 dois –delegados, certo? E dois convidados. A sugestão que a gente fez foi que os dois delegados fossem representação
3246 de empreendimentos. E que a sugestão fosse que um desses dois seja do fórum e um outro seja das organizações da
3247 base da Unicopas. Não é a Unicopas. Porque, no decreto, eles são representação de empreendimentos. Aí vocês
3248 disseram, não, não, não, não. Tem que ser tudo para empreendimento. Foi isso que eu entendi, gente.

3249 **Sra. Celecina Rodrigues dos Prazeres (Titular/FBES – Niterói/RJ):** – Enquanto empreendimento... Então, não, espera
3250 aí. Você está tentando ser sucinto, então, deixa eu defender. A gente falou o seguinte. Que subsidiado o espaço, a
3251 preferência é de empreendimento. E que as entidades e organizações vão com seus próprios custos. É uma discussão
3252 que a gente tem há muito tempo. Ok. A gente pensou o seguinte: De pegar, titular, conselheiros, que vai
3253 representando... Vai uma entidade e um empreendimento. E os convidados fazem a mesma coisa. Que sejam como
3254 titulares e suplentes.

3255 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Então, a proposta é, dos delegados, um é de
3256 empreendimento e um é de entidade. É isso? E dos convidados, um é de empreendimento e outro de entidade. Essa
3257 é uma proposta. Certo? A outra proposta é, os dois delegados são de empreendimentos e os dois convidados são de
3258 entidade. Conselho, por favor. Proposta um. Sendo dois de empreendimento como delegado. Levante a mão para a
3259 gente tentar entender o que vocês estão pensando. A gente está falando em dois, três aqui. Quem acha... Não é uma
3260 votação. É só para a gente tentar entender o pensamento. Quem entende que dois delegados que nos ofereceram
3261 devem ser de empreendimentos, representantes de empreendimentos, por favor, só levanta a mão para a gente ter
3262 uma noção aqui. Não, tem que ser do conselho. Tem que ser do conselho. Esse é outro papo. Quem acha que deve
3263 distribuir os delegados entre empreendimentos e entidade e também os convidados entre empreendimentos e
3264 entidade. Levante a mão, por favor. Que é a segunda proposta. Está bom. Então, nós estamos aqui com uma maioria
3265 bastante grande de que os dois delegados têm que ser representantes de empreendimentos. Certo? Aprovado.
3266 Considerem os critérios que a Alzira já indicou, que a Gisleide já indicou, Alex já indicou também e que nós
3267 perguntamos quem já participou para se resolver. O que eu quero sugerir de encaminhamento? Também aqui é que
3268 a gente olhe, então, até o final do dia, antes de sairmos, para esta lista que está aqui no nosso decreto em vigência,

3269 mais ou menos, porque ele não existe, mas vamos fazer que sim, do nosso decreto atual, não o que a gente acabou
3270 de discutir, que diz lá no seu inciso segundo do artigo alguma coisa, quem representa empreendimento econômico
3271 solidário neste conselho? A. ANCOSOL, não existe mais. ANTEAG, não existe mais. Representante da Concrabe, que é
3272 Unicrabe, certo? Representante da Unisol, representante da UNICAFES, representantes do Fórum Brasileiro de
3273 Economia Solidária. Estes sujeitos e sujeitas, conselheiros e conselheiras, representam empreendimentos aqui dentro,
3274 correto? Então, a sugestão é que estes aqui, até o final do dia, se conversem e indiquem dois nomes para serem
3275 delegados deste conselho na conferência. Está bem? Fechado?

3276 **Interlocutora não Identificada:** – Só um esclarecimento.

3277 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Não, o contrário, os dois são representantes de
3278 empreendimentos.

3279 **Interlocutora não Identificada:** – Uma dúvida, Zamban.

3280 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Pois não.

3281 **Interlocutora não Identificada:** – Os convidados, eles serão subsidiados para participar da conferência?

3282 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** -- Sim. Segundo o encaminhamento que a gente tomou...
3283 Está bom, diga.

3284 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – Nós vamos eleger os delegados. Nós vamos
3285 escolher os delegados de empreendimentos que a gente já decidiu que é de empreendimentos, com esses critérios e
3286 a gente vai considerar os presentes aqui hoje, ou não? É um encaminhamento.

3287 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Não, por isonomia, todos os conselheiros são iguais,
3288 indiscriminadamente, estando presentes.

3289 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – Mas não tem... Como...

3290 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Se lá na conversa de vocês, vocês considerarem outra coisa,
3291 mas não dá para dizer...

3292 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – Não, não é na conversa, não. A gente está
3293 apresentando, Zamban, veja.

3294 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Não, não pode, Alzira.

3295 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – Não pode, por quê?

3296 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Vamos ser justos.

3297 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – Então vamos conversar.

3298 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Foi o que eu encaminhei agora, Alzira. Conversem lá e
3299 entreguem os dois lados.

3300 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – Não é isso. Isso não é uma questão de decisão
3301 do Fórum Brasileiro. É uma decisão do Conselho. Ele vai escolher delegados para irem para a conferência com pessoas,
3302 organizações que não estão presentes na reunião do Conselho, ele pode decidir sobre isso.

3303 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Obrigado, Alzira. Alex, questão de ordem, por gentileza.

3304 **Sra. Celecina Rodrigues dos Prazeres (Titular/FBES – Niterói/RJ):** – Não, é só dizer que se isso for um...

3305 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Não, questão de ordem.

3306 **Sra. Celecina Rodrigues dos Prazeres (Titular/FBES – Niterói/RJ):** – Ai, Alex, desculpa.

3307 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Quem invoca a questão de ordem vem antes das outras
3308 falas, não é verdade?

3309 **Sr. José Alex Borges Mendes (Titular/CONAQ):** – Não, só para a mesa poder encaminhar, que nós somos formadores
3310 políticos há bastante tempo. Então, é quem está presente. É quem está presente sempre foi assim. Por que a gente
3311 vai fazer um critério diferente? Então, a gente precisa também ter entendimento. Nós aqui temos há bastante tempo
3312 uma questão de formação.

3313 **Sra. Celecina Rodrigues dos Prazeres (Titular/FBES – Niterói/RJ):** – Espera aí.

3314 **Sr. Gilberto Carvalho (Suplente/MTE – Brasília):** – Tudo bem, vamos fazer consentimento. Estamos excluindo. Vamos
3315 lá para a abertura da sessão deles ontem. Hoje eu estive lá com eles, só não estão aqui por causa disso. Não vamos
3316 ter esse oportunismo de excluir só porque as pessoas não estão aqui nessa reunião de hoje. Quantos que faltaram já
3317 em outras reuniões?

3318 **Sra. Celecina Rodrigues dos Prazeres (Titular/FBES – Niterói/RJ):** – Olha... Espera aí, não. Alex, olha só. Foi só um
3319 pequeno equívoco. Foi um pequeno equívoco, porque quando chega a gente tem que começar... Eu estou falando
3320 hoje, de novo, nessa questão de olhar nossa vida pregressa dentro desse Conselho. Já cansamos de indicar pessoas
3321 que a gente nem... Que até já tinham morrido e foram indicadas. Se a gente agora vai adotar esse critério de só... la
3322 ser ótimo, sabia, Zamban, no próximo Conselho? Só indicar quem estiver presente, aqui ia lotar. Mas nós já cansamos
3323 de pessoas que estavam em casa, na praia, em uma vida [ininteligível], que foram indicadas por esse Conselho. Se isso
3324 muda, a gente tem que começar. Eu acho que tem toda a razão.

3325 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Vamos com tranquilidade, gente.

3326 **Sra. Celecina Rodrigues dos Prazeres (Titular/FBES – Niterói/RJ):** – É que eu não sou tranquila, Zamban, eu sou assim.

3327 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Para o pragmatismo que o Gilberto acabou de trazer, quem
3328 está aqui na plenária que representa, nessa lista, a Unicrab? Quem está aqui no plenário, nessa lista, que representa
3329 a Unisol? Quem está aqui nesse plenário que representa a Unicafes? Estou falando só dos empreendimentos. Quem
3330 está aqui que representa o Fórum Brasileiro de Economia Solidária? Então, só tem fórum, gente. Não, isso não é
3331 empreendimento, não é, Gilberto?

3332 **Sra. Celecina Rodrigues dos Prazeres (Titular/FBES – Niterói/RJ):** – Olha só, a gente está defendendo a mesma coisa.
3333 Eu estou apoiando a fala do Gilberto. Só que a gente está falando também do Fórum Brasileiro, que pode não estar
3334 aqui e ser indicado, é só isso.

3335 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – E tudo bem.

3336 **Sra. Celecina Rodrigues dos Prazeres (Titular/FBES – Niterói/RJ):** – É isso, mas eu estou apoiando.

3337 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Só façam uma coisa bastante razoável.

3338 **Sra. Celecina Rodrigues dos Prazeres (Titular/FBES – Niterói/RJ):** – Estamos do mesmo lado, estamos apoiando.

3339 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Para representar a diversidade deste Conselho. E não
3340 apenas uma parte deste Conselho.

3341 **Sra. Celecina Rodrigues dos Prazeres (Titular/FBES – Niterói/RJ):** – Estamos de acordo, estamos na mesma página.

3342 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Por favor, segmentos, conversem e entreguem os dois
3343 nomes, tá? Tá bom, gente? Até o final da tarde, a gente conversa nesse segmento dos empreendimentos e resolve as
3344 duas vagas. De quem? As organizações. Nós temos uma resposta bastante óbvia.

3345 **Sra. Janiléia Alves dos Santos Silva (Suplente/FBES – São Paulo/SP):** – Eu estava inscrita... Oi, pessoal. Boa tarde.
3346 Desculpa, estava... Jani, Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Eu estava inscrita algumas vezes, mas o microfone
3347 não estava funcionando. Por isso que eu tentei falar e não consegui. Um esclarecimento. O Fórum Brasileiro é
3348 composto por empreendimentos e entidades. Certo? E aí as entidades citadas anteriormente por Zamban são
3349 representantes... Então, acho que é só para qualificar isso. Quando Zamban bem coloca empreendimentos da base
3350 da Unicapas. Ou seja, que não estão aqui, mas a Unicapas representa vários agrupamentos de empreendimentos.
3351 Certo? No caso do Fórum Brasileiro, por isso que tem um pouco essa mistura. Estão aqui, em sua maioria,
3352 empreendimentos. Porque é da natureza e da característica e da organização do Fórum Brasileiro trabalhar, em sua
3353 maioria, com empreendimentos. E que tem também em sua composição entidades. Eu não estou aqui dizendo que é
3354 certo ou que é errado, Fernando, só uma questão de esclarecimento. Por isso que as pessoas estão um pouco mais
3355 enérgicas. Porque as entidades aqui representadas no Conselho...

3356 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Pode concluir, Jani.

3357 **Sra. Janiléia Alves dos Santos Silva (Suplente/FBES – São Paulo/SP):** – Não, é porque vocês estão... Enfim, oi. Deu
3358 para entender ou não, Alzira? Então, já passou a outra. Só para esclarecer para os empreendimentos do Fórum
3359 Brasileiro.

3360 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Todos esses são empreendimentos. Todos aqueles que...
3361 Unisol é central de empreendimentos, Unicrabe é central de cooperativas, tudo é empreendimento, não são
3362 entidades.

3363 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – A discussão não é mais essa. Desculpa, Zamban.

3364 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Concordo.

3365 **Sra. Alzira Josefa de Siqueira Medeiros (Titular/FBES – Recife/PE):** – Veja, nós temos empreendimentos que também
3366 são filiados ao Unisol, que estão dentro do Fórum Brasileiro e nós não temos problema nenhum com a Unisol. Nem
3367 com UNICAF, nem com Unicrabe, que também tem UNICAF dentro do Fórum Brasileiro. Ninguém propõe esse tipo de
3368 divisão entre nós. Nós somos uma organização que abraça várias outras. Então, quando o Fórum Brasileiro está
3369 dizendo aqui... Fórum Brasileiro, não. Foi uma proposta que a gente votasse delegados para o Conselho. Aliás, a
3370 Conferência. E escolhesse entre quem está aqui. Aí a gente tem divergência. Mas essa não é uma proposta
3371 oportunista. Eu gostaria, isso foi muito ruim, essa fala de Gilberto Carvalho, de chamar a gente de oportunista. Nós
3372 não somos oportunistas. Nós estamos aqui fazendo uma proposta a partir do lugar de entendimento que a gente
3373 elege quem está presente. Se existe outra proposta, que seja posta em votação. Mas isso não dá o direito de ninguém
3374 chamar a gente de oportunista aqui. Não dá.

3375 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Está bem, gente. Vejam só, é bastante simples resolver.
3376 Reúnam os empreendimentos que estão aqui, conversem, liguem para a turma da UNICAF, Unisol, que estão aqui do
3377 lado. Vocês têm interesse? Não, não têm ou têm. E resolvam a situação. É bastante simples resolver. Quando a gente
3378 quer resolver, é bastante simples resolver, companheiro. Está encaminhado assim. Vamos adiante. As duas vagas de
3379 convidados do Conselho, como a gente acabou de encaminhar, são para as outras organizações da sociedade civil,
3380 que compreendem entidades de apoio e fomento e movimentos sociais. Pelo nosso decreto em vigência, estas
3381 organizações são... Cadê o artigo agora do negócio aqui? Dois, três... Não, Anteagos não tem, UNICAF... Vixe, cadê?
3382 ASA, Articulação do Semiárido, SEBRAE, GTA, CONIC, Conselho das Igrejas Cristãs, Rede Serrado, quem mais? Rede de
3383 Economia Solidária e Feminista, Unitrabalho, Rede de ITCPs, CONAC, Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária,
3384 Cáritas Brasileira, Faces do Brasil, Abcred, CNBB, OCB e ADS CUT, certo? Então, o que a gente acabou de encaminhar,
3385 da mesma forma que o primeiro, estas organizações, por gentileza, conversam em cochicho aqui, enquanto tomam
3386 um cafezinho, e devolvam dois nomes como convidados para a Conferência Nacional de Economia, Desenvolvimento
3387 Rural, Sustentável e Solidário. Está certo, gente? Vamos adiante. O cochicho, reúna a turma aí, conversa enquanto o
3388 pessoal vai apresentando aqui. Não, espera aí, vamos lá, senão vai dar mais confusão. Vai dar mais confusão. Então,

3389 vamos fazer o seguinte, conversar sobre a outra coisa, que aí vocês aproveitam o cochicho e fazem as duas para a
3390 gente não parar e voltar de novo. O segundo aspecto é o seguinte: Pelo Regimento Interno do Conselho Nacional de
3391 Economia Solidária, o Comitê Permanente é composto por, no máximo, sete pessoas, do próprio Conselho, e tem
3392 mandato de um ano, certo? O mandato do Comitê Permanente anterior venceu em dezembro de 2024. Isso,
3393 dezembro de 2024. Nós fizemos um processo de discussão nesse Conselho, fizemos acordo de qual seria a
3394 composição, enviamos ofício pedindo as indicações, só que esse processo todo terminou lá por junho do ano passado.
3395 Junho, acho que foi, não foi? Junho ou julho, acho até. Na prática, o novo Comitê Permanente, que é composto, leia
3396 aí que eu sou meio cego aqui nessa história.

3397 **Interlocutora não identificada:** – Pela Unicapas, Fórum Brasileiro, Unicafe, ADS CUT, ITCPs, Cáritas, Senai, Redes
3398 Gestores e a Secretaria-Geral.

3399 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Entendendo que a Unicapas, nesse caso aqui, é a Unisol
3400 que representa esse guarda-chuva de Unicapas. O que nós precisamos conversar agora, é porque venceu de novo
3401 esse mandato, que era de um ano e virou seis meses só, se nós reconduzimos este Comitê Permanente por um ano,
3402 ou seja, 2026, ou se esta composição que a gente não alterou em nenhum momento do acordo feito desde o primeiro
3403 Conselho Nacional na reconstituição, se estas organizações indicam novos representantes, certo? Os nomes dos
3404 representantes. Arildo, que é da Unisol, representando esse guarda-chuva da Unicapas. A Kézia, representando o
3405 Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Mayra, a Unicafe. Almir, da ADS CUT. A Etiane, que agora é a Márcia, da rede
3406 de ITCPs. O Santiago, da Cáritas Brasileira. O Gilberto Carvalho, da SENAES. O Alfredo Jairo, da rede de gestores e o
3407 senhor Francisco Oliveira, da Secretaria-Geral da Presidência da República. Então, desculpe, é nove. Desculpe, é nove.

3408 **Sr. Sandro Benedito Sguarezi (Titular/Unitrabalho – Cuiabá/MT):** – Zamban, tinha um acordo entre a ITCPs e a
3409 Unitrabalho, que no primeiro momento ficava a ITCP, depois a Unitrabalho assumiria.

3410 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Aí vocês conversem lá. Aproveite o cochicho para fazer as
3411 duas coisas, certo? Sugestão é que a gente, embora troque os nomes, mantenha a mesma composição, porque foi o
3412 acordo original, e troquem os representantes. Não tem suplente. O comitê não tem suplente. Está bom? Vamos lá,
3413 dez minutinhos para resolver esse papo aí. Os empreendimentos se reúnem aqui na sala do lado, as entidades aqui
3414 no... Hã? É, porque senão vai sair todo mundo para cochichar e melhor parar dez minutos, resolver e voltar. Dez
3415 minutos, gente. Vamos lá. Não é uma conversa difícil. Dez minutos. Pessoal das entidades, das organizações,
3416 conversaram. Por gentileza quais são os nomes para a conferência? Márcia, Ana. Vamos lá, quem vai falar dos
3417 empreendimentos, quem vai falar das entidades, os nomes, por favor? Fala aí, dos empreendimentos, então.

3418 **Sra. Juliana Cristina da Silva Santos (Titular/MEC – Brasília):** – Então, dos empreendimentos, ficou definido a Abilene
3419 e a Geni, a Rosângela.

3420 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Obrigado. Das entidades.

3421 **Interlocutor não identificado:** - Não tem suplência.

3422 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Então, Abilene e quem? Abilene e a Rosângela são
3423 delegadas do Conselho Nacional de Economia Solidária na Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural
3424 Sustentável e Solidário, ok? Aprovado para registro da ata. Das entidades, das organizações. Sumiram todos os
3425 microfones daqui.

3426 **Sra. Márcia Borges Umpierre (Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP’S):** - A gente
3427 conversou e aí vai, então, representando o Alex, pelo Movimento dos Quilombolas. Difícil, hein? Vicente, do GTA.

3428 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Pronto. Então, Vicente, GTA, e Alex da CONAC, certo? Para
3429 registro da ata aí também, por favor. Muito obrigado. Palmas para esses dois também. E sobre o comitê permanente,
3430 o que vocês conversaram, os dois segmentos?

3431 **Interlocutora não identificada:** - Gislene.

3432 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Gislene... Desculpa, a cabeça já não funciona mais nessa
3433 hora. Charlene. Anota aqui para mim, por favor. A Gisleide no lugar da Kézia, o Sandro no lugar da Márcia. E os demais
3434 permanecem. Aí tem que consultar as entidades, não é? Se permanece ou se altera, não é? Unicafe ali e os outros
3435 que estão, não é? A Caritas já tinha formalizado, é o Santiago já.

3436 **Sra. Ana Caroline Carmo da Silva (Titular/FBES – Goiânia/GO):** – Gente, é só para questão de informação mesmo. O
3437 Fórum Brasileiro, e eu não falo em nome deles, mas o Fórum Brasileiro não tem uma pessoa que fala em nome do
3438 Fórum Brasileiro. Nós não elegemos alguém dentro do Fórum Brasileiro para falar em nosso nome. Todo mundo que
3439 está aqui, enquanto Fórum, fala pelas suas próprias organizações e empreendimentos. Então, quando alguém se
3440 levanta para falar em nome do Fórum, sem consultar o Fórum, ele está se equivocando. Então, eu peço que os colegas
3441 tenham mais cuidado quando for falar Fórum Brasileiro, porque ele é composto por muita gente.

3442 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Obrigado pelo registro, Ana Caroline. Bom, turma, é o
3443 seguinte. Então, está encaminhado a conferência, está encaminhado o comitê permanente, registrou em ata, nós
3444 vamos ainda nesse curtíssimo espaço de tempo que nos resta, olhar a versão zero do Plano Nacional de Economia
3445 Solidária, entendendo, isto é muito importante, que ele ainda não está finalizado, acabado, tem várias coisas que nós
3446 precisamos encaminhar a partir desse primeiro olhar. Eu passo a coordenação aqui para a Lidiane, para o Jairo e para
3447 a Cris, e aí vocês toquem o processo todo, por favor. E Dettmann também.

3448 **Sra. Lidiane:** – Tá. Vamos lá, gente. Vocês viram, receberam ontem, também circulou, o relatório final da Quarta
3449 CONAES. Enfim. E lá no site do MTE, nas últimas páginas de anexo do relatório, final da Quarta CONAES, direciona,
3450 tem um link de acesso à página do MTE, e lá você encontra, desde os relatórios estaduais, os relatórios das
3451 conferências temáticas, o caderno de moções, os cadernos de propostas que foram debatidos, de propostas
3452 aprovadas, e o próprio relatório final. Então, todo o arcabouço, todos os anais da Quarta CONAES, todo o documento
3453 que a gente conseguiu juntar, inclusive fotos e vídeos. Tem muitas fotos bacanas, profissionais, que estão
3454 disponibilizadas no site, para quem quiser visitar, baixar e circular como resultado, porque a Quarta CONAES é

3455 resultado do processo de mobilização, desde os nossos territórios de vivência. Então, é só para dizer que é uma
3456 entrega da comissão, é só para fechar o ciclo. Enfim, concluído o papel, o trabalho da Comissão de Sistematização da
3457 Quarta CONAES, composta por esse conselho. Entregamos, está disponibilizado. Façam esse relatório chegar até os
3458 territórios, até as organizações, municípios mobilizados para a realização da conferência. Esse documento serve de
3459 subsídio para orientar, inclusive, a conclusão dos planos municipais, dos planos estaduais, dos relatórios das etapas.
3460 Mandar oficialmente, você diz? É importante. Faremos a rede de gestores encaminhar, de forma oficial, o arquivo do
3461 relatório final para os estados, os governos de estado, a Federação dos Municípios. Essas organizações de
3462 representação, o FONSET, a Federação dos Municípios, a própria rede de gestores, também a gente oficializa para que
3463 chegue nas esferas governamentais. Mas, enquanto Sociedade Civil, façamos... Enquanto Sociedade Civil, enquanto
3464 vocês, Sociedade Civil, façam circular nos territórios de mobilização que vocês fizeram para que a Quarta CONAES
3465 acontecesse. Bom, aí temos como objetivo da Quarta CONAES um deles era propor, construir o processo de
3466 atualização do Plano Nacional de Economia Solidária. Então, o segundo plano nacional, ele bebe da fonte do que a
3467 gente debateu como prioridade no campo da Quarta CONAES. Eixos considerando alguns documentos. Para a
3468 elaboração, esse conselho elegeu uma comissão de sistematização, de construção do instrumento, de definição da
3469 estrutura. E nós contamos com a equipe da Coordenação Geral de Parceria e Fomento, com as meninas que vêm aqui
3470 apresentar a estrutura de como é que nós chegamos até esse documento. Porque eu acho que antes de apresentar o
3471 documento, a gente não vai ler 56 páginas aqui, mas é importante saber a gente saber como é que a gente chegou
3472 nisso aqui, qual foi o método utilizado, qual foram as ferramentas, qual foi o processo que nos faz entregar hoje um
3473 documento de 56 páginas. Eu queria convidar aqui a Gabriela e a Gleiciane para nos apresentar. Elas apresentaram a
3474 estrutura finalizada à comissão e traz aqui para apresentar ao conselho.

3475 **Sra. Gabriela Santana do Vale (SENAES - DPAF):** – Boa tarde a todas e todos, sou a Gabriela. Eu e a Gleiciane vamos
3476 apresentar essa pesquisa mais estrutural e depois a Lidiane vai abrir mesmo o texto para a gente dar uma passada
3477 geral. Só lembrando a comissão que foi montada com representações da Unicopas, da Rede de Gestores, Kener,
3478 Valmir, Cristiane, Lúcia, José Santiago, Alfredo, Mariana, Claudete e Custódio. No cronograma também, lembrando
3479 a gente está agora na terceira atividade, agora em fevereiro, a apresentação dessa minuta Zero, sendo que, em março,
3480 a gente precisa fazer a pactuação interministerial, depois a validação com este conselho para, em abril, concluir. Então,
3481 a apresentação. A apresentação já está bem robusta. Quando a Lidiane abrir o texto, vocês vão perceber, já está com
3482 a contextualização histórica da economia solidária no Brasil. O balanço nacional com os avanços, com perspectivas do
3483 que foi aprendido, justificativas para essa construção do segundo plano. Além disso, tem a consideração também das
3484 metas em relação aos objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU. E também deve ainda estar em aberto para
3485 o conselho, mas a gente incluir nessa apresentação uma mensagem curta assinada pelo conselho, valorizando esse
3486 caráter da construção coletiva. Na visão de futuro, houve essa atualização da visão estratégica da economia solidária
3487 com o modelo de desenvolvimento sustentável, solidário e democrático, e a inclusão de novas agendas, como a
3488 transição ecológica, como grupos específicos, recortes de gênero, de povos tradicionais, a alfabetização digital
3489 também. As diretrizes. A gente teve alguns exemplos aqui citados, e a primeira deles, a promoção do desenvolvimento
3490 sustentável solidário, aqui com o olhar também, que foi a sugestão do conselho. O olhar com relação ao bem-viver,

3491 aquele conceito do *Sumak Kawsay*, dos povos andinos. Então, de pensar o desenvolvimento sustentável não só para
3492 a produção, mas também como meio, como modo de vida, como forma de bem-viver. O fortalecimento da
3493 autogestão, o reconhecimento dos direitos sociais, do trabalho associado, a abordagem territorial e setorial, com a
3494 valorização dessa diversidade de grupos específicos, incluir também diretrizes de comunicação e de visibilidade dessa
3495 política pública, os recortes de gênero, como já comecei a citar, e a formação integral e continuada. Eixos estratégicos.
3496 Aqui a gente pede um pouco mais de atenção, porque todos os eixos que já estão nessa minuta zero, eles apresentam
3497 o objetivo geral, linhas de ações prioritárias, as metas estratégicas e os resultados esperados com indicadores iniciais.
3498 Aqui o que acontece, nós temos, da Quarta CONAES, quatro eixos prioritários e, da lei aprovada e regulamentada, seis
3499 eixos. E não necessariamente esses eixos são equivalentes. Então, o que está proposto aqui é uma redistribuição dos
3500 eixos e também a inclusão de mais um, que tem na Quarta CONAES e não tem na lei. Então, aqui o que está proposto
3501 são sete eixos. Então, a redistribuição ficou assim. O primeiro eixo de produção e comercialização da Quarta CONAES,
3502 ele está distribuído nos eixos 3, 4 e 5 da lei Paul Singer e que está apresentado agora nessa minuta zero. O eixo 2 da
3503 Quarta CONAES, ele ficou equivalente ao eixo 2 mesmo da lei. O eixo 3, ele foi distribuído entre os eixos 1 e 6, que na
3504 lei acaba dividindo essa questão da formação, da pesquisa, a lei divide isso. E o eixo 4 da Quarta CONAES é o que está
3505 proposto como o sétimo eixo, já que ele não está constando na lei. Vou passar para a Gleiciane agora.

3506 **Sra. Gleiciane (SENAES - DPAF):** - Bom, boa tarde, pessoal. Como a Gabriela falou, agora a gente tem sete eixos. Cada
3507 um deles com seus respectivos objetivos, metas a serem alcançadas, ações prioritárias para alcançar essas metas, os
3508 resultados esperados e também os indicadores para a gente poder mensurar esse processo durante esses quatro anos
3509 do plano. Uma coisa que é importante a gente dizer também é que todo o plano foi estruturado a partir do caderno
3510 de propostas aprovadas na Quarta CONAES, a partir da lei Paul Singer, do decreto que regulamenta a lei e do primeiro
3511 plano, que é aquele de mais de dez anos atrás. Então, ficamos assim. Eixo 1, de formação, assistência técnica e
3512 qualificação social e profissional. Eixo 2, acesso a serviços de finanças e de crédito. Eixo 3, fomento à comercialização,
3513 ao comércio justo e solidário e ao consumo responsável. Eixo 4, fomento aos empreendimentos econômicos solidários
3514 e às redes de cooperação. Eixo 5, fomento à recuperação de empresas por trabalhadores organizados em autogestão.
3515 Eixo 6, apoio à pesquisa e ao desenvolvimento e a apropriação adequada de tecnologias. E 7, ambiente institucional,
3516 que é legislação, gestão e integração de políticas públicas. Lembrando que o eixo 1 e o eixo 6, eles são extremamente
3517 interligados, porque um trata de formação, educação, e o 6 trata de pesquisa. E o eixo 5, que é de fomento à
3518 recuperação de empresas e a pesquisa também, o eixo 6, eles não apareceram com tanta força a partir da Quarta
3519 CONAES. Então, eles ainda carecem de subsídios. Então, é uma demanda para o Conselho também pensar como que
3520 a gente vai preencher esses eixos. O quinto tópico do plano trata da governança. Então, a gente traz os sujeitos que
3521 são elencados a partir do decreto e da lei. Então, a gente tem os responsáveis pela elaboração do plano, que, no caso,
3522 é o próprio Conselho. Traz o papel da SENAES durante esse processo, etc. E também a ideia de quem vai monitorar
3523 esse plano, quem vai monitorar as ações previstas nele. Que depois vai ter que ser resolvido um Comitê Nacional de
3524 Acompanhamento desse plano. Então, é uma outra demanda também. O tópico 6 é justamente sobre o
3525 monitoramento, avaliação e revisão do plano. E aí entra a parte também de consulta pública, não só entre os nossos
3526 pares, mas também com relação à própria sociedade civil. Então, a gente sugere algumas metodologias para fazer isso

3527 também. O sétimo tópico refere-se ao orçamento previsto para realizar as ações do plano e de onde esse orçamento
3528 vem. O 8 é o cronograma de execução. Então, está dividido em resultados de curto, médio e longo prazo durante os
3529 quatro anos, que são o tempo de vigência do plano. E tem a parte de referências, que são os instrumentos que a gente
3530 usou de referência para subsidiar o plano. Nos anexos tem uma tabela muito interessante da relação dessas metas
3531 que constam no plano com os ODS, que são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que foi uma
3532 sugestão vinda da comissão. E também um glossário de termos que a gente usa para quem não é muito familiarizado,
3533 passar a se familiarizar melhor. E é muito interessante que a gente utilizou na metodologia também, porque, como
3534 bem vocês sabem, o caderno tem 20 propostas para cada eixo. E não era exequível ter 20 metas para cada eixo. Então,
3535 a gente teve que fazer um trabalho de síntese a partir das 20 propostas que vocês pensaram durante a Conferência
3536 Nacional. E a gente tem essa tabela com as 20 propostas e as metas que se referem a essas propostas. Depois a gente
3537 pode estar socializando também. Então, é isso. Muito obrigada.

3538 **Sra. Lidiane:** – Então, a gente contou com o apoio das meninas nesse processo de organização das informações. Uma
3539 das coisas que a comissão colocou na primeira reunião da SENAES, um pouco antes da nossa última reunião presencial,
3540 em novembro, a comissão reuniu. E quando a gente mostrou o arcabouço de material que deveria ser para iniciar o
3541 processo de construção do plano, o Jairo foi um que disse que a SENAES precisa contratar uma consultoria, porque
3542 essa formulação precisaria ser com pessoas dedicadas exclusivamente para isso. E aí a gente compreendeu, enquanto
3543 equipe SENAES, que a gente montaria um grupo técnico, de apoio técnico da equipe da própria SENAES para estruturar
3544 o roteiro do que seria o plano, que foi apresentado em novembro, em reunião a vocês presencial, lá no anexo. E,
3545 combinado com a comissão, foi estabelecido um calendário de construção, de reunir essas informações com base no
3546 roteiro estabelecido e apresentado ao conselho. E aí resultou nesse material. A gente reuniu novamente a comissão,
3547 deu tempo de contribuição. Jairo estava fazendo correções aqui de português, de ano. Agora, nesse momento, estava
3548 aqui reclamando com ele, que isso era para ter sido observado antes de apresentar a minuta zero, mas tudo bem, eu
3549 perdoo o Jairo. Na apresentação, quando a gente reuniu todas as informações, a gente identificou que, considerando
3550 os documentos da Quarta CONAES, que é nosso subsídio, que reúne mais informação, e a lei e o decreto que
3551 determinam que a política nacional da economia solidária é balizada em seis eixos, e aí a gente não pode ter nenhum
3552 eixo a menos, a gente pode até acrescentar, mas o que está na lei precisa estar expresso. A gente teve que redistribuir
3553 aquilo que era de produção, comercialização e consumo, aquilo que era de formação, educação, pesquisa, redistribuir
3554 de acordo com o que está desenhado na lei. E aí não tinha, na lei, nenhum que tratasse do ambiente institucional,
3555 porém, nós temos o eixo 4. O eixo 4 da Quarta CONAES nos traz o ambiente institucional da política pública e a nossa
3556 relação da transversalidade com outras temáticas, a gente não podia perder esse acúmulo que nos trouxe a Quarta
3557 CONAES, e a gente sugere no plano a inserção do sétimo eixo, garantindo as metas e orientações contidas no quarto
3558 eixo da Quarta CONAES. E aí nisso a gente identificou, na comissão a gente debateu também, quem estava pela rede
3559 de gestores era a Mariana nessa reunião, e a gente identificou que nem no primeiro plano, que já foi lá em 2014, na
3560 conferência de 2014, que resultou o primeiro plano, 2014, nem no primeiro plano, nem no processo de retomada da
3561 agenda da política pública da economia solidária, que consolidou na Quarta CONAES, aponta a empresa recuperada
3562 das mobilizações nos territórios, mas a gente sabe que no Brasil tem referência e tem acúmulo nesse campo. E aí a

3563 Mariana Giroto, eu falei para ela que organizasse essa demanda com o conselheiro, que é Jairo, para trazer para o
3564 conselho, mas eu já adianto, e aí ele pode estar reforçando, de que tem uma instância, tem um espaço, um grupo de
3565 trabalho que segue pesquisando e estudando empresas recuperadas no Brasil, e de repente nas estratégias que a
3566 gente definir daqui para frente, de como a gente vai consolidar esse plano, quais as consultas que nós vamos fazer
3567 com especialistas, de repente abrir o espaço de escuta com esse grupo de trabalho que vem ainda alimentando
3568 informações sobre empresas recuperadas no Brasil e o potencial disso para a agenda da política pública. Mas a Quarta
3569 CONAES demonstrou que, dentro do território atual da economia solidária, esse tema não reverberou. O sujeito não
3570 apareceu, mas a gente reconhece as experiências que temos. Então tem esse campo. E aí eu pedi a André para colocar
3571 o outro arquivo, que é esse que vocês receberam impresso, não deu para imprimir para todos, porque é um
3572 documento extenso, é muito papel, mas todos os conselheiros e conselheiras receberam, tanto no grupo do
3573 WhatsApp, quanto no e-mail, certo? A última atualização de contribuição, e aí eu gostaria de agradecer muito ao
3574 pessoal da rede de ITCPs, a professora Lúcia Helena, viu Márcia? Agradece a ela, ela foi muito dedicada nas
3575 contribuições sobre esse tema transversais, sobre trazer para dentro o tema das mudanças climáticas, os ODS, foram
3576 tudo contribuições da rede de ITCPs, por escrito, dizendo como deveria ser inserido no documento, isso nos ajudou
3577 bastante. Então eu queria aqui, oficialmente, em reunião do Conselho, agradecer as contribuições da professora Lúcia
3578 Helena. O documento, o segundo documento, está ok, está abrindo. Mas é um documento extenso, tem uma parte
3579 de introdução que eu tentei reduzir, de verdade, tentei muito, mas eu sou, como alguns da economia solidária, sou
3580 muito apegada à trajetória, à escrita, ao contexto, mas, de repente a gente pode tirar... Nas consultas a gente pode
3581 dizer que essa introdução pode ser reduzida, mas eu gosto muito, você vai vendo um pouco de como nós chegamos
3582 até aqui. As diretrizes, as diretrizes gerais, elas pactuam com o que a política nacional define como diretriz, porque a
3583 lei e o decreto já definem o que é diretriz, mas a gente também incorporou aquilo que a gente debateu nas mini
3584 plenárias da Quarta CONAES, que determinam como diretriz, como sujeito da política. Isso tudo foi inserido no
3585 relatório da Quarta CONAES, portanto, foi bebido da fonte das informações para compor aqui as diretrizes e
3586 estratégias da Política Nacional da Economia Solidária. Estou tentando ser mais rápida, chefe. Estou tentando. Está
3587 tranquilo? Não deixa tranquila, não. Não deixe, não. Mas, enfim, pode... Cadê o papel? Não passa, se não for o PDF?
3588 Você vai passando? Bom, a gente não vai ler esse documento. Não é isso? Mas nós podemos, aqui, ir direto para a
3589 página 15, vai o nome de todo mundo que contribuiu com o plano. Não se preocupe, não esquece o nome de ninguém.
3590 Vai passar para a conferência. Havia muita ansiedade na comissão, e eu entendo, de insegurança, de propor algo que
3591 não fosse referendado pelo segmento ou pela rede a qual aquela pessoa estava na comissão representando. A
3592 professora Lúcia Helena era muito uma dessas que questionava muito o pessoal do fórum de que a gente precisava
3593 levar o documento. Mas o conselho atribuiu a essas pessoas que estavam na comissão a apresentar uma minuta zero.
3594 Então, era a tarefa dessas pessoas rascunhar, trazer elementos, questionar, para a gente submeter ao conselho. E
3595 daqui, diante da estratégia que a gente pactuar de forma oficial no conselho, a gente abrir para consultas de pares,
3596 das organizações a quais a gente representa. Porque, senão, ia causar uma confusão do que foi nos outros
3597 instrumentos normativos que a gente dialogava na comissão e saía circulando como se fosse documento oficial do
3598 conselho, como se já fosse uma proposição oficial. Vai ser uma proposição oficial a partir de hoje, depois de
3599 apresentar. É tanto que eu fiz questão de colocar no cabeçalho de todas as folhas, minuta zero. Quem circulasse fora

desse momento que a gente está vivenciando estaria circulando um documento que esse conselho ainda não tinha legitimado, validado como uma minuta, ok? É só para dizer o zelo que nós temos. É porque, senão, criam vários canais de entendimentos diversos e acaba a gente não conseguindo concluir uma proposta. Porque fica vagando e muitas compreensões equivocadas. Então, a partir de hoje, a gente vai ter esse espaço de colaboração mais objetiva e mais direcionada. Na página 15, nós temos o eixo 1, formação, assistência técnica e qualificação social. Como as meninas apresentaram, em seguida vem o objetivo, vem as linhas e ações prioritárias. Está mesmo. É verdade. Eu não sei porquê. É o mesmo documento. Ali está 15 e aqui está 14. Mas tem nada, não. A próxima página, Andréia. 16, no caso, a sua. Já está andando sozinho. É só para dizer que todos os eixos têm essa estrutura de formação, objetivo, linhas prioritárias, metas estratégicas. Pode ir andando na frente, na próxima página, metas estratégicas. Pode ir. Isso, metas estratégicas. O que está em amarelo que, na versão de vocês, está preto e branco e não conseguem enxergar? É porque, quando a gente fala de metas, remete a números. Eu acho que a comissão segue com a tarefa de... Como é que a gente, por exemplo, apoiar, no mínimo, quantas incubadoras? Isso tem que ter uma relação muito amarrada... Cadê o Fernando? Com a SENAES, com a parte orçamentária, do que a gente prevê, o que a gente precisa para que a economia solidária tenha robustez na política e como é que isso é distribuído junto às metas. Tudo que nos remete a número, a gente colocou XX. Porque isso vai ser um processo amadurecido de acordo com o que a gente definir como estratégico. Diga, Gisleide.

Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA): – Quando a gente define esse nome XX, mas a gente está partindo de onde? Isso foi discutido porque...

Sra. Lidiane: – Não, não foi discutido.

Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA): – Mas isso é importante.

Sra. Lidiane: – Mas lá nas propostas, a gente tinha dizendo, por exemplo, apoiar incubadoras. Na meta, a gente vai discutir quantas incubadoras poderiam...

Sra. Gisleide do Carmo Oliveira Carneiro (Titular/FBES – Salvador/BA): – A gente está lá na elaboração, lá na Bahia. A gente teve uma formação e falou muito bem disso. O ponto de partida. Porque, assim, hoje são quantas? E a partir de hoje, o plano está se propondo ampliar para quantas? Para a gente não ficar naquele número que está lá atrás e a gente continua ainda falando do mesmo número. Isso é importante de pensar do ponto de partida, de falar assim, em 2026, tinha tantos empreendimentos e a gente vai apoiar tantos outros empreendimentos.

Sra. Lidiane: – Entendi agora, Gisleide. Olha ali no texto, se você olhar nessa página, tem lá, meta 05 P4 do PPA. Lá na meta, que foi um documento consultado para pinçar a meta daquilo que estava sendo proposto como ação na quarta plenária. E aí o nosso ponto de partida é o PPA vigente, que tem vigência até 2027. A partir dele, a gente propõe a ampliação. Se lá tem 45, salvo engano, são 45 incubadoras. A gente amplia, se amplia para 48, para 50? É o PPA. E no próprio texto tem lá dizendo qual foi a referência de proposição da meta. Está bom? Pode dar um zoomzinho, André? Porque está um pouco meio turvo, não é? Bom, as metas, aí nós temos a parte dos resultados na próxima página, dos

3633 resultados esperados. Pode ir, na próxima. Aí a tabelinha. Pronto. Um pouco da estrutura desse resultado é qual é a
3634 linha de ação, que aí... A linha A está aqui no documento. A linha A é a Constituição de Política Nacional de Educação
3635 e Economia Solidária. Aí vem a primeira meta, 1.1. Aí o tipo de... Se é quantitativo, se é qualitativo. E quais são os
3636 indicadores para essa meta. Gente, isso não é tarefa fácil de se fazer. E eu não sou do campo da gestão e da
3637 administração. Eu sou de humanas, mas eu não adentro muito dessa parte desses instrumentos de gestão que
3638 definem muito bem indicadores. Eu acho que a comissão tem uma tarefa também de olhar para esses aspectos e
3639 trazer contribuições. Isso é uma proposição partindo dos instrumentos base. Da Lei, Quarta CONAES, PPA e Primeiro
3640 Plano Nacional de Economia Solidária. Certo? Já falei da nossa limitação com relação a um dos eixos, que é o eixo... O
3641 eixo 1 e o eixo 6, que trata de Formação e Educação e o outro de Pesquisa e Tecnologia, houve uma reação da
3642 professora Lúcia Helena, que eu também concordo, de que isso não desassocia, mas, quando a lei foi, passou. E a
3643 gente tem que seguir o que está na lei, porque a lei define a ordem e quais são os eixos que dá legitimidade à política
3644 nacional. Ela colocou isso, tanto que na apresentação a gente sempre coloca que o eixo 6 tem que beber muito,
3645 dialogar muito com o eixo 1. Como a gente reformula isso para frente? Pode vir, inclusive, como proposição desse
3646 momento de consulta. Exato. Havia até a proposição de mudar a ordem, porque ele, na lei, é o sexto de Pesquisa e
3647 Tecnologia, dele ir para o segundo, para ficar próximo de Educação, pelo menos para dialogar. Pode ser algo que possa
3648 vir de sugestão e a gente acate na atualização da minuta, certo? O de Empresas Recuperadas. Na página 38, pode
3649 passar para mim, André, por favor? Tem o campo da governança do plano. É 37, mas lá é 38. 36, 37, a próxima. Aí tem
3650 um organogramazinho. Pode subir um pouquinho. Perdão, pode descer. Esse é o organograma que a gente também
3651 precisa, nas consultas, dar uma olhada para ele, mas que dialoga com o que está previsto na lei. O Sistema Nacional
3652 da Economia Solidária, o plano é um elemento desse sistema e que dialoga com os diferentes instrumentos, com a
3653 conferência, com os órgãos de administração pública, federal e estadual, com as instâncias de gestão pública das três
3654 esferas. O Conselho Nacional da Economia Solidária tem uma relação direta, porque ele elabora, entrega a SENAES,
3655 entrega ao sistema uma proposta de plano. A Organização da Sociedade Civil e Empreendimento de Economia
3656 Solidária, conselhos estaduais e as organizações de representação do empreendimento de acordo com a lei, a OCB e
3657 a Unicopas. E a SENAES, como também está previsto na lei e no decreto, é a gestora do sistema. Portanto, é a que
3658 acolhe o conselho, acolhe a proposta do conselho e desenvolve, de acordo com o plano operacional, o plano
3659 estratégico das condições dadas pelo orçamento, redimensiona aquilo que é de prioridade. Essa é a parte de
3660 governança proposta pelo plano que não foge daquilo que está proposto em lei. Tem a parte que a gente vai precisar
3661 muito, volto novamente a reforçar a importância do Gilberto e do Fernando, que mexem nas planilhas de orçamento,
3662 porque a gente tem aquilo que a gente precisa, mas a gente também tem a planilha do que nós temos. Temos o que
3663 precisamos e desejamos, mas tem o que é de realidade. A página 42, André, por favor, pode subir mais um pouquinho?
3664 Eu disse que não ia ler o documento todo. É só para vocês verem que a gente trabalhou, eu queria mostrar para vocês
3665 verem o quanto a gente trabalhou nos últimos 20 dias. E tem essa parte de orçamento e fontes de financiamento.
3666 Todas as metas, os eixos, as linhas de ação, elas precisam apresentar... Pois é. A gente tem que dizer o que, de fato,
3667 nós esperamos para cada eixo, o que a gente precisa para que cada eixo rode na política. E aí com esse orçamento, a
3668 gente vai demonstrar aos órgãos e às instâncias que o orçamento da SENAES ainda é muito insuficiente. Mas a gente
3669 precisa mostrar um dado mais próximo da realidade. A gente precisa estudar um pouco essa parte orçamentária para

3670 complementar essa proposta. Isso é uma lacuna que ainda está em aberto. Eu fui até provocada por Iracema, uma
3671 vez, que ela disse que, nessa primeira proposta, não tratava de orçamento, porque como é que o Conselho vai
3672 determinar o orçamento sem a consulta aos outros ministérios, sem pactuar com... Mas na estrutura do plano, do
3673 que a lei diz, que é o Plano Nacional de Economia Solidária, exige que seja manifestado o orçamento, então a gente
3674 não pode tirar da estrutura. Se a gente vai fazer um estudo de demanda e colocar isso em número do que a gente
3675 precisa para a política rodar nos próximos quatro anos, eu acho que isso serve de subsídio também no diálogo, nesse
3676 processo de renovação para frente de governo, de quanto a gente precisa para que a economia solidária rode bem,
3677 considerando seus eixos e suas linhas de prioridades que a gente definiu nesse processo de consulta pública resultado
3678 da Quarta CONAES. Para terminar de verdade, vem o cronograma de execução na página 44. Tudo que tiver número,
3679 gente, é considerando o que tinha no PPA, tudo que vai ser mudado. Tipo assim, 320 bases de serviços, 45
3680 incubadores. Isso é porque estava no PPA de 2000, que termina agora em 2027. Mas esse plano vai subsidiar para a
3681 gente atualizar o próximo quadriênio do PPA, que vai ter vigência de 2028 a 2031. E o nosso plano tem vigência de
3682 2026 a 2029. Então fica nessa interlocução de metade do PPA a gente incidir na metade do período do PPA do próximo
3683 quadriênio. Eu acho que, em termos de informação, que nós temos... E aí vem os anexos, que já foram colocados
3684 pelas meninas, que é um glossário, e os ODS, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, o
3685 compromisso com a Agenda 2030, proposto pela rede TCP também, no nosso plano. O que nós temos agora? Primeiro
3686 é se familiarizar, criar um carinho por esse documento. Ele é extenso, precisa ser lido com carinho, com cuidado. Já vi
3687 que tem um ano aqui que a SENAES foi criada em 2003 e está em 2006. Já vi que tem uma correção aqui cronológica.
3688 Mas é isso. Quando a gente vai juntando material, acaba que uma informação ou outra de dado, de número, acaba...
3689 A gente precisa decidir aqui, enquanto conselho, qual é o nosso tempo de retorno, de contribuição dos conselheiros
3690 para somar a esse documento. A gente tira aqui que é 15 dias, é 30 dias de consulta ao conselho. Quem é do FEBS vai
3691 falar com o FEBS. Isso não é voltar para a conferência, não. Isso é, diante disso aqui, diante das instâncias que a gente
3692 representa, como é que a gente aprofunda, se apropria e traz contribuições com base nisso aqui. Porque isso aqui é
3693 reflexo de um conjunto de documentos que já estão oficializados. Então, a gente precisa estabelecer esse prazo que
3694 os conselheiros consultem suas bases e tragam contribuições reais para a gente fechar a primeira minuta. E também
3695 nós temos uma comissão composta por aqueles membros. A gente precisa rever se mantém essas pessoas, se essas
3696 pessoas têm disponibilidade de continuar alimentando esse instrumento, porque requer tempo. E, às vezes, o tempo
3697 da gestão não é o tempo... Sempre dizem assim, mas a gente precisa de 20 dias para... Dava uma semana, pegava o
3698 final de semana, precisa de mais 20 dias. O tempo sempre é insuficiente. E mesmo a gente estendendo os tempos, os
3699 nossos tempos, às vezes, a gente ainda não consegue colocar no campo da agenda de prioridade, de contribuição.
3700 Então, eu queria só... É porque eu fico muito preocupada que a gente vai criando comissão, comissão, comissão, e a
3701 comissão é grande, mas funciona com muito poucos. Eu queria ver se a gente olhava para essa comissão, reformulava,
3702 de repente deixava duas ou três pessoas do conselho nesse acompanhamento e monitoramento, nessa bilateral de
3703 dialogar com outros ministérios para ver quais são as metas e linhas estratégicas que o MDA pactua com esse plano,
3704 que o Ministério das Mulheres pactua com esse plano. Fazer uma agenda política utilizando esse documento após
3705 fechar a primeira proposta, a primeira minuta. A gente fazer uma agenda política de construção, de pactuação entre
3706 os entes dos ministérios diretamente envolvidos com a pauta, para a gente dar robustez, inclusive ao orçamento,

3707 porque o orçamento não necessariamente precisa ser do MTE, da SENAES, Gilberto. A gente pode contar com o
3708 orçamento, pactuando com os outros ministérios para alimentar aquele eixo específico. Por exemplo, cadê o menino
3709 do MEC que pediu para reinserir o MEC no professor Lael? Ele pediu para reinserir. Tem lá o campo da educação, da
3710 pesquisa, da formação. Como é que o MEC entra nisso? O MDS, por exemplo, no apoio às organizações de inclusão
3711 produtiva. Qual é o orçamento que a gente pactua para o plano? Esse orçamento não é esse nosso chorado da SENAES.
3712 É o orçamento do governo federal, a proposta para que o governo federal incorpore a economia solidária na sua
3713 agenda de prioridade. Por isso que é um campo, aquela planilha de orçamento é um campo que precisa de muita
3714 maturidade financeira, de como funciona, de onde capta recursos, com quem a gente pode contar. Eu peço a ajuda
3715 dos universitários da SENAES para me ajudar nessa tarefa. Era isso. Obrigada. A proposta do nosso cronograma
3716 apresentado lá em novembro era uma publicação agora em abril. A gente está em março, quase na porta de março.
3717 A gente precisa considerar que esse ano é um ano curto, certo? Esse ano é um ano curto de incidência política, de
3718 construção, inclusive de contribuição para o plano de governo, para planos de governo, planos, vamos colocar no
3719 plural para não dizer que estamos direcionando, para futuros planos de governo, incluindo a economia solidária. Se a
3720 gente dá muita extensão à conclusão desse processo, a gente perde novamente o fôlego, perde a janela de
3721 oportunidade de colaborar diretamente. Está aberto.

3722 **Interlocutora não identificada:** – Eu entendo que todo mundo aqui tem muita coisa para fazer. Mas, se a gente não
3723 consegue dar vazão a esse plano e realmente publicar, nós não teremos muito o que fazer depois. Então, a gente tem
3724 que dar prioridade a isso. É realmente se debruçar, aprovar, publicar, por quê? Não adianta ficar, mas tem conferência
3725 disso, tem não sei o que daquilo outro, porque a gente está aqui com a economia solidária e todo mundo trabalha
3726 com isso nos nossos territórios, inclusive eu. Então, acho que a prioridade é a gente conseguir finalizar esse trabalho
3727 aqui, porque senão, ano que vem, não tem, não.

3728 **Sra. Lidiane:** – A gente vai ter que ir fazendo. Oi? Não, gente. O nosso trabalho foi feito, essa parte aqui. Agora é vocês
3729 olharem para isso e dizerem, isso aqui diz, isso aqui não responde. A parte do orçamento é 30 dias para nós da SENAES
3730 também, não é, chefe? É isso.

3731 **Sra. Celecina Rodrigues dos Prazeres (Titular/FBES – Niterói/RJ):** – Eu concordo com o que a Anne disse. Nós vamos
3732 ter que apagar cada incêndio esse ano. Então, estar com celeridade para entregar ao povo que se sacaneou, se
3733 estrupiu nos estados para fazer essa conferência que foi uma luta. É mentira? Os estados se rasgaram duas vezes
3734 para trazer essa galera aqui para Brasília. Então, colocar isso na rua para divulgar para as nossas bases é um dever de
3735 urgência necessário. Sabe, prioriza tudo. Vamos dormir depois, lá para julho, para agosto. Antes disso, vamos para a
3736 rua. 30 dias. Eu estou nessa pegada, eu estou com pressa.

3737 **Sra. Lidiane:** – Então, deixa eu... Só para registrar em ata. Temos 30 dias para os conselheiros e conselheiras do CNES
3738 nos trazer contribuições a essa minuta zero para a gente fechar o documento. Na parte conceitual, na parte de
3739 estratégia. A SENAES, nesse período de 30 dias, vamos olhar metas e orçamento. Essa é a tarefa nossa enquanto
3740 gestão. O diálogo com outros ministérios, para a pactuação, inclusive desse orçamento, eu acho que não é dentro

3741 desses 30 dias, porque a gente vai ter que ter um documento já finalizado para poder dialogar com os outros
3742 ministérios. Aí, 30 dias pós... A escuta, as bilaterais, as reuniões com o MDA, que chegou ali Regilane, com o povo dos
3743 catadores, que chegou aqui, o Ari do CIISC, com o MDS, Eduardo. Essas agendas bilaterais de pactuação com a Política
3744 Nacional da Economia Solidária vai ser pós a gente finalizar o documento.

3745 **Sra. Ana Caroline Carmo da Silva (Titular/FBES – Goiânia/GO):** – Eu tenho uma sugestão. Enquanto a gente faz esse
3746 trabalho nosso de analisar e aprovar e dar encaminhamento, e vocês fazem também o trabalho de vocês com o
3747 orçamento, pode sim manter uma agenda de conversa com as secretarias e ministérios para, posteriormente, só
3748 apresentar o que está pronto, porque a gente ganha tempo fazendo isso. Mantém essa conversa, mantém uma
3749 intimidade ali, um namorico, e depois só pimba.

3750 **Sra. Lidiane:** – Publicação em maio.

3751 **Interlocutor não identificado:** - Eu quero somente trazer o seguinte, que esse tipo de cronograma que está sendo
3752 colocado é extremamente importante, eu acho possível de ser cumprido. A gente não pode se acovardar diante do
3753 desafio, porque o desafio está posto e nós é que temos que ser capaz de dar conta deles. Inclusive, esse documento
3754 tem uma importância muito grande para a construção dos planos estaduais de economia solidária. A gente vai
3755 referenciar os planos estaduais no que a gente também construir nacionalmente, porque esse é o Sistema Nacional
3756 de Economia Solidária. Ele vai atravessar e vai construir o sistema, vai vertebrar o sistema. Os estados vão construir.
3757 Então, é muito importante que a gente tenha esse plano pronto até o final de abril, justamente. Depois de feitas as
3758 escutas, vem para a comissão de trabalho e aí se constrói e se entrega. Tem um plano finalizado.

3759 **Sra. Ana Caroline Carmo da Silva (Titular/FBES – Goiânia/GO):** – Lembrando que, no mês de julho, a gente não pode
3760 fazer muita coisa. Então, se devolve para os estados no mês de maio, a gente só tem mais um mês. Entendeu? Não,
3761 eu falo na devolução final para os estados. Terminou o plano de ação anual, aprovou, está tudo certo, está conversado,
3762 tem que mandar para os estados para a gente construir o plano anual estadual que é com base no nacional. Então,
3763 quem está lá no estado tem só um mês para fazer essa correria todinha. Então, não pode ter atraso, porque no mês
3764 de julho a gente não pode fazer mais nada.

3765 **Sra. Lidiane:** – Caroline, eu acho que são processos que podem acontecer paralelo. A gente não precisa esperar a
3766 publicação para iniciar os processos nos estados. A gente já tem um documento base e um documento referência. Do
3767 mesmo jeito que eu trago a contribuição para cá, eu já posso ir incidindo, a partir do seu lugar de fala e de
3768 representação, com esse documento nos espaços em que a gente... Porque se a gente for esperar abril, maio,
3769 publicou, e aí começar a mobilização nos estados, perdemos novamente a janela de oportunidade. O relatório da
3770 Quarta CONAES e essa minuta de plano, ele já é subsídio para o diálogo, para construir os processos, para desenvolver
3771 uma metodologia de construção lá nos seus respectivos territórios. Agora, o nosso cronograma para que a SENAES
3772 tenha a publicação do nosso plano... Enfim, temos o segundo Plano Nacional da Economia Solidária pactuado com os
3773 demais ministérios em maio de 2026. Mas, até lá, esses processos têm que acontecer sincronizados. A gente já tem
3774 subsídio para startar o debate e a construção a partir dos fóruns, das redes e dos espaços de intervenção que a gente

3775 tem nos nossos territórios. Esse é outro elemento. No território tem o seu... Porque, assim, o plano nacional é uma
3776 lente, é uma lupa, mas tem demandas que são muito específicas do nosso território, do nosso Estado, que as
3777 conferências estaduais apontaram. Inclusive, mandaram proposta para a nacional e ficaram com propostas estaduais.
3778 Então, assim, nada é estático, gente. Nada no cenário da política nacional é estático, porque a economia solidária
3779 pulsa no nosso território de atuação. Então, a gente precisa seguir dando, alimentando. Claro, quem está nesses
3780 espaços de articulação nacional bebe da fonte de documentos que podem incidir lá no nosso espaço. É isso.

3781 **Sra. Juliana Cristina da Silva Santos (Titular/MEC – Brasília):** – Só antes da gente terminar, porque a gente vai ter que
3782 decidir se a comissão permanece ou não. A gente queria fazer um agradecimento à Lidiane e à equipe pela elaboração
3783 do plano, porque realmente ficou muito bom.

3784 **Sra. Lidiane:** – Agradecer aí ao Paul Singer, que as duas bolsistas são lá do Paul Singer. Bom, é isso. Temos aquela
3785 composição que está a Rede Cáritas, está a Unicopas, está a Fórum Brasileiro, está o MPA, está nós, da SENAES, na
3786 coordenação, a redes de gestores. A gente quer saber, considerando que a gente vai precisar de pessoas com
3787 disponibilidades e tempos mais sistemáticos, menos espaçados, quem é que segue conosco nesse processo de
3788 atualização da minuta, a partir da consulta vinda dos conselheiros? Isso é tarefa. Pode manter a Lúcia da rede ITCP.
3789 Beleza. Lúcia da rede ITCP. Quem mais? Nesta representação, ninguém está brigando. Oi, Santiago.

3790 **Sr. Francisco José de Lima Santiago (Suplente/Cáritas Brasileira):** – Oi. Então... Pronto, Santiago. Eu estava na
3791 comissão e não consegui acompanhar muito, até porque algumas coisas chegavam muito em cima da hora e a gente
3792 tem uma agenda para fazer. Então, bem complicado. Se alguém quiser substituir na comissão, pode ser. Ou então,
3793 solicito que realmente chegue com uma agenda de trabalho, porque fica complicado para a gente chegar de última
3794 hora. Pronto. Então, a solução é essa. É isso. Se alguém quiser, porque chega... É difícil. Contribuir, a gente quer muito.
3795 Mas tem esses limites.

3796 **Sra. Lidiane:** – Podemos fechar. Manter a rede ITCP. O Fórum Brasileiro está se propondo. E a rede de gestores? Uma
3797 representação de cada? Tá. Até a caneta parou. Rede de gestores, rede de ITCPs e FEBs. Pronto. Sigamos. Queria
3798 convidar agora o secretário Gilberto aqui para dar as honras. Podemos. Tirou foto da comissão?

3799 **Interlocutora não identificada:** - Estão tentando ligar todas.

3800 **Sra. Lidiane:** – Quem está brincando aí com o interruptor?

3801 **Interlocutora não identificada:** - Estão tentando ligar, chefe, só que essas não querem ligar do meio. Estão tentando.

3802 **Sr. Gilberto Carvalho (Suplente/MTE – Brasília):** – Deixa elas quietinhas. Companheiros e companheiras, não quero
3803 ficar só, não me deixem só. Não, pessoal, só queria pontuar algumas coisas ao final dessa nossa reunião. Além de
3804 agradecer o empenho de todos nas discussões e o pessoal que trabalhou muito aí. Colocar o seguinte, esse é um ano
3805 muito especial para todos nós. Eu tenho que falar com cuidado aqui porque eu estou falando como governo e não
3806 como partido. Nem como militante. Mas, seja como for, está em jogo a continuidade desse projeto que nós estamos

3807 tentando construir. Quem viveu 16 e as consequências sabe do que eu estou falando. Da importância de nós darmos
3808 continuidade a esse nosso projeto. É um tempo em que nós vamos ter que ir para além das funções específicas, das
3809 responsabilidades que cada espaço de engajamento nosso exige, como militantes, como dirigentes, como
3810 profissionais, como funcionários e assim por diante. Há uma demanda de uma dedicação a mais. Nessa perspectiva
3811 de a gente, nos territórios, trabalharmos com muito afinco para que não haja a interrupção do nosso projeto, tendo
3812 em vista aquilo que nós sabemos que aconteceu já. Nesse sentido, eu queria pedir um empenho especial que a gente
3813 olhasse para as instâncias que estão cuidando do programa de governo, nos diversos estados, nos partidos, nas frentes
3814 nossas, para que a gente fizesse um trabalho muito ativo de uma revolução na concepção de um lugar da economia
3815 solidária dentro de um programa. Nós pagamos o preço duro, não temos conseguido fazer isso na campanha passada,
3816 no programa passado, na transição e até hoje sofremos as consequências das limitações dos nossos trabalhos. Então,
3817 eu queria insistir que nós todos, como conselheiros aqui, nos dedicássemos. Como estou falando em uma reunião
3818 oficial de governo, não posso ir além disso, mas recomendar que houvesse um grande empenho de defesa de um
3819 novo projeto de economia solidária que consiga pervadir, que consiga fecundar, de fato, o programa de transformação
3820 que nós queremos fazer nesse país e o lugar que a economia solidária precisa ocupar nesse novo programa, nesse
3821 novo projeto, seja do ponto de vista de conteúdo, de importância e tal, e as decorrências da sua estrutura e do seu
3822 orçamento. Então, eu queria, dentro das limitações que essa função aqui impõe, eu queria, pelo menos, falar isso para
3823 cada um de vocês. A outra questão que eu queria dizer é o seguinte. Nós estamos aqui na SENAES vivendo, de novo,
3824 a busca da ampliação do nosso orçamento. Vou pedir para o Fernando falar em números em seguida. Mas,
3825 basicamente, o orçamento que nos é dado não cobre sequer as obrigações que nós temos em relação ao programa
3826 Paul Singer. Nós, deliberadamente, praticamos aqui aquilo que, tecnicamente, se chamaria de irresponsabilidade
3827 fiscal. Ou seja, a gente programa as coisas que são necessárias e corremos atrás. Então, nós temos gasto parte
3828 importante do nosso tempo indo atrás da Fundação Banco do Brasil, do próprio Banco do Brasil, do Ministério da
3829 Justiça, Fundo de Direitos Difusos, que foi essencial para nós no ano passado para que nós pudéssemos cobrir a
3830 questão, tanto do programa Paul Singer, como do estímulo que nós estamos fazendo as cooperativas de trabalhadores
3831 em plataforma. Vocês sabem que nós conseguimos um recurso importante no ano passado para a confecção do
3832 software para essas duas redes de cooperativas. Então, o Fundo de Direitos Difusos foi fundamental. Estamos indo
3833 atrás da Caixa Econômica e vamos aproveitar cada janela que tem do orçamentário para buscar ampliação do nosso
3834 orçamento. Por quê? Porque nós consideramos essencial, além da manutenção do Paul Singer e as decorrências, não
3835 é só pagamento de bolsa, mas todos os processos de formação que são necessários, nós estamos buscando um apoio
3836 forte para as feiras, para o roteiro brasileiro de feiras da economia solidária. Nós estivemos na Caixa Econômica
3837 anteontem exatamente para discutir essa questão. Então, nós consideramos fundamental que nós consigamos, de
3838 alguma forma, conseguir recursos para esse circuito de feiras, as principais feiras pelo menos, mas podendo ampliar
3839 ao máximo, para o apoio e construção dos Centros Públicos de Economia Solidária. Nossa meta é, pelo menos,
3840 construir 10 Centros de Economia Solidária. Nós estamos buscando recursos para isso. Esses dois elementos são
3841 fundamentais. E nós queremos, ainda, poder atender as entidades, as redes, entidades, enfim, que foram
3842 contempladas, que foram qualificadas no nosso chamamento público, mas cujo orçamento nós não podemos atender
3843 a todos. Então, a nossa busca também é de recursos para isso. Então, a gente não consegue quantificar, porque

3844 depende do resultado desses contatos políticos que nós estamos fazendo em discussão, junto a essas entidades e
3845 junto ao próprio governo, porque a cada três meses se abre uma janela no orçamento para reapresentação de
3846 propostas. Então, nós vamos ficar em cima disso, é aquilo da ciência para vocês. E eu tenho muita confiança que nós
3847 vamos conseguir todos esses objetivos. Nós vamos manter o Paul Singer, nós vamos conseguir alguma coisa, eu não
3848 sei quantificar em termos de apoio real para as feiras, para os Centros Públicos de Economia Solidária e a
3849 complementação da lista de, pelo menos, mais uma série de entidades que concorreram ao nosso edital, que foi super
3850 concorrido, eu peço que você dê depois, Fernando, o número daqueles que concorreram e quantos que estão
3851 qualificados, para que a gente possa contemplá-los e, com isso, pelo menos, darmos, vamos dizer assim, dar um
3852 mínimo de condição para ampliação dos nossos empreendimentos. Além disso, nós conseguimos um recurso SEBRAE,
3853 via Fundação Banco do Brasil e a Unifesp São Paulo, para o Educar e Cooperar, que é um outro programa que nós
3854 temos de qualificação profissional e política dos nossos empreendimentos. Também aí tem um recurso pequeno, mas
3855 que está em processo. Então, eu só queria dar ciência para vocês dessas questões e estimular muito que a gente, nas
3856 instâncias onde a gente estiver, vamos debater o novo projeto, vamos dizer assim, da Economia Solidária, que,
3857 evidentemente, tem muito a ver com isso que foi colocado aqui, mas que tem algumas especificidades próprias
3858 quando se fala em programa de governo. Fernando, você passa para nós as informações, por favor, do orçamento
3859 atual e dos números aí.

3860 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – No edital de redes, a gente falou na live, não lembro bem
3861 precisamente, Gil, mas foram mais de 200 propostas cadastradas, 120 mais ou menos habilitadas, ou seja, que
3862 estavam lá com documentação, entregou, teve proposta que cadastrou, mas não entregou a documentação
3863 necessária lá na primeira fase, e nós temos, se eu não estou enganado, 60 que foram classificadas, aquelas que
3864 receberam pontuação e não foram desclassificadas e estão aptas essas 60 a receber, a serem convocadas, na verdade,
3865 para apresentar para um trabalho, caso a gente consiga recurso adicional. Então, é bem expressivo. A gente fez uma
3866 conta rápida ali, que dava de déficit aqui, déficit no sentido daquilo que foi apresentado de demanda para aquilo que
3867 nós tínhamos como responder, que era 15 milhões só, de mais de R\$ 75 milhões de reais de projetos de redes que
3868 estão selecionados, classificados, esperando suplementação orçamental. É bem significativo. Ruim, por um lado, que
3869 a gente não tem orçamento para aprovar, mas bom, por outro também, que nos ajuda a mobilizar recurso, tendo a
3870 demanda apresentada. Sobre o orçamento desse ano, eu queria dar uma boa notícia para vocês, que o orçamento da
3871 SENAES é de R\$ 72,386,000. Só que... Desse valor todo... Acabou o tempo. Desse valor todo, R\$ 48,223,000 são
3872 emendas parlamentares impositivas, ou seja, é aquelas onde acontece ação de economia solidária, mas a SENAES não
3873 tem gerência, governança para dirigir uma política pública mais estruturada. Não tem mecanismo que a gente possa
3874 fazer um direcionamento mais organizado. Então, é um pouco complexo. E restam, portanto, R\$ 24,163,000 para o
3875 orçamento discricionário da SENAES, considerando que nós tivemos uma emenda de comissão que agregou nesse
3876 valor aqui, porque o valor total aprovado na LOA de orçamento discricionário, ou seja, se não tivesse a comissão, a
3877 emenda de comissão seria R\$ 13,964,000. Então, é realmente algo bem preocupante. Então, esse é o universo total.
3878 As nossas contas internas aqui é o seguinte, tem um pedaço desse valor que é reservado para as atividades de
3879 funcionamento da SENAES, as viagens, o monitoramento e fiscalização dos instrumentos, as reuniões do Conselho, as

3880 reuniões da Comissão Nacional do CADSOL, eventualmente, uma outra agenda que precisa apoiar e realizar, ao longo
3881 tem uma previsão ali, uma reserva orçamentária para isso. Tem um apoio que a gente se comprometeu à Feira de
3882 Santa Maria, nesse ano, a gente foi, já o ano passado, no atrasado, e isso é importante, em parênteses aqui, se a
3883 gente conseguir, estímulo muito, fortemente, que vocês mobilizem os Estados, conversem, porque a Feira de Santa
3884 Maria, que é o nosso lugar histórico, a nossa meca da economia solidária está morrendo, nós precisamos fortalecer o
3885 espaço de luta importante. Então, esse ano, a gente se comprometeu a tentar apoiar com um pouco mais de recurso,
3886 tem uma pequena reserva, as atividades do Conselho, todas essas coisas que eu já falei para vocês, a gente previu um
3887 valor aqui para fazer uma publicação de encerramento do mandato da SENAES, consolidando as ações do Conselho,
3888 as principais atividades realizadas, e também prevemos, prever não quer dizer que tem, prevemos uma possível
3889 expansão aqui de recurso para convocar algumas das redes, das próximas redes que estão classificadas. E a principal
3890 despesa é o programa Paul Singer, como o Gilberto já colocou. Para que o programa finalize o ano de 2026,
3891 considerando as bolsas das equipes que estão em campo, as coordenações estaduais, a equipe nacional, as atividades
3892 de integração e de formação que estão planejadas, a gente precisaria de cerca de 26, 27 milhões de reais para fechar
3893 o programa em 2000... Até dezembro de 2026. Ou seja, essa conta aqui desses vários negócios que eu falei para vocês,
3894 dá aí só um pequeno déficit inicial de cerca de R\$ 17 milhões de reais. Ou seja, se a gente fizer só isso aqui, ainda
3895 precisamos mobilizar R\$ 17 milhões, mais tudo aquilo que nós queremos, centro público, feira, etc., que nós estamos
3896 muito animados que a gente vai conseguir encontrar esses recursos que o Gilberto já mencionou, os lugares onde a
3897 gente está conversando.

3898 **Sra. Ana Caroline Carmo da Silva (Titular/FBES – Goiânia/GO):** – Ana Caroline, para registro. Bom, são 46 milhões
3899 que estão direcionados em emendas parlamentares, não é? 48 milhões. Vai sobrar 30, mais ou menos? Só sobra 24
3900 mil. Não tem nem como fazer acordo, direcionar alguma outra emenda que pode cobrir esse desfalque?

3901 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Aí você passa para mim nessa hora, não é?

3902 **Sr. Gilberto Carvalho (Suplente/MTE – Brasília):** – Bom, então eu falo, não, é o seguinte, quando chegam as emendas,
3903 a gente faz um trabalho de buscar identificar essas emendas e entendendo que muitas delas vão para entidades que
3904 são ligadas a nós. E a gente procura fazer uma vinculação, tentar enquadrar essas emendas, vamos dizer assim, no
3905 plano da economia solidária. Isso a gente faz. Todo ano a gente faz um trabalho de catequese junto a parlamentares.
3906 Eu queria pedir que vocês nos ajudassem também nisso, levando para os deputados do seu Estado demandas de
3907 emendas para a economia solidária do seu Estado, inclusive, entendeu? Para a feira local, isso ajuda muito a gente,
3908 se isso ocorre. Nós fizemos um grande esforço para que alguns deputados mandassem emendas para livre uso da
3909 SENAES, livre escolha da SENAES. Infelizmente, não tivemos sucesso nisso. Porque o parlamentar, você sabe como é
3910 que funciona, ele diz para quando destinar a emenda na busca de um retorno de apoio político, de voto e tal. Então,
3911 é duro isso. Então, nós não vamos conseguir. Mas eu queria tranquilizar vocês o seguinte, as relações que nós
3912 estabelecemos, seja com o Fundo de Direitos Difusos, seja com a Fundação Banco do Brasil, SEBRAE, Caixa Econômica
3913 e tal, vai nos permitir atravessar, vai nos permitir atravessar sem maiores sustos, pelo menos aquilo que nós já
3914 estamos planejando. O que nós queremos é ampliar. Então, por exemplo, no caso das feiras, é muito importante,

3915 porque a gente sabe que as feiras, muitas vezes, é o único espaço que tem de comercialização para os pequenos dos
3916 nossos empreendimentos. Então, a gente preza muito isso. Por isso, nós estamos fazendo um esforço grande para
3917 buscar. No ano passado, nós conseguimos mobilizar, não nós, dinheiro nosso, mas, por exemplo, a Fundação Banco
3918 do Brasil bancou a feira de Porto Alegre, a feira do Estado do Rio Grande do Sul de Porto Alegre, uma ajuda para Santa
3919 Maria. Nós conseguimos mobilizar algum recurso. Mas nós vamos trabalhar, vamos trabalhar ainda mais. No caso da
3920 lista, das entidades que estão classificadas no edital, nós vamos fazer o possível. Há uma entidade, por exemplo, da
3921 Bahia, que foi indicada pelo fórum, que é um recurso natural para a instituição do Fórum Brasileiro. Nós vamos fazer
3922 de tudo para conseguir esse recurso. A gente sabe da importância dessas questões. Então, nós estamos nos
3923 empenhando para valer nisso e nós temos confiança de que nós vamos conseguir, não o sonho nosso de longo, maior.
3924 Agora, quando eu falo para vocês que não dá para... Que nós temos que trabalhar forte no programa de governo na
3925 transição, é que não é possível que continue assim. Não é lógico, é um escândalo. O orçamento da SENAES é de 13
3926 milhões e só chegar a 24 por causa de uma emenda de bancada que nós conseguimos. Essa nós conseguimos, senão
3927 nem isso nós teríamos. É isso que nós temos que mudar, essa lógica. A economia solidária não pode ser esse cantinho.
3928 Nós temos que lutar para que ela se torne, de fato, um ministério. Para que ela, não só por estrutura de ministério,
3929 mas pela importância política, que ela tem que assumir na condução do modelo de desenvolvimento que nós temos
3930 no país. Nós já vivemos isso. Esse modelo de governo que não leva em conta o fortalecimento da sociedade civil, o
3931 fortalecimento do território, o fortalecimento das entidades, e aí, no caso da economia solidária, sobretudo porque
3932 ela meche com o econômico, não tem sustentabilidade. Veja o risco, se nós perdermos a eleição agora, tudo se destrói.
3933 Não pode ser assim. Então, eu dizia ao pessoal do Unicap lá hoje de manhã, é um escândalo o que nós passamos
3934 nesses anos, sem conseguir dar... Nós temos feito só uma chamada pública agora, em dezembro, em 26, quando
3935 tínhamos feito cada ano, porque é próprio de um governo alimentar, dar força para as entidades da sociedade civil.
3936 Esse é o nosso objetivo. Nós vamos ficar trabalhando isso. Eu só queria prestar conta a vocês desse trabalho. Eu não
3937 quero semear nenhum pavor, nenhuma... Mas eu quero estimular para que a gente diga assim não dá para continuar,
3938 nós vamos mudar essa lógica e vai depender muito do trabalho nosso, dos conselheiros, junto às instâncias partidárias
3939 de cada um de vocês, junto às instâncias de trabalho, de pressão que vocês possam ter, para que a gente tenha um
3940 movimento de fato forte nessa perspectiva dessa mudança. A palavra está livre, se alguém quiser... Nós estamos
3941 encerrando a reunião.

3942 **Sr. Francisco José de Lima Santiago (Suplente/Cáritas Brasileira):** – Santiago. Queria fazer uma consulta a SENAES e
3943 também os conselheiros aqui sobre justamente o edital de redes. No edital de redes, a gente tinha três modalidades,
3944 Fernando. E onde tinha maior valor era justamente na modalidade 1, que era ABC. E na C era mais projetos para apoiar
3945 a formação de redes, redes novas. Então, se tem algum critério, à medida que a gente vai conseguindo esses recursos,
3946 se seria prioridade a modalidade C. É uma consulta, a gente está entendendo que vai ter o esforço para correr atrás,
3947 para contemplar todas, pelo menos, que ficaram classificadas. Mas, enfim, para ouvir também o conselho, se poderia
3948 se seguir assim, porque eu acho que tem também essa demanda de organização e formação de novas redes.

3949 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Essa é uma pergunta do milhão daquelas que é difícil
3950 responder. É muito meritosa a demanda, inclusive estou falando honestamente, é muito meritosa a demanda de todas

3951 aquelas que apresentaram, inclusive daquelas que estão expandindo, que estão precisando se consolidar, assim como
3952 a criação de novas redes. É muito difícil de bate-pronto se dizer, bom, a prioridade é aqui ou acolá agora. A gente
3953 tentou fazer um equilíbrio ali no edital, que era dizendo, entendendo que as redes nacionais têm uma capilaridade
3954 maior e têm um custo maior para poder se sustentar, mas sem demérito algum à constituição de redes novas. A gente,
3955 inclusive, entende muito isso, que nós só avançaremos na economia solidária se a gente começar a expandir a
3956 organização e fomento de redes, senão fica mais da mesma coisa. Acho que é um pouco por aí. Hoje nós não temos
3957 nada, então, hoje não tem nem qual critério definir para o que trazer. Quando entrar alguma coisa, e a gente está
3958 trabalhando muito para isso, aí a gente vai precisar conversar e entender, porque são muitas as demandas ali.

3959 **Sra. Ana Caroline Carmo da Silva (Titular/FBES – Goiânia/GO):** – Ana Caroline. Bom, só para deixar registrado, que
3960 eu trabalhei muito no meu estado para a gente conseguir mandar a proposta para o edital. A gente não conseguiu,
3961 por questão mesmo de documento e de entidades. O que aconteceu muito foi entidades que não dialogam com a
3962 economia solidária procurar os nossos grupos para enviar propostas para que eles recebessem a verba para gerir. Eu
3963 gostaria que, se em uma próxima oportunidade, de um próximo edital, ter esse cuidado de que para gerir a verba do
3964 edital, a entidade de apoio ali, ela tem que ter um histórico junto à economia solidária, porque é muito revoltante a
3965 gente trabalhar, o tanto que a gente trabalha no nosso território, a gente não tem documentação necessária por
3966 questões burocráticas mesmo e até formativas, e aí vem o pessoal que tem dinheiro na base, que tem condição de se
3967 organizar, pega esse recurso, faz o que eles bem entendem, não entrega o resultado, mas tem relatório, e aí nós não
3968 recebemos nada no final. Isso é muito revoltante. E as entidades que têm diálogo com a gente, muito pouco interesse
3969 tem em participar dos processos.

3970 **Sra. Dora Sugimoto (Suplente/SG-PR – Brasília):** – Gil, só um adendozinho e quase um testemunho. Eu, quando vim
3971 para Brasília, eu vim de Vitória da Conquista. E uma das parcerias fundamentais e que eu fico muito contente, que já
3972 tem 20 anos que eu não estou lá e continua, é a parceria com os legisladores, principalmente os locais, porque eles
3973 vêm diretamente e têm um contato direto e é um recurso que os próprios parlamentares podem gestionar e
3974 pressionar e para chegar onde a gente espera. Então, para a realização de eventos, de feiras, e tem funcionado e
3975 funciona, graças a Deus, até hoje. Outra coisa é aqui no Congresso. A gente tem as diferentes parlamentares que,
3976 gente, o dinheiro acaba voltando porque não usam. É quase que um desperdício. Nós temos uma frente parlamentar
3977 da economia solidária. Pressione seus parlamentares, porque é um orçamento à parte. E uma outra dica que também
3978 como experiência pessoal funcionou, são as universidades. As universidades, elas têm vontade, têm gente, têm
3979 recurso, têm espaço. A professora está dizendo que não. Não, eu vou te dizer. Têm vontade, mas não têm recurso.
3980 Não, mas vem, deixa eu te falar, não vem do orçamento, mas vem de parcerias. Então, você encontra alguns projetos.
3981 Eu falo assim, eu estou falando no meu caso específico, que, claro, a UNB é um, digamos, não vou dizer o que é uma
3982 exceção, mas a gente tem boas parcerias e eles nos ajudam nas feiras. Às vezes, no espaço, a gente consegue
3983 professores que nos ajudem. Então, a gente tem possibilidades mais do que a gente espera e não vem de longe, às
3984 vezes está muito perto. As câmaras de vereadores são um espaço que eles têm interesse, têm espaço e agora a gente
3985 tem que investir na capacitação. Não basta só ficar fazendo evento, evento, evento, e o que é muito bom, é muito
3986 bonito, é importante, mas se a gente não trabalhar as cabecinhas, se a gente não trabalhar a formação, a capacitação,

3987 e vou dizer para vocês, hoje a gente tem, tanto no executivo quanto no legislativo, seja federal, seja local, a gente tem
3988 parceiros e tem possibilidades de apoio. A gente, às vezes, não precisa dar o dinheiro na nossa mão, mas se eles for
3989 ajudarem em um patrocínio, de organizar uma feira, de fazer um evento, de fazer um encontro, é um recurso que
3990 para nós é interessante e para eles também. Então, assim, que a gente abra os nossos corações, que a gente diminua
3991 os nossos preconceitos e a gente, porque o recurso, às vezes, volta para o orçamento porque ninguém utilizou. Então,
3992 assim, não vamos olhar para cima, para longe, é para perto, no entorno. Quanto eventos a gente faz até com a moeda
3993 social? O Joaquim está aí até hoje fazendo os eventos. Então, assim, a gente tem mais e pode mais do que a gente
3994 imagina. Então, é só colocar à disposição que a SENAES, gente, para quem é das antigas, Alzira, sabe o tanto que a
3995 gente batalhou e o Paul Singer vai estar dando aquela força.

3996 **Sr. Gilberto Carvalho (Suplente/MTE – Brasília):** – Obrigado, Dora. É o seguinte, pessoal, o ideal para nós seria que
3997 não precisasse de emenda e que não houvesse emendas nessa proporção maluca de sequestro do orçamento. Só que,
3998 enquanto está essa realidade, é importante isso que a Dora falou, a gente tem que ter criatividade e ir atrás, por
3999 enquanto. Por exemplo, no próximo ano, nós podemos, o Fernando vai falar agora sobre os prazos. Eu vou dar um
4000 exemplo para vocês, bons exemplos. A Maria do Rosário é a nossa campeã parlamentar que destinou para a economia
4001 solidária R\$ 5 milhões de reais das emendas dela nesse ano, para entidades todas da economia solidária do Rio Grande
4002 do Sul. O Paulão, em Alagoas, destinou 5 milhões para uma cooperativa de leite. Tudo bem, é um caso um pouco
4003 específico, mas é uma cooperativa que é do nosso campo. Então, tem vários. Quais outros casos bons que nós temos?
4004 Fernando, me ajuda a lembrar aqui.

4005 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Tem os de São Paulo, os parlamentares de São Paulo
4006 colocam nas organizações da economia solidária, uma parte, outra parte, mas, enquanto isso...

4007 **Sr. Gilberto Carvalho (Suplente/MTE – Brasília):** – A Adriana Corse, por exemplo, ela colocou uma emenda, não
4008 lembro qual o valor.

4009 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Tem o Lindenmeyer no Rio Grande do Sul [falas
4010 sobrepostas], Denise Pessoa, Tereza Leitão.

4011 **Sr. Gilberto Carvalho (Suplente/MTE – Brasília):** – Então, pelo menos esses parlamentares que são do nosso campo,
4012 é importante a gente ir atrás e dizer, vamos lá, vamos nos ajudar, vamos contribuir. O Pedro Uczai, também, em Santa
4013 Catarina, é um parlamentar que tem uma abertura grande para esse campo. Isso nos ajuda muito, sabe? Mas se fala
4014 dos prazos...

4015 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Lindenmeyer, 2 milhões e 790, colocou.

4016 **Sr. Gilberto Carvalho (Suplente/MTE – Brasília):** – Fala dos prazos, então, para encerrar.

4017 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – O processo de mobilização para a captação de emendas
4018 começa sempre no ano anterior. O que acontece? O governo tem até agosto, até o mês de agosto, para apresentar

4019 ao parlamento o projeto de lei orçamentária. No projeto, tem lá um valor genérico de emendas. O governo não diz
4020 aonde que essas emendas vão. É claro que o governo, quando manda o PL, sempre vai tentar mandar menos de
4021 emenda que é para poder sobrar mais de orçamento. Aí, os parlamentares discutem nas comissões setoriais e
4022 começam as alocações de emendas. O que significa isso? O parlamentar, com aquilo que ele tem de emenda, ele vai
4023 dizer, vou colocar essa emenda na SENAES, na SEAB, no MDS, em tal secretaria, assim por diante. Isso acontece,
4024 geralmente, nos meses de outubro e novembro. São os meses mais intensos de negociação com os parlamentares
4025 para indicação de emendas. Nesses meses, sugiro fortemente que vocês colem cotidianamente nos parlamentares.
4026 Em dezembro, se ratifica isso e vai para a PLOA, que é apreciada. Em janeiro ou fevereiro do ano seguinte, aquela
4027 emenda, aquele valor que ele alocou na LOA, na SENAES, por exemplo, ele vai indicar quem é a entidade beneficiária
4028 que vai receber e executar a emenda. Pode ser uma organização da sociedade civil, pode ser instituto federal, pode
4029 ser uma universidade, pode ser um fundo de alguma prefeitura ou estado, para fazer fundo a fundo, pode ser a
4030 prefeitura, a secretaria de estado, pode ser qualquer uma dessas. No nosso caso, 98% das emendas são para
4031 organizações da sociedade civil, o que é muito bom. E é mais tranquilo trabalhar nesse aspecto. Esse aqui é o
4032 cronograma para a gente poder colocar o pé na rua. E, quem sabe, em vez de 48, a gente ter 100 milhões de emendas
4033 lá com 90% disso para as organizações da economia solidária.

4034 **Sr. Gilberto Carvalho (Suplente/MTE – Brasília):** – Bom, gente, vamos encerrando. Nós temos um trabalho
4035 importante com relação ao plano, 30 dias, é isso. Vamos lembrar isso. A gente vai lembrando vocês depois das
4036 diversas... Então, nós temos um encontro, o nosso próximo encontro, ainda não está agendado, não mesmo, mas
4037 temos um calendário anual.

4038 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Do conselho, a gente marcou no dia 24 de abril a reunião
4039 virtual, que é para discutir com a Receita e Fazenda a continuidade do debate de tributação.

4040 **Sr. Gilberto Carvalho (Suplente/MTE – Brasília):** – Então, está bom.

4041 **Sra. Celecina Rodrigues dos Prazeres (Titular/FBES – Niterói/RJ):** – Celecina. Já acabou, agora é café com leite. É só
4042 porque, já que a gente está colocando esse prazo aí de 30 dias, que estou saindo aqui confiante nele, de repente vai
4043 ter que puxar uma extraordinária. Se a gente consegue fazer uma entrega, acho que seria interessante, não é isso,
4044 não? A gente vai esperar esse prazo aí para a tributação. E o nosso plano, quando é? Não são 30 dias? Vai dar em 20
4045 e pouco de... Fala aí a data, daqui a 30 dias.

4046 **Sr. Fernando Zamban (Titular/SENAES–MTE – Brasília):** – Dia 24, 25, no caso, não é? 26. A gente pode deixar esse
4047 indicativo aí de, nessa reunião que já agendamos, a discussão de tributação e acompanhar aqui os desdobramentos
4048 do que vier do plano, se não para discutir nela, para, pelo menos, dar um encaminhamento muito rápido de como é
4049 que faz.

4050 **Sra. Celecina Rodrigues dos Prazeres (Titular/FBES – Niterói/RJ):** – É, para que a gente não se perca no que a gente
4051 vai combinando, a gente acaba se perdendo. Então, só para não achar que está do outro lado. Então, será uma pauta
4052 dupla na reunião que vocês vão fazer virtual. Obrigada, parabéns.

4053 **Sra. Ana Caroline Carmo da Silva (Titular/FBES – Goiânia/GO):** – Gente, Ana Caroline, aqui. Só para encaminhar junto
4054 ao pessoal do fórum, que ficou responsável aí por esse trabalho, a minha sugestão é, são 44 páginas que a gente tem
4055 que analisar. Quatro reuniões em 30 dias, uma por semana, e a gente lê 11 páginas e analisa 11 páginas por reunião
4056 virtual. Eu acho que seria bacana.

4057 **Sra. Iracema de Moura (Assessora da SENAES):** – Pessoal, em relação à minuta que a gente fechou aqui, a minuta do
4058 decreto, eu e a Márcia, a gente fechou já todas as considerações, limpou. A Márcia, fizemos ali um trabalho, inclusive,
4059 de formatação. Já está com a Gisleide e com o Sandro. Então, até amanhã, eles vão me dar esse retorno, vão fazer
4060 esse trabalho no voo, Gisleide, no aeroporto, para que, com a memória fresquinha, para que a gente tenha, saindo
4061 daqui, contexto que foi pactuado. Depois foi a Iracema que fechou sozinha e fechou o texto, que não foi bem isso.
4062 Quem está fechando o texto são os relatores, a Gisleide, a Márcia, o Sandro e eu com isso. Então, a gente vai ter um
4063 texto fechado, saindo do conselho, que vai ser posto para cenários para o governo, que é o que a gente vai dar
4064 andamento, está bem?

4065 **Sr. Gilberto Carvalho (Suplente/MTE – Brasília):** – Um último pedido. As quatro pessoas que foram escolhidas para o
4066 encontro da Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, por favor, já mandem quanto antes para
4067 a gente seus dados, CPF, essas coisas e tal, para a gente poder mobilizar as passagens de vocês. Quanto antes a gente
4068 consegue, menor preço a gente paga. Gente, muitíssimo obrigado. Como? A foto coletiva, está bom. Vamos fazer uma
4069 foto coletiva. E viva a economia solidária sempre. Ah, bom. Agradecer muito o pessoal, agradecer muito o pessoal que
4070 nos apoiou, os funcionários da SENAES, o nosso querido companheiro Max, sempre, pelo som, pela luz e pelo outro
4071 companheiro que está lá em cima. Muito obrigado. Sem vocês não teria sido possível fazer essa reunião. Muito
4072 obrigado. Vamos juntar aqui para fazer a foto, pessoal.